ATA **Reunião da Câmara Municipal** REUNIÃO **N.º 15**

DATA 14 de agosto de 2026 HORA 10h00

LOCAL Câmara Municipal de Murça

Ata da 15.ª Reunião de Câmara [ordinária] realizada na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Murça, no dia 14 de agosto de 2026.

Presenças

Mário Artur Correia Lopes
Presidente da Câmara

André Filipe Morais Lage
Vereador em regime de não permanência

Avelino José Marques dos Santos
Vice-Presidente da Câmara

Paula Alexandra Ribeiro Catarino
Vereadora em regime de não permanência

Ana Cristina Pinto Martins
Vereadora em regime de permanência

Marcelo Caetano Martins Delgado
Secretário da Reunião

I. ABERTURA

Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram dez horas.----------

II. ANTES DA ORDEM DO DIA

Foi aberto o período antes da ordem do dia pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.----------

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Mário Artur Correia Lopes----------

O Senhor Presidente começou por agradecer a disponibilidade demonstrada pelos membros do Executivo relativamente ao ajustamento das datas das reuniões da Câmara Municipal.----------

Seguidamente, fez referência às dinâmicas sociais recentemente promovidas pelo Município, destacando a Festa do Emigrante,

integrada na receção aos emigrantes que, nesta época do ano, regressam ao concelho, bem como a Festa da Juventude.----------
Por motivos funcionais, o Senhor Presidente da Câmara ausentou-se da sala. A reunião passou a ser conduzida pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal.----------

Intervenção do Senhor Vice-Presidente da Câmara, Avelino José Marques dos Santos ----------
O Senhor Vice-Presidente salientou que os eventos referidos pelo Senhor Presidente registaram uma adesão muito significativa, referindo, em particular, que a Festa da Juventude integrou um conjunto diversificado de atividades ao longo do dia.----------
Informou, ainda, que foram reiniciadas as obras do dique da Ribeirinha da Sobreira, que se encontravam suspensas. Explicou que a descida do nível das águas permitiu retomar os trabalhos, acrescentando que o assunto seria objeto de apreciação mais detalhada no âmbito de um dos pontos constantes da ordem do dia.----

Intervenção da Senhora Vereadora em regime de permanência, Ana Cristina Pinto Martins ----------
A Senhora Vereadora efetuou um ponto de situação relativamente às Férias Desportivas, dando conta do desenvolvimento das atividades previstas, da participação registada e do normal funcionamento do programa até ao momento. ----------

Intervenção do Senhor Vereador em regime de não permanência, André Filipe Morais Lage ----------
Inicia questionando sobre o funcionamento do interface de Murça, particularmente desde o fim do contrato com a empresa privada que explorava as instalações e a instalação de um equipamento eletrónico para emissão de bilhetes. Há funcionários do município afetos a esse espaço, nomeadamente no auxílio e supervisão da aquisição de bilhética? Se sim, quantos e quem?----------
Pergunta sobre a assinatura dos contratos de comodato com as juntas de freguesia para cedência das antigas escolas primárias, após

aprovação da minuta dos mesmos em sede de reunião de executivo e de assembleia municipal. Para quando a concretização dessa assinatura a fim de que estes espaços possam ganhar vida?----------

A Estrada Regional 15, particularmente no troço entre a Ponte Nova e o Miradouro, não teve a devida limpeza de valetas ou bermas, sendo que a vegetação está de tal forma alta e vigorosa, que já ocupa parte da via de circulação, o que prejudica e muito, a visibilidade numa zona já por si muito sinuosa. Diz que é necessário insistir com quem é responsável pela manutenção desta via para uma intervenção urgente.----------

Mencionou que a empresa ADIN levou a cabo a construção de uma estação elevatória na localidade de Monfebres, obra benéfica e que representa um grande avanço em matéria de tratamento de resíduos. No entanto, a execução da obra, implicou a deslocação de maquinaria e camiões na via de circulação entre Monfebres e o Candedo, sem que, no final dos trabalhos tenha havido o cuidado, diria mesmo, a decência de reparar o piso (nomeadamente entre a estação e a ponte sobre a ribeira de Aila). Neste momento, as condições de circulação são quase impossíveis. Após contactos da Junta de Freguesia de Candedo, a ADIN, refere que a responsabilidade é da empresa contratada para a execução da obra, mas a empresa em causa não efetua a reparação do piso. Julga que o município tem o dever de atuar e por cobro a uma situação que já se arrasta há anos e que a cada dia se vai agravando.----------

Em consequência das intempéries deste ano caiu um muro de suporte da via publica para um terreno particular, na Rua da Escola, na localidade de Sobreira, pergunta, quando está prevista a execução da obra de reconstrução do muro?----------

Pretende saber quem faz a manutenção e garante o funcionamento das bocas de incêndio na Zona Industrial de Murça/Palheiros e se é verdade que as mesmas não funcionaram aquando dos incêndios em Varges e Monfebres, no passado mês de junho. Julga que é de grande

gravidade se esta situação realmente aconteceu e pretende saber que medidas irão ser tomadas para que não se volte a repetir.----------
Disse, por último, a propósito de incêndios, que faz no próximo mês um ano que deflagrou na Carva um incêndio de grandes proporções. Uma vez que nada mais veio a público gostaria de saber se existe já uma causa e apuramento de responsabilidades quanto ao sucedido.---------

Intervenção do Senhor Vice-Presidente da Câmara, Avelino José Marques dos Santos ----------
Na sequência das questões colocadas, o Senhor Vice-Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: ----------
Relativamente ao Interface de Murça, informou que, após a resolução do contrato anteriormente existente, o funcionamento do espaço passou a ser assegurado diretamente pelo Município. Para além da instalação da máquina de bilhética, foram afetos ao local dois trabalhadores municipais, que asseguram o acompanhamento e apoio necessários ao funcionamento daquele equipamento e à utilização do espaço. ----------
Quanto aos contratos de comodato relativos às antigas escolas primárias, esclareceu que o Município se encontra a aguardar a aprovação das respetivas minutas por parte das Assembleias de Freguesia, após o que poderão ser concretizados os atos subsequentes necessários à celebração dos contratos. ----------
No que respeita à Estrada Regional 15, informou que a Coordenadora Municipal de Proteção Civil já efetuou duas comunicações às Infraestruturas de Portugal, dando conta da situação existente e manifestando o desagrado do Município relativamente ao estado de conservação e manutenção da via, designadamente no que respeita à limpeza das bermas e valetas.----------
Relativamente à estação elevatória de Monfebres e ao estado da via afetada pela execução da respetiva obra, esclareceu que, durante a presente semana, foi efetuado, com a colaboração do dirigente da DPGU, um levantamento das situações consideradas mais problemáticas, encontrando-se entre elas, esta. Acrescentou que a situação foi já

comunicada à ADIN, tendo o Município transmitido a sua insatisfação relativamente ao estado em que se encontra a via e à necessidade da respetiva reparação.----------

Quanto ao muro situado na Rua da Escola, na localidade de Sobreira, informou que, atendendo à perigosidade da situação, o Município terá de avançar autonomamente com a respetiva resolução, encontrando-se já em desenvolvimento o procedimento necessário à execução da intervenção.----------

No que se refere às bocas de incêndio existentes na Zona Industrial de Murça/Palheiros, e na sequência do alerta efetuado pelo Senhor Vereador quanto ao seu eventual não funcionamento durante os incêndios ocorridos no passado mês de junho, informou que serão realizadas diligências destinadas a apurar o sucedido e a verificar as condições de funcionamento daqueles equipamentos.----------

Por último, relativamente ao incêndio ocorrido na Carva, informou que, até ao momento, não foi aprovada em Conselho de Ministros qualquer medida ou resolução especificamente destinada à atribuição de apoios na sequência daquele incêndio. ----------

Período de intervenção do público. ----------

Usou da palavra o Senhor Gualberto Costa, Presidente da Direção da Associação de Jou. Referiu que a Associação já apresentou, junto da Câmara Municipal, um processo de licenciamento relativo às obras a realizar no edifício da respetiva sede, pretendendo saber qual o ponto de situação do procedimento e se existia perspetiva de ser proferida uma decisão a curto prazo. Acrescentou que a última informação que lhe havia sido transmitida era no sentido de que o processo se encontrava devidamente instruído.----------

Questionou, ainda, se, uma vez regularizada a situação do edifício, existiria possibilidade de a Associação vir a beneficiar de apoio por parte do Município.----------

Intervenção do Senhor Vice-Presidente da Câmara, Avelino José Marques dos Santos ----------

Em resposta, o Senhor Vice-Presidente esclareceu que o Município tem procurado apoiar as instituições do concelho que desenvolvem a sua atividade de forma regular e que cumprem os requisitos legalmente exigidos.----------
Acrescentou que seria solicitado à Divisão Jurídica e Administrativa o apuramento do ponto de situação do processo apresentado pela Associação e que, caso se confirme estarem reunidas todas as condições e requisitos necessários, será posteriormente efetuada uma análise do mérito do pedido de apoio apresentado, tendo em vista a sua eventual atribuição.----------

GAP - Gabinete da Apoio à Presidência

1. Resumo diário de tesouraria;----------
A Câmara Municipal tomou conhecimento.----------

Divisão de Gestão Financeira - DGF

2. 7.ª Alteração Permutativa ao Orçamento para 2026 (6.ª Alteração ao Orçamento da Despesa; 4.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos; 6.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais);----
A Câmara Municipal tomou conhecimento.----------

III - ORDEM DO DIA

Gabinete de Apoio à Presidência - GAP

3. Aprovação da ata da reunião n.º 14/2026;----------
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar, depois de lida, a referida ata.----------

4. Proposta N.º 21/GAP/2026 - Execução do espaço multiusos de Carva - Regularização da aquisição de parcela de terreno;----------
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar, a execução do espaço multiusos de Carva - Regularização da aquisição de parcela de terreno, nos termos exarados na Proposta N.º 21/GAP/2026.----------

5.Proposta N.º 22/GAP/2026 - Execução de prolongamento de passeio e melhoria de condições de circularização - Regularização da aquisição de parcela de terreno;----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar, a execução de prolongamento de passeio e melhoria de condições de circularização - Regularização da aquisição de parcela de terreno, nos termos exarados na Proposta N.º 22/GAP/2026.----------

6.Proposta N.º 23/GAP/2026 - Adesão ao Código de Conduta;----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar, a adesão ao Código de Conduta, nos termos exarados na Proposta N.º 23/GAP/2026.----------

Divisão de Gestão Financeira - DGF

7.Prestação de Contas Consolidadas do ano 2025;----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, com dois votos a favor e duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista, aprovar a Prestação de Contas Consolidadas do ano 2025, nos termos exarados na Proposta N.º DGF/03-INF36/2026;----------

Divisão Jurídica e Administrativa - DJA

8.Proposta N.º 44/DJA/2026 - Zona Industrial de Murça;----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a Regularização Jurídica, Patrimonial e Funcional dos lotes da Zona Industrial de Murça, nos termos exarados na Proposta n.º 44/DJA/2026. ----------

9.Proposta N.º 45/DJA/2026 - Pagamento de encargos referentes à sentença - Processo: 458/18.1BEMDL;----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar o Pagamento de encargos referentes à sentença - Processo: 458/18.1BEMDL, nos termos exarados na Proposta n.º 45/DJA/2026.----------

10. Proposta N.º 46/DJA/2026 - Aquisição, por via de direito privado, da parcela n.º 1, situada na Praça 5 de outubro - Contraproposta apresentada pelo proprietário;----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a Aquisição, por via de direito privado, da parcela n.º 1, situada na Praça 5 de outubro - Contraproposta apresentada pelo proprietário, nos termos exarados na Proposta n.º 46/DJA/2026.----------

11. Proposta N.º 47/DJA/2026 - Aquisição, por via de direito privado, das parcelas n.ºs 1 e 2, sitas na localidade de Palheiros - Parque Arqueológico Crasto de Palheiros;----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a Aquisição, por via de direito privado, das parcelas n.ºs 1 e 2, sitas na localidade de Palheiros - Parque Arqueológico Crasto de Palheiros, nos termos exarados na Proposta n.º 47/DJA/2026.----------

Divisão de Planeamento e Gestão Urbana - DGPU

12. Orçamento Participativo 2027;----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar o Orçamento Participativo 2027, nos termos exarados na Proposta com a Ref.ª DGFCP|UODS /Informação 6.ª edição OP (2026).----------

13. Levantamento da suspensão da empreitada "Qualificação ambiental da paisagem ribeirinha da Sobreira" - Ratificação ----------

-Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, ratificar o Levantamento da suspensão da empreitada "Qualificação ambiental da paisagem ribeirinha da Sobreira", nos termos exarados na Proposta N.º DPGU/06.3 - INFO 12/2026.----------

14. Pedido de Certidão de Isenção de Licença de Utilização - Processo: 217/26/OP-CRT;----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, retirar o presente assunto da ordem do dia, atendendo ao

facto de, supervenientemente ao envio da ordem de trabalhos, terem sido incorporados novos documentos administrativos que podem comprometer a apreciação do pedido.----------

Unidade de Saúde e Ação Social - USAS

15. Proposta 13.1/DAS/2026 - Programa Kit Bebé - Protocolo celebrado, entre o Município de Murça, ANF e Dignitude, em 22 de dezembro de 2023;----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar os apoios em causa, de acordo com a informação técnica.----------

16. Proposta 14.1/USAS/2026 - Programa Abem - Protocolo celebrado, entre o Município de Murça e a Dignitude, em 20 de junho de 2024;---

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar os apoios em causa, de acordo com a informação técnica.----------

17. Proposta 15.1/USAS/2026 - Processo de atribuição de Bolsas de Estudo - Relatório final;----------

O Senhor Presidente da Câmara regressou à reunião.----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar o Relatório Final do Processo de atribuição de bolsas de Estudo, de acordo com a informação técnica.----------

18. Proposta 16.1/USAS/2026 - Atribuição de Bolsas de Estudo Extraordinárias;----------

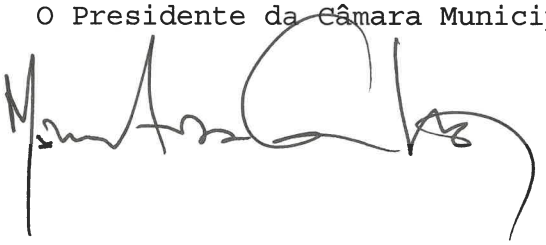
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a atribuição de Bolsas de Estudo extraordinárias, de acordo com a informação técnica.----------

---

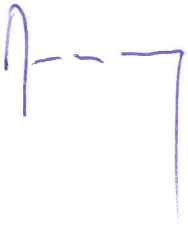
E nada mais havendo a tratar, o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram onze horas e dez minutos, para constar se lavrou

a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar junto do Presidente.----------
---

O Presidente da Câmara Municipal,



O Secretário da Reunião de Câmara,



TESOUREIRO	FUNCIONÁRIO	ORGÃO EXECUTIVO

ENTIDADE	RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA Nº. 154	DATA	ANO	PÁGINA
CMMURÇA	Data : 2026/08/14 (desconsideração dos depósitos a prazo)	2026/08/14	2026	1

CONTA	CX/BC	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO DIA		ACUMULADO		SALDO	
			DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DEVEDOR	CREDOR
11		Caixa	4.018.767,50	4.010.512,89			4.018.767,50	4.010.512,89	8.254,61	
11.1		Caixa A	4.012.118,92	4.006.864,31			4.012.118,92	4.006.864,31	5.254,61	
	CX1	CX1 - CX 1 TESOURARIA MUNICIPAL	3.462.289,18	3.460.658,94			3.462.289,18	3.460.658,94	1.630,24	
	CX7	CX7 - TES. MUNICIPAL (SUBSTITUTO)	549.829,74	546.205,37			549.829,74	546.205,37	3.624,37	
11.8		Fundo fixo	6.648,58	3.648,58			6.648,58	3.648,58	3.000,00	
11.8.2		Fundo de Maneio - DAG	200,00				200,00		200,00	
	FM2	FM2 - Fundo de Maneio - DAG	200,00				200,00		200,00	
11.8.4		Fundo de Maneio - GAP	5.424,33	3.424,33			5.424,33	3.424,33	2.000,00	
	FUN	FUN - Fundo de Maneio - GAP	5.424,33	3.424,33			5.424,33	3.424,33	2.000,00	
11.8.5		Fundo de Maneio - DPGU	326,10	26,10			326,10	26,10	300,00	
	FM4	FM4 - Fundo de Maneio - DPGU	326,10	26,10			326,10	26,10	300,00	
11.8.6		Fundo de Maneio - DAS	300,00				300,00		300,00	
	FM5	FM5 - Fundo de Maneio - DAS	300,00				300,00		300,00	
11.8.7		Fundo de Maneio - CPCJ	398,15	198,15			398,15	198,15	200,00	
	FM6	FM6 - Fundo de Maneio - CPCJ	398,15	198,15			398,15	198,15	200,00	
12		Depósitos à ordem	10.895.045,43	8.547.012,34			10.895.045,43	8.547.012,34	2.348.033,09	
12.2		Depósitos bancários	10.895.045,43	8.547.012,34			10.895.045,43	8.547.012,34	2.348.033,09	
12.2.1		Caixa Geral de Depósitos	9.082.801,02	8.375.903,62			9.082.801,02	8.375.903,62	706.897,40	
	0035/00000080730	CGD	7.247.560,52	7.053.263,59			7.247.560,52	7.053.263,59	194.296,93	
	0035/0001210273085	CGD	681.014,53	667.640,03			681.014,53	667.640,03	13.374,50	
	0035/00012513830	CGD	1.154.225,97	655.000,00			1.154.225,97	655.000,00	499.225,97	
12.2.2		Novo Banco	11.297,32	9.035,52			11.297,32	9.035,52	2.261,80	
	0007/00001650002	GNB	11.297,32	9.035,52			11.297,32	9.035,52	2.261,80	
12.2.3		Millenium BCP	1.165.450,70	190,50			1.165.450,70	190,50	1.165.260,20	
	0033/00010536715	BCP	1.112.718,18	160,50			1.112.718,18	160,50	1.112.557,68	
	0033/45337614343	BCP	52.732,52	30,00			52.732,52	30,00	52.702,52	
12.2.4		Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	535.302,86	114.898,74			535.302,86	114.898,74	420.404,12	
	0045/40082356944	CCAM	535.302,86	114.898,74			535.302,86	114.898,74	420.404,12	
12.2.6		Banco Português de Investimento	100.193,53	46.983,96			100.193,53	46.983,96	53.209,57	
	0010/21059890101	BPI	100.193,53	46.983,96			100.193,53	46.983,96	53.209,57	
13		Outros depósitos	416.335,53	35.428,53			416.335,53	35.428,53	380.907,00	
13.3		Depósitos de garantias e cauções	416.335,53	35.428,53			416.335,53	35.428,53	380.907,00	
13.3.2		Depósitos bancários	416.335,53	35.428,53			416.335,53	35.428,53	380.907,00	
13.3.2.1		Caixa Geral de Depósitos	416.335,53	35.428,53			416.335,53	35.428,53	380.907,00	
	0035/00014479530	CGD	416.335,53	35.428,53			416.335,53	35.428,53	380.907,00	
		TOTAL DE DISPONIBILIDADES	15.330.148,46	12.592.953,76			15.330.148,46	12.592.953,76	2.737.194,70	
		SALDO GERÊNCIA	10.376.791,70	7.639.597,00			10.376.791,70	7.639.597,00	2.737.194,70	
		DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	9.960.359,35	7.603.568,47			9.960.359,35	7.603.568,47	2.356.790,88	
		DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	416.432,35	36.028,53			416.432,35	36.028,53	380.403,82	

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão de Gestão Financeira

PRESENTE A REUNIÃO DE 14 / 8 / 26
DELIBERADO A Câmara Municipal tomou conhecimento.

80 ANOS
Município de Murça 1224-2024

PROPOSTA

Ref.º DGF / 03 – INF38/2026

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo com a estratégia sugerida.
À próxima reunião de Câmara para conhecimento.
11-08-2026-10:46:08 - Presidte

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Concordo.
Para os devidos efeitos, ao PC para decisão final e com conhecimento à CM.
10-08-2026-15:53:52 - marcelo

ASSUNTO

7.ª Alteração permutativa ao Orçamento para 2026 (6.ª alteração ao Orçamento da despesa; 4.ª alteração ao Plano Plurianual de Investimentos; 6.ª alteração ao Plano de atividades municipais).

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA E DATA

1- Enquadramento

Nos termos e para os efeitos necessários procedeu-se ao ajustamento de valores entre rubricas e projetos de forma a acomodar valores tendo como objetivo permitir a realização de procedimentos aquisitivos no âmbito das refeições escolares e levantamento técnico para reabilitação do Bairro Social da Barroca, entre outras, conforme conta nos mapas contabilísticos em anexo.

Nos termos da alínea d) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 2 de setembro, compete à Câmara Municipal, executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar a suas alterações.

Considerando que a competência material atrás referida foi delegada no Presidente da Câmara, por proposta aprovada na reunião de câmara de 05-11-2025, as alterações são aprovadas pelo Presidente da Câmara, e posterior conhecimento a Câmara Municipal, com periodicidade trimestral, sem prejuízo do poder de avocação do delegante.

2- Proposta

Nos termos da competência delegada no Presidente da Câmara para efeitos do disposto da alínea d) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 2 de setembro, submeto a presente proposta à aprovação do Sr. Presidente da Câmara e posterior conhecimento a Câmara Municipal, com periodicidade trimestral, sem prejuízo do poder de avocação do delegante.

Á consideração superior.

Data: 10-08-2026

O chefe de Divisão Municipal,

(Mário José Pinto Sampaio)

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA
MUNICÍPIO DE MURÇA

ALTERAÇÃO NÚMERO 7 ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 6 DO ANO CONTABILISTICO DE 2026 DATA DE APROVAÇÃO (ORÇAMENTO DO ANO : 2026)

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO Desagregar : S Considerar os anos seguintes : Superiores a 4 ? Euros

Rubricas [1]	Designação	Tipo [2]	Dotações iniciais [3]	Alterações Orçamentais Inscr./reforços [4]	Alterações Orçamentais Dim./anulações [5]	Alterações Orçamentais Créditos espec. [6]	Dotações corrigidas [7]=[3]+[4]+[5]+[6]	Observações [8]
D1	**Despesas com o pessoal**		**539.465,27**		**70.000,00**		**469.465,27**	
D11	Remunerações Certas e Permanentes		539.465,27		70.000,00		469.465,27	
02	CÂMARA MUNICIPAL		539.465,27		70.000,00		469.465,27	
01	DESPESAS COM O PESSOAL		539.465,27		70.000,00		469.465,27	
0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		539.465,27		70.000,00		469.465,27	
010107	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	P	504.465,27		50.000,00		454.465,27	
010108	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	P	35.000,00		20.000,00		15.000,00	
D2	**Aquisição de bens e serviços**		**2.375.033,33**	**119.000,00**	**67.000,00**		**2.427.033,33**	
02	CÂMARA MUNICIPAL		2.375.033,33	119.000,00	67.000,00		2.427.033,33	
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		2.375.033,33	119.000,00	67.000,00		2.427.033,33	
0201	AQUISIÇÃO DE BENS		285.500,00	46.000,00	10.000,00		321.500,00	
020105	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	P	225.000,00	46.000,00			271.000,00	
020106	ALIMENTAÇÃO- GÉNEROS PARA CONFECIONAR	P	13.000,00		4.000,00		9.000,00	
020112	MATERIAL DE TRANSPORTE - PEÇAS	P	10.000,00		4.000,00		6.000,00	
020115	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	P	37.500,00		2.000,00		35.500,00	
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		2.089.533,33	73.000,00	57.000,00		2.105.533,33	
020201	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	P	335.000,00		4.000,00		331.000,00	
020210	TRANSPORTES	P	431.700,00	53.000,00			484.700,00	
020214	ESTUDOS, PARCERES, PROJETOS E CONSULTADORIA	P	250.000,00		20.000,00		230.000,00	
020219	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	P	52.000,00		20.000,00		32.000,00	
020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	P	360.700,00	20.000,00			380.700,00	
020225	OUTROS SERVIÇOS	P	660.133,33		13.000,00		647.133,33	
D4	**Transferências e subsídios correntes**		**680.000,00**		**25.000,00**		**655.000,00**	
D41	**Transferências correntes**		**680.000,00**		**25.000,00**		**655.000,00**	
D412	Entidades do Setor Não Lucrativo		666.000,00		20.000,00		646.000,00	
02	CÂMARA MUNICIPAL		666.000,00		20.000,00		646.000,00	
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		666.000,00		20.000,00		646.000,00	
0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		666.000,00		20.000,00		646.000,00	
040701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	P	666.000,00		20.000,00		646.000,00	
D414	Outras		14.000,00		5.000,00		9.000,00	
02	CÂMARA MUNICIPAL		14.000,00		5.000,00		9.000,00	
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		14.000,00		5.000,00		9.000,00	
0401	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		14.000,00		5.000,00		9.000,00	
040102	PRIVADAS	P	14.000,00		5.000,00		9.000,00	
D5	**Outras despesas correntes**		**10.000,00**	**43.000,00**			**53.000,00**	
02	CÂMARA MUNICIPAL		10.000,00	43.000,00			53.000,00	
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		10.000,00	43.000,00			53.000,00	
0602	DIVERSAS		10.000,00	43.000,00			53.000,00	
060203	OUTRAS		10.000,00	43.000,00			53.000,00	
	Total de Despesas Correntes		3.594.498,60	119.000,00	162.000,00		3.551.498,60	
	Total de Despesas de Capital							
	Total de Despesas Efetivas		3.594.498,60	119.000,00	162.000,00		3.551.498,60	
	Total de Despesas Não Efetivas							
	Total		3.594.498,60	119.000,00	162.000,00		3.551.498,60	

(*) NOTAS:
(2) Tipo - campo de identif. do tipo de alteração:
P se alteração permutativa
M se alteração modificativa

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA
MUNICÍPIO DE MURÇA

ALTERAÇÃO NÚMERO 7 ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 6 DO ANO CONTABILISTICO DE 2026 DATA DE APROVAÇÃO (ORÇAMENTO DO ANO : 2026)

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO Desagregar : S Considerar os anos seguintes : Superiores a 4 ? Euros

Rubricas [1]	Designação	Tipo [2]	Dotações iniciais [3]	Alterações Orçamentais Inscr./reforços [4]	Dim./anulações [5]	Créditos espec. [6]	Dotações corrigidas [7]=[3]+[4]+[5]+[6]	Observações [8]
06020301	RESTITUIÇÕES	P	10.000,00	43.000,00			53.000,00	
D6	**Aquisição de bens de capital**		**2.419.161,19**	**96.000,00**	**96.000,00**		**2.419.161,19**	
02	CÂMARA MUNICIPAL		2.419.161,19	96.000,00	96.000,00		2.419.161,19	
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		2.419.161,19	96.000,00	96.000,00		2.419.161,19	
0701	INVESTIMENTOS		1.427.161,19	96.000,00	79.000,00		1.444.161,19	
070102	HABITAÇÕES		50.000,00	29.000,00			79.000,00	
07010203	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO	P	50.000,00	29.000,00			79.000,00	
070103	EDIFÍCIOS		416.000,00		44.000,00		372.000,00	
07010301	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	P	116.000,00		19.000,00		97.000,00	
07010305	ESCOLAS	P	300.000,00		25.000,00		275.000,00	
070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		443.000,00		25.000,00		418.000,00	
07010401	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	P	443.000,00		25.000,00		418.000,00	
070107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	P	226.661,19		10.000,00		216.661,19	
070110	EQUIPAMENTO BÁSICO		291.500,00	67.000,00			358.500,00	
07011002	EQUIPAMENTO BÁSICO - OUTRO	P	291.500,00	67.000,00			358.500,00	
0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		992.000,00		17.000,00		975.000,00	
070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS		992.000,00		17.000,00		975.000,00	
07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	P	992.000,00		17.000,00		975.000,00	
D7	**Transferências e subsídios de capital**		**621.000,00**	**5.000,00**	**5.000,00**		**621.000,00**	
D71	**Transferências de capital**		**621.000,00**	**5.000,00**	**5.000,00**		**621.000,00**	
D711	**Administrações Públicas**		**600.000,00**		**5.000,00**		**595.000,00**	
D7115	Administração Local		600.000,00		5.000,00		595.000,00	
02	CÂMARA MUNICIPAL		600.000,00		5.000,00		595.000,00	
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		600.000,00		5.000,00		595.000,00	
0805	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		600.000,00		5.000,00		595.000,00	
080501	CONTINENTE		600.000,00		5.000,00		595.000,00	
08050102	FREGUESIAS	P	600.000,00		5.000,00		595.000,00	
D713	Famílias		21.000,00	5.000,00			26.000,00	
02	CÂMARA MUNICIPAL		21.000,00	5.000,00			26.000,00	
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		21.000,00	5.000,00			26.000,00	
0808	FAMÍLIAS		21.000,00	5.000,00			26.000,00	
080802	OUTRAS	P	21.000,00	5.000,00			26.000,00	
	Total de Despesas Correntes		3.604.498,60	162.000,00	162.000,00		3.604.498,60	
	Total de Despesas de Capital		3.040.161,19	101.000,00	101.000,00		3.040.161,19	
	Total de Despesas Efetivas		6.644.659,79	263.000,00	263.000,00		6.644.659,79	
	Total de Despesas Não Efetivas							
	Total		6.644.659,79	263.000,00	263.000,00		6.644.659,79	

(*) NOTAS:
(2) Tipo - campo de identif. do tipo de alteração:
P se alteração permutativa
M se alteração modificativa

ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL
MUNICÍPIO DE MURÇA

ALTERAÇÃO NÚMERO : 7 ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO DE ACTIVIDADES NÚMERO 6 DO ANO CONTABILISTICO DE 2026 DATA DE APROVAÇÃO

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA Euros

Objetivo	Número do projeto			Descrição	Classificação	Datas		Pagamentos						Modificação (+/-)
						Inicio	Fim	2026		Períodos seguintes				
[1]	Código [2]	Ano Tipo Número [2]		Designação do projeto [3]		[4]	[5]	Dot. atual [6]	Dot. corrigida [7]	2027 [8]	2028 [9]	2029 [10]	2030 [11]	Outros [12]	[13] = [7] - [6]
1.				FUNÇÕES GERAIS				360.000,00	336.000,00						-24.000,00
1.1.				SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				335.000,00	331.000,00						-4.000,00
1.1.1.				Administração Geral				335.000,00	331.000,00						-4.000,00
1.1.1.	01	2015		ENCARGOS DE INSTALAÇÕES				335.000,00	331.000,00						-4.000,00
1.1.1.	0101	2015	A 2	ELETRICIDADE, AGUA E GÁS	02/020201	2015/01/02	2030/12/31	335.000,00	331.000,00						-4.000,00
1.2.				SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS				25.000,00	5.000,00						-20.000,00
1.2.1.				Proteção Civil e Luta Contra Incêndios				25.000,00	5.000,00						-20.000,00
1.2.1.	01	2024		PROTEÇÃO CIVIL - SENSIBILIAÇÃO E INFORMAÇÃO PÚBLICA				25.000,00	5.000,00						-20.000,00
1.2.1.	0101	2024	A 3	PLANEAMENTO E EXECUÇÃO	02/020214	2024/01/02	2030/12/31	25.000,00	5.000,00						-20.000,00
2.				FUNÇÕES SOCIAIS				755.165,27	775.165,27						20.000,00
2.1.				EDUCAÇÃO				527.700,00	577.700,00						50.000,00
2.1.1.				Ensino Não Superior				527.700,00	577.700,00						50.000,00
2.1.1.2.				Ensino Básico e 3º Ciclo				507.700,00	567.700,00						60.000,00
2.1.1.2.	02	2019		SERVIÇOES AUXILIARES DE ENSINO				444.704,00	544.704,00						100.000,00
2.1.1.2.	0201	2019	A 3	FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES - PRÉ-ESCOLAR E 1ºCICLO	02/020105	2019/01/01	2030/12/31	200.000,00	242.000,00						42.000,00
2.1.1.2.	0202	2019	A 2	FORNECIMENTO DE TRANSPORTES ESCOLARES	02/020210	2019/01/01	2030/12/31	244.704,00	302.704,00						58.000,00
2.1.1.2.	01	2024		PLANOS INTERMUNICIPAIS DE PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR				63.000,00	23.000,00						-40.000,00
2.1.1.2.	0101	2024	A 1	EQUIPA MULTIDISCIPLINAR	02/010107	2024/01/02	2026/12/31	63.000,00	23.000,00						-40.000,00
2.1.1.3.				Ensino Profissional				20.000,00	10.000,00						-10.000,00
2.1.1.3.	01	2019		ENSINO PROFISSIONAL				20.000,00	10.000,00						-10.000,00
2.1.1.3.	0101	2019	A 6	ESCOLA PROFISSIONAL DE MURÇA - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	02/040701	2019/01/01	2029/12/31	20.000,00	10.000,00						-10.000,00
2.3.				SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAL				57.465,27	47.465,27						-10.000,00
2.3.2.				Ação Social				57.465,27	47.465,27						-10.000,00
2.3.2.	01	2019		APOIO FAMILIAR				20.000,00	25.000,00						5.000,00
2.3.2.	0101	2019	A 7	APOIO AO AGREGADO FAMILIAR	02/060802	2019/01/02	2030/12/31	20.000,00	25.000,00						5.000,00
2.3.2.	03	2019		POPULAÇÃO IDOSA E PORTADORA DE DEFICIÊNCIA				20.000,00	15.000,00						-5.000,00
2.3.2.	0302	2019	A 11	CONVIVIO DE VERÃO	02/020210	2019/01/02	2030/12/31	20.000,00	15.000,00						-5.000,00
2.3.2.	01	2026		SEGURANÇA SOCIAL - PESSOAS 2030				17.465,27	7.465,27						-10.000,00
2.3.2.	0101	2026	A 1	CONTRATOS LOCAIS DESENVOLVIMENTO SOCIAL (CLDS 5G MURÇA)	02/010107	2026/01/01	2029/12/31	17.465,27	7.465,27						-10.000,00
2.5.				SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS				170.000,00	150.000,00						-20.000,00
2.5.1.				Cultura				25.000,00	10.000,00						-15.000,00
2.5.1.	01	2019		EVENTOS CULTURAIS, SOCIAIS E DESPORTIVOS				22.000,00	9.000,00						-13.000,00
2.5.1.	0101	2019	A 12	SEMANA DO MUNICIPIO - FERIADO 8 DE MAIO	02/020225	2019/01/02	2030/12/31	22.000,00	9.000,00						-13.000,00
2.5.1.	01	2025		INICIATIVAS NO ÂMBITO DA CULTURA				3.000,00	1.000,00						-2.000,00
2.5.1.	0101	2025	A 3	FORCA LÁPIS - FESTIVAL LITERÁRIO DE MIRÇA	02/020135	2025/01/01	2030/12/31	3.000,00	1.000,00						-2.000,00
2.5.2.				Desporto, Recreio e Lazer				145.000,00	140.000,00						-5.000,00
2.5.2.	02	2019		INSTITUIÇÕES DE CARACTER DESPORTIVO E DE RECREIO				145.000,00	140.000,00						-5.000,00
2.5.2.	0201	2019	A 19	TRANSFERÊNCIAS EM VALOR	02/040701	2019/01/02	2030/12/31	145.000,00	140.000,00						-10.000,00
3.				FUNÇÕES ECONÓMICAS				69.000,00	59.000,00						-10.000,00
3.1.				AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA				69.000,00	59.000,00						-10.000,00
3.1.1.				Tranaferências				69.000,00	59.000,00						-10.000,00
3.1.1.	02	2021		APOIOS À AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA				69.000,00	59.000,00						-10.000,00
3.1.1.	0201	2021	A 2	APOIOS FINANCEIROS AO SETOR PRODUTIVO/ASSOCIATIVO		2021/01/02	2030/12/31								
3.1.1.	0201	2021	A 2	PRIVADAS	02/040102			14.000,00	9.000,00						-5.000,00
3.1.1.	0201	2021	A 2	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	02/040701			55.000,00	50.000,00						-5.000,00
							Total :	1.184.165,27	1.170.165,27						-14.000,00

ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL
MUNICÍPIO DE MURÇA

ALTERAÇÃO NÚMERO : 7 ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO DE ACTIVIDADES NÚMERO 6 DO ANO CONTABILISTICO DE 2026 DATA DE APROVAÇÃO

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA Euros

Objetivo	Número do projeto			Descrição	Classificação	Datas		Pagamentos						Modificação (+/-)
						Início	Fim	2026		Períodos seguintes				
[1]	Código [2]	Ano [2]	Tipo Número [2]	Designação do projeto [3]		[4]	[5]	Dot. atual [6]	Dot. corrigida [7]	2027 [8]	2028 [9]	2029 [10]	2030 [11]	Outros [12]	[13] = [7] - [6]
4.				OUTRAS FUNÇÕES				600.000,00	595.000,00						-5.000,00
4.2.				TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES				600.000,00	595.000,00						-5.000,00
4.2.1.				Transferências entre Administrações				600.000,00	595.000,00						-5.000,00
4.2.1.4.				Administração Local - Freguesias				600.000,00	595.000,00						-5.000,00
4.2.1.4.	01	2019		TRANSFERÊNCIAS EM VALOR				600.000,00	595.000,00						-5.000,00
4.2.1.4.	0101	2019	A 17	TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS	02/08050102	2019/01/02	2030/12/31	600.000,00	595.000,00						-5.000,00
							Total :	1.784.165,27	1.765.165,27						-19.000,00

ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL
MUNICÍPIO DE MURÇA

ALTERAÇÃO NÚMERO : 7 ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO 4 DO ANO CONTABILISTICO DE 2026 DATA DE APROVAÇÃO

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL Tipo de Plano : GRANDES OPÇÕES DO PLANO Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA Euros

Objetivo	Número do projeto			Descrição	Classificação	Datas		Pagamentos						Modificação (+/-)
						Inicio	Fim	2026		Períodos seguintes				
[1]	Código [2]	Ano	Tipo Número	Designação do projeto [3]		[4]	[5]	Dot. atual [6]	Dot. corrigida [7]	2027 [8]	2028 [9]	2029 [10]	2030 [11]	Outros [12]	[13] = [7] - [6]
1.				FUNÇÕES GERAIS				507.661,19	454.661,19						-53.000,00
1.1.				SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				482.661,19	449.661,19						-33.000,00
1.1.1.				Administração Geral				482.661,19	449.661,19						-33.000,00
1.1.1.	01	2015		ENCARGOS DE INSTALAÇÕES				335.000,00	331.000,00						-4.000,00
1.1.1.	0101	2015	A 2	ELETRICIDADE, AGUA E GÁS	02/020201	2015/01/02	2030/12/31	335.000,00	331.000,00						-4.000,00
1.1.1.	01	2019		REQUALIFICAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL				147.661,19	118.661,19						-29.000,00
1.1.1.	0101	2019	I 1	REQUALIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA E TECNOLÓGICA	02/070107	2019/01/02	2030/12/31	31.661,19	21.661,19						-10.000,00
1.1.1.	0102	2019	I 2	REQUALIFICAÇÃO/REPARAÇÃO DE EDIFICIOS	02/07010301	2019/01/02	2030/12/31	116.000,00	97.000,00						-19.000,00
1.2.				SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS				25.000,00	5.000,00						-20.000,00
1.2.1.				Proteção Civil e Luta Contra Incêndios				25.000,00	5.000,00						-20.000,00
1.2.1.	01	2024		PROTEÇÃO CIVIL - SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO PÚBLICA				25.000,00	5.000,00						-20.000,00
1.2.1.	0101	2024	A 3	PLANEAMENTO E EXECUÇÃO	02/020214	2024/01/02	2030/12/31	25.000,00	5.000,00						-20.000,00
2.				FUNÇÕES SOCIAIS				1.677.165,27	1.743.165,27						66.000,00
2.1.				EDUCAÇÃO				652.790,00	677.790,00						25.000,00
2.1.1.				Ensino Não Superior				652.790,00	677.790,00						25.000,00
2.1.1.2.				Ensino Básico e 3º Ciclo				632.790,00	667.790,00						35.000,00
2.1.1.2.	02	2019		SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO				444.790,00	544.790,00						100.000,00
2.1.1.2.	0201	2019	A 3	FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES - PRÉ-ESCOLAR E 1ºCICLO	02/020105	2019/01/01	2030/12/31	200.000,00	242.000,00						42.000,00
2.1.1.2.	0202	2019	A 2	FORNECIMENTO DE TRANSPORTES ESCOLARES	02/020210	2019/01/01	2030/12/31	244.790,00	302.790,00						58.000,00
2.1.1.2.	01	2024		PLANOS INTERMUNICIPAIS DE PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR				63.000,00	23.000,00						-40.000,00
2.1.1.2.	0101	2024	A 1	EQUIPA MULTIDISCIPLINAR	02/010107	2024/01/02	2026/12/31	63.000,00	23.000,00						-40.000,00
2.1.1.2.	01	2026		CENTRO ESCOLAR DE MURÇA				125.000,00	100.000,00						-25.000,00
2.1.1.2.	0101	2026	I 1	APETRECHAMENTO E CONSERVAÇÃO	02/07011002	2026/01/02	2026/12/31	125.000,00	100.000,00						-25.000,00
2.1.1.3.				Ensino Profissional				20.000,00	10.000,00						-10.000,00
2.1.1.3.	01	2019		ENSINO PROFISSIONAL				20.000,00	10.000,00						-10.000,00
2.1.1.3.	0101	2019	A 6	ESCOLA PROFISSIONAL DE MURÇA - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	02/040701	2019/01/01	2029/12/31	20.000,00	10.000,00						-10.000,00
2.3.				SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAL				57.465,27	47.465,27						-10.000,00
2.3.2.				Ação Social				57.465,27	47.465,27						-10.000,00
2.3.2.	01	2019		APOIO FAMILIAR				20.000,00	25.000,00						5.000,00
2.3.2.	0101	2019	A 7	APOIO AO AGREGADO FAMILIAR	02/080802	2019/01/02	2030/12/31	20.000,00	25.000,00						5.000,00
2.3.2.	03	2019		POPULAÇÃO IDOSA E PORTADORA DE DEFICIÊNCIA				20.000,00	15.000,00						-5.000,00
2.3.2.	0302	2019	A 11	CONVIVIO DE VERÃO	02/020210	2019/01/02	2030/12/31	20.000,00	15.000,00						-5.000,00
2.3.2.	01	2026		SEGURANÇA SOCIAL - PESSOAS 2030				17.465,27	7.465,27						-10.000,00
2.3.2.	0101	2026	A 1	CONTRATOS LOCAIS DESENVOLVIMENTO SOCIAL (CLDS 5G MURÇA)	02/010107	2026/01/01	2029/12/31	17.465,27	7.465,27						-10.000,00
2.4.				HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS				797.000,00	868.000,00						71.000,00
2.4.1.				Habitação				50.000,00	79.000,00						29.000,00
2.4.1.	01	2025		INVESTIMENTOS NA HABITAÇÃO SOCIAL				50.000,00	79.000,00						29.000,00
2.4.1.	0101	2025	I 8	REQUALIFICAÇÃO DE CASAS DE HABITAÇÃO SOCIAL	02/07010203	2025/01/01	2030/12/31	50.000,00	79.000,00						29.000,00
2.4.2.				Ordenamento do Território				743.000,00	693.000,00						-50.000,00
2.4.2.	01	2017		ARRANJO URBANÍSTICO EM DIVERSAS LOCALIDADES				443.000,00	418.000,00						-25.000,00
2.4.2.	0102	2017	I 2	PROJETO/EXECUÇÃO	02/07010401	2017/01/02	2030/12/31	443.000,00	418.000,00						-25.000,00
2.4.2.	01	2023		REMEDIAÇÃO DE PATRIMÓNIO MUNICIPAL				300.000,00	275.000,00						-25.000,00
2.4.2.	0101	2023	I 4	REMEDIAÇÃO DE ANTIGAS ESCOLAS DO CONCELHO	02/07010305	2023/01/02	2030/12/31	300.000,00	275.000,00						-25.000,00
2.4.6.				Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza				4.000,00	96.000,00						92.000,00
2.4.6.4.				Parques e Jardins				4.000,00	96.000,00						92.000,00
2.4.6.4.	01	2019		JARDINS E PARQUES DO CONCELHO				4.000,00	96.000,00						92.000,00
2.4.6.4.	0101	2019	I 8	REMEDIAÇÃO	02/07011002	2019/01/02	2030/12/31	4.000,00	96.000,00						92.000,00
2.5.				SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS				170.000,00	150.000,00						-20.000,00
							Total :	2.014.826,46	2.047.826,46						33.000,00

ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL
MUNICÍPIO DE MURÇA

ALTERAÇÃO NÚMERO . 7 ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO 4 DO ANO CONTABILISTICO DE 2026 DATA DE APROVAÇÃO

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL Tipo de Plano : GRANDES OPÇÕES DO PLANO Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA Euros

Objetivo	Número do projeto			Descrição	Classificação	Datas		Pagamentos						Modificação (+/-)
						Inicio	Fim	2026		Períodos seguintes				
[1]	Código [2]	Ano Tipo	Número	Designação do projeto [3]		[4]	[5]	Dot. atual [6]	Dot. corrigida [7]	2027 [8]	2028 [9]	2029 [10]	2030 [11]	Outros [12]	[13] = [7] - [6]
2.5.1.				Cultura				25.000,00	10.000,00						-15.000,00
2.5.1.	01	2019		EVENTOS CULTURAIS, SOCIAIS E DESPORTIVOS				22.000,00	9.000,00						-13.000,00
2.5.1.	0101	2019 A 12		SEMANA DO MUNICIPIO - FERIADO 8 DE MAIO	02/020225	2019/01/02	2030/12/31	22.000,00	9.000,00						-13.000,00
2.5.1.	01	2025		INICIATIVAS NO ÂMBITO DA CULTURA				3.000,00	1.000,00						-2.000,00
2.5.1.	0101	2025 A 3		PORCA LÁPIS - FESTIVAL LITERÁRIO DE MURÇA	02/020115	2025/01/01	2030/12/31	3.000,00	1.000,00						-2.000,00
2.5.2.				Desporto, Recreio e Lazer				145.000,00	140.000,00						-5.000,00
2.5.2.	02	2019		INSTITUIÇÕES DE CARACTER DESPORTIVO E DE RECREIO				145.000,00	140.000,00						-5.000,00
2.5.2.	0201	2019 A 19		TRANSFERÊNCIAS EM VALOR	02/040701	2019/01/02	2030/12/31	145.000,00	140.000,00						-5.000,00
3.				FUNÇÕES ECONÓMICAS				439.000,00	412.000,00						-27.000,00
3.1.				AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA				69.000,00	59.000,00						-10.000,00
3.1.1.				Transferências				69.000,00	59.000,00						-10.000,00
3.1.1.	02	2021		APOIOS À AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA				69.000,00	59.000,00						-10.000,00
3.1.1.	0201	2021 A 2		APOIOS FINANCEIROS AO SETOR PRODUTIVO/ASSOCIATIVO		2021/01/02	2030/12/31								
3.1.1.	0201	2021 A 2		PRIVADAS	02/040102			14.000,00	9.000,00						-5.000,00
3.1.1.	0201	2021 A 2		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	02/040701			55.000,00	50.000,00						-5.000,00
3.3.				TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES				370.000,00	353.000,00						-17.000,00
3.3.1.				Transportes Rodoviários				370.000,00	353.000,00						-17.000,00
3.3.1.	01	2019		ARRUAMENTOS URBANOS				370.000,00	353.000,00						-17.000,00
3.3.1.	0101	2019 I 11		MANUTENÇÃO E BENEFICIAÇÃO	02/07030101	2019/01/02	2030/12/31	370.000,00	353.000,00						-17.000,00
4.				OUTRAS FUNÇÕES				600.000,00	595.000,00						-5.000,00
4.2.				TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES				600.000,00	595.000,00						-5.000,00
4.2.1.				Transferências entre Administrações				600.000,00	595.000,00						-5.000,00
4.2.1.4.				Administração Local - Freguesias				600.000,00	595.000,00						-5.000,00
4.2.1.4.	01	2019		TRANSFERÊNCIAS EM VALOR				600.000,00	595.000,00						-5.000,00
4.2.1.4.	0101	2019 A 17		TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS	02/08050102	2019/01/02	2030/12/31	600.000,00	595.000,00						-5.000,00
							Total :	3.223.826,46	3.204.826,46						-19.000,00

MUNICÍPIO DE MURÇA

PRESENTE A REUNIÃO DE 14/8/2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade. À DPGU DJA e AO GAP. Executar

PROPOSTA 21/GAP/2026

EXECUÇÃO DO ESPAÇO MULTIUSOS DE CARVA

Regularização da aquisição de parcela de terreno, necessária à realização da referida obra.

Adoção de resolução de expropriar, nos termos do Artigo 10° do C.E.

I - Antecedentes e Justificação

1. O Município de Murça pretende promover uma reformulação global da uma parcela situadas na aldeia de Carva, freguesia de Carva, através da criação de um novo "ESPAÇO MULTIUSOS de CARVA ".

2. A principal intervenção prevista - o ESPAÇO MULTIUSOS de CARVA - terá como objetivo disponibilizar um espaço para a realização de eventos culturais, desportivos, lúdicos, etc, e espaço para estacionamento, com alguma arborização, evitando o estacionamento abusivo e desorganizado na localidade.

3. Prevê-se que este espaço se constitua como marcante para a aldeia, que apoie a dinamização da economia local.

4. Estes são os fundamentos de interesse público que presidem ao projeto de criação/execução do ESPAÇO MULTIUSOS de CARVA.

5. A execução do projeto, em causa, integra-se, inquestionavelmente, no âmbito das atribuições e das competências municipais, em matéria de promoção do desenvolvimento, conforme decorre da alínea m), do n°2, do Artigo 23° e alínea ff), do n°1, do Artigo 33°, todos do Anexo I, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, que veio estabelecer o regime jurídico das autarquias locais, aprovar o estatuto das entidades intermunicipais, estabelecer o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprovar o regime jurídico do associativismo autárquico, diploma legal que revogou, parcialmente, o regime jurídico anterior, não obstante a entrada em vigor da Lei n° 50/2018, de 16 de agosto e dos correspondentes diplomas setoriais, em matéria de descentralização administrativa.

6. A execução da obra/projeto supra referidos projeta-se em terreno de particular, sendo, neste último caso, necessário proceder à aquisição da parcela, por via do direito privado ou por expropriação, quer para efeitos do disposto no Artigo 352° do CCP.

7. Encontram-se, assim, reunidos os pressupostos legitimadores - causa de utilidade pública e existência de norma habilitante - indispensáveis à promoção dos procedimentos administrativos tendentes à regularização da disponibilização de uma parcela de terreno, a qual é necessária à

materialização de tal projeto, mediante a tomada de resolução de requerer a utilidade pública da expropriação da parcela de terreno necessária à execução do "ESPAÇO MULTIUSOS de CARVA", em conformidade com o disposto no Artigo 10° do Código das Expropriações - C.E -, aprovado pela Lei n° 168/99, de 18 de setembro, alterado e republicado pela Lei n° 56/2008, de 4 de setembro.

8. O bem imóvel/parcela de terreno necessária à execução do "ESPAÇO MULTIUSOS de CARVA", encontra-se melhor identificado no "Mapa de Expropriações", documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, e que se anexa à presente Proposta sob o número 1, com a menção dos seguintes elementos, constantes do Artigo 10° do Código das Expropriações, a saber:

a) Número atribuído à parcela de terreno;

b) Nome dos proprietários e moradas;

c) Área da parcela a expropriar;

d) Localização da Parcela com a indicação do lugar e freguesia;

e) Identificação da parcela por referência à menção da descrição na Conservatória do Registo Predial de Murça e da inscrição matricial;

f) Estimativa dos encargos com a aquisição;

g) Previsão em IGT para a parcela em causa.

5. Para efeitos da estimativa dos encargos com as respetivas aquisições, o valor das mesmas é de **€12.075,00**[1], conforme relatório de avaliação prévia, elaborados pelo perito da lista oficial, José Carlos da Silva Pinto, Engenheiro Civil, documentos cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e se anexam à presente proposta.

II - Proposta em Sentido Estrito

- Considerando os elementos fundamentadores anteriormente evidenciados, indissociáveis não só, da determinação do interesse público que está na génese da concretização do projeto em questão, mas também da urgência da disponibilização dos bens imóveis da expropriação, os quais são indispensáveis à prossecução de tal objetivo;

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea vv), do n° 1, do artigo 33°, do Anexo I à Lei n°. 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal, órgão executivo da Autarquia, propor, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação,

[1] O valor a pagar pela aquisição das parcelas será objeto de financiamento através de fundos próprios, qual observará as regras legais em vigor sobre a matéria.

não sendo, tal competência, susceptível de delegação no Presidente da Câmara;

Assim, sugere ao Executivo Camarário que adote deliberação no sentido de:

a) Ao abrigo do disposto no Artigo 10° do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n°. 168/99, de 18 de setembro alterado e republicado pela Lei n° 56/2008, de 4 de setembro, seja adotada resolução de expropriar enquanto ato pré-expropriativo indispensável à obtenção da declaração de utilidade pública, com vista à aquisição da parcela de terreno, necessárias à execução do "ESPAÇO MULTIUSOS de CARVA" - e a executar em regime de empreitada de obras públicas;

b) Que, para o efeito, sejam aprovados todos os documentos que dão suporte fundamentador a tal resolução, particularmente, o "Mapa de Expropriações", e o respetivo relatório de avaliação prévia, da parcela de terreno em causa, produzidos pelo perito da lista oficial, José Carlos da Silva Pinto, Engenheiro Civil, contendo, em síntese, tais documentos, os elementos relativos à identificação do bem a expropriar, os correspondentes proprietários/interessados e a estimativa dos encargos a suportar com a aquisição;

c) Por último, caso a presente proposta venha a merecer acolhimento por parte do executivo camarário, deverá, o Presidente da Câmara, em sede de execução de tal decisão administrativa, notificar da adoção da resolução de requerer a declaração da utilidade pública da expropriação o respetivo proprietário, por carta registada com aviso de receção, no cumprimento do disposto no n°. 5, do citado Artigo 10° do C.E., formulando-lhes, simultaneamente, proposta de aquisição pela via do direito privado, nos termos do n.° 2, do Artigo 11°, do referido código, sendo certo que, dos contactos e diligências já desenvolvidos, tudo aponta para o sucesso da aquisição por via do direito privado.

Murça, 11 de agosto de 2026

O Presidente da Câmara Municipal,

Mário Artur Correia Lopes

Em Anexo: Mapa do bem a expropriar; Relatório de avaliação prévia; Proposta de Cabimento; Planta parcelar; Cadernetas prediais;

CONTRIBUINTE N.º 506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

DOC: 2026,Geral,E,G,4641 Nº Pendente 99500

IMPRESSO	PAGINA
2026/08/07	1

REQUISIÇÃO EXTERNA DE DESPESA

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	anamaria	2026/08/07	785	2026

CONTRIBUINTE	TERCEIRO CLASSE	N.º COMP.
129782165	8423 FFCC	2026 / 710

AUTORIZAÇÃO	DESTINATÁRIO	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO
2026/08/07			

CONTRACÇÃO DE DÍVIDA	NÚMERO DO CONTRATO	GESTOR DO CONTRATO	DESCRIÇÃO

DESCRIÇÃO DA DESPESA
AQUISIÇÃO DE UM TERRENO NA LOCALIDEDE DE CARVA, UNIÃO DE FREGUESIAS CARVA-VILARES DE UM ESPAÇO MULTIUSOS EM CARVA

TIPO DE DESPESA		TAXA		IMPORTÂNCIAS			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	IVA	DESCRIÇÃO	BASE	DESCONTOS	INCIDÊNCIA	IVA
TRN3	AQUISIÇÃO DE TERRENOS - DOMINIO PRIVADO		ISENTO	12.075,000		12.075,000	

EXTENSO
DOZE MIL E SETENTA E CINCO EUROS

Documento n.º 2026/785, Compromisso n.º 2026/710, efetuado com base no(s) cabimento(s): 2026/728

TOTAIS	
TOTAL ILÍQUIDO.....	12.075,00
TOTAL DE DESCONTOS ..	
TOTAL DE IVA	
TOTAL LÍQUIDO.....	12.075,00

Fundo Disponível anterior ao compromisso no valor de 1.944.770,56 €
Montante do compromisso A8MI para FD no valor total de 12.075,00 €
Fundo Disponível após compromisso LCPA no valor de 1.932.695,56 €

PROPOSTA CABIMENTO				CLASSIFICAÇÃO DESPESA		PLANO		CLASSIFICAÇÃO ANALÍTICA	IMPORTÂNCIAS		
ANO	NÚMERO	LINHA	TIPO	ORGÂNICA	ECONÓMICA	ANO	T	NÚMERO	DOT. DISPONÍVEL	A COMPROMETER	SALDO APÓS
2026	728	1	TRN3	02	070101	2017	I	2	125.000,00	12.075,00	112.925,00

SERVIÇO REQUISITANTE	COMPROMISSO EFETUADO EM 2026/08/07	

(anamaria)

PROCESSADO POR COMPUTADOR

ANEXO III

INFORMAÇÃO DE COMPROMISSO

(a que se refere o n.º 1 do artigo 4 º)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de compromisso : 2026 / 710 Data do registo (1) : 2026/08/07

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	125.000,00 (€)	100.00 (%)		Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026

Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL

Classificação Funcional : 2.4.2. 0102 ORDENAMENTO DE TERRITÓRIO PROJETO/EXECUÇÃO

Classificação Económica : 070101 INVESTIMENTOS TERRENOS

N.º Rubrica do Plano : 2017 I 2

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	100.000,00				
3 = 1+2	Dotação corrigida	125.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Compromissos registados					
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	125.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	12.075,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	112.925,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00

(1) Data do registo do compromisso relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/08/07 Número de lançamento no diário do orçamento: 10397

Outras Observações :

Documento n.º 2026/785, Compromisso n.º 2026/710 AQUISIÇÃO DE UM TERRENO NA LOCALIDEDE DE CARVA, UNIÃO DE FREGUESIAS CARVA-VILARES PARA EXECUÇÃO DE UM ESPAÇO MULTIUSOS EM CARVA
Foi atribuído o Fundo Disponivel n.º 1520 do diário dos fundos disponíveis.

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

Consulta de PDM - Município de Murça



06/08/2026, 10:45:57

1:564

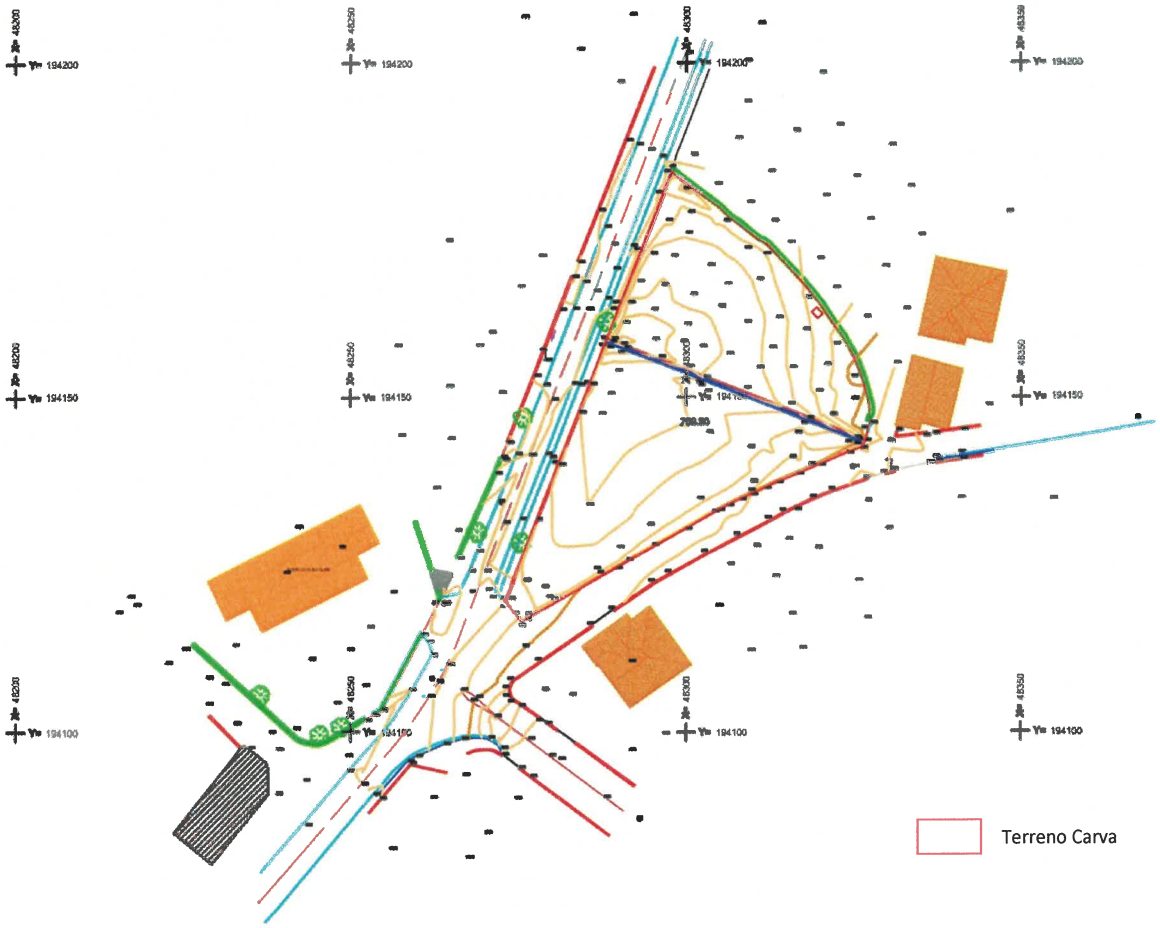
0 0 0.01 0.01 mi

0 0.01 0.01 0.02 km

Sources: Esri, TomTom, Garmin, FAO, NOAA, USGS, © OpenStreetMap contributors, and the GIS User Community, Microsoft, Vantor

Município de Murça

Microsoft, Vantor | Esri Community Maps Contributors, Dirección General de Catastro, Instituto Geográfico Nacional, Esri, TomTom, Garmin, GeoTechnologies, Inc, METI/NASA, USGS | INE, Instituto


Terreno Carva

Consulta de PDM - Município de Murça



06/08/2026, 10:47:50

1:1,128

0 0.01 0.01 0.02 mi

0 0.01 0.02 0.04 km

MONUMENTOS, CONJUNTOS E SITIOS
- INTERESSE NACIONAL (IN)
- INTERESSE PÚBLICO (IP)
- LIMITE DE CONCELHO CAOP 2012.1
- LIMITE DE FREGUESIA CAOP 2012.1
- ALBUFEIRA DO TUA
- LEITOS QUE INTEGRAM A REN
- LEITO E MARGENS DOS CURSOS DE ÁGUA
- ZONAS INUNDÁVEIS
- ALBUFEIRA DO TUA
- ZONA RESERVADA DA ALBUFEIRA DO TUA (100m)
- ZONA TERRESTRE DE PROTEÇÃO (500m)
- REN_LEITOS_POLIGONO
- PEDREIRAS
- ÁREA DE CONCESSÃO DE ÁGUA MINERAL NATURAL DE CALDAS DE CARLÃO

ZONAS DE PROTEÇÃO DA CONCESSÃO DE ÁGUA MINERAL
- ZONA IMEDIATA DE PROTEÇÃO (PORTARIA N.º 289/2005)
- ZONA INTERMÉDIA DE PROTEÇÃO (PORTARIA N.º 289/2005)
- ZONA ALARGADA DE PROTEÇÃO (PORTARIA N.º 289/2005)
- SOLOS INTEGRADOS NA RAN

REGIME FLORESTAL
- PERÍMETRO FLORESTAL DA SERRA DE SÃO DOMINGOS E ESCARÃO
- PERÍMETRO FLORESTAL DA SERRA DE SANTA COMBA
- EUCALYPTUS GLOBULUS LABILLARDIÈRE
- ÁREAS DE REN
- LEITOS QUE INTEGRAM A REN

REDE VIÁRIA
- REDE NACIONAL FUNDAMENTAL
- ESTRADAS REGIONAIS
- ESTRADAS DESCLASSIFICADAS SOB JURISDIÇÃO DA EP
- ESTRADAS MUNICIPAIS

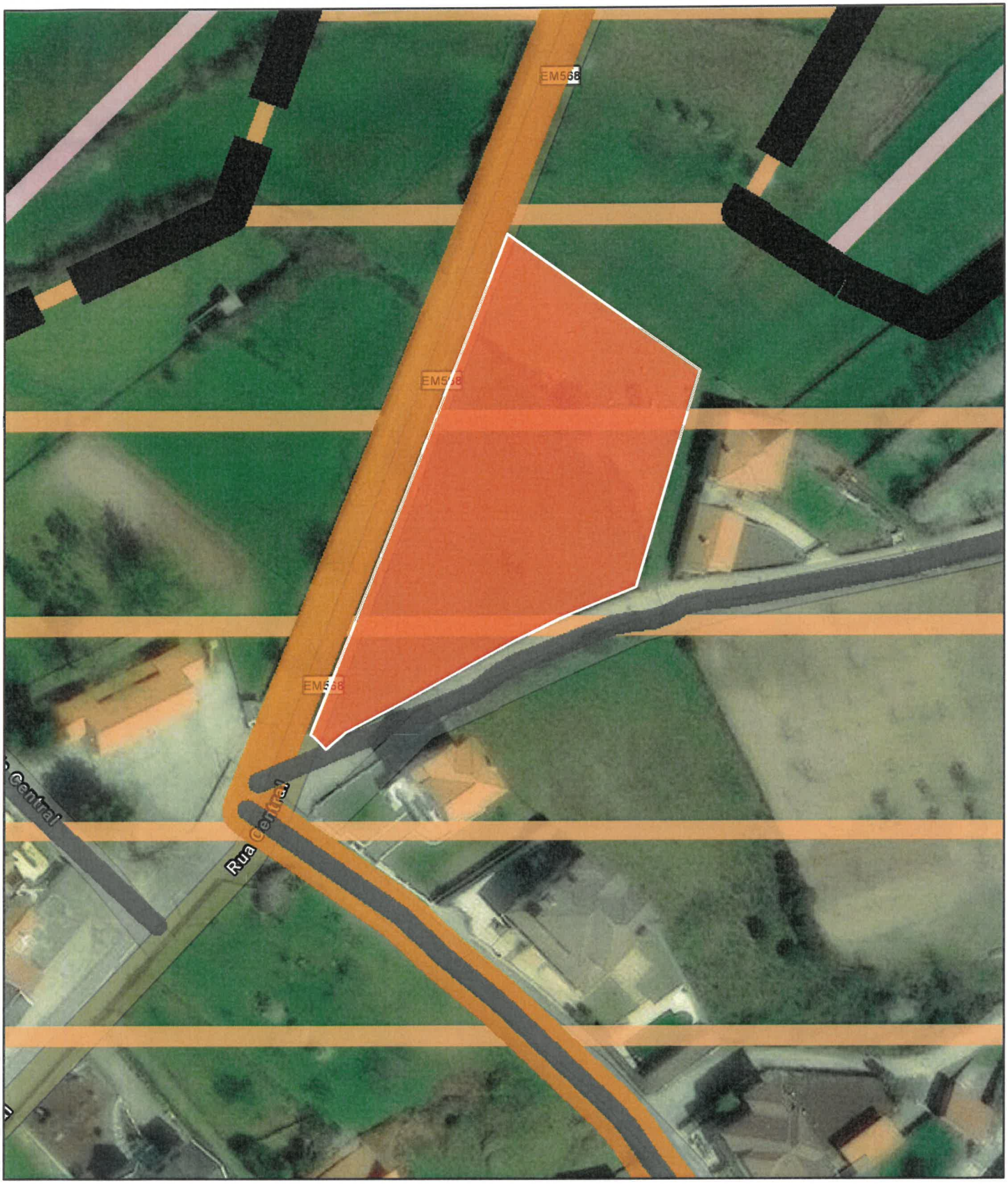
REDE
REDE
MONU

Sources: Esri, TomTom, Garmin, FAO, NOAA, USGS, © OpenStreetMap contributors, and the GIS User Community, Microsoft, Vantor

Município de Murça

Microsoft, Vantor | Esri Community Maps Contributors, Dirección General de Catastro, Instituto Geográfico Nacional, Esri, TomTom, Garmin, GeoTechnologies, Inc, METI/NASA, USGS | INE, Instituto

Consulta de PDM - Município de Murça



06/08/2026, 10:47:29

1:1,128

0 0.01 0.01 0.02 mi

0 0.01 0.02 0.04 km

- LIMITE DE CONCELHO CAOP 2012.1
- LIMITE DE FREGUESIA CAOP 2012.1
- LIMITE DO PERÍMETRO URBANO
- LIMITE DO PARQUE NATURAL REGIONAL DO VALE DO TUA
- ÁREAS POTENCIAIS
- SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

REDE VIÁRIA
- REDE NACIONAL FUNDAMENTAL
- ESTRADAS REGIONAIS
- ESTRADAS DESCLASSIFICADAS SOB JURISDIÇÃO DA EP
- ESTRADAS MUNICIPAIS
- CAMINHOS MUNICIPAIS
- REDE VIÁRIA URBANA

- CAPTAÇÕES DE ÁGUA SUBTERRÂNEA
- ALBUFEIRA
- ESPAÇOS CENTRAIS

ESPAÇOS RESIDENCIAIS
- ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE NIVEL I
- ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE NIVEL II

SOLO URBANO
- ESPAÇOS DE USO ESPECIAL
- ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS

ESPAÇOS VERDES
- ESPAÇOS VERDES DE PROTEÇÃO E SALVAGUARDA
- ESPAÇOS VERDES DE ENQUADRAMENTO
- ESPAÇOS VERDES DE UTILIZAÇÃO COLETIVA

SOLO URBANIZÁVEL
- ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE
- ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE
- ESPAÇOS DE ATIVIDADES

SOLO RURAL
- **ESPAÇOS CULTURAIS**
- ESPAÇOS DE RECURSOS
- ESPAÇOS DESTINADOS A

ESPAÇOS AGRÍCOLAS OU FLORESTAIS
- ESPAÇOS AGRÍCOLAS
- ESPAÇOS FLORESTAIS DE
- ESPAÇOS FLORESTAIS DE
- ESPAÇOS DE USO MÚLTIPLO

Sources: Esri, TomTom, Garmin, FAO, NOAA, USGS, © OpenStreetMap contributors, and the GIS User Community, Microsoft, Vantor

Município de Murça

Microsoft, Vantor | Esri Community Maps Contributors, Dirección General de Catastro, Instituto Geográfico Nacional, Esri, TomTom, Garmin, GeoTechnologies, Inc, METI/NASA, USGS | INE, Instituto

MUNICÍPIO DE MURÇA

PRESENTE À REUNIÃO DE 14 / 8 / 2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade. A Dpsu em minuta Executar

PROPOSTA 22/GAP/2026

EXECUÇÃO DE PROLONGAMENTO DE PASSEIO e MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE CIRCULAÇÃO - Rua da Barroca

Regularização da aquisição de parcela de terreno, necessária à realização da referida obra.

Adoção de resolução de expropriar, nos termos do Artigo 10° do C.E.

I - Antecedentes e Justificação

1. O Município de Murça pretende promover uma reformulação global do passeio da Rua da Barroca, na Vila de Murça, freguesia de Murça, através do prolongamento do passeio existente e melhoria das condições de circulação rodoviária.

2. A principal intervenção prevista - Prolongamento de Passeio e Melhoria de Condições de Circulação - terá como objetivo prolongar um passeio que é abruptamente interrompido por uma ruina e alargar o espaço de circulação rodoviária, criando melhores condições de visibilidade e circulação.

3. Prevê-se que esta parcela permita que os peões possam circular em condições de segurança, sem ter que contornar o obstáculo, constituído pela ruína, uma vez que atualmente têm que o fazer circulando na via de circulação automóvel.

4. À data de execução do passeio deveria desde logo ter sido executada a aquisição da parcela para evitar a descontinuidade do passeio, situação que se pretende solucionar atualmente.

5. Estes são os fundamentos de interesse público que presidem ao projeto de criação/execução de passeio.

6. A execução do projeto, em causa, integra-se, inquestionavelmente, no âmbito das atribuições e das competências municipais, em matéria de promoção do desenvolvimento, conforme decorre da alínea m), do n°2, do Artigo 23° e alínea ff), do n°1, do Artigo 33°, todos do Anexo I, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, que veio estabelecer o regime jurídico das autarquias locais, aprovar o estatuto das entidades intermunicipais, estabelecer o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprovar o regime jurídico do associativismo autárquico, diploma legal que revogou, parcialmente, o regime jurídico anterior, não obstante a entrada em vigor da Lei n° 50/2018, de 16 de agosto e dos correspondentes diplomas setoriais, em matéria de descentralização administrativa.

7. A execução da obra/projeto supra referidos projeta-se em terreno de particular, sendo, neste último caso, necessário proceder à aquisição da parcela, por via do direito privado ou por expropriação, quer para efeitos do disposto no Artigo 352° do CCP.

8. Encontram-se, assim, reunidos os pressupostos legitimadores - causa de utilidade pública e existência de norma habilitante - indispensáveis à promoção dos procedimentos administrativos tendentes à regularização da disponibilização de uma parcela de terreno, a qual é necessária à materialização de tal projeto, mediante a tomada de resolução de requerer a utilidade pública da expropriação da parcela de terreno necessária à execução da intervenção de Prolongamento de Passeio e Melhoria de Condições de Circulação, em conformidade com o disposto no Artigo 10° do Código das Expropriações - C.E -, aprovado pela Lei n° 168/99, de 18 de setembro, alterado e republicado pela Lei n° 56/2008, de 4 de setembro.

9. O bem imóvel/parcela de terreno necessária à execução da intervenção, encontra-se melhor identificado no "Mapa de Expropriações", documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, e que se anexa à presente Proposta sob o número 1, com a menção dos seguintes elementos, constantes do Artigo 10° do Código das Expropriações, a saber:

a) Número atribuído à parcela de terreno;

b) Nome dos proprietários e moradas;

c) Área da parcela a expropriar;

d) Localização da Parcela com a indicação do lugar e freguesia;

e) Identificação da parcela por referência à menção da descrição na Conservatória do Registo Predial de Murça e da inscrição matricial;

f) Estimativa dos encargos com a aquisição;

g) Previsão em IGT para a parcela em causa.

5. Para efeitos da estimativa dos encargos com as respetivas aquisições, o valor das mesmas é de **€9.600,00**[1], conforme relatório de avaliação prévia, elaborados pelo perito da lista oficial, José Carlos da Silva Pinto, Engenheiro Civil, documentos cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e se anexam à presente proposta.

[1] O valor a pagar pela aquisição das parcelas será objeto de financiamento através de fundos próprios, qual observará as regras legais em vigor sobre a matéria.

II - Proposta em Sentido Estrito

- Considerando os elementos fundamentadores anteriormente evidenciados, indissociáveis não só, da determinação do interesse público que está na génese da concretização do projeto em questão, mas também da urgência da disponibilização dos bens imóveis da expropriação, os quais são indispensáveis à prossecução de tal objetivo;

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea vv), do nº 1, do artigo 33º, do Anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal, órgão executivo da Autarquia, propor, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação, não sendo, tal competência, susceptível de delegação no Presidente da Câmara;

Assim, sugere ao Executivo Camarário que adote deliberação no sentido de:

a) Ao abrigo do disposto no Artigo 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº. 168/99, de 18 de setembro alterado e republicado pela Lei nº 56/2008, de 4 de setembro, seja adotada resolução de expropriar enquanto ato pré-expropriativo indispensável à obtenção da declaração de utilidade pública, com vista à aquisição da parcela de terreno, necessárias à execução do "Prolongamento de Passeio e Melhoria de Condições de Circulação" - e a executar em regime de empreitada de obras públicas;

b) Que, para o efeito, sejam aprovados todos os documentos que dão suporte fundamentador a tal resolução, particularmente, o "Mapa de Expropriações", e o respetivo relatório de avaliação prévia, da parcela de terreno em causa, produzidos pelo perito da lista oficial, José Carlos da Silva Pinto, Engenheiro Civil, contendo, em síntese, tais documentos, os elementos relativos à identificação do bem a expropriar, os correspondentes proprietários/interessados e a estimativa dos encargos a suportar com a aquisição;

c) Por último, caso a presente proposta venha a merecer acolhimento por parte do executivo camarário, deverá, o Presidente da Câmara, em sede de execução de tal decisão administrativa, notificar da adoção da resolução de requerer a declaração da utilidade pública da expropriação o respetivo proprietário, por carta registada com aviso de receção, no cumprimento do disposto no nº. 5, do citado Artigo 10º do C.E., formulando-lhes, simultaneamente, proposta de aquisição pela via do direito privado, nos termos do n.º 2, do Artigo 11º, do referido código,

MUNICÍPIO DE MURÇA

sendo certo que, dos contactos e diligências já desenvolvidos, poderá haver sucesso da aquisição por via do direito privado.

Murça, 11 de agosto de 2026

O Presidente da Câmara Municipal,

Mário Artur Correia Lopes

Em Anexo:
- Mapa do bem a expropriar;
- Relatório de avaliação prévia;
- Proposta de Cabimento;
- Planta parcelar;
- Cadernetas prediais.

MUNICÍPIO DE MURÇA
CONTRIBUINTE N.º506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

IMPRESSO	PAGINA
2026/08/10	1

P R O P O S T A D E C A B I M E N T O

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	rosa	2026/08/10	732	2026

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2026/08/10

AUTORIZAÇÃO __ / __ / __

PROCESSADO POR COMPUTADOR

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

TIPO DESP: TRN3-AQUISIÇÃO DE TERRENOS - DOMINIO PRIVADO
ORGÂNICA : 02 CÂMARA MUNICIPAL
ECONÓMICA: 070101 TERRENOS
PLANO : 2017 I 2
ORDENAMENTO DE TERRITÓRIO
PROJETO/EXECUÇÃO

DOTAÇÃO DISPONÍVEL
112.925,00
A CABIMENTAR
9.600,00
SALDO APÓS CABIMENTO
103.325,00

EXTENSO

NOVE MIL E SEISCENTOS EUROS

ANEXO II
INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

(a que se refere o n.° 1 do artigo 4.°)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de cabimento : 2026 / 732 Data do registo (1) : 2026/08/10

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	125.000,00 (€)	100.00 (%)		Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026
Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL
Classificação Funcional : 2.4.2. 0102 ORDENAMENTO DE TERRITÓRIO PROJETO/EXECUÇÃO
Classificação Económica : 070101 INVESTIMENTOS TERRENOS
N.° Rubrica do Plano : 2017 I 2

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	100.000,00				
3 = 1+2	Dotação corrigida	125.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Cabimentos registados	12.075,00				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	112.925,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
7	Cabimento relativo à despesa em análise	9.600,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	103.325,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00

(1) Data do registo do cabimento relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/08/10 Número de lançamento no diário do orçamento: 10431

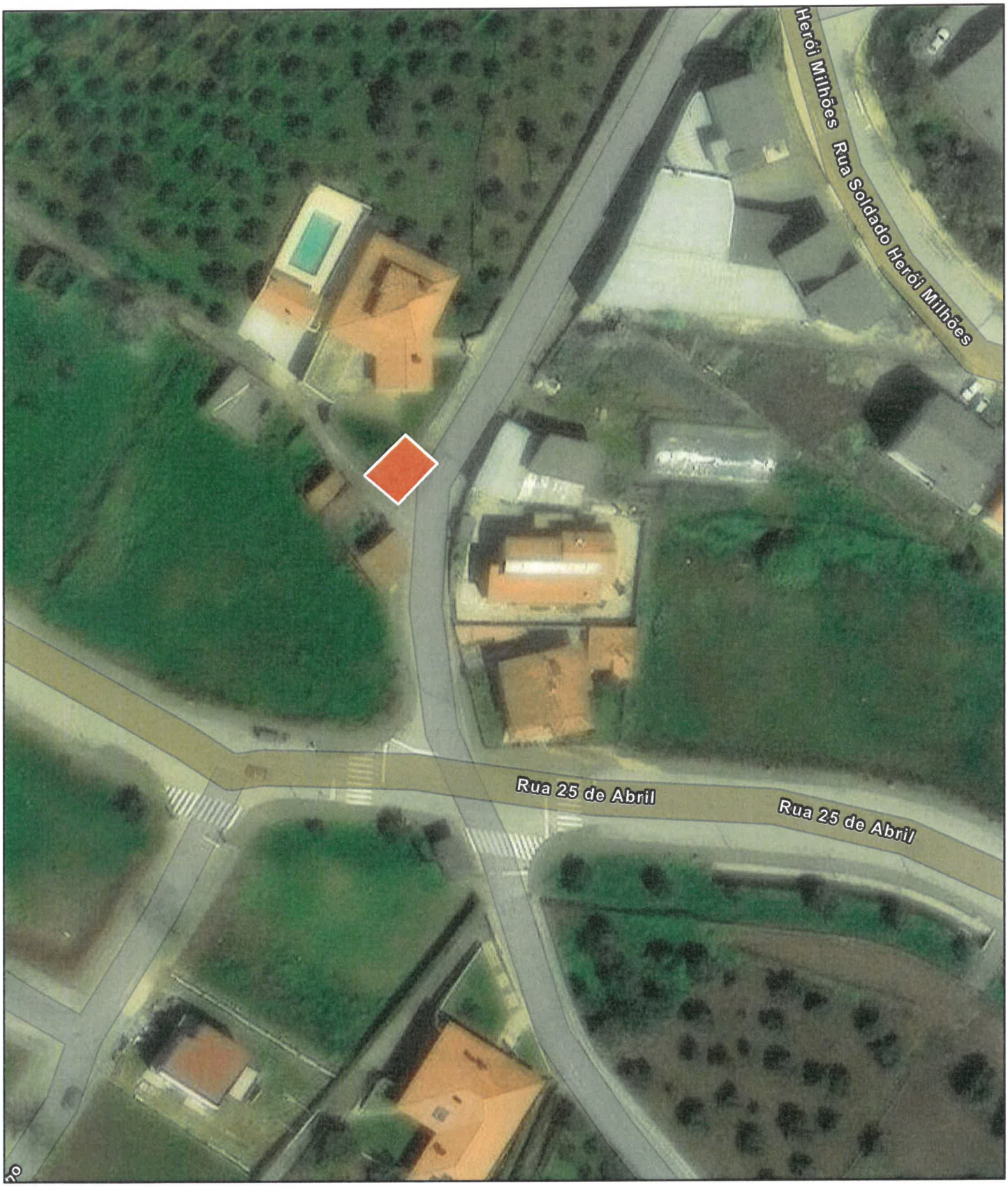
Outras Observações :
Proposta de Cabimento n.° 2026/7

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

_____
(assinatura)

Consulta de PDM - Município de Murça



06/08/2026, 16:40:40

1:1,128

0 0.01 0.01 0.02 mi

0 0.01 0.02 0.04 km

Sources: Esri, TomTom, Garmin, FAO, NOAA, USGS, © OpenStreetMap contributors, and the GIS User Community, Microsoft, Vantor

Município de Murça

INE, Instituto Geográfico Nacional, Esri, HERE, Garmin, USGS, NGA | Microsoft, Vantor | Esri Community Maps Contributors, Dirección General de Catastro, Instituto Geográfico Nacional, Esri,

Consulta de PDM - Município de Murça



06/08/2026, 16:40:23

1:1,128

0 0.01 0.01 0.02 mi

0 0.01 0.02 0.04 km

- LIMITE DE CONCELHO CAOP 2012.1
- LIMITE DE FREGUESIA CAOP 2012.1
- LIMITE DO PERÍMETRO URBANO
- LIMITE DO PARQUE NATURAL REGIONAL DO VALE DO TUA
- ÁREAS POTENCIAIS
- SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

REDE VIÁRIA
- REDE NACIONAL FUNDAMENTAL
- ESTRADAS REGIONAIS
- ESTRADAS DESCLASSIFICADAS SOB JURISDIÇÃO DA EP
- ESTRADAS MUNICIPAIS
- CAMINHOS MUNICIPAIS
- REDE VIÁRIA URBANA

- CAPTAÇÕES DE ÁGUA SUBTERRÂNEA
- ALBUFEIRA
- ESPAÇOS CENTRAIS

ESPAÇOS RESIDENCIAIS
- ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE NIVEL I
- ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE NIVEL II

SOLO URBANO
- ESPAÇOS DE USO ESPECIAL
- ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS

ESPAÇOS VERDES
- ESPAÇOS VERDES DE PROTEÇÃO E SALVAGUARDA
- ESPAÇOS VERDES DE ENQUADRAMENTO
- ESPAÇOS VERDES DE UTILIZAÇÃO COLETIVA

SOLO URBANIZÁVEL
- ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE
- ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE
- ESPAÇOS DE ATIVIDADES

SOLO RURAL
- ESPAÇOS CULTURAIS
- ESPAÇOS DE RECURSOS
- ESPAÇOS DESTINADOS A

ESPAÇOS AGRÍCOLAS OU FLORESTAIS
- ESPAÇOS AGRÍCOLAS
- ESPAÇOS FLORESTAIS DE
- ESPAÇOS FLORESTAIS DE
- ESPAÇOS DE USO MÚLTIPLO

Sources: Esri, TomTom, Garmin, FAO, NOAA, USGS, © OpenStreetMap contributors, and the GIS User Community, Microsoft, Vantor

Município de Murça

INE, Instituto Geográfico Nacional, Esri, HERE, Garmin, USGS, NGA | Microsoft, Vantor | Esri Community Maps Contributors, Dirección General de Catastro, Instituto Geográfico Nacional, Esri,

MUNICÍPIO DE MURÇA

PRESENTE A REUNIÃO DE 14 / 8 /2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade. Ao GAP e DJA. Executive

PROPOSTA N.º 23/GAP/2026

Adesão ao Código de Conduta, aprovado em anexo, à Lei n.º 5-A/2026, de 28 janeiro - Código de Conduta para as relações entre Representantes de Interesses Legítimos e Entidades Públicas.

I - **Enquadramento e justificação**

Considerando que:

- Em 28 de janeiro de 2026, foi publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 19, Suplemento, a Lei n.º 5-A/2026, que aprova, pela primeira vez no ordenamento jurídico português, um regime geral de transparência aplicável à representação legítima de interesses junto de entidades públicas e cria **o Registo de Transparência da Representação de Interesses (RTRI)**, a funcionar junto da Assembleia da República;

- Nos termos da alínea h), artigo 3.º da Lei n.º 5-A/2026, são expressamente incluídos no âmbito de aplicação subjetiva da lei "*os órgãos e os serviços da administração autónoma, da administração regional e da administração local, incluindo os respetivos gabinetes e as entidades intermunicipais*". Neste sentido o âmbito de aplicação integra as câmaras municipais e respetivos serviços, os gabinetes de apoio à presidência e vereação nos municípios, as assembleias municipais, as assembleias de freguesia e as juntas de freguesia;

- O n.º1 do artigo 4.º da Lei n.º 5-A/2026,consagra a obrigatoriedade de as entidades públicas abrangidas utilizarem o RTRI, com carácter público, gratuito e aberto, sob gestão da Assembleia da República;

- O n.º 3 do artigo 8.º, da Lei n.º 5-A/2026, em conjugação com o artigo 19.º do mesmo diploma, determina que, até à entrada em funcionamento do RTRI, as entidades públicas abrangidas, incluindo o Município de Murça, devem assegurar por meios próprios o registo e a publicitação das audiências concedidas a entidades representantes de interesses, divulgando-as, com periodicidade pelo menos trimestral, no seu sítio de internet;

- O n.º 2 do artigo 10.º, da Lei n.º 5-A/2026, impõe expressamente às entidades públicas de âmbito autárquico o dever de criarem mecanismos específicos de pegada legislativa, assegurando o registo de todas as interações ou consultas realizadas na fase preparatória de políticas públicas e de atos regulamentares, bem como a sua divulgação pública, na documentação relativa ao acompanhamento desses processos;

- O n.º 1 do artigo 12.º, da Lei n.º 5-A/2026, proíbe o exercício de atividades de representação de interesses junto do Município de Murça, durante três anos após a cessação de funções, aos titulares de cargos

políticos, altos cargos públicos, funcionários e membros dos respetivos gabinetes;

- O n.º 1 do artigo 15.º, da Lei n.º 5-A/2026, impõe que as entidades públicas abrangidas adiram ao Código de Conduta para as relações entre representantes de interesses legítimos e entidades públicas, aprovado em Anexo àquele diploma, do qual faz parte integrante;

- O n.º 2 do mesmo artigo e diploma em referência, prevê que as entidades públicas possam adotar disposições específicas relativas à representação de interesses nos seus códigos de conduta de emissão obrigatória, designadamente no que respeita ao tratamento de ofertas e hospitalidade e à pegada legislativa;

- O Município de Murça, enquanto entidade da administração local, já tem aprovado o seu código de conduta, revisto e publicado em DRE, 2.ª série, aviso n.º 21606/2025/2, de 28/08/2025, para o efeito e em cumprimento do artigo 7.º do Regime Geral de Prevenção da Corrupção, aprovado em anexo, ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro e ulteriores alterações, sendo agora necessário articular essas obrigações com os deveres específicos emergentes da Lei n.º 5-A/2026;

- Nos termos do artigo 21.º, da Lei n.º 5-A/2026, o regime entra em vigor no dia 27 de julho de 2026 (180 dias após a publicação do diploma), data a partir da qual o Município fica sujeito a todas as obrigações previstas.

II - Da proposta

Atenta, a fundamentação de facto e de direito, acima enunciadas e as obrigações decorrentes dos artigos 15.º, da Lei n.º 5-A/2026, de 28 de janeiro, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal, que adote deliberação no seguinte sentido:

1. O Município de Murça **adere ao Código de Conduta para as relações entre representantes de interesses legítimos e entidades públicas**, aprovado em Anexo, à Lei n.º 5-A/2026, de 28 de janeiro, do qual faz parte integrante, nos termos e para os efeitos do artigo 15.º, n.º 1, daquele diploma, que se traduz nas seguintes normas:

"Anexo

Código de conduta para as relações entre representantes de interesses legítimos e entidades públicas *(a que se refere o artigo 15.º)*

Artigo 1.º

Quadro de relacionamento institucional

1 - Os representantes de interesses legítimos reconhecem a importância de se relacionarem com entidades públicas de forma transparente, correta e rigorosa, e o papel fundamental desempenhado por um sistema de registo público.

2 - As entidades públicas reconhecem a importância dos representantes de interesses legítimos para a formação de decisões e políticas públicas informadas, procurando interagir de forma transparente com os representantes inscritos no Registo de Transparência da Representação de Interesses (RTRI).

Artigo 2.º

Incentivo ao registo

As entidades públicas incentivam o registo dos representantes de interesses legítimos no RTRI, particularmente quando verificarem que um representante de interesses legítimos que consigo queira interagir não se encontra registado no RTRI.

Artigo 3.º

Deveres de identificação

1 - Os representantes de interesses legítimos comprometem-se a indicar sempre essa qualidade em todos os contactos e correspondência trocada com as entidades públicas, incluindo o número de inscrição no RTRI e a declaração expressa de adesão a estas normas de conduta.

2 - Os representantes de interesses legítimos devem declarar com rigor os representados e interesses que representam em cada situação concreta, e esclarecer de forma inequívoca os objetivos que pretendem alcançar com a sua atuação.

Artigo 4.º

Responsáveis pela representação de interesses

As empresas e outras instituições devem indicar publicamente um responsável pela área de relações institucionais públicas.

Artigo 5.º

Deveres de conduta

1 - Nas suas relações com as entidades públicas, os representantes de interesses legítimos:

a) Não devem obter nem tentar obter informações ou decisões, recorrendo a pressões indevidas ou comportamentos inadequados;

b) Não devem alegar qualquer relação formal com as entidades públicas nas suas relações com terceiros, nem criar expectativas infundadas quanto ao efeito da sua inscrição no RTRI, de forma que engane terceiros;

c) Não devem vender a terceiros cópias de documentos que tenham obtido junto das entidades públicas;

d) Não devem incitar os membros das entidades públicas, os seus trabalhadores, colaboradores ou agentes a infringir as regras e normas que lhes são aplicáveis;

e) Caso empreguem antigos membros, trabalhadores, colaboradores ou agentes das entidades públicas, devem respeitar a obrigação que incumbe a essas pessoas de cumprir as regras e os requisitos de confidencialidade que lhes são aplicáveis;

f) Devem informar aqueles que representam das suas obrigações para com as entidades públicas com quem interagem;

g) Devem garantir a veracidade da informação que disponibilizam às entidades públicas.

2 - Os representantes de interesses legítimos devem aderir a outros códigos de conduta que se apliquem à sua atividade, e desenvolver concertadamente regras de conduta e regras deontológicas, tendo em conta a especificidade da regulamentação portuguesa."

2. O Código de Conduta, aprovado em Anexo, à Lei n.º 5-A/2026, vincula, no âmbito das relações com entidades representantes de interesses legítimos, todos os titulares de cargos políticos, membros de gabinetes, dirigentes e trabalhadores do Município de Murça, independentemente da natureza do vínculo.

3. Em conformidade, com o artigo 15.º, n.º 2, da Lei n.º 5-A/2026, podem ser adotadas disposições específicas relativas à matéria da representação de interesses, para a densificação das obrigações dos representantes de interesses legítimos e dos meios de acompanhamento da pegada legislativa, nomeadamente no que respeita ao tratamento a dar em matéria de ofertas e hospitalidade.

MUNICÍPIO DE MURÇA

4. Para efeitos do art.° 15.°, n.° 3 do diploma em referência, proceda-se à publicitação na respetiva página da Internet do Município, da adesão ao código de conduta, em anexo, à mencionada lei.

Murça, 11 de agosto de 2026

O Presidente da Câmara Municipal,

Mário Artur Correia Lopes

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão de Gestão Financeira

PRESENTE A REUNIÃO DE 14 / 8 / 2026
DELIBERADO Aprovado com 2 votos a favor e 2 abstenções.
A DGF.
Ref.ª DGF / 03 – INF36/2026

PROPOSTA

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo com a estratégia sugerida.
À próxima reunião de Câmara para deliberação.
03-08-2026-15:56:22 - Presidte

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Concordo com a proposta de atuação sugerida, sobre a matéria, pela DGF.
Neste contexto, deve, este assunto, ser agendado para a próxima reunião ordinária da CM, para deliberação e, em caso de aprovação da proposta, pelo executivo municipal, deverá a mesma ser sancionada, pela AM, em sede da próxima sessão ordinária do órgão deliberativo, a ter lugar no próximo mês de setembro.
Tais documentos de contas deverão ser remetidos para os devidos efeitos, ao TC.
À consideração do PC.
27-07-2026-12:37:22 - marcelo

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS DO ANO ECONÓMICO E FINACEIRO DE 2025.

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA E DATA

1. ENQUADRAMENTO LEGAL

Nos termos do disposto no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), os municípios que detenham entidades incluídas no perímetro de consolidação encontram-se obrigados à elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, as quais integram a prestação de contas do grupo municipal.
Adicionalmente, após a respetiva apreciação, as contas consolidadas devem ser remetidas ao Tribunal de Contas até 30 de junho, nos termos do artigo 52.º, n.º 4, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas)."

Excecionalmente, no seguimento da alteração do contrato de sociedade da Escola Profissional de Marquês do Valle Flôr, E.M. ocorrido durante o ano de 2025, obrigou à transposição do sistema contabilístico para o SNC-AP o que levou à aprovação das contas individuais da entidade para além do normal prazo e assim, consequentemente a elaboração e apresentação tardias do relatório e contas consolidadas do grupo municipal e subsequente envio intempestivo das mesmas ao Tribunal de Contas, tendo por esta entidade sido aprovada a data limite para remessa proposta, de 30 de setembro de 2026.

2. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Os documentos relativos à prestação de contas consolidadas do grupo municipal, integra o relatório de gestão, o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a demonstração consolidada das alterações no património líquido o anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Ao nível orçamental foram preparadas a demonstração consolidada de desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

3. SÍNTESE DO EXERCÍCIO

Balanço
Total do Ativo 49.035.164,04 €
Património Liquido 42.903.328,42 €
Total do Passivo 6.131.835,62 €

Demostração de Resultados
Rendimentos 12.013.261,39 €
Gastos -11.739.551,57 €
Resultado Liquido 237.383,77 €

Demostração de Fluxos de Caixa
Recebimentos 14.554.338,74 €
Pagamentos -14.421.118,42 €

Desempenho Orçamental
Receita (s/ saldo de gerência anterior) 14.678.419,25€
Despesa 14.600.114,96€

Saldos iniciais e finais do Desempenho Orçamental (de operações orçamentais e de operações de tesouraria)

Designação	Operações Orçamentais	Operações não Orçamentais	Total
Saldo Inicial	3.042.878,52	331.734,24	3.374.612,76
Saldo final	3.121.182,81	386.650,27	3.507.833,08

4. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Nos termos do disposto na alinea j) do n.º 1 do artigo 35º conjugado com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25 e alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que o Sr. Presidente da Câmara submeta a presente proposta à deliberação de Câmara e subsequente aprovação da Prestação de Contas consolidadas e Relatório de Gestão à Assembleia Municipal.

Murça, 23-07-2026

À consideração superior

O Chefe de Divisão

Mário José Pinto Sampaio

O Dirigente de 3.º Grau.

João Vítor Gomes Teixeira

Município de Murça



Relatório e Contas Consolidadas 2025

Divisão de Gestão Financeira

Índice

I – INTRODUÇÃO **3**

II – OBJETIVO DA CONSOLIDAÇÃO **4**

III – PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO **4**

IV – MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO **6**

V – EVOLUÇÃO DA GESTÃO DO CONJUNTO DAS ENTIDADES COMPREENDIDAS NA CONSOLIDAÇÃO **7**

VI – FACTOS RELEVANTES APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO **16**

VII - DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS **17**

VII.1 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL *18*

VII.2 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA *21*

VIII – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS **23**

VIII.1 – BALANÇO CONSOLIDADO *24*

VIII.2 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS *26*

VIII.3 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA *28*

VIII.4 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO *30*

IX – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS **33**

Índice de quadros

Quadro 1 – Entidades detidas/participadas 5

Quadro 2 – Síntese da estrutura do balanço consolidado 10

Quadro 3 – Análise da Divida a Terceiros 11

Quadro 4 – Análise da Divida de Terceiros 11

Quadro 5 – Demonstração de Resultados Consolidada 12

Quadro 6 – Resumo dos fluxos de caixa consolidados 13

Quadro 7 – Rácios 14

I – INTRODUÇÃO

O presente relatório reflete a atividade económica e financeira consolidada do Município de Murça relativa ao exercício de 2025.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro veio estabelecer o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), definindo os requisitos para a obrigatoriedade da consolidação de contas.

O n.º 1 do artigo 75.º da referida lei estabelece que *"sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas"*.

Tendo em consideração o disposto no n.º 3 do artigo 75.º da aludida Lei, o grupo municipal é composto por um município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controle corresponde ao poder de gerir políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Os documentos relativos à prestação de contas consolidadas do grupo municipal, integra o relatório de gestão, o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a demonstração consolidada das alterações no património líquido o anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Ao nível orçamental foram preparadas a demonstração consolidada de desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

II – OBJETIVO DA CONSOLIDAÇÃO

A informação económico-financeira, resultante da consolidação de contas, facilita a tomada de decisão e respetivo controlo, por parte das entidades e dos respetivos grupos públicos no que respeita ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, com especial relevo no controlo do défice orçamental. A contabilidade permite apresentar, através de linguagem própria, a avaliação do desempenho das entidades, tendo por base a qualidade da informação, a qual tem de ser fiável e isenta de desvios e erros. Neste sentido, as demonstrações financeiras devem ser elaboradas cumprindo princípios de transparência informativa, tendo em conta as consequências que têm no processo de decisão, nas estruturas, nos grupos de interesse, nas áreas de negócio e, em última instância, no diagnóstico económico e financeiro das mesmas.

Os princípios orientadores devem também garantir que a informação contabilística é completa, isto é, integra toda a informação e que nenhuma informação relevante ou de interesse para o utente/cidadão pode ficar omissa ou oculta, entendendo-se por informação relevante a que pode vir a influenciar a avaliação dos acontecimentos do passado, as decisões do presente e as estratégias do futuro.

A consolidação de contas proporciona uma visão verdadeira e apropriada sobre o grupo municipal como se de uma única entidade se tratasse, permitindo avaliar, quer o desempenho económico quer a situação financeira, do conjunto das entidades abrangidas na consolidação.

III – PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO

O perímetro de consolidação de contas do município integra as entidades controladas em que este participe, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

A obrigatoriedade de uma maior abrangência na prestação de informação consolidada foi refletida na alteração do perímetro de consolidação no atual Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI). A partir do ano

2014, e para efeitos de apuramento das entidades que concorrem para o perímetro de consolidação, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas deverão apurar, por um lado, a existência ou presunção de controlo, relativamente a outra entidade através da verificação dos pressupostos previstos nos n.os 4 e 5 do artigo 75.º de RFALEI, por outro lado, se se tratam das entidades especificamente elencadas no n.º 6 do mesmo artigo, serão de incluir sempre, independentemente da percentagem de participação.

A definição de perímetro de consolidação de contas e das condições de controlo ou de presunção de controlo são fundamentais para a delimitação do grupo público e, consequentemente, para a consolidação de contas.

Se, durante o exercício económico, uma entidade deixar de fazer parte integrante do perímetro de consolidação, as suas demonstrações financeiras não deverão ser incluídas no processo de consolidação anual, devendo este facto e o seu efeito serem explicitados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas de forma inequívoca, designadamente o momento a partir do qual as entidades deixam de ser parte integrante do perímetro de consolidação. Se a composição do conjunto das entidades incluídas na consolidação se alterar significativamente no decurso do exercício, as demonstrações financeiras consolidadas devem fornecer as informações que permitam a comparabilidade de conjuntos sucessivos de demonstrações financeiras consolidadas.

Apresenta-se, seguidamente, informação sobre as entidades detidas/participadas (societárias e não societárias) pelo município de Murça.

Quadro 1 – Entidades detidas/participadas

Entidades	Sede	Tipo de entidade	Participação (%)	Método de consolidação
Município de Murça	Praça 5 de Outubro – 5090 – 112 Murça	Entidade mãe		
Escola Profissional do Marquês de Valle Flôr, Lda.	Rua Marquês de Valle Flôr, 5090-138 Murça	Participada	51%	Cons. Integral
Águas do Norte, S.A.	Av. Osnabruck, 29, 5000-427 Vila Real	Participada	0,095%	Custo de aquisição
Águas do Interior Norte E.M., S.A.	Av. Rainha Santa Isabel, Nº 1, 5000-434 Vila Real	Participada	6,240%	Custo de aquisição

A entidade contabilística consolidante é o Município de Murça, constituindo as restantes entidades que cumprem os critérios definidos no artigo 75.º do RFALEI, o perímetro de consolidação. Assim, apenas a Escola Profissional do Marquês de Valle

Flor, E.M. Lda., doravante designada EPM, cumpre com o referido, encontrando-se as participações nas sociedades Águas do Norte, S.A. e Águas do Interior Norte E.M., S.A. registadas ao custo de aquisição, devido ao facto da participação do Município nestas sociedades ser inferior a 20%, (0,095% e 6,24%, respetivamente).

Iv – MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e subsequentes alterações que aprova o Sistema de Normalização para as Administrações Publicas estabelece para a consolidação de contas a Norma de Contabilidade Publica n.º 22 (NCP 22 - Demostrações Financeiras Consolidadas).

O objetivo desta norma é prescrever princípios para a apresentação e preparação de demostrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades.

Para efeitos de consolidação, as demonstrações financeiras das entidades pertencentes ao grupo público devem ser preparadas na mesma base contabilística, no caso a base de acréscimo. Os métodos e procedimentos de consolidação, devem ser aplicados de forma consistente de um exercício para o outro.

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas combinando as demonstrações financeiras da entidade mãe e das entidades controladas, numa base de linha a linha, adicionando rubricas idênticas de ativos, passivos, património líquido, gastos, rendimentos, pagamentos e recebimentos. No sentido de as demonstrações financeiras consolidadas apresentarem informação financeira relativa ao grupo público como se de uma única entidade se tratasse, deve ser utilizado o método da consolidação integral.

As demonstrações financeiras consolidadas, constituindo um complemento, e não um substituto, das demonstrações financeiras individuais, são elaboradas após a realização da homogeneização de critérios contabilísticos e das eliminações de operações internas, para que seja possível obter uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, dos resultados e da execução orçamental, das entidades que integram o grupo público.

Foi utilizado como método na presente consolidação de contas, o método da consolidação integral para a participada Escola Profissional do Marquês de Valle Flor, Lda., por se presumir a existência de controlo, nos termos do artigo 75.º n.º 5 do RFALEI. As participadas Águas do Norte, S.A., e Águas do Interior Norte E.M., S.A. não foram incluídas no perímetro da consolidação de contas pelo motivo da participação ser inferior a 20%, (0,095% e 6,24%, respetivamente), assim, esta participação financeira encontra-se registada no ativo do Município pelo seu custo de aquisição.

O método de consolidação integral consiste na integração no balanço, na demonstração dos resultados e, sendo caso disso, no mapa de execução orçamental da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações de resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas.

De referir também, que, para efeitos da consolidação de contas poder-se-á adotar o previsto nas Normas de Contabilidade Publica n.º 23 e n.º 24 (NCP 23- Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos e na NCP 24- Acordos Conjuntos).

A NCP 23 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, tem como objetivo prescrever o tratamento contabilístico dos Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos e definir os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial no tratamento contabilístico em associadas e empreendimentos conjuntos.

V – EVOLUÇÃO DA GESTÃO DO CONJUNTO DAS ENTIDADES COMPREENDIDAS NA CONSOLIDAÇÃO

A visão do município consiste em consolidar e diferenciar as áreas de formação de forma a tornar a EPM uma escola de referência na região, ao nível formativo e educacional. Entre estes propósitos a manutenção da sua situação financeira equilibrada e relevante bem como a estabilidade dos recursos humanos tendo em vista a congregação para um ensino de elevado valor ao nível da empregabilidade.

A EPM além da relevância social na população do município tem o impacto económico que consiste no fluxo das transferências do POPH às quais se candidata anualmente, a importância de mais de 100 alunos que permanecem em Murça e que geram

dinâmicas económicas e socias relevantes: residência de estudantes, aluguer de quartos, refeições em restaurantes, cafés e similares, supermercados, entre muitos outros exemplos.

VI.1 – Análise económica financeira da atividade consolidada

A análise seguinte tem como suporte o balanço consolidado, demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa consolidado, a demonstração consolidada das alterações no património líquido e documentos contabilísticos de base. Ao nível orçamental foram preparadas a demonstração consolidada de desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.

O primeiro quadro, sendo um documento estático, evidencia a posição financeira e patrimonial do grupo, onde constam os seus bens, direitos e dívidas a pagar, permitindo assim uma análise precisa da composição qualitativa do património que representa.

A demonstração consolidada dos resultados por natureza apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) servindo para avaliar a aplicação dos recursos utilizados em determinado período, permitindo apurar o resultado líquido do exercício, bem como a análise da composição dos seus diferentes resultados.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

As demonstrações orçamentais consolidadas são preparadas combinando as demonstrações orçamentais das entidades que compõem o perímetro de consolidação, numa base de linha a linha, adicionando rubricas idênticas de obrigações, de pagamentos, de liquidações e de recebimentos. No sentido de as demonstrações orçamentais consolidadas apresentarem informação orçamental relativa às entidades que compõem o perímetro de consolidação como se de uma única entidade se tratasse, deve ser utilizado como método de consolidação: o método da consolidação simples.

Constituindo um complemento, e não um substituto, das demonstrações orçamentais individuais, estas são elaboradas após a realização das homogeneizações e das eliminações de operações internas, para que seja possível obter uma imagem verdadeira e apropriada das obrigações, pagamentos, liquidações e recebimentos das entidades que compõem o perímetro de consolidação.

Com o objetivo de analisar a situação financeira consolidada do grupo, apresenta-se seguidamente uma síntese do balanço consolidado relativo aos exercícios de 2025 e 2024.

No que se refere ao balanço consolidado, no exercício de 2025, apresenta um ativo líquido, no valor de 49.035.164,04€ (46.009.130,61€ em 2024). O agregado que apresenta maior peso relativo é o ativo não corrente, com uma representatividade de 76,10% (74,85% em 2024), ascendendo, em termos absolutos, a 37.314.775,91€ (34.436.872,78€ em 2024).

A análise ao balanço consolidado permite-nos verificar que do exercício de 2024 para o exercício de 2025 se registou um aumento dos ativos em 3.026.033,44 €, o que representa um acréscimo de 6,58%. Este aumento justifica-se essencialmente pelo acréscimo da componente "ativos fixos tangíveis".

Na estrutura do Património Líquido, destacam-se as outras variações no património líquido que representam 54,89% desta componente, seguido dos resultados transitados 24,70%, o património/capital representando 15,77%.

O resultado líquido do exercício registou uma melhoria de 237.800,31€, passando de um resultado negativo de 416,54€ em 2024 para um resultado positivo de 237.383,77€ em 2025.

O passivo registou um acrescimento de 1.709.485,75 € (38,66%), face ao período anterior, sendo o principal motivo deste aumento, o acréscimo das rubricas "diferimentos" e de "financiamentos obtidos".

Verifica-se que o passivo representa 12,50% do ativo (9,61% em 2024), ascendendo o património líquido a 87,50% desta rúbrica (90,39% em 2024).

Quadro 2 – Síntese da estrutura do balanço consolidado

Componentes do Ativo	2025	%	2024	%	Var. %
Ativos fixos tangíveis	33.111.435,74	67,5%	30.244.479,35	61,7%	9,5%
Ativos intangíveis	36.464,18	0,1%	25.517,44	0,1%	42,9%
Investimentos financeiros	2.539.577,00	5,2%	2.540.708,99	5,2%	0,0%
Outros ativos financeiros	1.627.298,99	3,3%	1.626.167,00	3,3%	0,1%
Ativo não corrente	**37.314.775,91**	**76,1%**	**34.436.872,78**	**74,8%**	**8,4%**
Inventários	33.194,51	0,1%	27.553,57	0,1%	20,5%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	6.300.340,75	12,8%	5.996.082,64	13,0%	5,1%
Clientes, contribuintes e utentes	72.294,15	0,1%	96.871,03	0,2%	-25,4%
Estado e outros entes públicos	41.326,47	0,1%	12.745,51	0,0%	224%
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Outras contas a receber	1.739.731,28	3,5%	2.048.061,69	4,5%	-15,1%
Diferimentos	25.667,90	0,1%	16.330,63	0,0%	57,2%
Caixa e depósitos	3.507.833,08	7,2%	3.374.612,76	7,3%	3,9%
Activo corrente	**11.720.388,14**	**23,9%**	**11.572.257,83**	**25,2%**	**1,3%**
Total do ATIVO	**49.035.164,04**	**100,0%**	**46.009.130,61**	**100,0%**	**6,6%**

Componentes do Património Líquido	2025	%	2024	%	Variação %
Património/Capital	6.767.723,45	15,8%	6.767.723,45	16,3%	0,0%
Reservas	664.669,70	1,5%	664.418,65	1,6%	0,0%
Resultados transitados	10.595.522,95	24,7%	10.590.753,08	25,5%	0,0%
Ajustamentos em ativos financeiros	490.264,52	1,1%	490.264,52	1,2%	0,0%
Outras variações no Património Líquido	23.547.555,69	54,9%	22.478.963,37	54,1%	4,8%
Resultado líquido do período	237.383,77	0,6%	-416,54	0,0%	n.a.
Interesses que não controlam	600.208,34	1,4%	595.074,21	1,4%	0,9%
Total do Património Liquido	**42.903.328,42**	**100,0%**	**41.586.780,74**	**100,0%**	**3,2%**

Componentes do Passivo	2025	%	2024	%	Variação %
Financiamentos obtidos	1.889.643,95	30,8%	1.156.401,63	26,1%	63,4%
Diferimentos	0,00	0,0%	15.960,00	0,0%	-100,0%
Outras contas a pagar	386.657,95	6,3%	331.741,92	7,5%	16,6%
Passivo não corrente	**2.276.301,90**	**37,1%**	**1.504.103,55**	**33,7%**	**51,3%**
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	91.496,89	1,5%	137.041,50	3,1%	-33,2%
Fornecedores	422.187,32	6,9%	537.889,24	12,2%	-21,5%
Estado e outros entes públicos	59.646,00	1,0%	52.569,00	1,2%	13,5%
Acionistas/sócios/associados	-0,00	0,0%	229,10	0,0%	-100,0%
Financiamentos obtidos	167.958,56	2,7%	132.760,14	3,0%	26,5%
Fornecedores de investimentos	0,00	0,0%	43.295,00	1,0%	-100%
Outras contas a pagar	1.291.397,89	21,1%	1.162.411,95	26,3%	11,1%
Diferimentos	1.822.847,06	29,7%	852.050,39	19,3%	113,9%
Passivo corrente	**3.855.533,72**	**62,9%**	**2.918.246,32**	**66,0%**	**32,1%**
Total do Passivo	**6.131.835,62**	**100,0%**	**4.422.349,87**	**99,6%**	**38,7%**
Total do Património Liquido e Passivo	**49.035.164,04**	**-**	**46.009.130,61**	**-**	**6,6%**

ANÁLISE DA DÍVIDA

De forma a evidenciar a evolução da dívida do grupo nos últimos dois anos, apresenta-se a seguir o quadro 3, que traduz de forma direta a dívida a terceiros entre 2024 e 2025, conforme informação constante no passivo do respetivo balanço.

Quadro 3 – Análise da Divida a Terceiros

Designação	2025			2024	Var. %
	Municipio	EPM	Grupo	Grupo	
Financiamentos Obtidoss M/L prazos	1.889.643,95	0,00	1.889.643,95	1.156.401,63	63,4%
Outras Contas a Pagar	386.657,95	0,00	386.657,95	331.741,92	16,6%
Divida não corrente	**2.276.301,90**	**0,00**	**2.276.301,90**	**1.488.143,55**	**53,0%**
Credores por transferências e subsidios não reembolsaveis concedidos	91.496,89	0,00	91.496,89	137.041,50	-33,2%
Dividas a fornecedores de curto prazo	395.079,18	27.108,14	422.187,32	581.184,24	-27,4%
Estado e Outros Entes Públicos	43.308,43	16.337,57	59.646,00	52.569,00	13,5%
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	229,10	-100,0%
Financiamentos Obtidos	167.958,56	0,00	167.958,56	132.760,14	26,5%
Outros contas a pagar	696.354,40	595.043,49	1.291.397,89	1.162.411,95	11,1%
Dívida Corrente	**1.394.197,46**	**638.489,20**	**2.032.686,66**	**2.066.195,93**	**-1,6%**
Divida total	**3.670.499,36**	**638.489,20**	**4.308.988,56**	**3.554.339,48**	**21,2%**

Assim constatamos que a dívida global do grupo, teve um acréscimo de 21,90% entre 2024 e 2025 maioritariamente pelo aumento verificado na rubrica "financiamento obtidos". De entre as várias rubricas que compõe a dívida a terceiros, destacam-se pelo seu significado, as rúbricas "financiamentos obtidos", "outras contas a pagar" e "dívidas a fornecedores de curto prazo.

Quadro 4 – Análise da Divida de Terceiros

Designação	2025			2024	Var. %
	Municipio	EPM	Grupo	Grupo	
Devedores por transferências e subsidios não reembolsáveis	6.300.340,75	0,00	6.300.340,75	5.996.082,64	5,1%
Clientes, Contribuintes e Utentes c/c	72.294,15	0,00	72.294,15	96.871,03	-25,4%
Estado e outros Entes Públicos	41.026,54	299,93	41.326,47	12.745,51	224,2%
Outras Contas a Receber	1.174.238,63	565.492,65	1.739.731,28	2.048.061,69	-15,1%
Divida total	**7.587.900,07**	**565.792,58**	**8.153.692,65**	**8.153.760,87**	**0,0%**

Conforme se pode verificar pelo quadro 4, a dívida de terceiros manteve-se no seu total praticamente estática entre 2024 e 2025, apesar das variações das suas componentes.

Quadro 5 – Demonstração de Resultados Consolidada

RENDIMENTOS E GASTOS	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Impostos, Contribuições e taxas	743.345,03 €	674.533,73 €
Prestações de serviços e concessões	807.454,84 €	746.779,19 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	9.315.780,72 €	9.370.705,61 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 207.136,33 €	- 167.385,90 €
Fornecimentos e serviços externos	- 2.729.100,95 €	- 3.513.995,94 €
Gastos com o pessoal	- 4.330.801,83 €	- 4.108.863,44 €
Transferências e subsídios concedidos	- 2.096.757,55 €	- 1.892.352,02 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 57.471,97 €	- 307,31 €
Outros rendimentos	1.140.017,35 €	1.059.326,99 €
Outros gastos	- 896.423,97 €	- 841.363,75 €
Resultados antes de depreciação e gastos de financiamento	**1.688.905,34 €**	**1.327.077,16 €**
Gastos/reversões de depreciação e amortização	- 1.368.978,68 €	- 1.299.471,07 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	**319.926,66 €**	**27.606,09 €**
Juros e rendimentos similares obtidos	6.663,45 €	- €
Juros e gastos similares suportados	- 49.523,44 €	- 13.073,82 €
Resultado antes de impostos	**277.066,67 €**	**14.532,27 €**
Imposto sobre o rendimento	- 3.356,85 €	- 1.160,46 €
Resultado líquido do período	**273.709,82 €**	**13.371,81 €**
Resultado líquido do período atribuível a:		
Detentores do capital da entidade-mãe	237.383,77 €	- 416,54 €
Interesses que não controlam	37.460,70 €	13.788,35 €

Ao nível da demonstração de resultados consolidada, o ano de 2025, apresenta gastos totais que ascendem a 11.739.551,57€ (11.837.973,71€ em 2024), sendo os rendimentos no montante de 12.013.261,39€ (11.851.345,52€ em 2024). Consequentemente o resultado líquido consolidado fixou-se em 273.709,82€ (13.371,81€ em 2024) atribuindo-se ao grupo municipal 237.383,77€ (-416,54€ em 2024) e 37.460,70€ (13.788,35€ em 2024) aos interesses que não controlam.

Analisando a estrutura dos gastos do grupo municipal por ordem de grandeza, verifica-se que os gastos com pessoal representam 36,89% (contra 34,71% em 2024), os fornecimentos e serviços externos ascendem a 23,25% (sendo 29.68% no período anterior) e as transferências e subsídios representam 17,86% (15,99% em 2024), sendo estas as três rúbricas mais representativas dos gastos do grupo municipal.

Relativamente à estrutura de rendimentos, verifica-se que as rúbricas mais representativas são as transferências e os subsídios obtidos que ascendem a 77,55% (sendo 79,07% no ano anterior) do total dos rendimentos do período, seguido de outros rendimentos que representam 9,49% (8,94% no período anterior) e das prestações de serviços e concessões que ascendem a 6,72% (contra 6,30% no período anterior).

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa discrimina os recebimentos e os pagamentos respeitantes à execução orçamental, segmentando os fluxos em correntes e de capital, discrimina ainda os valores cobrados para entrega a terceiros, ou seja, as operações de tesouraria.

Quadro 6 – Resumo dos fluxos de caixa consolidados

Rúbricas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	791.152,65 €	859.107,54 €
Recebimentos de contribuintes	658.984,04 €	644.109,65 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	8.904.408,07 €	8.555.815,91 €
Recebimentos de utentes	67.378,48 €	35.968,01 €
Pagamentos a fornecedores	-3.379.798,07 €	-4.134.504,19 €
Pagamentos ao pessoal	-3.234.398,38 €	-3.089.861,47 €
Pagamentos a contribuintes/utentes	-610.941,24 €	-443.097,60 €
Pagamentos de transferências e subsídios	-2.281.473,05 €	-2.060.310,22 €
Caixa gerada pelas operações	915.312,50 €	367.227,63 €
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	-971,54 €	0,00 €
Outros recebimentos/pagamentos	-702.578,29 €	-608.178,83 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)	211.762,67 €	-240.951,20 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-3.984.591,21 €	-2.263.530,77 €
Investimentos financeiros	0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	25.641,00 €	0,00 €
Subsídios ao investimento	685.708,14 €	727.050,31 €
Transferências de capital	2.451.311,38 €	1.264.081,84 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento (b)	-821.930,69 €	-272.398,62 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	963.109,53 €	1.127.390,00 €
Outras operações de financiamento	6.645,45 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-178.575,57 €	-78.367,05 €
Juros e gastos similares	-47.791,07 €	-12.487,46 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (C)	743.388,34 €	1.036.535,49 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	133.220,32 €	523.185,67 €
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.374.612,76 €	2.851.427,09 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.507.833,08 €	3.374.612,76 €
= Saldo da gerência seguinte	3.507.833,08 €	3.374.612,76 €
De execução orçamental	3.121.182,81 €	3.042.878,52 €
De operações de tesouraria	386.650,27 €	331.734,24 €

A análise dos fluxos de caixa orçamentais revela que do saldo inicial de depósitos em instituições financeiras e caixa (saldo da gerência anterior) que ascendeu a 3.374.612,76 €, o montante de 3.042.878,52 € teve origem na execução orçamental de 2024, sendo os remanescentes 331.734,24 € relativos a operações de tesouraria. Ao longo do exercício de 2025, os fluxos de caixa das atividades operacionais resultaram num valor positivo de 211.762,67 €, contrariamente aos fluxos de caixa das atividades de investimento, totalizando -821.930,69 €. Os fluxos de caixa das atividades de financiamento apresentaram um saldo positivo de 743.388,34 €.

Os fluxos de caixa referentes a operações de tesouraria foram positivos no valor de 54.916,03 €, resultante do acréscimo de retenções de garantias de empreitadas. Assim sendo, transita para o ano de 2026 um saldo de gerência no valor total de 3.507.833,08 €, sendo que 3.121.182,81€ tem origem em operações orçamentais e 386.650,27 € em operações de tesouraria.

Quadro 7 – Rácios

Indicadores	Rácio	2025	2024
Liquidez geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	303,99%	396,55%
Solvabilidade	Total do Patrimonio Liquido/Passivo	699,68%	940,38%
Endividamento	Total do Passivo/Total do Ativo	12,50%	9,61%
Estrutura do endividamento	Passivo Corrente/Passivo Não Corrente	169,38%	194,02%
Autonomia financeira	Total do Patrimonio Liquido/Total do Ativo	87,50%	90,39%

Rácio de Liquidez Geral – mede o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante. Quanto maior for este rácio, maior a certeza de que as dívidas de curto prazo podem ser pagas nos prazos correspondentes. Verifica-se uma tendência decrescente entre 2024 e 2025.

Solvabilidade - traduz a capacidade de uma organização cumprir os seus compromissos a médio e longo prazo. O conceito de solvabilidade contrapõe-se ao de liquidez, assumindo esta última uma visão de curto prazo e a solvabilidade uma perspetiva de médio-longo prazo. Verificou-se uma evolução decrescente entre 2024 e 2025.

Endividamento – indica o nível do ativo do grupo municipal que é financiado com dívida. Verificou-se uma ligeira degradação do indicador, fruto do aumento total do passivo.

Estrutura do endividamento – revela o peso das dívidas de curto prazo no total do passivo do grupo municipal. Verificou-se uma ligeira redução deste indicador entre 2024 e 2025, em virtude da contração de empréstimos de médio e longo prazo para investimentos em infraestruturas rodoviárias, aumentando o peso da divida de médio e longo prazo na estrutura do endividamento.

Autonomia Financeira – mede a autonomia financeira do grupo municipal face aos respetivos credores. Verifica-se uma ligeira degradação do indicador da autonomia financeira.

VI.2 – Previsão da evolução futura do conjunto das entidades que compõem o perímetro da consolidação

Ao nível do Município de Murça, para 2025 será dada continuidade a aspetos de ordem interna na motorização da Norma de Controlo Interno e do Plano de prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas em cumprimento do novo regime Geral de Prevenção Contra a Corrupção (RGPC).

No que toca ao investimento público, a estratégia assenta na melhoria de equipamentos públicos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e Norte 20/30. São exemplo a Requalificação da Biblioteca e Auditório de Murça, a requalificação da Residência de estudantes e a Requalificação das Piscinas Cobertas de Murça.

Relativamente à EPM, será dada relevância à consolidação e diferenciação a nível de oferta formativa, designadamente ao nível das áreas de multimédia, comunicação e marketing, comércio, desporto, mecânica automóvel e ainda de eletrónica, automação e computadores.

A aposta na divulgação e na participação de eventos tendo em vista captar novos alunos na região, no país, mantendo a ligação aos PALOP.

Durante o ano de 2025 será consolidado o investimento do Centro Tecnológico Especializado, tendo o termo de aceitação sido assinado a 04-05-2024, sendo este financiado a 100% pelo Plano de Recuperação e Resiliência no montante de 987.710,63€.

A criação do Centro Tecnológico Especializado no domínio da informática em Murça, tem como objetivo reforçar o caráter de excelência e diferenciador da EPM

através da criação de uma estrutura inovadora e diferenciadora que permita melhorar a capacidade técnica e pedagógica nos espaços educativos e formativos da EPM, exemplo disso será a consolidação do Curso de Sistemas de Identificação Geográfica, cuja base assenta no levantamento através da utilização de drones.

VI – FACTOS RELEVANTES APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

O investimento na requalificação de equipamentos públicos, no âmbito do PRR e FEDER continuam a ser aposta relevante para o ano de 2026, visando dotar, apetrechar e modernizar o Centro de Saúde, Auditório e Biblioteca, Estádio Municipal, Piscinas Municipais e Residência de Estudante entre outros.

O apoio na resolução de problemas de carater social e humanitário continua a ser uma Constante no desenvolvimento humano do concelho, designadamente o apoio as pessoas mais desfavorecidas, em alimentos, medicamentos, entre outros.

Na sequência da alteração do contrato de sociedade da Escola Profissional do Marquês de Valle Flôr, Lda, no dia 16 de maio de 2025, a Câmara Municipal de Murça passou a deter 51% do capital social, o que levou à transposição da mesma para o regime jurídico das Empresas Municipais. Esta alteração implicou a transição da sua contabilidade do sistema SNC para o SNC-AP, tendo as contas de 2025 sido aprovadas apenas a 22 de junho 2026, facto que inviabilizou os trabalhos de consolidação de contas dentro do seu normal período e a sua apresentação e aprovação nos órgãos competente no prazo estabelecido nos termos do n.º 2 do artigo 24 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Foi assim solicitada autorização para remessa intempestiva das contas ao Tribunal de Contas até 30 de setembro de 2026, que acolheu as razões invocadas.

VII - DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

VII.1 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Entidade: Grupo Público Municipal - Município de Murça
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	2025	2024
	Saldo de gerência anterior	**3.374.612,76**	**2.851.427,09**
	Operações orçamentais [1]	3.042.878,52	2.555.447,92
	Devolução do saldo oper. orçamentais		
	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades		
	Operações de tesouraria [A]	**331.734,24**	**295.979,17**
	Receita corrente	**10.542.787,56**	**10.155.763,71**
R1	Receita fiscal	662.830,27	644.109,65
R1.1	Impostos diretos	662.830,27	644.109,65
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de ptoteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	43.358,61	35.968,01
R4	Rendimentos de propriedade	276.567,45	263.921,20
R5	Transferências e subsídios correntes	8.935.152,21	8.533.353,98
R5.1	Transferências correntes	8.935.152,21	8.533.353,98
R5.1.1	Administrações Públicas	7.772.391,75	7.970.011,03
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	7.352.902,42	7.217.482,91
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	407.639,81	740.678,60
R5.1.1.3	Segurança Social	11.849,52	11.849,52
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	1.162.760,46	563.342,95
R5.1.3	Outras	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	529.378,29	595.186,34
R7	Outras receitas correntes	95.500,73	83.224,53
RA03	**Receita de capital**	**3.172.522,16**	**1.991.132,15**
R8	Venda de bens de investimento	25.641,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	3.146.881,16	1.991.132,15
R9.1	Transferências de capital	3.146.881,16	1.991.132,15
R9.1.1	Administrações Públicas	3.146.881,16	1.916.132,15
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2.918.932,76	1.916.132,15
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	227.948,40	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	75.000,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00
	Receita efetiva [2]	**13.715.309,72**	**12.147.201,86**
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	306,00
	Receita não efetiva [3]	**963.109,53**	**1.127.390,00**
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	963.109,53	1.127.390,00
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	**17.721.297,77**	**15.830.039,78**

	Operações de tesouraria [B]	**72.379,31**	**72.409,65**
	Despesa corrente	**9.955.272,92**	**10.273.327,08**
D1	Despesas com o pessoal	4.265.927,44	4.035.938,62
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	3.427.593,78	3.236.708,20
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	85.770,08	65.937,47
D1.3	Segurança social	752.563,58	733.292,95
D2	Aquisição de bens e serviços	2.869.320,03	3.797.945,09
D3	Juros e outros encargos	47.791,07	12.487,46
D4	Transferências e subsídios correntes	2.530.275,64	2.324.579,96
D4.1	Transferências correntes	1.475.165,64	1.445.018,57
D4.1.1	Administrações Públicas	520.509,25	551.887,63
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração Local	520.509,25	551.887,63
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	442.060,68	448.975,51
D4.1.3	Famílias	504.357,71	438.999,43
D4.1.4	Outras	8.238,00	5.156,00
D4.2	Subsídios Correntes	1.055.110,00	879.561,39
D5	Outras despesas correntes	241.958,74	102.375,95
	Despesa de capital	**4.466.266,47**	**2.435.467,13**
D6	Aquisição de bens de capital	4.101.817,82	2.256.639,27
D7	Transferências e subsídios de capital	364.448,65	178.827,86
D7.1	Transferências de capital	364.448,65	178.827,86
D7.1.1	Administrações Públicas	275.448,87	125.256,93
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração Local	275.448,87	125.256,93
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	88.999,78	31.621,38
D7.1.3	Famílias	0,00	21.949,55
D7.1.4	Outras	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00
	Despesa efetiva [5]	**14.421.539,39**	**12.708.794,21**
	Despesa não efetiva [6]	**178.575,57**	**78.367,05**
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros	178.575,57	78.367,05
DA05	**Soma [7]=[5]+[6]**	**14.600.114,96**	**12.787.161,26**
DOT1	**Operações de tesouraria [C]**	**17.463,28**	**36.654,58**
DA06	**Saldo para a gerência seguinte**	**3.507.833,08**	**3.374.612,76**
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	3.121.182,81	3.042.878,52
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	386.650,27	331.734,24
DA09	**Saldo global [2] - [5]**	**-706.229,67**	**-561.592,35**
DA10	Despesa primária	14.373.748,32	12.696.306,75
DA11	Saldo corrente	587.514,64	-117.563,37
DA12	Saldo de capital	-444.334,98	842.792,05
DA13	Saldo primário	-658.438,60	-549.104,89
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	17.721.297,77	15.830.039,78
DA15	Despesa total [5] + [6]	14.600.114,96	12.787.161,26

VII.2 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

Entidade: Grupo Público Municipal - Município de Murça

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Rubrica	Liquidações	2025	2024
	Receita corrente	**256.303,86**	**792.801,27**
R1	Receita fiscal	0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	4.864,43	4.363,53
R4	Rendimentos de propriedade	840,00	0,00
		0,00	0
R51	Transferências correntes	77.762,00	646.197,14
R5111	Administração Central - Estado Português	77.762,00	118.722,80
R5112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5113	Segurança Social	0,00	0,00
R5115	Administração Local	0,00	0,00
R512	Exterior - U E	0,00	527.474,34
R513	Outras	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	162.483,24	131.886,41
R7	Outras receitas correntes	0,00	0,00
	Receita de capital	**0,00**	**0,00**
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00
R91	Transferências de capital	0,00	0,00
R9111	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R9111	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R9112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R912	Exterior - U E	0,00	494.168,50
R913	Outras	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00
	Receita efetiva [2]	256.303,86	792.801,27
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00
	Receita total [3]=[1]+[2]	256.303,86	792.801,27

Rubrica	Obrigações	2025	2024
	Despesa Corrente	**336.380,51**	**382.215,47**
D1	Despesas com o pessoal	66.907,33	61.178,27
D11	Remunerações Certas e Permanentes	53.531,97	48.512,50
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	1.151,61	517,30
D13	Segurança social	12.223,75	12.148,47
D2	Aquisição de bens e serviços	218.569,76	202.686,21
D3	Juros e outros encargos	16,58	0,00
D4	Transferências correntes	44.731,81	118.287,63
D4115	Administração Local	0,00	41.444,29
D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	12.180,50	13.925,00
D413	Famílias	939,97	180,80
D414	Outras	0,00	229,10
D42	Subsídios Correntes	31.611,34	62.508,44
D5	Outras despesas correntes	6.155,03	63,36
	Despesa de Capital	**31.453,35**	**350.555,53**
D6	Aquisição de bens de capital	31.453,35	350.555,53
D7	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00
D7115	Administração Local	0,00	0,00
D712	Entidades do Setor não Lucrativo	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
	Despesa efetiva [4]	367.833,86	732.771,00
	Despesa não efetiva [5]	0,00	0,00
R12	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
	Despesa total [6]=[4]+[5]	367.833,86	732.771,00

VIII – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

VIII.1 – BALANÇO CONSOLIDADO

Entidade: Grupo Público Municipal - Município de Murça

Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2025

Unidade monetária (€)

RUBRICAS	Notas	Consolidadas	
		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	2,4,5,6,9	33.111.435,74 €	30.244.479,35 €
Propriedades de investimento	2,3		
Ativos intangíveis	2,20	36.464,18 €	25.517,44 €
Ativos biológicos	2		
Participações financeiros	2,20	2.539.577,00 €	2.540.708,99 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	2		
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros	2	1.627.298,99 €	1.626.167,00 €
		37.314.775,91 €	**34.436.872,78 €**
Activo corrente			
Inventários	2,10	33.194,51 €	27.553,57 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	2,16,18	6.300.340,75 €	5.996.082,64 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis obtidos	2,18	- €	- €
Clientes, contribuintes e utentes	2,16,18	72.294,15 €	96.871,03 €
Estado e outros entes públicos	2	41.326,47 €	12.745,51 €
Outras contas a receber	2,16,18	1.739.731,28 €	2.048.061,69 €
Diferimentos	2	25.667,90 €	16.330,63 €
Caixa e depósitos	2	3.507.833,08 €	3.374.612,76 €
		11.720.388,14 €	**11.572.257,83 €**
Total do ATIVO		**49.035.164,04 €**	**46.009.130,61 €**
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	2,18	6.767.723,45 €	6.767.723,45 €
Reservas	2	664.669,70 €	664.418,65 €
Resultados transitados	2	10.595.522,95 €	10.590.753,08 €
Ajustamentos em ativos financeiros	2	490.264,52 €	490.264,52 €
Outras variações no Património Líquido	2	23.547.555,69 €	22.478.963,37 €
Resultado líquido do período	2	237.383,77 €	- 416,54 €
Interesses que não controlam	2	600.208,34 €	595.074,21 €
Total do Património Líquido		**42.903.328,42 €**	**41.586.780,74 €**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	2,7	1.889.643,95 €	1.156.401,63 €
Diferimentos		- €	15.960,00 €
Passivos por impostos diferidos		- €	- €
Outras contas a pagar	2,18	386.657,95 €	331.741,92 €
		2.276.301,90 €	**1.504.103,55 €**
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	2,18	91.496,89 €	137.041,50 €
Fornecedores	2,16,18	422.187,32 €	537.889,24 €
Estado e outros entes públicos	2,18	59.646,00 €	52.569,00 €
Acionistas/sócios/associados	2,7,18	- 0,00 €	229,10 €
Financiamentos obtidos	2,7,18	167.958,56 €	132.760,14 €
Fornecedores de investimentos	2,18	- €	43.295,00 €
Outras contas a pagar	2,16,18	1.291.397,89 €	1.162.411,95 €
Diferimentos	2	1.822.847,06 €	852.050,39 €
		3.855.533,72 €	**2.918.246,32 €**
Total do Passivo		**6.131.835,62 €**	**4.422.349,87 €**
Total do Património Líquido e Passivo		**49.035.164,04 €**	**46.009.130,61 €**

VIII.2 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

Demonstração de resultados por naturezas consolidada do período findo em 31/12/2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Impostos, Contribuições e taxas	2, 13, 14	743.345,03 €	674.533,73 €
Prestações de serviços e concessões	2, 4, 13	807.454,84 €	746.779,19 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	2, 14	9.315.780,72 €	9.370.705,61 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		- €	- €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2, 10	- 207.136,33 €	- 167.385,90 €
Fornecimentos e serviços externos	2	- 2.729.100,95 €	- 3.513.995,94 €
Gastos com o pessoal	2, 19	- 4.330.801,83 €	- 4.108.863,44 €
Transferências e subsídios concedidos	2	- 2.096.757,55 €	- 1.892.352,02 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	2, 18	- 57.471,97 €	- 307,31 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Outros rendimentos e ganhos	2	1.140.017,35 €	1.059.326,99 €
Outros gastos e perdas	2	- 896.423,97 €	- 841.363,75 €
Resultados antes de depreciação e gastos de financiamento		**1.688.905,34 €**	**1.327.077,16 €**
Gastos/reversões de depreciação e amortização	2, 3, 4, 5	- 1.368.978,68 €	- 1.299.471,07 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		**319.926,66 €**	**27.606,09 €**
Juros e rendimentos similares obtidos	2, 18	6.663,45 €	- €
Juros e gastos similares suportados	2, 18	- 49.523,44 €	- 13.073,82 €
Resultado antes de impostos		**277.066,67 €**	**14.532,27 €**
Imposto sobre o rendimento		- 3.356,85 €	- 1.160,46 €
Resultado líquido do período		**273.709,82 €**	**13.371,81 €**
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		237.383,77 €	- 416,54 €
Interesses que não controlam		37.460,70 €	13.788,35 €

VIII.3 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Entidade: Grupo Público Municipal - Município de Murça
Demonstração Consolidada dos fluxos de caixa do período findo em 31/12/2025

Rúbricas	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	2, 18	791.152,65 €	859.107,54 €
Recebimentos de contribuintes	2, 18	658.984,04 €	644.109,65 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	2, 18	8.904.408,07 €	8.555.815,91 €
Recebimentos de utentes	2, 18	67.378,48 €	35.968,01 €
Pagamentos a fornecedores	2, 18	-3.379.798,07 €	-4.134.504,19 €
Pagamentos ao pessoal	2, 18	-3.234.398,38 €	-3.089.861,47 €
Pagamentos a contribuintes/utentes	2, 18	-610.941,24 €	-443.097,60 €
Pagamentos de transferências e subsídios	2, 18	-2.281.473,05 €	-2.060.310,22 €
Caixa gerada pelas operações		915.312,50 €	367.227,63 €
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-971,54 €	
Outros recebimentos/pagamentos	2, 18	-702.578,29 €	-608.178,83 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)		**211.762,67 €**	**-240.951,20 €**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	2, 4, 5, 18	-3.984.591,21 €	-2.263.530,77 €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		25.641,00 €	
Subsídios ao investimento	2, 18	685.708,14 €	727.050,31 €
Transferências de capital	2, 18	2.451.311,38 €	1.264.081,84 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento (b)		**-821.930,69 €**	**-272.398,62 €**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	2, 18	963.109,53 €	1.127.390,00 €
Outras operações de financiamento		6.645,45 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	2, 18	-178.575,57 €	-78.367,05 €
Juros e gastos similares	2, 18	-47.791,07 €	-12.487,46 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (C)		**743.388,34 €**	**1.036.535,49 €**
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		133.220,32 €	523.185,67 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		**3.374.612,76 €**	**2.851.427,09 €**
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**3.507.833,08 €**	**3.374.612,76 €**
Conciliação entre Caixa e seus equivalentes e Saldo de Gerência			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.374.612,76 €	2.851.427,09 €
- Equivalentes a caixa no início do período		-306.707,74 €	-293.199,31 €
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		306.707,74 €	293.199,31 €
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		**3.374.612,76 €**	**2.851.427,09 €**
De execução orçamental		**3.042.878,52 €**	**2.555.447,92 €**
De operações de tesouraria		**331.734,24 €**	**295.979,17 €**
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3.507.833,08 €	3.374.612,76 €
- Equivalentes a caixa no fim do período		-386.531,08 €	-306.707,74 €
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		386.531,08 €	306.707,74 €
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo da gerência seguinte		**3.507.833,08 €**	**3.374.612,76 €**
De execução orçamental		**3.121.182,81 €**	**3.042.878,52 €**
De operações de tesouraria		**386.650,27 €**	**331.734,24 €**

VIII.4 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Entidade: Grupo Público Municipal - Município de Murça
Demonstração Consolidada das Alterações no Património Liquido em 31/12/2025

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla							Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERIODO (1)		**6.767.723,45**	**664.418,65**	**10.590.753,08**	**490.264,52**	**22.478.963,37**	**-416,54**	**40.991.706,53**	**595.074,21**	**41.586.780,74**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico								0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização										
Excedentes de revalorização e respetivas variações										
Transferências e subsídios de capital						1.040.373,99		1.040.373,99		1.040.373,99
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido								0,00	5.134,14	5.134,14
Correção de erros materiais										
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)				**0,00**		**1.040.373,99**		**1.040.373,99**	**5.134,14**	**1.045.508,13**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERIODO (3)							**237.383,77**	**237.383,77**		**237.383,77**
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)				**0,00**		**1.040.373,99**	**237.383,77**	**1.277.757,76**	**5.134,14**	**1.282.891,90**
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Subscrições de capital/património										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações			251,05	4.769,87	0,00	28.218,33	416,54	33.655,79		33.655,79
Subscrições de prémios de emissão										
(5)			**251,05**	**4.769,87**	**0,00**	**28.218,33**	**416,54**	**33.655,79**		**33.655,79**
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		**6.767.723,45**	**664.669,70**	**10.595.522,95**	**490.264,52**	**23.547.555,69**	**237.383,77**	**42.303.120,08**	**600.208,34**	**42.903.328,42**

Entidade: Grupo Público Municipal - Município de Murça
Demonstração Consolidada das Alterações no Património Liquido em 31/12/2024

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla							Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERIODO (1)		**6,767,723.45**	**664,418.65**	**10,675,943.09**	**493,855.32**	**16,849,724.19**	**-139,506.29**	**35,312,158.41**	**595,263.06**	**35,907,421.47**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico								0.00		0.00
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização										
Excedentes de revalorização e respetivas variações										
Transferências e subsídios de capital				46,306.53		5,101,208.47		5,147,515.00		5,147,515.00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido					-3,590.80			-3,590.80	-188.85	-3,779.65
Correção de erros materiais										
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)				**46,306.53**	**-3,590.80**	**5,101,208.47**		**5,143,924.20**	**-188.85**	**5,143,735.35**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERIODO (3)							**-416.54**	**-416.54**		**-416.54**
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)				**46,306.53**	**-3,590.80**	**5,101,208.47**	**-416.54**	**5,143,507.66**	**-188.85**	**5,143,318.81**
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Subscrições de capital/património										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações				-131,496.54		528,030.71	139,506.29	536,040.46		536,040.46
Subscrições de prémios de emissão										
(5)				**-131,496.54**	**0.00**	**528,030.71**	**139,506.29**	**536,040.46**		**536,040.46**
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		**6,767,723.45**	**664,418.65**	**10,590,753.08**	**490,264.52**	**22,478,963.37**	**-416.54**	**40,991,706.53**	**595,074.21**	**41,586,780.74**

IX – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 — Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Identificação da entidade, período de relato

(a) Designação da entidade

Grupo Público Município de Murça e Escola Profissional Marques de Valle Flôr E.M., Lda, ano de 2025

(b) Endereço

Praça 5 de Outubro, 5090-076 Murça

(c) Código da classificação orgânica

02 – Câmara Municipal

(d) Tutela

DGAL/Tribunal de Contas

(e) Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável

A Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro estabelece o regime financeiro dos municípios (Lei das Finanças Locais). O n.º 1 do artigo 6º do mesmo diploma determina que o Município de Murça tem património próprio, cuja gestão compete aos respetivos órgãos. O nº 2 do artigo 6º do referido diploma determina os poderes dos órgãos do Município. Os nº 1 e 2 do artigo 3º do mesmo diploma estabelecem ainda que o Município de Murça está sujeito às normas consagradas na lei de Enquadramento Orçamental e aos princípios e regras orçamentais e de estabilidade orçamental.

A participação da autarquia nos recursos públicos visa o equilíbrio financeiro vertical e horizontal. O equilíbrio financeiro vertical visa adequar os recursos de cada nível de administração às respetivas atribuições e competências, enquanto o equilíbrio horizontal pretende promover a correção de desigualdade entre autarquias do mesmo grau, resultantes de diferentes capacidades de arrecadação de receitas ou diferentes necessidades de despesa.

A repartição de recursos públicos entre o Estado e os municípios é obtida através de uma subvenção geral determinada a partir do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) de 19,5% de média aritmética simples da receita proveniente dos impostos sobre as pessoas singulares (IRS), sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e sobre o valor acrescentado (IVA); uma subvenção específica a partir do Fundo Social Municipal (FSM) correspondente às despesas relativas, às competências transferidas da administração central para os municípios; uma participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.

O endividamento autárquico baseia-se em princípios de rigor e eficiência, na prossecução dos objetivos de minimização de custos diretos e indiretos a longo prazo; garantir a distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais; na prevenção de excessiva concentração temporal de amortização; e não exposição a riscos excessivos.

De acordo com o disposto no art. 52º da Lei das Finanças Locais atualmente em vigor, a dívida total dos Municípios não pode ultrapassar a 31 de dezembro de cada ano 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Os municípios que não cumpram o limite anterior deverão reduzir, em cada ano subsequente pelo menos 10% do montante em excesso. Caso cumpram o limite, este só pode aumentar 40% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

O regime relativo à contabilidade das autarquias locais visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira, permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do respetivo património, bem como a apreciação e julgamento das respetivas contas anuais.

A contabilidade das autarquias locais respeita o Sistema de Normalização Contabilista para a Administração Pública (SNC-AP), podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo do dinheiro e outros dos ativos públicos.

As contas anuais dos municípios e das entidades associativas municipais que detenham capital em fundações, empresas municipais, intermunicipais ou sociedades anónimas devem ser verificadas por auditores externos, que reportam à Assembleia Municipal.

Compete à Assembleia Municipal, conforme a alínea a), do n.º 2 do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, acompanhar e fiscalizar a atividade do Município.

O Município e os seus serviços prosseguem, nos termos e formas previstas na lei, fins de interesse público municipal, tendo como objetivo principal da sua atividade a melhoria das condições gerais de vida e dos interesses próprios da população do concelho.

A estrutura orgânica dos serviços municipais divide-se em Unidades Nuclear - Departamento(1), Unidades Orgânicas de 2º grau (5), Unidades Orgânicas de 3º grau (4), e subunidades orgânicas (9) que podem observar-se no organograma do Município.

(f) Designação e sede da entidade que controla final e local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas

A entidade controladora final é o Município de Murça, sendo que este elabora as suas contas consolidadas que podem ser obtidas junto dos serviços de Contabilidade do município.

(g) Designação e sede da entidade que controla intermédia local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas

Não aplicável

(h) Caso as demonstrações financeiras anuais sejam apresentadas para um período mais longo ou mais curto do que um ano indicar:

Período abrangido pelas demonstrações financeiras;

Não aplicável.

(ii) Razão para usar um período diferente do anual; e

Não aplicável.

(iii) Indicação de não serem inteiramente comparáveis as quantias das demonstrações financeiras do período anterior.

Não aplicável.

1.2 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

(a) Indicação de que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para entidade.

Não foi ainda possível devido à escassez de tempo e recursos, o pleno cumprimento do que está delineado nos parágrafos 33 e 34 da NCP 27 – preparação e divulgação de relatórios periódicos de apoio à gestão e relatório de gestão anual; e do parágrafo 37 da NCP 27 - Contabilidade de Gestão, no Relatório de Gestão, referente à alocação de custos diretos e indiretos, assim como ao rendimento associado, por cada bem, serviço ou atividade final.

Não foi aplicada a NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: na ótica do concedente, relacionada com os contratos de concessão/cedência infraestruturas celebrados entre o Município e a EDP Distribuição, S.A., por manifesta falta de informação acerca do valor dos ativos e dos passivos a reconhecer, a disponibilizar pela concessionária.

(b) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Não aplicável.

(c) Quando a apresentação ou classificação de itens nas demonstrações financeiras for alterada, as quantias comparativas devem ser reclassificadas, a menos que a reclassificação seja impraticável. Quando as quantias comparativas forem reclassificadas, uma entidade deve divulgar:

(i) A natureza da reclassificação;

(ii) A quantia de cada item ou classe de itens que é reclassificado; e

(iii) A razão da reclassificação.

(iv) Quando for impraticável reclassificar quantias comparativas, uma entidade deve divulgar:

i. A razão para não reclassificar as quantias; e

ii. A natureza dos ajustamentos que teriam sido feitos se as quantias tivessem sido reclassificadas.

Não aplicável.

(d) Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

Constam nos saldos de caixa e seus equivalentes, os montantes de 386.650,27€ correspondente a operações de tesouraria. Este valor diz respeito maioritariamente a retenções de cauções de fornecedores de investimento (383.787,32€), sendo o restante valores residuais respeitantes a retenções de imposto ou outros valores para entrega a entidades terceiras.

(e) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Quadro 1 - Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2025		2024	
Caixa		10.556,09		7.444,70
Depósitos á ordem		3.110.745,91		3.060.460,32
Depósitos à ordem no Tesouro				
Depósitos bancários à ordem	3.110.745,91		3.060.460,32	
Depósitos a prazo				
Depósitos consignados				
Depósitos de garantias e cauções		386.531,08		306.707,74
Total de caixa e depósitos		**3.507.833,08**		**3.374.612,76**

2 — Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, constituindo esta a funcional e de apresentação.

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram, inicialmente, mensurados pelo seu custo.

A mensuração subsequente assenta no custo de aquisição deduzido das depreciações do período contabilístico, calculadas com base nas vidas úteis expressas pelo Classificador Complementar, assim como eventual existência de imparidades sobre os ativos.

Ativos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados, no reconhecimento, pelo seu custo.

A mensuração subsequente assenta no custo de aquisição deduzido das amortizações do período contabilístico, calculadas com base nas vidas úteis expressas pelo Classificador Complementar, assim como eventual existência de imparidades sobre os ativos.

Participações financeiras

As participações financeiras estão mensuradas, no reconhecimento inicial pelo seu custo.

A mensuração subsequente assenta na aplicação do MEP, pelo que a mesma se encontra ajustada em função dos capitais próprios das participadas, sempre que a participação financeira seja igual ou superior a 20%. A mensuração subsequente continua ao custo, sempre que a participação social seja inferior a 20%, ficando neste caso sujeita a testes de imparidade em função do apresentado pelas DF's das participadas

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no Classificador Complementar (CC).

Nos termos do referido no preâmbulo à Portaria 189/2016 de 14 de julho, para efeitos e inventário e respetivas vidas úteis, exceto no caso dos edifícios e outras construções, mantiveram-se os critérios definidos pelo CIBE (Portaria 671/2000 de 17 de abril) para os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2019.

No caso dos edifícios e outras construções e bens móveis adquiridos em 2025, foram adotadas as vidas úteis previstas pelo CC. Nestes termos, para os imóveis existentes até 31 de dezembro de 2019, nos termos da FAQ 44 da Comissão de Normalização Contabilística para o Setor Pública de 16 de fevereiro de 2021, foram efetuados os cálculos associados á revisão da vida útil dos imóveis em função do tipo de material utilizado na construção, na perspetiva de que a vida útil do bem é a que resulta das disposições do CC desde a data da sua aquisição, tendo para o efeito, ajustado esses montantes na conta 564-Ajustamentos de transição para o SNC-AP.

No que se refere aos ativos intangíveis, as amortizações encontram-se calculadas pelo período de tempo em que se encontra assegurada a utilização exclusiva do ativo. Nos casos em que tal não se verifica, os mesmos são sujeitos anualmente a testes de imparidade.

De notar que, atendendo á especificidade do setor da Administração Local e aos acontecimentos passados em termos de gestão de património, não se considerou, por não existir forma de calcular estimativa fiável, o eventual valor residual dos ativos, razão pela qual se considera ser nulo.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, ou mensuradas pelo mesmo valor deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração inicial de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado. O consumo de inventários implica o reconhecimento no custo das mercadorias vendidas e consumidas, tendo como base o critério valorimétrico do inventário.

Imparidade de Ativos não Depreciáveis

À data de 31-12-2025 foi avaliada a recuperabilidade das dívidas a receber de clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber. Para as situações em que se verificou mora superior a 12 meses ou para os casos em que se registaram execuções ou estas se

encontram em curso, procedeu-se ao registo da respetiva imparidade pelo montante da dívida.

Diferimentos

Foi adotado o princípio do acréscimo, tendo-se efetuado a imputação de gastos e rendimentos em função do seu período económico, independentemente da data do seu recebimento. As estimativas calculadas baseiam-se na informação mais recente.

Caixa e depósitos bancários

As disponibilidades (caixa e depósitos bancários) estão mensuradas ao valor nominal. A eventual existência de descobertos bancários é incluída na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no passivo corrente.

Património/capital

A rubrica de património/capital é resultante dos fundos relativos à constituição da Entidade e devidamente registados aquando da adoção do sistema contabilístico POCAL (Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de fevereiro), assim como da movimentação, por reforço, nos termos da disposição 2.7.3.4 do referido diploma (previa o reforço do património até que o valor contabilístico da conta "51 – Património/capital" corresponda a 20% do ativo líquido.

Reservas, Resultados Transitados, Ajustamentos em ativos financeiros e outras variações no património líquido

Os resultados transitados assentam na soma de resultados acumulados de períodos anteriores não afetos a outras rubricas do património líquido. No que se refere às "Reservas", estas resultam das aprovações de contas corridas em períodos anteriores, sendo de referir que nos termos da disposição 2.7.3.5 do POCAL, as "Reservas Legais" seriam necessárias pelo valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

Quanto aos ajustamentos em ativos financeiros, estes estão relacionados com a movimentação contabilística associada ao efeito do MEP (Método da Equivalência Patrimonial), designadamente decorrentes de variações nos capitais próprios das participadas, lucros não atribuídos e ajustamentos de transição (decorrentes da primeira aplicação do MEP).

As "Outras variações no património líquido" resultam das transferências e subsídios de capital obtidos (ocorrendo imputação a resultados no caso dos ativos depreciáveis), doações, cauções executadas e transferências de ativos.

Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Os órgãos de gestão procuram sustentar as suas expectativas de perda num ambiente de prudência, pelo que de acordo com a melhor e

mais atualizada informação à data de relato são calculadas as situações que possam originar obrigações futuras.

Financiamentos obtidos

A mensuração inicial dos financiamentos obtidos encontra-se ao justo valor, na mensuração subsequente os financiamentos obtidos são mensurados pelo custo amortizado.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a pagar a fornecedores e outros credores encontram-se reconhecidos pelo justo valor, sendo o mesmo resultante das operações ocorridas entre as entidades. Após o reconhecimento inicial e, a cada data de relato, todos os passivos financeiros devem figurar pelo custo amortizado através do método do juro efetivo.

Rédito e regime de acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na norma, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em divida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Rendimentos e gastos

Podem ter origem em transações com contraprestação, ou sem contraprestação, ou em outros eventos, como sejam, alterações de preços, oscilações (não realizadas), positivas ou negativas, nos valores de ativos e ou passivos, a realização de ativos através da sua depreciação ou amortização e a erosão do potencial de serviço ou dos benefícios económicos futuros através da ocorrência de situações de imparidade.

Os rendimentos e os gastos podem surgir de transações individuais ou grupos de transações.

Resultados do período

Correspondem à diferença entre rendimentos e gastos relatados na demonstração dos resultados.

Demonstração dos fluxos de caixa – consideradas as seguintes situações, conforme NCP 1

Atividades de financiamento - atividades que resultam em alterações na dimensão e composição do património líquido e nos empréstimos obtidos pela entidade.

Atividades de investimento - atividades relacionadas com a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

Atividades operacionais - as atividades da entidade que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.

Caixa - dinheiro e depósitos à ordem.

Equivalentes de caixa - investimentos a curto prazo de elevada liquidez, facilmente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estão sujeitos a um risco insignificante de alterações no valor.

Fluxos de caixa - influxos e exfluxos de caixa e equivalentes de caixa

2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes.

Não aplicável.

2.3 Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

O processo de relato centra-se no cumprimento do normativo SNC-AP, pelo que excetuando as situações que implicam o cálculo de estimativas, foram seguidos os requisitos de mensuração exigidos pelas Normas de Contabilidade Pública (NCP).

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que uma entidade é uma entidade em continuidade e de que continuará a operar no futuro previsível.

2.5 Quando a aplicação inicial de uma NCP tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a

quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar:

(a) O título da Norma;

Não Aplicável

(b) Quando aplicável, que a alteração na política contabilística é feita de acordo com as suas disposições transitórias;

Não Aplicável

(c) A natureza da alteração na política contabilística;

Não Aplicável

(d) Quando aplicável, uma descrição das disposições transitórias;

Não Aplicável

(e) Quando aplicável, as disposições transitórias que possam ter um efeito em períodos futuros;

Não Aplicável

(f) Para o período corrente e cada período anterior apresentado, até ao ponto em que seja praticável, a quantia do ajustamento para cada linha afetada das demonstrações financeiras;

Não Aplicável

(g) A quantia do ajustamento relativo a períodos anteriores aos apresentados, até ao ponto em que seja praticável; e

Não Aplicável

(h) Se a aplicação retrospetiva exigida pelo parágrafo 20 (a) ou (b) da NCP 2 for impraticável para um período anterior em particular, ou para períodos anteriores aos apresentados, as circunstâncias que conduziram à existência dessa condição e uma descrição de como e desde quando a alteração na política contabilística tem sido aplicada.

Não Aplicável

2.6 Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

As fontes de incerteza que conduziram ao reconhecimento de perdas por imparidade de clientes.

2.7 Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

(a) Respetivas naturezas e quantias;

Não aplicável

(b) Situações em que é impraticável estimar a quantia do efeito em períodos futuros.

Não aplicável

2.8 Erros materiais de períodos anteriores.

Não aplicável

(a) Natureza dos erros de períodos anteriores;

(b) Quantia das correspondentes correções para no fim período anterior;

(c) Quantia das correspondentes correções no início do período anterior;

(d) Impraticabilidade de reexpressão retrospetiva para um período anterior em particular. Indicação das circunstâncias que levaram à existência dessa condição e descrição de como e desde quando o erro foi corrigido.

3 — Ativos intangíveis

3.1 — Uma entidade deve divulgar o seguinte para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

(a) As vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

As vidas úteis foram determinadas tendo em conta a utilização exclusiva dos ativos tal como definido no Classificador Complementar;

(b) Os métodos de amortização usados para ativos intangíveis;

Método da linha reta;

(c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no final do período;

Quadro 3.1. Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

RUBRICAS	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
Ativos Intangíveis	**220.224,48**	**208.290,41**		**25.517,44**	**252.038,63**	**217.869,30**		**36.464,18**
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	38.042,98	38.042,98			38.042,98	38.042,98		
Programas de computador e sistemas de informação	182.181,50	170.247,43		11.934,07	213.995,65	179.826,32		34.169,33
Propriedade industrial e intelectual								
Outros	13.583,37			13.583,37	2.294,85			2.294,85
Ativos intangíveis em curso								
TOTAL	**220.224,48**	**208.290,41**		**25.517,44**	**252.038,63**	**217.869,30**		**36.464,18**

(d) Os itens de cada linha da demonstração dos resultados em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída;

Demonstração de resultados – linha Gastos/reversões de depreciação e amortização;

(e) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no final do período mostrando:

(i) Adições, individualizando as provenientes de desenvolvimento interno e as adquiridas separadamente;

(ii) Aumentos ou diminuições durante o período resultantes de revalorizações;

(iii) Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante período;

(iv) Perdas por imparidade revertidas nos resultados durante o período;

(v) Qualquer amortização reconhecida durante o período;

(vi) Diferenças cambiais líquidas decorrentes da transposição das demonstrações financeiras para a moeda de apresentação, e da transposição de uma unidade operacional estrangeira para a moeda de apresentação da entidade; e

(vii) Outras alterações na quantia escriturada durante o período.

Quadro 3.2.1 – Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período

Designação	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Ativos Intangíveis	**25.517,44**	**31.814,15**					**-9.578,89**		**-11.288,52**	**36.464,18**
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	11.934,07	31.814,15					-9.578,89			34.169,33
Propriedade industrial e intelectual										
Outros	13.583,37								-11.288,52	2.294,85
Ativos intangíveis em curso										
TOTAL	**25.517,44**	**31.814,15**					**-9.578,89**		**-11.288,52**	**36.464,18**

Quadro 3.2.2 – Ativos intangíveis – Adições

Designação	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis		31.814,15								31.814,15
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação		31.814,15								31.814,15
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
TOTAL		31.814,15								31.814,15

Quadro 3.2.2 – Ativos intangíveis – Diminuições

Designação	Diminuições				
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis					**-11.288,52 €**
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Goodwill					
Projetos de desenvolvimento					
Programas de computador e sistemas de informação					
Propriedade industrial e intelectual					
Outros				-11.288,52	-11.288,52
Ativos intangíveis em curso					
TOTAL					**-11.288,52 €**

3.2 — Uma entidade deve divulgar também:

(a) Uma descrição da quantia escriturada e o período de amortização remanescente de qualquer ativo intangível individual que seja material nas demonstrações financeiras da entidade.

(b) Para os ativos intangíveis adquiridos através de uma transação sem contraprestação e inicialmente reconhecidos pelo justo valor:

(i) O justo valor inicialmente reconhecido para estes ativos; e

(ii) A sua quantia escriturada.

(c) A existência e as quantias escrituradas de ativos intangíveis cuja titularidade esteja restringida e as quantias escrituradas de ativos intangíveis dados como garantia de passivos.

Não aplicável

(d) A quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis.

(e) Ativos intangíveis mensurados após reconhecimento que tenham sofrido revalorizações nos termos dos dispositivos aplicáveis.

Ver Quadro 3.2.2

3.3 — Se os ativos intangíveis forem contabilizados por quantias revalorizadas, uma entidade deve divulgar o seguinte:

(a) Por classe de ativos intangíveis:

(i) A data de eficácia da revalorização;

Não Aplicável

(ii) A quantia escriturada de ativos intangíveis revalorizados;

Não Aplicável

(iii) A quantia escriturada que teria sido reconhecida caso a classe revalorizada de ativos intangíveis tivesse sido mensurada após reconhecimento usando o custo de aquisição;

Não Aplicável

(b) O dispositivo legal de suporte;

Não Aplicável

(c) O excedente de revalorização no início e no final do período de relato, indicando as alterações durante o mesmo e quaisquer restrições na distribuição do saldo.

Não Aplicável

3.4 Uma entidade que tenha dispêndios de pesquisa e desenvolvimento deve divulgar a quantia agregada dos dispêndios de pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como um gasto durante o período.

Não Aplicável

3.5 Uma entidade deve divulgar ainda a seguinte informação:

(a) Uma descrição de qualquer ativo intangível totalmente amortizado que esteja ainda em uso;

Inv. n.º	Designação do Ativo Intangivel totalmente amortizado em uso
753	CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE MURÇA
924	ESTUDO EDIFICIOS DIVERSOS
1223	SOFTWARE PRIMAVERA CCOP LE
1317	SOFTWARE GESTÃO FINANCEIRA CENTRAL
1913	DEEP FREEZE EDICTION
2002	ADOBE ACROBAT 9 PRO
2011	COREL DRAW X4
3153	SOFTWARE DEEPFREEZE ENTERPRISE
3307	ARCGIS DESKTOP EXTENSION
3393	BIBLIOBASE - PACOTE ESCOLAR - LECENSA AGRUPAMENTO
3505	SOFTWARE DE APLICAÇÃO MODULO DE FATURAÇÃO DE CONTRIBUINTES
3526	SOFTWARE WINDOWS 2012 SVRSTD 23/64 BITS EDUCAÇÃO
3624	SP SERVER - EDIÇÃO SERVIDOR
3625	IME FTP, LAN, WAN STORAGECRAFT IMAGE MANAGER
3626	ARCGIS 3D ANALYST SU
3641	APLICAÇÃO GESTÃO DE HABITAÇÃO E RENDAS
3740	SOFTWARE GESTÃO DE MAQUINAS E VIATURAS
3742	SOFTWARE FATURAÇÃO DIVERSA
3806	MODULO ONTIME WEB - CONSULTA DE ASSIDUIDADE
3807	LICENÇAS DEEP FREEZE ENTERPRISE VERSION UPGRADE
3834	SOLUÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
3946	PLATAFORMA DE INTRANET AUTARQUICA
3959	PLATAFORMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
3962	SOFTWARE DE DESMATERIALIZAÇÃO DOCUMENTAL E FORMULARIOS WEB
4078	SOFTWARE WIREMAZE CITYFY PLATFORM: MÓDULO WIREFORMS

(b) Uma breve descrição dos ativos intangíveis significativos controlados pela entidade mas não reconhecidos como ativos porque não satisfizeram os critérios de reconhecimento da respetiva norma.

Não Aplicável

4 — Acordos de concessão de serviços: Concedente

4.1 — Um concedente deve divulgar a seguinte informação a respeito de acordos de concessão de serviços em cada período de relato:

(a) Uma descrição do acordo;

Quadro 4 - Síntese dos Contratos de Concessão

Contrato	Concessionário	Ativo de Concessão	Período de Concessão	Valor do Contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração Energia baixa tensão	EDP	Linhas baixa tensão	20 Anos				
Direito de Ocupação e Exploração do Edificio de apoio ao Interface de Murça	Primetour Viagens e Turismo, Lda	Edificio de apoio ao Interface de Murça	revogado em 30/11/2025				

O Município de Murça tem concessionado a distribuição de energia elétrica em baixa tensão no município de Murça a EDP distribuição – Energia, SA, através da prorrogação da concessão de 28 de agosto de 2001 terminada a 28 de agosto de 2021, estando em curso o processo de negociação e concurso no âmbito da CIMDOURO.

O valor dos rendimentos em 2025 relativos ao contrato de concessão mencionado no quadro acima, foi de 266.142,00€, não tendo ocorrido qualquer pagamento ao concessionário.

A concessão do Direito de Ocupação e Exploração do Edifício de apoio ao Interface de Murça foi revogada com efeitos a 30/11/2025. O valor dos rendimentos registados em 2025 cifrou-se em 3.780,00€.

(b) Os termos significativos do acordo que possam afetar a quantia, tempestividade, e certeza dos futuros fluxos de caixa (nomeadamente, o período da concessão, as datas de reapreçamento, e a base sobre a qual é determinado o reapreçamento ou a renegociação);

Ver quadro acima

(c) A natureza e extensão (nomeadamente, quantidade, período de tempo, ou quantia, como apropriado) de:

(i) Direitos de usar ativos especificados;

Concessão EDP – uso das Redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e as redes de iluminação pública; Postos de transformação alimentadores das redes referidas;
Concessão Primetour Viagens e Turismo, Lda - Direito de Ocupação e Exploração do Edifício de apoio ao Interface de Murça.

(ii) Direitos de esperar que o concessionário preste serviços especificados em relação ao acordo de concessão de serviços;

Concessão EDP – Gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.
Concessão Primetour Viagens e Turismo, Lda - Os que se encontravam previstos no art.º 3º do caderno de encargos da concessão. Revogados a 30/11/2025.

(iii) Ativos de concessão de serviços reconhecidos como ativos durante o período de relato, incluindo ativos existentes do concedente reclassificados como ativos da concessão de serviços;

Concessão EDP – Informação não disponibilizada pelo concecionário.
Concessão Primetour Viagens e Turismo, Lda - Não aplicável

(iv) Direitos de receber ativos especificados no final do acordo de concessão de serviços;

Concessão EDP – Os ativos identificados em i, acrescendo ainda património próprio do concecionário afeto à exploração, mediante pagamento de indemnização do concedente pelo valor liquido desse património.

Concessão Primetour Viagens e Turismo, Lda – O n.º2 da clausula 2ª do Acordo de Revogação por Mutuo Acordo obrigou à entrega imediata do edifício de apoio ao interface urbano de Murça em perfeito estado de conservação e livre de qualquer ónus ou encargo;

(v) Opções de reforma e de cessação;

Concessão EDP – O contrato tem a duração de 20 anos, nas condições de prorrogação estabelecidos no n.º1 do art.º 3º do Decreto-Lei 344-B/82 de 1 de Setembro;
Concessão Primetour Viagens e Turismo, Lda – O contrato extinguiu-se com efeitos a 30/11/2025 .

(vi) Outros direitos e obrigações (nomeadamente, principais ativos de concessão de serviços e gerais); e

Concessão EDP - A concessão confere ao Município de Murça o direito a uma renda e a obrigação de transferência para o concecionário do exercício dos direitos e poderes da Câmara necessários à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

(vii) Obrigações de proporcionar ao concessionário o acesso aos ativos de concessão de serviços ou outros ativos geradores de rendimento; e

Os contratos de concessão conferem ao concecionário o direito ao acesso aos ativos referidos em i e o direito a isenções, nomeadamente quanto ao uso dos bens do domínio público municipal.

(d) Alterações no acordo que ocorreram durante o período de relato.

Não aplicável.

4.2 — Estas divulgações são apresentadas individualmente para cada acordo de concessão de serviços significativo ou em agregado para cada classe de acordos de concessão de serviços.

A informação acima descrita respeita as características de cada acordo de concessão em vigor à data das demonstrações financeiras.

5 — Ativos fixos tangíveis

5.1 — Uma entidade deve divulgar, para cada classe de ativos fixos tangíveis reconhecida nas demonstrações financeiras:

(a) As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta;

A rubrica de AFT (Ativos Fixos Tangíveis) engloba as seguintes situações:

Bens de domínio Público, património histórico, artístico e cultural	*Terrenos e recursos naturais* *Edifícios e outras construções* *Infraestruturas* *Património histórico, artístico e cultural* *Outros bens de domínio*
Bens próprios	*Terrenos e recursos* *Edifícios e outras* *Equipamento básico* *Equipamento de transporte* *Equipamento administrativo* *Equipamentos biológicos* *Outros ativos fixos tangíveis*

No reconhecimento inicial, de acordo com os parágrafos 18 a 20 da NCP 5, é utilizado o critério do custo (aquisição ou construção). Quando não se conhece o custo (designadamente em transações sem contraprestação), são admitidos o Valor Patrimonial Tributário para os imóveis e o valor de mercado para os restantes ativos, este último também em conformidade com a Estrutura Concetual do SNC-AP.

(b) Os métodos de depreciação usados;

Método da linha reta conforme vidas úteis previstas pelo CC (Classificador Complementar).

(c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

Os bens móveis adquiridos até 31 de dezembro de 2019 apresentam a vida útil calculada com base no definido pela Portaria 671/2000 de 17 de abril (Cadastro de Inventário dos Bens do Estado – CIBE). No caso dos edifícios e outras construções e bens móveis adquiridos de 2020 em diante, foram adotadas as vidas úteis previstas pelo CC. Ver nota 2.1 acima.

(d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com as perdas de imparidade acumuladas) no início e no fim do período, e

Quadro 5.1 – Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Inicio do Periodo				Final do Periodo			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas Por imparidade acumulada	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas Por imparidade acumulada	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (2) - (3) - (4)	(6)	(7)	(8)	(9) = (6) - (7) - (8)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	17.500,00	0,00		17.500,00	17.500,00			17.500,00
Edifícios e outras construções	2.175.194,72	833.475,44		1.341.719,28	2.214.547,01	894.096,88		1.320.450,13
Infraestruturas	14.532.687,13	9.883.916,43		4.648.770,70	15.025.660,46	10.378.714,49		4.646.945,97
Património histórico, artístico e cultural	56.723,54	237,00		56.486,54	56.723,54	237,00		56.486,54
Outros								
Bens de domínio público em curso								
	16.782.105,39	**10.717.628,87**		**6.064.476,52**	**17.314.431,01**	**11.273.048,37**		**6.041.382,64**
Ativos Fixos em Concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos Fixos em Concessão em curso								
Outros Ativos Fixos Tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	5.298.782,52			5.298.782,52	5.298.782,52			5.298.782,52
Edifícios e outras construções	24.485.009,21	7.945.580,17		16.539.429,04	24.493.138,01	8.494.289,96		15.998.848,05
Equipamento básico	866.210,80	556.446,93		309.763,87	1.610.303,62	674.893,44		935.410,18
Equipamento de transporte	844.201,52	678.666,21		165.535,31	870.893,75	696.666,61		174.227,14
Equipamento administrativo	1.227.597,28	1.064.835,56		162.761,72	1.260.962,48	1.105.832,39		155.130,09
Equipamentos biológicos								
Outros ativos fixos tangíveis	234.517,55	146.518,80		87.998,75	273.854,72	171.497,56		102.357,16
Outros Ativos Fixos Tangíveis em Curso	1.615.731,62	0,00		1.615.731,62	4.405.297,96	0,00		4.405.297,96
	34.572.050,50	**10.392.047,67**		**24.180.002,83**	**38.213.233,06**	**11.143.179,96**		**27.070.053,10**
Total	**51.354.155,89**	**21.109.676,54**		**30.244.479,35**	**55.527.664,07**	**22.416.228,33**		**33.111.435,74**

(e) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando:

Respostas às alíneas com base nos quadros 5.2, 5.3 e 5.4 no fim da informação sobre as divulgações necessárias.

(i) Adições;

(ii) Alienações;

(iii) Aumentos ou diminuições resultantes de extinção, fusão e reestruturação de entidades;

(iv) Aumentos ou diminuições resultantes de revalorizações e de perdas por imparidade (se existirem) reconhecidas ou revertidas diretamente no património líquido;

(v) Perdas por imparidade e reversões de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados;

(vi) Depreciação;

(vii) As diferenças de câmbio líquidas que surjam da transposição de demonstrações financeiras da moeda funcional para uma moeda de apresentação diferente, incluindo a transposição de uma unidade operacional estrangeira para a moeda de apresentação da entidade

que relata; e

(viii) Outras alterações.

Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	**6.064.476,52**	**1.020,04**	**531.305,58**				**-555.419,50**			**6.041.382,64**
Terrenos e recursos naturais	17.500,00									17.500,00
Edifícios e outras construções	1.341.719,28	0,00	39.352,29				-60.621,44			1.320.450,13
Infraestruturas	4.648.770,70	1.020,04	491.953,29				-494.798,06			4.646.945,97
Património histórico, artístico e cultural	56.486,54	0,00								56.486,54
Outros										
Bens de domínio público em curso										
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis	**24.180.002,83**	**4.301.492,69**	**-574.056,68**				**-802.850,62**		**-34.535,12**	**27.070.053,10**
Terrenos e recursos naturais	5.298.782,52	0,00								5.298.782,52
Edifícios e outras construções	16.539.429,04	42.168,92					-548.709,79		-34.040,12	15.998.848,05
Equipamento básico	309.763,87	744.092,82					-118.446,51			935.410,18
Equipamento de transporte	165.535,31	78.310,77					-69.618,94			174.227,14
Equipamento administrativo	162.761,72	33.959,99					-41.096,62		-495,00	155.130,09
Equipamentos biológicos										0,00
Outros	87.998,75	39.337,17					-24.978,76			102.357,16
Ativos fixos tangíveis em curso	1.615.731,62	3.363.623,02	-574.056,68							4.405.297,96
TOTAL	**30.244.479,35**	**4.302.512,73**	**-42.751,10**				**-1.358.270,12**		**-34.535,12**	**33.111.435,74**

Quadro 5.3 – Ativos fixos tangíveis – adições

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		**1.020,04**									**1.020,04**
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											0,00
Infraestruturas		1.020,04									1.020,04
Património histórico, artístico e cultural											0,00
Outros											
Bens de domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis		**4.273.274,36**				**28.218,33**				**0,00**	**4.301.492,69**
Terrenos e recursos naturais		0,00									0,00
Edifícios e outras construções		42.168,92									42.168,92
Equipamento básico		744.092,82									744.092,82
Equipamento de transporte		78.310,77									78.310,77
Equipamento administrativo		33.959,99									33.959,99
Equipamentos biológicos		0,00									0,00
Outros		11.118,84				28.218,33					39.337,17
Ativos fixos tangíveis em curso		3.363.623,02									3.363.623,02
TOTAL		**4.274.294,40**				**28.218,33**				**0,00**	**4.302.512,73**

Quadro 5.4 – Ativos fixos tangíveis – diminuições

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis					**-34.535,12**	**-34.535,12**
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções					-34.040,12	**-34.040,12**
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo					-495,00	**-495,00**
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso						
TOTAL					**-34.535,12**	**-34.535,12**

5.2 — Uma entidade deve também divulgar para cada classe de ativos fixos tangíveis reconhecida nas demonstrações financeiras:

(a) A existência e quantias de restrições de titularidade e os ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos;

Não aplicável.

(b) A quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de um ativo fixo tangível no decurso da sua construção;

Não aplicável

(c) A quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis; e;

(d) Se não for divulgada separadamente na demonstração dos resultados, a quantia da compensação por terceiros relativa a bens do ativo fixo tangível em imparidade, perdidos ou cedidos, que está incluída nos resultados.

Não Aplicável.

5.3 A entidade deve divulgar a depreciação durante um período, distinguindo a parte reconhecida nos resultados e a parte incluída no custo de outros ativos.

A parte reconhecida em resultados consta do quadro 5.2

5.4 — De acordo com a NCP 2, uma entidade divulga a natureza e efeito de qualquer alteração numa estimativa contabilística que tenha efeito material no período corrente, ou que se espera venha a ter em períodos subsequentes. Para ativos fixos tangíveis, tal divulgação pode ocorrer de alterações em estimativas com respeito a:

(a) Valores residuais;

Não aplicável. Considerando a natureza e fins prosseguidos pelo Município, considerou-se que o valor residual dos seus ativos fixos tangíveis é nulo ou não possível de determinar com fiabilidade.

(b) Custos estimados de desmantelamento, remoção ou restauro de ativos fixos tangíveis;

Não aplicável.

(c) Vidas úteis; e

Não aplicável. Utilização das vidas úteis, conforme já divulgado, tal como estabelecidas pela Portaria 671/2000 de 17 de abril e Classificador Complementar.

(d) Método de depreciação.

Não aplicável. Utilização do método da linha reta. Consistência de método entre o SNC-AP e POCAL.

5.5 — Se os ativos fixos tangíveis forem apresentados por quantias revalorizadas deve ser divulgado:

(a) A data de eficácia da revalorização;

Não aplicável

(b) Dispositivo legal de suporte;

Não aplicável

(c) O excedente de revalorização, no início e no final dos períodos de relato, indicando as alterações durante o mesmo e quaisquer restrições na distribuição do seu saldo;

Não aplicável

(d) A soma de todos os aumentos dos excedentes de revalorização; e

Não aplicável

(e) A soma de todas as reduções dos excedentes de revalorização.

Não aplicável

5.6 — Quando aplicável, as entidades devem ainda fazer as seguintes divulgações:

(a) A quantia escriturada de ativos fixos tangíveis temporariamente sem uso;

Não aplicável.

(b) A quantia escriturada bruta de qualquer ativo fixo tangível totalmente depreciado que ainda esteja em uso; e

Não foi ainda possível devido à inconsistência dos registos das fichas de transferência de qualquer bem móvel entre localizações/serviços diferentes, necessárias ao procedimento de controlo dos bens afetos ao património (a elaborar pelos diversos serviços

responsáveis); bem como devido à falta de recursos humanos afetos ao serviço de Património.

(c) A quantia escriturada de ativos fixos tangíveis retirados de uso ativo e detidos para alienação.

Não aplicável.

6 — Locações

Locatários

6.1 — No que se refere a locações financeiras os locatários devem divulgar o seguinte:

(a) Para cada classe de ativos, a quantia escriturada líquida à data de relato;

Ver quadro 6.1

(b) Uma reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de relato e o seu valor presente.

Ver quadro 6.1

(c) Além disso, uma entidade deve divulgar o total de futuros pagamentos mínimos da locação futuros à data de relato, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

(i) Não superior a um ano;

(ii) Superior a um ano e não superior a cinco anos;

(iii) Superior a cinco anos.

Ver quadro 6.1

(d) As rendas contingentes reconhecidas como gastos do período;

Não Aplicável

(e) O total dos futuros pagamentos mínimos de sublocação que se espera receber segundo sublocações não canceláveis à data de relato; e

Não Aplicável.

(f) Uma descrição geral dos acordos de locação significativos do locatário, incluindo pelo menos o seguinte:

(i) Os critérios na base dos quais se determinam as rendas contingentes a pagar;

Não Aplicável

(ii) A existência e os termos de renovação, ou de opções de compra e cláusulas de escalonamento; e

Não Aplicável

(iii) Restrições impostas por acordos de locação, tais como as respeitantes ao retorno dos resultados, retorno de contribuições de capital, dividendos ou distribuições similares, dívida adicional e futuras locações.

Não Aplicável

Quadro 6.1 – Locações financeiras – Locatário

Rubricas	Quant. Escr. Líquida (1)	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos (2)				Valor Presente dos Futuros Pagamentos Mínimos (3)	Rendas contingentes registadas como gastos do período (4)
		Período		Acumulado							
		Capital	Juros	Capital	Juros	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total		
AQUISIÇÃO DE DUAS VIATURAS ELETRICAS	63.499,98	16.093,22	462,14	56.764,82	3.493,31	6.776,17	0,00		6.776,17		
Total	**63.499,98**	**16.093,22**	**462,14**	**56.764,82**	**3.493,31**	**6.776,17**	**0,00**	**0,00**	**6.776,17**	**0,00**	**0,00**

6.2 — No que se refere a locações operacionais os locatários devem divulgar o seguinte:

(a) O total dos futuros pagamentos mínimos de locação segundo locações operacionais não canceláveis para cada um dos seguintes períodos:

(i) Não superior a um ano;

(ii) Superior a um ano e não superior a cinco anos;

(iii) Superior a cinco anos;

Ver quadro 6.2

(b) O total de futuros pagamentos mínimos de sublocação que se espera receber segundo sublocações não canceláveis à data de relato;

Não Aplicável.

(c) Pagamentos de locação e de sublocação reconhecidos como um gasto do período, separando as quantias relativas a pagamentos mínimos de locação, rendas contingentes e pagamentos de sublocação;

Ver quadro 6.2.

(d) Uma descrição geral dos acordos de locação significativos do locatário, incluindo pelo menos o seguinte:

(i) Os critérios na base dos quais se determinam as rendas contingentes a pagar;

Não Aplicável.

(ii) A existência e os termos de renovação ou de opções de compra e cláusulas de escalonamento; e

Não Aplicável.

(iii) Restrições impostas por acordos de locação, tais como as respeitantes ao retorno dos resultados, retorno de contribuições de capital, dividendos ou distribuições similares, dívida adicional e futuras locações.

Não Aplicável

Quadro 6.2 – Locações operacionais – Locatário

Bens locados (1)	valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos (4)				Valor Presente dos Futuros Pagamentos Mínimos (5)
		Período		Acumulado						
		Pagamentos Mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos Mínimos	Rendas contingentes	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
ALUGUER DE EQUIPAMENTO DE SOM NO ÂMBITO DAS COMEMORAÇÕES DO FERIADO MUNICIPAL.	1.168,50	1.168,50		1.168,50						
ALUGUER DE EQUIPAMENTO DE SOM PARA AS COMEMORAÇÕES DO 8 DE MAIO;	2.000,00	2.000,00		2.000,00						
ALUGUER DE EQUIPAMENTO DE SOM PARA O DIA DE TODOS OS SANTOS;	250,00	250,00		250,00						
ALUGUER DE MAQUINA DE ESPUMA NO AMBITO DAS ATIVIDADES DO CAMPO DE FÉRIAS;	369,00	369,00		369,00						
ALUGUER DE MESAS E CADEIRAS PARA O ENCONTRO INTERMUNICIPAL DE DESPORTO SENIOR;	5.879,40	5.879,40		5.879,40						
ALUGUER DE SISTEMA DE SOM NO ÂMBITO DA ATIVIDADE TWF;	1.000,00	1.000,00		1.000,00						
ALUGUER DE WC'S MOVEIS NO AMBITO DAS COMEMORAÇÕES DOS 800 ANOS DO MUNICÍPIO;	147,60	147,60		147,60						
ALUGUER E INTALAÇÃO DE TENDA PARA O EVENTO TWF;	5.166,00	5.166,00		5.166,00						
APOIO E ACOMPANHAMENTO DAS INTERVENÇÕES PROPOSTAS PAPERSU E GESTÃO DE RSU.	1.199,25	1.199,25		1.199,25						
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ANIMAÇÃO PARA O CAMPO DE FÉRIAS;	496,40	496,40		496,40						
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SOM - SEMANA SANTA;	984,00	984,00		984,00						
AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE SOM E LUZ PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTO: "ENTRUDO - CASAMENTOS DE CARNAVAL E ENTERRO DO ENTRUDO 2025"	500,00	500,00		500,00						
SERVIÇO DE SUBSCRIÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE DATAJURIS	1.076,25	1.076,25		1.076,25						
SPOTS PUBLICITARIOS PARA DIVULGAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES DO MUNICÍPIO;	738,00	738,00		738,00						
AQUISIÇÃO DE LICENÇA PARA PLATAFORMA DE FATURAÇÃO SAPHETYDOC PARA 12 MESES	2.214,00	2.214,00		2.214,00						
RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE LICENCIAMENTO E SUPORTE TÉCNICO AO SOFTWARE DE ANTIVÍRUS FORTICLIENT SEM	3.129,12	3.129,12		3.129,12						
ALUGUER DE (STANDS) CASINHAS DE MADEIRA - "MERCADO DE NATAL 2025"	6.137,70	6.137,70		6.137,70						
ALUGUER DE MÁQUINAS DE ÁGUAP PARA CONSUMO ANOS 2023,2024,2025 E 2026	11.681,06	3.905,04		10.376,74		1.304,32				
FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE ALUGUER DE VESTUÁRIO PROFISSIONAL PROCª 50/2023/AJD	19.593,46	6.635,42		16.519,18		3.074,28				
Aluguer de Tenda para o evento - Porca Lápis	6.642,00	6.642,00		6.642,00						
Aluguer e Serviços de Cópia, Impressão e Digitalização, Atualização e Suporte do Software de Gestão de Controlo e Segurança "SAFEQ", Propriedade do Município	88.471,44	5.344,66		5.344,66		29.120,78	54.006,00			
ALUGUERES STANDS E OUTROS EQUIPAMENTOS NO AMBITO ORGANIZAÇÃO DA FEIRA DOS VINHOS BRANCOS	120.000,00	120.000,00		120.000,00						
Total	**278.843,18**	**174.982,34**		**191.337,80**		**33.499,38**	**54.006,00**			

Locadores

6.3 — Quanto a locações financeiras os locadores devem divulgar o seguinte:

(a) Uma reconciliação entre o investimento total bruto na locação à data de relato e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação a receber na mesma data. Adicionalmente, uma entidade deve divulgar o investimento bruto na locação e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação a receber à data de relato, relativamente a cada um dos seguintes períodos:

(i) Não superior a um ano;

(ii) Superior a um ano e não superior a cinco anos; e (iii) Superior a cinco anos.

(b) Rendimento financeiro não obtido;

(c) Os valores residuais não garantidos que acrescem em benefício do locador;

(d) O ajustamento acumulado de pagamentos mínimos da locação a receber incobráveis;

(e) As rendas contingentes reconhecidas como rendimentos do período na demonstração dos resultados; e

(f) Uma descrição geral dos acordos de locação significativos do locador.

Não Aplicável.

6.4 — Quanto a locações operacionais os locadores devem divulgar o seguinte:

(a) O total dos futuros pagamentos mínimos da locação relativo a locações operacionais não canceláveis, para cada um dos seguintes períodos:

(i) Não superior a um ano;

(ii) Superior a um ano e não superior a cinco anos; e

(iii) Superior a cinco anos.

Não Aplicável.

(b) O total das rendas contingentes reconhecidas como rendimentos do período na demonstração dos resultados; e

Não Aplicável.

(c) Uma descrição geral dos acordos de locação significativos do locador.

O Município de Murça obtém rendimentos relativos a contratos de locação operacional referentes aos lotes de habitação social, registados no seu Ativo Fixo. Esse rendimento ascendeu em 2025 a 19.464,23€

6.5 — Os requisitos de divulgação para locatários e locadores aplicam-se igualmente às vendas seguidas de locação. Assim, a descrição dos acordos significativos de locação para estes casos implica a divulgação de cláusulas únicas e invulgares do acordo ou dos termos da transação.

Não Aplicável.

7 — Custos de empréstimos obtidos

7.1 — Uma entidade deve divulgar:

(a) A política contabilística adotada para os custos de empréstimos obtidos;

Nos termos do estabelecido pela NCP 7, os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são suportados independentemente de como esses empréstimos são aplicados.

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desse ativo. Estes custos são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que deles resultem benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para a entidade e os custos possam ser mensurados com fiabilidade.

Se o Município de Murça adotar o tratamento contabilístico da capitalização, esse tratamento é aplicado de forma consistente a todos os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de todos os ativos que se qualifica da entidade.

(b) A quantia dos custos de empréstimos capitalizada durante o período; e

Não Aplicável

(c) A taxa de capitalização usada para determinar a quantia de custos de empréstimos elegíveis para capitalização (quando for necessário aplicar uma taxa média de capitalização a empréstimos obtidos para fins gerais).

Não Aplicável

8 — Propriedades de investimento

Modelo do justo valor e modelo do custo

8.1 — As divulgações seguintes aplicam-se em complemento das previstas na nota 6 — Locações. De acordo com a NCP 6 o titular de uma propriedade de investimento faz as divulgações dos locadores sobre locações que tenha celebrado. Uma entidade que detenha uma propriedade de investimento segundo uma locação financeira ou uma locação operacional faz as divulgações dos locatários para locações financeiras e faz divulgações dos locadores para quaisquer locações operacionais que tenham celebrado.

8.2 — Uma entidade deve divulgar:

(a) Se aplica o modelo do justo valor ou o modelo do custo;

Não aplicável.

(b) Se aplica o modelo do justo valor, se, e em que circunstâncias, os interesses em propriedades detidos segundo locações operacionais são classificados e contabilizados como propriedades de investimento;

Não aplicável

(c) Quando a classificação for difícil, os critérios que usa para distinguir uma propriedade de investimento de uma propriedade ocupada pelo titular e de uma propriedade detida para venda no decurso normal da atividade;

(d) *Não aplicável*

(e) Os métodos e pressupostos significativos aplicados na determinação do justo valor das propriedades de investimento, incluindo uma declaração sobre se a determinação do justo valor foi suportada por evidência do mercado ou se foi mais baseada em outros fatores (que a entidade deve divulgar) devido à natureza da propriedade e à falta de dados comparáveis de mercado;

(f) *Não aplicável*

(g) A extensão até à qual o justo valor das propriedades de investimento (como mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras) se baseia numa avaliação feita por um avaliador independente com uma qualificação profissional reconhecida e relevante e com experiência recente na localização e categoria das propriedades de investimento que estão a ser avaliadas. Se tal avaliação não tiver sido feita, esse facto deve ser divulgado;

(h) *Não aplicável*

(i) As quantias incluídas na demonstração dos resultados quanto a:

(i) Propriedade de investimento que não geraram rendimento de rendas durante o período;

Não aplicável

(ii) A existência e quantia de restrições sobre o grau de realização das propriedades de investimento ou sobre a remessa de rendimento e de recebimentos de alienações; e

Não aplicável

(iii) Obrigações contratuais para comprar, construir ou desenvolver propriedades de investimento ou para fazer reparações, manutenção ou melhorias.

Não aplicável

.

Modelo do justo valor

8.3 — Além das divulgações exigidas anteriormente, uma entidade que aplique o modelo do justo valor deve também divulgar uma reconciliação da quantia escriturada das propriedades de investimento no início e no fim do período, mostrando o que se segue:

Não aplicável

(a) Adições, divulgando separadamente as adições resultantes de aquisições e as resultantes de dispêndio subsequente reconhecido na quantia escriturada de um ativo;

(b) Adições resultantes de aquisições por meio de concentrações da entidade;

(c) Alienações;

(d) Ganhos ou perdas líquidas provenientes do justo valor;

(e) As diferenças cambiais líquidas que surjam da transposição de demonstrações financeiras para uma moeda de apresentação diferente, e da transposição de uma unidade operacional estrangeira para a moeda de apresentação da entidade que relata;

(f) Transferências para e de inventários e propriedade ocupada pelo titular; e

(g) Outras alterações.

8.4 Quando uma avaliação obtida for ajustada significativamente para efeito das demonstrações financeiras, por exemplo para evitar dupla contagem de ativos ou passivos que são reconhecidos como ativos e passivos separados, a entidade deve divulgar uma reconciliação entre a avaliação obtida e a avaliação ajustada incluída nas demonstrações financeiras, mostrando separadamente a quantia agregada de quaisquer obrigações de locação que tenham sido acrescentadas, e quaisquer outros ajustamentos significativos.

Não aplicável

8.5 Nos casos excecionais em que não seja possível mensurar o justo valor com fiabilidade, uma propriedade de investimento é mensurada usando o modelo do custo, a reconciliação exigida na nota 8.3 deve divulgar as quantias relativas a essas propriedades de investimento separadamente de quantias relativas a outras propriedades de investimento. Além disso, uma entidade deve divulgar:

Não aplicável

(a) Uma descrição das propriedades de investimento;

(b) Uma explicação sobre o facto de o justo valor não poder ser mensurado com fiabilidade;

(c) Se possível, o intervalo de estimativas dentro do qual seja provável que fique o justo valor; e

(d) Sobre a alienação de propriedade de investimento não registada pelo justo valor:

(i) O facto de a entidade ter alienado propriedades de investimento não registadas pelo justo valor;

(ii) A quantia escriturada dessas propriedades de investimento à data da venda; e

(iii) A quantia de ganho ou perda reconhecido.

Modelo do custo

8.6 — Além das divulgações exigidas pela nota 8.2, uma entidade que aplique o modelo do custo deve também divulgar:

(a) Os métodos de depreciação usados;

Não aplicável

(b) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

Não aplicável

(c) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas de imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

Não aplicável

(d) Uma reconciliação da quantia escriturada das propriedades de investimento no início e no fim do período mostrando o que se segue:

Não aplicável

(i) Adições, divulgando separadamente as adições resultantes de aquisições e as resultantes de dispêndio subsequente reconhecido como um ativo;

(ii) Adições resultantes de aquisições por meio de concentrações da entidade;

(iii) Alienações;

(iv) Depreciação;

(v) A quantia de perdas por imparidade reconhecidas, e a quantia de perdas por imparidade revertidas, durante o período;

(vi) As diferenças cambiais líquidas que surjam da transposição de demonstrações financeiras para uma moeda de apresentação diferente, e da transposição de uma unidade operacional estrangeira para a moeda de apresentação da entidade que relata;

(vii) Transferências para e de inventários e propriedade ocupada pelo proprietário; e

(viii) Outras alterações; e

(e) O justo valor de propriedades de investimento. Nos casos excecionais em que uma entidade não possa determinar o justo valor da propriedade de investimento com fiabilidade, deve divulgar:

Não aplicável

(i) Uma descrição das propriedades de investimento;

(ii) Uma explicação sobre o facto de o justo valor não poder ser determinado com fiabilidade;

(iii) Se possível, o intervalo de estimativas dentro do qual é altamente provável que fique o justo valor.

9 — Imparidade de ativos

Divulgações gerais

9.1 — Uma entidade deve divulgar os critérios por si desenvolvidos para distinguir ativos não geradores de caixa de ativos geradores de caixa.

Os ativos geradores de caixa são detidos com o objetivo principal de gerarem retorno económico, situação que se verifica quando o ativo é usado de forma consistente com a adotada por uma entidade comercial.

A generalidade dos ativos do Município é não gerador de caixa, verificando-se casos em que um ativo poderá gerar fluxos de caixa, embora seja principalmente detido para prestar um serviço.

Por norma, um ativo é classificado como gerador de caixa desde que tal ativo seja utilizado com objetivo de gerar retorno económico através do fornecimento de bens e/ou serviços a terceiros.

Nos termos da NCP 9, esta nota não se aplica a "Inventários", "Contratos de Construção", "Ativos Financeiros – no âmbito da NCP 18 – Instrumentos Financeiros", "Propriedades de Investimento ao Justo Valor", "Ativos Fixos tangíveis e Ativos intangíveis" mensurados por quantias revalorizadas, "Goodwill", "Ativos Biológicos" mensurados ao justo valor menos custos de venda e "Outros Ativos" cujos requisitos contabilísticos de imparidade se encontrem previstos noutras NCP.

Deste modo, as divulgações desta nota estarão relacionadas com Ativos Fixos Tangíveis, Ativos intangíveis e Propriedades de Investimento, todos mensurados ao custo.

Divulgações específicas — <u>Ativos não geradores de caixa</u>

9.2 — Uma entidade deve divulgar o seguinte por cada perda por imparidade material reconhecida ou revertida durante o período:

(a) Os acontecimentos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento ou reversão da perda por imparidade.

Para avaliar se existe algum indício de que um ativo possa estar em imparidade, o Município considera as seguintes situações:

i) Fontes externas de informação

(a) Cessação, ou cessação eminente, da procura ou da necessidade dos serviços proporcionados pelo ativo;

(b) Ocorreram durante o período, ou ocorrerão no futuro próximo, alterações significativas de longo prazo com um efeito adverso na entidade, no ambiente tecnológico em que a entidade opera, na legislação ou na política governamental;

ii) — Fonte internas de informação

(a) Evidência de obsolescência ou danos físicos no ativo;

(b) Ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorrerão no futuro próximo, alterações significativas de longo prazo com efeitos adversos na entidade, na extensão ou na forma em que um ativo é usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem o ativo tornar-se inútil, existir um plano para descontinuar ou reestruturar as operações a que o ativo pertença, ou um plano para alienar um ativo antes da data previamente esperada, e a reavaliação da vida útil de um ativo;

(c) Uma decisão para suspender a construção do ativo antes de estar concluído ou em condições de ser utilizado; e

(d) Evidência indicando que o desempenho de serviço de um ativo está a ser, ou será, significativamente pior do que esperado.

Nos termos da NCP 9, a procura ou a necessidade de serviços pode variar no tempo, o que afetará a extensão em que os ativos não geradores de caixa são utilizados ao proporcionar esses serviços, mas variações negativas na procura não são necessariamente indícios de imparidade. Quando a procura de serviços cessa, ou está prestes a cessar, os ativos utilizados para proporcionar esses serviços podem estar em imparidade. A procura pode ser considerada como estando prestes a cessar quando é de tal forma baixa que a entidade ou não tentou responder a essa procura, ou respondendo não teria adquirido o ativo que está a ser considerado para teste de imparidade. Podem também ocorrer situações em que o fim de um serviço implica que os ativos sejam considerados na prestação de outros serviços.

Note-se que com a descentralização de competências e a assunção de serviços por parte do Município, verifica-se maior concentração de serviços que cada vez absorvem maiores recursos humanos e financeiros.

Assim, nestes termos do acima explicitado, não se verificam indícios de que, á data de relato, se verifique a existência de indícios de imparidade sobre os ativos do Município.

(b) A quantia da perda por imparidade reconhecida ou revertida.

Não aplicável

(c) A natureza do ativo.

Não aplicável

(d) O segmento a que o ativo pertence se a entidade relatar a informação por segmentos de acordo com a NCP 25.

Não aplicável

(e) Se a quantia recuperável de serviço do ativo é o seu justo valor menos custos de vender ou o seu valor de uso.

Não aplicável

(f) Se a quantia recuperável de serviço for o justo valor menos custos de vender, a base usada para determinar o justo valor menos custos de vender (tal como se o justo valor foi determinado por referência a um mercado ativo).

Não aplicável

(g) Se a quantia recuperável de serviço for o valor de uso, a abordagem usada para determinar o valor de uso.

Quadro 9 — Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia recuperável	Modelo utilizado	
					Justo Valor	valor de uso
(1)	(2)	(3)	(3)	(3)	(4)	(5)
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	Ativo gerador de caixa	176.488,69	93.840,35	82.648,34		
Total		0,00	176.488,69	93.840,35	82.648,34	0,00	0,00

9.3 — Uma entidade deve divulgar a informação que se segue para o total de perdas por imparidade e o total de reversões de perdas por imparidade reconhecidas durante o período para as quais nenhuma informação esteja divulgada:

(a) As principais classes de ativos afetados por perdas por imparidade (e as principais classes de ativos afetados por reversões de perdas por imparidade).

Não aplicável

(b) Os principais acontecimentos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento das perdas por imparidade e reversões de perdas por imparidade.

Não aplicável

9.4 — Uma entidade deve divulgar os principais pressupostos usados para determinar a quantia recuperável de serviço de ativos durante o período.

Não aplicável

Divulgações específicas — Ativos geradores de caixa

9.5 — Uma entidade deve divulgar o seguinte por cada perda por imparidade material reconhecida ou revertida durante o período para um ativo individual gerador de caixa ou uma unidade geradora de caixa:

(a) Os acontecimentos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento ou reversão da perda por imparidade.

Não Aplicável

(b) A quantia da perda por imparidade reconhecida ou revertida.

Não Aplicável.

(c) Relativamente a um ativo gerador de caixa:

(i) A natureza do ativo; e

Não Aplicável.

(ii) Se a entidade relata informação por segmentos de acordo com a NCP 25, o segmento relatado a que o ativo pertence, com base no formato de relato da entidade.

Não Aplicável.

(d) Relativamente a uma unidade geradora de caixa:

(i) Uma descrição da unidade geradora de caixa (por exemplo, se é uma linha de produtos, uma instalação, uma operação comercial, uma área geográfica ou um segmento relatado);

Não Aplicável.

(ii) A quantia da perda por imparidade reconhecida ou revertida por classe de ativos e, se a entidade relatar informação por segmentos de acordo com a NCP 25, por segmento relatado com base no formato de relato da entidade; e

Não Aplicável.

(iii) Se a agregação de ativos para identificar a unidade geradora de caixa se alterou desde a estimativa anterior da quantia recuperável (se a houver) da unidade geradora de caixa, uma descrição da forma corrente e anterior de agregar ativos e as razões para alterar essa forma de identificação da unidade geradora de caixa.

Não Aplicável.

(e) Se a quantia recuperável do ativo é o justo valor menos custos de vender ou o seu valor de uso;

Não Aplicável.

(f) Se a quantia recuperável do ativo for o justo valor menos custos de vender, a base usada para determinar esse valor (por exemplo, se o justo valor foi determinado com referência a um mercado ativo); e

Não Aplicável.

(g) Se a quantia recuperável for o valor de uso, as taxas de desconto usadas na estimativa corrente e anterior (se houver) do valor de uso.

Não Aplicável.

9.6 — Uma entidade deve divulgar a seguinte informação para as perdas por imparidade agregadas e as reversões agregadas de perdas por imparidade reconhecidas durante o período para o qual nenhuma informação é divulgada de acordo com a nota anterior:

Não Aplicável.

(a) As principais classes de ativos afetados por perdas por imparidade e as principais classes de ativos afetados por reversões de perdas por imparidade; e

Não Aplicável.

(b) Os principais acontecimentos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento destas perdas por imparidade e reversões de perdas por imparidade.

Não Aplicável.

9.7 — Uma entidade deve divulgar os principais pressupostos usados para determinar a quantia recuperável de ativos durante o período.

Não Aplicável.

10 — Inventários

10.1 — Uma entidade deve divulgar:

(a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração de inventários, incluindo a(s) fórmula(s) de custeio usada(s);

Os inventários englobam bens comprados e detidos para revenda incluindo, por exemplo, mercadoria comprada por uma entidade e detida para revenda, produtos acabados ou trabalhos em curso que estejam a ser produzidos pela entidade. Os inventários também incluem materiais e consumíveis aguardando o seu uso no processo de produção e bens comprados ou produzidos por uma entidade, para distribuir a terceiros gratuitamente ou por um valor simbólico.

Os inventários devem ser mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido, exceto quando forem adquiridos através de uma transação sem contraprestação, devem ser mensurados pelo justo valor à data de aquisição.

Quando os inventários forem detidos para distribuir sem contrapartida ou com uma contrapartida simbólica, ou para consumir no processo de produção de bens para subsequentemente distribuir sem contrapartida ou por uma contrapartida simbólica, devem ser mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o custo de reposição corrente.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos suportados para colocar os inventários no seu local e condição atuais.

Quando os inventários são vendidos, trocados ou distribuídos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido. Se não existir rendimento relacionado, o gasto é reconhecido quando os bens forem distribuídos ou o respetivo serviço for prestado. A quantia de qualquer abate de inventários, assim como todas as perdas de inventários, devem ser reconhecidas como um gasto no período em que ocorra o abate ou a perda. A reversão de qualquer abate de inventários é reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período em que a reversão ocorre.

(b) A quantia total registada de inventários e a quantia escriturada por classificações apropriadas à entidade;

Ver quadro 10.1 e 10.2 abaixo

(c) A quantia de inventários registada pelo justo valor menos custos de vender;

Ver quadro 10.1 e 10.2 abaixo

(d) A quantia de inventários reconhecida como gasto durante o período;

Ver quadro 10.1 e 10.2 abaixo

(e) A quantia de qualquer redução de inventários reconhecida como um gasto do período;

Ver quadro 10.1 e 10.2 abaixo

(f) A quantia da reversão de qualquer redução que seja reconhecida na demonstração dos resultados do período;

Ver quadro 10.1 e 10.2 abaixo

(g) As circunstâncias ou acontecimentos que levaram à reversão de uma redução de inventários;

Ver quadro 10.1 e 10.2 abaixo

(h) A quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos.

Ver quadro 10.1 e 10.2 abaixo

Quadro 10.1 – Inventários

Rubricas	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Mercadorias	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	33.194,51	0,00	33.194,51
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Total	**33.194,51**	**0,00**	**33.194,51**

Quadro 10.2 – Inventários: Movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/+(4)-(5)+(6)- (7)+(8)
Mercadorias									
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	27.553,57	246.906,57	207.136,33				34.129,30		33.194,51
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	**27.553,57**	**246.906,57**	**207.136,33**				**34.129,30**		**33.194,51**

11 — Agricultura

Divulgações gerais

11.1 — Uma entidade deve divulgar o ganho ou perda global que surja durante o período corrente no reconhecimento inicial de ativos biológicos e produtos agrícolas e das alterações no justo valor menos os custos estimados no ponto de venda dos ativos biológicos.

Não aplicável.

11.2 — Uma entidade deve fazer uma descrição dos ativos biológicos que distinga entre ativos biológicos consumíveis e ativos biológicos de produção duradoura, e entre ativos biológicos detidos para venda e ativos biológicos detidos para distribuição gratuita ou com retribuição simbólica. Estas divulgações devem contemplar simultaneamente uma descrição quantificada e uma descrição narrativa.

Não aplicável.

11.3 — Uma entidade deve ainda divulgar:

(a) A natureza das suas atividades que envolvem cada grupo de ativos biológicos; e

Não aplicável.

(b) Mensurações não financeiras ou estimativas das quantidades físicas de:

(i) Cada grupo de ativos biológicos da entidade no final do período; e

Não aplicável.

(ii) Produção de produtos agrícolas durante o período.

Não aplicável.

11.4 Uma entidade deve divulgar os métodos e pressupostos relevantes utilizados na determinação do justo valor de cada grupo de produtos agrícolas no ponto da colheita e de cada grupo de ativos biológicos.

Não aplicável.

11.5 Uma entidade deve divulgar o justo valor menos os custos estimados no ponto de venda dos produtos agrícolas colhidos durante o período, determinado no ponto de colheita.

Não aplicável.

11.6 **Uma entidade deve divulgar:**

(a) A existência e quantias registadas de ativos biológicos cuja propriedade esteja sujeita a ónus ou encargos, designadamente as quantias registadas de ativos biológicos dados em penhora como garantia de passivos;

Não aplicável.

(b) A natureza e extensão de restrições sobre o uso ou capacidade da entidade vender ativos biológicos;

Não aplicável.

(c) A quantia de compromissos para o desenvolvimento ou aquisição de ativos biológicos; e

Não aplicável.

(d) A estratégia de gestão do risco financeiro relativo à atividade agrícola.

Não aplicável.

11.7 — Uma entidade deve apresentar uma reconciliação das alterações na quantia escriturada de ativos biológicos entre o início e o fim do período corrente. Essa reconciliação deve incluir:

(a) O ganho ou perda resultante de alterações do justo valor menos os custos estimados no ponto de venda, divulgado separadamente para ativos biológicos de produção duradoura e ativos biológicos consumíveis;

Não aplicável.

(b) Aumentos devidos a compras;

Não aplicável.

(c) Aumentos devidos a ativos adquiridos por meio de uma transação sem contraprestação;

Não aplicável.

(d) Diminuições atribuíveis a vendas de ativos;

Não aplicável.

(e) Diminuições resultantes de distribuições gratuitas ou com retribuição simbólica;

Não aplicável.

(f) Diminuições devidas a colheitas;

Não aplicável.

(g) Variações resultantes de reestruturações de entidades; e

Não aplicável.

(h) Outras alterações.

Não aplicável.

Divulgações adicionais de ativos biológicos quando o justo valor não puder ser mensurado com fiabilidade

11.8 — Se uma entidade mensurar ativos biológicos pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas deve divulgar relativamente a tais ativos biológicos:

(a) Uma descrição desses ativos biológicos;

Não aplicável.

(b) Uma explicação da razão por que o justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade;

Não aplicável.

(c) Se possível, o intervalo de estimativas dentro das quais é altamente provável que se situe o justo valor;

Não aplicável.

(d) O método de depreciação usado;

Não aplicável.

(e) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas; e

Não aplicável.

(f) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período.

Não aplicável.

11.9 — Se, durante o período corrente, uma entidade mensurar os ativos biológicos pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, deve divulgar qualquer ganho ou perda reconhecido na alienação de tal ativo biológico separadamente, e na reconciliação exigida na nota 11.6 deve divulgar separadamente as quantias relativas a tais ativos biológicos. Além disso, a reconciliação deve incluir as seguintes quantias incluídas nos resultados relacionadas com esses ativos biológicos:

(a) Perdas por imparidade;

Não aplicável.

(b) Reversões de perdas por imparidade; e

Não aplicável.

(c) Depreciação.

Não aplicável.

11.10 — Se o justo valor de ativos biológicos anteriormente mensurados pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas se tornar mensurável com fiabilidade no decurso do período corrente, uma entidade deve divulgar relativamente a esses ativos biológicos:

(a) Uma descrição dos ativos biológicos;

Não aplicável.

(b) Uma explicação da razão por que o justo valor se tornou mensurável com fiabilidade; e

Não aplicável.

(c) O efeito da alteração.

Não aplicável.

12 — Contratos de construção

12.1 — Uma entidade deve divulgar:

(a) A quantia do rendimento do contrato reconhecida como rendimento do período;

Não aplicável.

(b) Os métodos usados para determinar o rendimento do contrato reconhecido no período; e

Não aplicável.

(c) Os métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso.

Não aplicável.

12.2 — Uma entidade deve divulgar para cada contrato em curso à data de relato:

(a) A quantia agregada de custos suportados e ganhos reconhecidos (menos perdas reconhecidas) até à data;

Não aplicável.

(b) A quantia de adiantamentos recebidos; e

Não aplicável.

(c) A quantia de retenções.

Não aplicável.

13 — Rendimento de transações com contraprestação

13.1 — Uma entidade deve divulgar:

(a) As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rendimento incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento das transações que envolvam a prestação de serviços;

O rendimento inclui apenas os influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos ou a receber pela entidade de sua própria conta. As quantias recebidas na qualidade de agente ou em representação de outras entidades (como, por exemplo, a cobrança de rendas de imóveis do Estado feita pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças para entregar ao Estado), não são benefícios económicos ou potencial de serviço que fluam para a entidade e não resultam em aumentos de ativos ou diminuições de passivos e, por isso, são excluídos do rendimento. De forma similar, num relacionamento como agente, os influxos brutos de benefícios económicos ou de potencial de serviço incluem quantias recebidas pelo agente a favor de terceiros que não resultam em aumentos do património líquido para a entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros não são rendimento. Pelo contrário, o rendimento é apenas a quantia da comissão recebida ou a receber relativa à cobrança ou detenção dos fluxos brutos.

O rendimento é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

A quantia de rendimento proveniente de uma transação é geralmente determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utilizador do ativo ou serviço e é mensurada pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber tendo em conta as quantias de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Na maior parte dos casos, a retribuição é feita sob forma de caixa ou de equivalentes de caixa e a quantia do rendimento é a quantia de caixa ou de equivalentes de caixa recebida ou a receber. Porém, quando o influxo de caixa ou de equivalentes de caixa for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal de caixa recebida ou a receber. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rendimento de juros.

Quando o desfecho de uma transação que envolva a prestação de serviços puder ser estimado com fiabilidade, o rendimento associado à transação é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato. O desfecho de uma transação pode ser estimado com fiabilidade quando estiverem satisfeitas todas as seguintes condições:

(i) A quantia de rendimento pode ser mensurada com fiabilidade;

(ii) É provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a entidade;

(iii) A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade; e

(iv) Os custos suportados com a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O reconhecimento do rendimento com referência à fase de acabamento de uma transação é referido como o método da percentagem de acabamento.

O rendimento da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

(i) A entidade tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;

(ii) A entidade não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos;

(iii) A quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade;

(iv) For provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a entidade; e

(v) Os gastos suportados ou a suportar relativos à transação puderem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento proveniente do uso por terceiros de ativos da entidade que geram juros, royalties, e dividendos ou distribuições similares, é reconhecido quando:

(i) For provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associado à transação fluirão para a entidade;

(ii) A quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade.

O rendimento de juros, royalties, e dividendos ou distribuições similares é reconhecido usando os seguintes tratamentos contabilísticos:

(i) Os juros devem ser reconhecidos numa base proporcional ao tempo do rendimento real do ativo;

(ii) Os royalties devem ser reconhecidos à medida que são obtidos de acordo com a substância dos acordos relevantes;

e

(iii) Os dividendos ou distribuições similares devem ser reconhecidos quando o direito do acionista ou da entidade de os receber for estabelecido.

De notar que o Município aprova anualmente a tabela de taxas que suporta a cobrança de receita própria relacionada com vendas e prestações de serviços, encontrando-se a mesma publicada no portal do Município.

(b) A quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período incluindo o rendimento proveniente de:

Quadro 13 — Rendimentos com contraprestação

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
(1)	(2)
Vendas de Bens	**158.643,41**
Prestação de serviços	**670.561,39**
Resíduos Sólidos	290.599,07
Cemitérios	18.523,00
Serviços Sociais	25.908,27
Serviços Culturais	35.544,63
Serviços Desporto	13.794,66
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	21.749,97
Outros serviços	10.600,19
Concessões	269.922,00
Arrendamento	19.464,23
Juros	**6.663,45**
Juros, dividendos e outros rendimentos simulares	6.663,45
Outros	**16.719,80**
Ganhos em inventários	1.588,80
Alienações Ativos fixos tangíveis	3.105,00
TOTAL	**693.944,64**

(c) A quantia de rendimento proveniente da troca de bens ou serviços incluídos em cada categoria significativa de rendimento.

Quando existem bens ou serviços que são trocados por bens ou serviços de natureza e valor semelhante, a troca não é considerada como uma transação que gera rendimento.

Quando os bens são vendidos ou os serviços prestados por troca de bens ou serviços de natureza e valor dissemelhantes, a troca é considerada como uma transação que gera rendimento.

O rendimento é mensurado pelo justo valor dos bens ou serviços recebidos, ajustado pela quantia transferida de caixa ou seus equivalentes. Quando o justo valor dos bens ou serviços recebidos não puder ser mensurado com fiabilidade, o rendimento é mensurado pelo justo valor dos bens ou serviços cedidos, ajustado pela quantia transferida de caixa ou seus equivalentes.

No exercício não se verificou rendimento associado à troca de bens ou serviços.

14 — Rendimento de transações sem contraprestação

14.1 — Uma entidade deve divulgar:

(a) A quantia de rédito proveniente de transações sem contraprestação reconhecidas durante o período por classes principais evidenciando separadamente:

(i) Impostos, evidenciando separadamente as classes principais de impostos; e

(ii) Transferências, evidenciando separadamente as classes principais de réditos de transferências.

Ver Quadro 14

(b) A quantia de contas a receber reconhecidas relacionadas com rendimentos sem contraprestação

Ver Quadro 14

(c) A quantia de passivos reconhecidos relacionados com ativos transferidos sujeitos a condições.

Não aplicável

(d) A quantia de passivos reconhecidos relativos a empréstimos bonificados que estão sujeitos às condições dos ativos transferidos;

Não aplicável

(e) A quantia de ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições e a natureza dessas restrições.

Não aplicável

(f) A existência e quantia de quaisquer adiantamentos de recebimentos relativos a transações sem contraprestação.

Ver Quadro 14

(g) A quantia de quaisquer passivos perdoados.

Não aplicável

14.2 — Uma entidade deve divulgar também:

(a) As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de rendimentos provenientes de transações sem contraprestação.

O rendimento de transações sem contraprestação deve ser mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela entidade.
Quando, em consequência de uma transação sem contraprestação, uma entidade reconhecer um ativo, também reconhece o rendimento equivalente à quantia do ativo, a menos que seja também exigido reconhecer um passivo. Quando for exigido o reconhecimento de um passivo ele será mensurado de acordo com melhor estimativa da quantia necessária para liquidar a obrigação presente à data de relato, e a quantia do aumento no ativo líquido, se existir, deve ser reconhecida como rendimento. Quando um passivo for subsequentemente reduzido, porque ocorre o acontecimento tributável ou é satisfeita uma condição, a quantia da redução do passivo será reconhecida como rendimento.

(b) Para as principais classes de réditos de transações sem contraprestação, as bases em que foi mensurado o justo valor dos recursos que fluíram para a entidade.

A quantia de rendimento proveniente de uma transação é geralmente determinada por acordo ou encontra-se legalmente estabelecida e é mensurada pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. No quadro 14 abaixo encontram-se evidenciados os valores associados a réditos sem contraprestação.

(c) Para as principais classes de réditos de impostos que a entidade não tenha podido mensurar com fiabilidade durante o período em que o acontecimento tributável ocorra, informação acerca da natureza desses impostos; e

Não aplicável

(d) A natureza e tipo das principais classes de legados, ofertas e doações, evidenciando separadamente as principais classes de bens em espécie recebidos.

Ver quadro 14.

14.3 — As entidades devem ainda divulgar a natureza e tipo das principais classes de serviços em espécie recebidos, incluindo os não reconhecidos.

Não aplicável

Quadro 14 — Rendimentos sem contraprestação

Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período reconhecido em		Rendimento do período reconhecido em		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
(1)	(2)		(3)		
Impostos diretos	**520.469,75**				
Imposto municipal sobre imóveis	*378.527,21*				
Imposto único de circulação	*141.942,54*				
Impostos indiretos	**182.816,39**				
Imposto sobre o Ruído	*3.800,62*				
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	*179.015,77*				
Taxas, multas e outras penalidades	**50.651,39**				
Mercados e feiras	*4.256,89*				
Loteamentos e obras	*28.500,46*				
Outras	*547,59*				
Taxa municipal de direitos de passagem	*2.391,98*				
Multas e outras penalidades	*14.954,47*				
Transferências sem condição	**7.932.911,41**				
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	*4.665.734,10*			*77.762,00*	
Fundo Social Municipal (FSM)	*124.865,00*				
Participação no IRS	*76.627,00*				
Participação do IVA	*84.223,00*				
Outras	*1.360.368,08*				
Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	*1.425.717,65*				
Serviços e Fundos Autónomos	*183.527,06*		*197.149,25*	*192.254,66*	
Segurança Social	*11.849,52*				
Subsídios sem condição	**37.336,86**				
Subsídios com condição	**2.127.215,75**				
Estado (Cooperação Técnica e Financeira. Protocolos)	*351.344,04*				
Protocolos	*0,00*		*2.358.801,37*	*2.280.858,73*	
Contratos Programa	*0,00*		*2.378.143,90*	*2.180.782,77*	
Serviços e Fundos Autónomos	*4.558,97*		*227.948,40*		
Instituições sem fins lucrativos	*41.769,16*				
Fundos Comunitários (Fundo Social Europeu, FEDER, PRR...)	**1.729.543,58**				
FEDER	*391.459,84*		*407.520,19*	*403.466,86*	
Fundo Social Europeu	*1.167.982,39*		*0,00*	*716.777,20*	
PRR	*58.651,80*		*426.519,53*	*448.438,53*	
Legados, ofertas e doações	*0,00*				
Outros	*111.449,55*				
Outros	**277.194,27**				
TOTAL	**11.128.595,82**		**5.996.082,64**	**6.300.340,75**	

15 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1 — Para cada classe de provisões, a entidade deve divulgar:

(a) A quantia escriturada no início e no fim do período;

Não aplicável

(b) Provisões adicionais feitas no decurso do período, incluindo aumentos às provisões existentes;

Não aplicável

(c) Quantias utilizadas (isto é, suportadas e debitadas contra a provisão) durante o período;

Não aplicável

(d) Quantias não utilizadas revertidas durante o período;

Não aplicável

(e) O aumento durante o período na quantia descontada proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer alteração na taxa de desconto.

Não aplicável

15.2 — A entidade deve divulgar adicionalmente o seguinte, para cada classe de provisões:

(a) Uma breve descrição da natureza da obrigação e o momento esperado de quaisquer exfluxos de benefícios económicos esperados ou de potencial de serviço;

(b) Uma indicação das incertezas acerca da quantia ou momento desses exfluxos. Quando for necessário prestar tal informação, a entidade deve divulgar os principais pressupostos assumidos respeitantes aos acontecimentos futuros;

Nesta fase processual e não tendo ainda ocorrido nenhuma sentença, é incerta a quantia e o momento de eventual exfluxo.

(c) A quantia de qualquer reembolso esperado, indicando a quantia de qualquer ativo que tenha sido reconhecido relativamente ao mesmo.

Não aplicável

15.3 — A menos que seja remota a possibilidade de qualquer exfluxo na liquidação, uma entidade deve divulgar para cada classe de passivos contingentes à data de relato, uma breve descrição da natureza dos mesmos e, quando praticável:

(a) Uma estimativa do seu efeito financeiro, mensurado de acordo com os requisitos da norma;

1.1. *Encontra-se em curso o processo n.º 2467/18.1BEPRT– Ação Administrativa Comum Emergente de Vínculo de Emprego Público – Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, tendo o Município de Murça como Réu, a ação diz respeito a pedido de pagamento a título de danos patrimoniais e não patrimoniais, alegando o Autor ter sido vítima de assédio por parte da entidade empregadora e dos ex-autarcas. Em 30 de dezembro de*

2024, foi notificada da sentença favorável proferida no âmbito do Processo n.º 2467/18.1 BEPRT, que julgou improcedente a ação Administrativa Comum Emergente de Vínculo de Emprego Público apresentada Autor, com o valor de € 228.129,18. A sentença foi objeto de recurso por parte do Autor. A ação tem probabilidades de obter vencimento, em prazo não determinável;

1.2. *Encontra-se em curso o Processo n.º 2724/21.0T8VRL – Ação de Processo Comum – Juízo Local Cível de Vila Real – Juiz 1, tendo o Município de Murça como Réu, a ação visa a condenação dos Réus ao reconhecimento do carácter público da "Eira", melhor identificada nos artigos 23º a 28º da petição inicial, bem como que seja declarado que a dita "Eira" pertence a todos e a cada um dos membros da comunidade do lugar de Varges e que não é suscetível de apropriação individual por qualquer um dos Réus. Mais se requer que sejam os Réus condenados a reporem a "Eira" no estado em que se encontrava, demolindo, pois, todas as obras e construções que nela efetuaram, de modo que possa ser usada livremente por todos os membros da comunidade do lugar de Varges. As partes alcançaram uma solução consensual que colocou termo ao litígio. Os Autores desistem de todos os pedidos formulados na petição inicial.*

1.3. *Encontra-se pendente a ação de Processo Comum n.º 1925/25.6T8VRL, a correr termos pelo Juízo Central Cível de Vila Real (Juiz 1) do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real, no qual são Réus o Município de Murça e o Agrupamento de Escolas de Murça.*

Nessa ação foi peticionado o montante de €160.000,00 (cento e sessenta mil euros), a título de indemnização pelos danos patrimoniais e não patrimoniais sofridos pelo Autor, na sequência de um acidente alegadamente provocado por um veículo do Município de Murça, durante o ano de 2014. Tal ação deu entrada em juízo no dia 22 de Julho de 2025 e distribuída no dia 1 de Setembro de 2025. Após apresentação de contestação apresentada pelo Município de Murça, a Juiz titular do processo declarou material e absolutamente incompetente o Juízo Central Cível, absolvendo os Réus da instância. Nessa sequência, o Autor veio solicitar a remessa do processo ao tribunal competente, encontrando-se atualmente pendente o processo no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, sob a ação Administrativa Comum n.º 1925/25.6T8VRL. Atualmente, essa ação Administrativa Comum aguarda o saneamento por parte da Juiz titular do processo, uma vez que já foi ultrapassada a fase dos articulados.

(b) Uma indicação das incertezas relacionadas com a quantia ou o momento de qualquer exfluxo;

Não aplicável

(c) A possibilidade de qualquer reembolso.

Não aplicável

15.4 Quando for provável um influxo de benefícios económicos ou de potencial de serviço, a entidade deve fazer uma breve descrição da natureza dos ativos contingentes à data do relato, e, quando praticável, divulgar uma estimativa do seu efeito financeiro, mensurado usando os princípios estabelecidos para a mensuração de provisões.

Não aplicável

15.5 Quando qualquer da informação exigida duas notas anteriores não forem divulgadas porque não é praticável fazê-lo, esse facto deve ser divulgado.

Não aplicável.

15.6 Em casos extremamente raros, pode considerar-se que a divulgação de alguma ou de toda a informação exigida pode prejudicar seriamente a posição da entidade numa disputa com outras partes sobre o assunto da provisão, passivo contingente ou ativo contingente. Nestes casos, a entidade não necessita de divulgar a informação, mas deve divulgar a natureza geral da disputa, juntamente com o facto de que, e a razão por que, a informação não está divulgada.

Não aplicável

16 — Efeitos de alterações em taxas de câmbio

16.1 — Uma entidade deve divulgar:

(a) A quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados, exceto as que resultem de instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados de acordo com a NCP 18 — Instrumentos Financeiros;

Não aplicável.

E

(b) As diferenças de câmbio líquidas classificadas num componente separado do património líquido, e uma reconciliação da quantia de tais diferenças de câmbio entre o início e o fim do período.

Não aplicável.

16.2 Quando a moeda de apresentação for diferente da moeda funcional, esse facto deve ser indicado, juntamente com a divulgação da moeda funcional e as razões para usar uma moeda de apresentação diferente.

Não aplicável.

16.3 Quando houver uma alteração na moeda funcional, quer da entidade que relata, quer de uma unidade operacional no estrangeiro significativa, esse facto e as razões para a alteração na moeda funcional devem ser divulgados.

Não aplicável.

17 — Acontecimentos após a data de relato

17.1 Uma entidade deve divulgar a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e quem deu essa autorização. Se um outro órgão deliberativo tiver o poder de alterar as demonstrações financeiras após emissão, a entidade deve divulgar esse facto.

As demonstrações financeiras foram autorizadas pelo Executivo Municipal do Município de Murça para emissão a 14/08/2026. Compete à Câmara Municipal aprovar as mesmas para posterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal.

17.2 Se uma entidade receber informações após a data de relato, mas antes das demonstrações financeiras serem autorizadas para emissão, acerca de condições que existiam à data de relato, a entidade deve atualizar as divulgações que se relacionam com essas condições, à luz das novas informações.

Não aplicável

17.3 Se os acontecimentos após a data de relato, que não dão lugar a ajustamentos, forem materialmente relevantes a sua não divulgação pode influenciar as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras. Em conformidade, uma entidade deve divulgar para cada categoria material de acontecimentos após a data de relato que não dão lugar a ajustamentos, os seguintes aspetos:

(a) A natureza do acontecimento; e

Não aplicável

(b) Uma estimativa do seu efeito financeiro, ou uma declaração que essa estimativa não pode ser feita.

Não aplicável

18 — Instrumentos financeiros

Divulgações gerais

Uma entidade deve divulgar:

18.1 Em relação às políticas contabilísticas as bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Conforme parágrafo 10 da NCP 18, os ativos e passivos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. No reconhecimento subsequente, podem continuar ao justo valor, com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração de resultados (caso dos ativos financeiros) ou ao custo amortizado (utilizando método do juro efetivo), para os passivos, conforme parágrafos 11 e 12 respetivamente.

18.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria:

(a) Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados;

Ver Quadro 18.1 e 18.2. Consultar também mapa Mapa 9 - Mapa dos Investimentos Financeiros da Instrução 1/2019 do TC (Tribunal de Contas), em anexo.

(b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade;

(c) *Ver Quadro 18.1 e 18.2. Consultar também mapa Mapa 9 - Mapa dos Investimentos Financeiros da Instrução 1/2019 do TC (Tribunal de Contas), em anexo.*

(d) Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade mensurados ao custo menos imparidade;

Quadro 18.1 – Ativos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados										
Ativos financeiros detidos para negociação										
Participações financeiras – justo valor										
Outros ativos financeiros										
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras – custo	2.539.577,00									2.539.577,00
Outros ativos financeiros	1.627.298,99									1.627.298,99
Total	4.166.875,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.166.875,99

Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade;

Não aplicável

(e) Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados;

Não aplicável

(f) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Quadro 18.2 – Passivos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	Outras	
Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados								0,00
Passivos financeiros detidos para negociação								0,00
Outros passivos financeiros								0,00
								0,00
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	**1.289.161,77**	**928.109,53**			**159.668,79**			**2.057.602,51**
Outros passivos financeiros - Empréstimos obtidos	***1.266.333,39***	***928.109,53***			***143.575,57***			***2.050.867,35***
CCAM_Empreitada para requalificação de diversas estradas e arruamentos do concelho de murça	497.872,34	928.109,53			48.842,29			1.377.139,58
BPI - Emprestimo para reposição de equipamentos e infraestruturas municipais danificados pelos incêndios em 2022	601.646,31				42.974,76			558.671,55
Novo Banco 770018801	26.257,45				17.454,74			8.802,71
BPI 2105989 830 020	140.557,29				34.303,78			106.253,51
Outros passivos financeiros - Locações Financeiras	***22.828,38***				***16.093,22***			***6.735,16***
Total	**1.289.161,77**	**928.109,53**	**0,00**	**0,00**	**159.668,79**	**0,00**	**0,00**	**2.057.602,51**

O Município não procedeu à valorização dos seus passivos financeiros pelo custo amortizado uma vez que os custos de transação, quando existam, correspondem a valores sem qualquer expressão ou relevância material no cômputo dos passivos financeiros. Acresce que, tal situação associada à adição de trabalho na apresentação de informação de acordo com o SNC-AP, não acrescenta ganhos de informação para o utilizador da informação financeira, razão pela qual se desprimou da utilização deste critério

(g) Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou custo amortizado e a imparidade acumulada.

Não aplicável

18.3 Bases de determinação do justo valor (e.g. cotação de mercado, quando ele existe, ou a técnica de avaliação) para todos os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao justo valor.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor assentam no valor das transações ocorridas entre as partes, para efeitos de reconhecimento inicial. Na mensuração subsequente, para os ativos financeiros, verificam-se eventuais alterações de justo valor com reflexo na Demostração dos Resultados.

18.4 Situações em que a mensuração fiável do justo valor deixou de estar disponível para um instrumento de capital próprio mensurado ao justo valor através de resultados.

Não Aplicável.

18.5 Relativamente ao desreconhecimento de ativos financeiros transferidos para uma outra entidade em transações que não se qualificam para tal divulgar, para cada classe de tais ativos financeiros:

***a)* Natureza dos ativos;**

Não aplicável

Natureza dos riscos e benefícios de detenção a que se continua exposto;

Não aplicável

***b)* Quantias escrituradas dos ativos e de quaisquer passivos associados que se continuam a reconhecer.**

Não aplicável

18.6 — Ativos dados em garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes:

(a) Quantia escriturada dos ativos financeiros dados, em penhor, promessa de penhor ou outra forma de garantia, como colateral; e

Subjacentes ao contrato de leasing com a Caixa Geral de Depósitos, para compra de duas viaturas, são ativos dados em garantia as próprias viaturas:

Viatura renault zoe (an-76-ea) limited 50R135 – Valor escriturado 15.874,99€

Viatura renault zoe (an-22-eb) limited 50R135 – Valor escriturado 15.874,99€

(b) Termos e condições relativos ao penhor, ou promessa de penhor, ou outra forma de garantia.

Não aplicável

18.7 — Situações de incumprimento para empréstimos obtidos reconhecidos à data do balanço:

(a) Detalhe do incumprimento no decurso do período relativo a amortização, juro, procura de fundos ou nos termos da conversão de tais empréstimos que permitam ao credor exigir o pagamento à data do balanço;

Não Aplicável.

(b) Quantia escriturada de empréstimos a pagar em incumprimento à data do balanço;

Não Aplicável.

(c) Em que medida o incumprimento foi sanável, ou os termos do pagamento foram renegociados, antes das demonstrações financeiras terem sido autorizadas para emissão.

Não Aplicável.

18.8 Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo além dos referidos no parágrafo anterior (divulgar a informação exigida no parágrafo anterior, se tais incumprimentos permitem ao credor exigir pagamento acelerado, a menos que os incumprimentos tenham sido sanados, ou os termos do compromisso renegociados, até à data do balanço).

Não Aplicável.

18.9 Quantia das dívidas da entidade cuja duração residual seja superior a cinco anos, assim como a quantia de todas as dívidas da entidade cobertas por garantias reais prestadas, com indicação da natureza e da forma dessas garantias.

Não aplicável

18.10 — Relativamente aos rendimentos e gastos divulgar:

(a) Os ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas de: ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados; passivos financeiros ao justo valor através de resultados; ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade; e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados: Não aplicável

Passivos financeiros ao justo valor através de resultado: Não aplicável

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade: Não aplicável

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: Não aplicável

(b) Total de rendimento de juros e total de gasto de juros (calculado utilizando o método da taxa de juro efetiva) para ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através de resultados.

Não Aplicável.

(c) Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros.

Não Aplicável

Contabilidade de cobertura

18.11 — Em separado e por cada uma das quatro categorias de cobertura:

(a) Descrição da cobertura;

Não Aplicável.

(b) Descrição dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de cobertura e respetivos justos valores à data do balanço;

Não Aplicável.

(c) Natureza do risco que esteja a ser coberto, incluindo uma descrição do item coberto.

Não Aplicável.

18.12 — Para cobertura de risco de taxa de juro fixa ou risco de preço de ativos detidos ou abrangidos por um compromisso firme:

(a) Quantia de alteração no justo valor do instrumento de cobertura reconhecida na demonstração dos resultados;

Não Aplicável.

(b) Quantia de alteração no justo valor dos elementos cobertos reconhecida na demonstração dos resultados.

Não Aplicável.

18.13 — Para cobertura do risco de taxa de juro variável, risco de taxa de câmbio, risco de preço de ativos abrangidos por uma elevada probabilidade de transação futura, ou num investimento líquido numa unidade operacional estrangeira:

(a) Períodos em que é expetável que os fluxos de caixa ocorram e os períodos em que é expetável que afetem os resultados;

Não Aplicável.

(b) Descrição de transação futura para a qual a contabilização da cobertura foi previamente utilizada, mas que já não se espera mais que a transação ocorra;

Não Aplicável.

(c) Quantia resultante da alteração de justo valor de instrumentos de cobertura que foi reconhecida no capital próprio durante o período;

Não Aplicável.

(d) Quantia que foi removida do capital próprio e reconhecida nos resultados do período, evidenciando a quantia incluída em cada uma das linhas da demonstração dos resultados.

Não Aplicável.

Instrumentos de capital próprio

18.14 — Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

Não Aplicável.

18.15 — Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal por categoria, ou, na falta deste, o valor unitário, face ao capital subscrito, das ações ou quotas subscritas durante o período dentro dos limites do capital autorizado, bem como o seu número.

Não Aplicável.

18.16 — Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no início e no fim do período. (Identificando separadamente cada tipo de alterações verificadas no período, incluindo novas emissões, exercício de opções, direitos e warrants, conversões de valores mobiliários convertíveis, transações com ações próprias, fusões ou cisões e emissões de bónus (aumentos de capital por incorporação de reservas) ou *splits* de ações).

Não Aplicável.

18.17 — Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão.

Não Aplicável.

18.18 — Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidos e a respetiva quantia acumulada à data do balanço, com indicação do seu número e do âmbito dos direitos que conferem.

Não Aplicável.

Riscos relativos a instrumentos financeiros

18.19 — Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade: termos significativos e condições que afetam a quantia, o momento e segurança de fluxos de caixa futuros, incluindo risco de taxa de juro, risco de taxa de câmbio e risco de crédito.

Não Aplicável.

Outras situações

18.20 — Relativamente a instrumentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos, deve ser divulgado:

(a) O custo de aquisição ou, caso tenha sido adotada uma base de mensuração alternativa, o justo valor no início e no fim do período,

Não Aplicável.

(b) Os aumentos, diminuições e transferências durante o período,

Não Aplicável.

(c) Os ajustamentos de valor acumulados no início e no fim do período,

Não Aplicável.

(d) Os ajustamentos de valor registados durante o período,

Não Aplicável.

18.21 Relativamente às participações de capital em entidades que não sejam subsidiárias, associadas ou entidades conjuntamente controladas, deve ser divulgado a denominação ou firma e a sede estatutária de cada uma das entidades em que a empresa detém, quer ela própria quer através de uma pessoa agindo em seu nome mas por conta da empresa, uma participação, com indicação da fração do capital detido, do montante do capital e das reservas, assim como dos resultados do último período da empresa em causa para o qual tenham sido elaboradas demonstrações financeiras; as informações relativas ao capital e reservas e aos resultados podem ser omissas se a empresa em causa não publicar o seu balanço.

Rubricas	Fração do capital detida á data de relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
			Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Participações de capital – ao custo											0,00
Município de Murça											
Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A.	6,240%	2.209.447,00									2.209.447,00
Águas do Norte, S.A	0,0953%	102.979,00									102.979,00
FAM - Fundo de Apoio Municipal	0,0544%	227.151,00									227.151,00
EPM											
EPM - Fundo Compensação Trabalho		1.131,99									1.131,99
Participações de capital – justo valor											
Total		**2.539.577,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**2.540.708,99**

Águas do Norte, S.A. - Dados Financeiros de 2025

Capital – 108.095.468 €

Reservas – 4.881.343€

Resultado Liquido do Exercício – 13.264.770 €

Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A. Dados Financeiros de 2025

Capital – 27 148 050 €

Reservas – 196 997,34 €

Resultado Liquido do Exercício – 505 433,83 €

18.22 Para os investimentos financeiros inscritos por uma quantia acima do seu justo valor, divulgar a quantia escriturada e o justo valor dos ativos considerados isoladamente ou agrupados de forma adequada, e as razões que motivaram a não redução da quantia escriturada, incluindo a natureza dos elementos que permitam presumir que a quantia escriturada será recuperada.

Não Aplicável.

19 — Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo incluem os salários, ordenado, eventuais retribuições por trabalho extraordinário, subsídio de refeição, subsídio de férias, subsídio de natal, remunerações por doença, maternidade/paternidade, ajudas de custo e outros suplementos remuneratórios. Encontram-se ainda incluídas as quotizações para a Segurança Social e o seguro de acidentes de trabalho.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas nos gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue pelo seu pagamento.

Tendo por base a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, uma vez que este é coincidente com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo pago durante o período seguinte, pelo que os correspondentes gastos se encontram reconhecidos como um benefício de curto prazo.

A eventual existência de rescisões de contratos de trabalho estes são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

Quanto às remunerações praticadas, apresenta-se o mapa seguinte:

Quadro 19 – Custos com pessoal

	2025			2024
Benefícios dos Empregados	**Município**	**EPM**	**Grupo**	**Grupo**
Órgãos de Gestão	219.080,10	0,00	219.080,10	200.742,91
Remunerações do Pessoal	2.998.473,46	319.349,99	3.317.823,45	3.138.431,32
Benefícios pós-emprego	17.814,05	0,00	17.814,05	2.268,34
Encargos s/ Remunerações	650.610,85	70.630,90	721.241,75	680.302,45
Seguro de Acidentes no trabalho e doenças profissionais	29.823,98	1.872,14	31.696,12	27.135,98
Outros gastos com o pessoal	19.725,02	0,00	19.725,02	59.982,44
Outros Encargos sociais	3.421,34	0,00	3.421,34	0,00
TOTAL	**3.938.948,80**	**391.853,03**	**4.330.801,83**	**4.108.863,44**

Relativamente aos direitos com férias e subsídio de férias do pessoal vencidos em 31 de dezembro de 2025 e a liquidar no decorrer de 2026 e respetivos encargos, estes ascendem a 530.844,54€ (contudo, estes só são devidos quando os direitos forem efetivamente processados).

Divulgações de benefícios definidos

19.1 — Uma entidade deve divulgar a informação que se segue acerca de planos de benefícios definidos:

(a) A política contabilística da entidade quanto ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais.

Não Aplicável.

(b) Uma descrição geral do tipo de plano.

Não Aplicável.

(c) Uma reconciliação dos saldos de abertura e encerramento do valor presente da obrigação de benefícios definidos mostrando separadamente, se aplicável, os efeitos durante o período atribuíveis a cada ponto que se segue:

(i) Custo do serviço corrente;

(ii) Custo de juros;

(iii) Contribuições dos participantes do plano;

(iv) Ganhos e perdas atuariais;

(v) Benefícios pagos;

(vi) Custo dos serviços passados;

(vii) Concentrações de entidades;

(viii) Cortes; e

(ix) Liquidações.

Não Aplicável.

(d) Uma análise da obrigação de benefícios definidos dividida por quantias de planos que estejam totalmente sem fundo e quantias decorrentes de planos que estejam total ou parcialmente com fundo.

Não Aplicável.

(e) Uma reconciliação dos saldos de abertura e de encerramento dos justos valores dos ativos do plano e dos saldos de abertura e de encerramento de quaisquer direitos de reembolso reconhecidos como um ativo mostrando separadamente, se aplicável, os efeitos durante o período atribuíveis a cada ponto que se segue:

(i) Retorno esperado dos ativos do plano;

(ii) Ganhos e perdas atuariais;

(iii) Alterações nas taxas de câmbio de moeda estrangeira em planos mensurados numa moeda diferente da moeda de apresentação da entidade;

(iv) Contribuições do empregador;

(v) Contribuições dos participantes do plano;

(vi) Benefícios pagos;

(vii) Concentrações de entidades; e

(viii) Liquidações.

Não Aplicável.

(f) Uma reconciliação do valor presente da obrigação de benefícios definidos constante de (c) e do justo valor dos ativos do plano constante de (e) para os ativos e passivos reconhecidos no balanço, mostrando pelo menos:

(i) O custo dos serviços passados não reconhecido no balanço;

(ii) O justo valor à data de relato de qualquer direito de reembolso reconhecido como um ativo (com uma breve descrição da ligação entre o direito de reembolso e a respetiva obrigação); e

(iii) As outras quantias reconhecidas no balanço.

Não Aplicável.

(g) O gasto total reconhecido na demonstração dos resultados relativamente a cada ponto que se segue, e a linha de item em que estão incluídos:

(i) O custo do serviço corrente;

(ii) O custo de juros;

(iii) O retorno esperado dos ativos do plano;

(iv) O retorno esperado de qualquer direito de reembolso reconhecido como um ativo;

(v) Ganhos e perdas atuariais;

(vi) Custo dos serviços passados; e

(vii) O efeito de qualquer corte ou liquidação.

Não Aplicável.

(h) A quantia total reconhecida na demonstração de alterações no património líquido dos Ganhos e perdas atuariais.

Não Aplicável.

(i) Para as entidades que reconheçam ganhos e perdas atuariais na demonstração de alterações no património líquido, a quantia acumulada de ganhos e perdas atuariais reconhecidos nessa demonstração.

Não Aplicável.

(j) Para cada categoria principal dos ativos do plano, que deve incluir, pelo menos, instrumentos de capital próprio, instrumentos de dívida, propriedades, e todos os outros ativos, a percentagem ou quantia que cada categoria principal constitui do justo valor dos ativos totais do plano.

Não Aplicável.

(k) As quantias incluídas no justo valor dos ativos do plano relativamente a:

(i) Cada categoria dos próprios instrumentos financeiros da entidade; e

(ii) Qualquer propriedade ocupada, ou outros ativos usados, pela entidade.

Não Aplicável.

(l) Uma descrição da base usada para determinar a taxa de retorno dos ativos esperada global, incluindo o efeito das principais categorias de ativos do plano;

Não Aplicável.

(m) O retorno real dos ativos do plano, assim como o retorno real sobre qualquer direito de reembolso reconhecido como um ativo.

Não Aplicável.

(n) Os principais pressupostos atuariais usados à data de relato, incluindo, quando aplicável:

(i) As taxas de desconto;

(ii) A base em que foi determinada a taxa de desconto;

(iii) As taxas esperadas de retorno sobre quaisquer ativos do plano para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras;

(iv) As taxas esperadas de retorno para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras sobre qualquer direito de reembolso reconhecido como um ativo;

(v) As taxas esperadas de aumentos de ordenados (e de alterações num índice ou outra variável especificada nos termos formais ou construtivos de um plano como a base para futuros aumentos de benefícios);

(vi) Taxas de tendências de custos médicos; e(vii) Quaisquer outros pressupostos atuariais usados.

Não Aplicável.

19.2 — Uma entidade deve divulgar cada pressuposto atuarial em termos absolutos (por exemplo, como uma percentagem absoluta) e não como uma margem entre percentagens diferentes ou outras variáveis;

(a) O efeito de um aumento de um ponto percentual e o efeito de uma diminuição de um ponto percentual nas taxas assumidas de tendência de custo médico sobre:

(i) O agregado dos componentes do custo do serviço corrente e do custo de juros dos custos médicos pós-emprego líquidos periódicos; e

(ii) A obrigação acumulada de benefícios pós-emprego relativa a custos médicos.

Não Aplicável.

19.3 — Quando exigido pela NCP 20 — Divulgações de Partes Relacionadas, uma entidade divulga informação acerca de:

(a) Transações de partes relacionadas com planos de benefícios pós-emprego; e

(b) Benefícios pós-emprego para as pessoas chave da gestão.

Não Aplicável.

19.4 — Quando exigido pela NCP 15 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma entidade divulga informação acerca de passivos contingentes que decorram de obrigações de benefícios pós-emprego.

Divulgações — Contribuição definida

19.5 — Uma entidade deve divulgar a quantia reconhecida como um gasto relativo a planos de contribuição definida.

Não Aplicável.

19.6 — Sempre que exigido pela NCP 20 uma entidade divulga informação acerca de contribuições para planos de contribuição definida relativas às pessoas chave da gestão.

Não Aplicável.

20 — Divulgações de partes relacionadas

Divulgação de controlo

20.1 — A fim de que um utilizador das demonstrações financeiras forme uma opinião acerca dos efeitos de relacionamentos entre partes relacionadas numa entidade que relata, é apropriado divulgar os relacionamentos entre partes relacionadas quando existe controlo, independentemente de ter havido transações entre as partes relacionadas. Isto requer a divulgação dos nomes de quaisquer entidades controladas, o nome da entidade controladora imediata e o nome da entidade controladora final, se existir.

Nos termos do estabelecido na NCP 20, Partes relacionadas — as partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum. As partes relacionadas incluem:

(a) Entidades que controlem ou sejam controladas diretamente, ou indiretamente através de um ou mais intermediários, pela entidade que relata;

(b) Associadas (ver NCP 23 — Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos);

(c) Indivíduos que possuem, direta ou indiretamente, um interesse na entidade que relata, que lhes confere in fluência significativa sobre a mesma, e membros próximos da família de qualquer um destes indivíduos;

(d) Pessoas chave da gestão, e membros próximos da família das mesmas; e

(e) Entidades em que um interesse substancial é detido, direta ou indiretamente, por qualquer pessoa descrita nas alíneas (c) ou (d), ou na qual tal pessoa é capaz de exercer influência significativa.

Quadro 20.1 — Listagem de entidades controladas

Designação	Sede	% de Controlo		Controlo Final (*)
		Direto	Indireto	
Escola Prof. Marquês Valle Flor	Rua do Marques de Valle Flôr, 5090-138 Murça	51%	0%	

Divulgação de transações entre partes relacionadas

20.2 — No que respeita a transações entre partes relacionadas, que não sejam transações que ocorreriam no âmbito de um relacionamento normal entre um fornecedor ou cliente, a entidade que relata deve divulgar:

(a) **A natureza do relacionamento entre partes relacionadas;**

Ver quadro 20.2 abaixo

(b) **Os tipos de transações que ocorreram; e**

Ver quadro 20.2 abaixo

(c) **Os elementos das transações necessários para clarificar o significado dessas transações para as suas operações, e suficientes para fazer com que as demonstrações financeiras proporcionem informação relevante e fiável para tomada de decisões e para responsabilização pela prestação de contas.**

Quadro 20.2 — Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			saldo no final do período	Termos e condições
		Tipo	Quantia	% no total das transações		
A favor da Entidade relacionada						
Aguas do Interior Norte	Participada	Subsídio à exploração	444.169	58%	33.691	Deliberação de 21/07/2020
Aguas do Interior Norte	Participada	Prest. serviço comercial referente a RSU	26.710	3%	2.079	
Aguas do Interior Norte	Participada	Fornecimento de abastecimento de água	39.146	5%	2.430	
A favor do Municipio						
Aguas do Interior Norte	Participada	Receita referente a Recolha de Resíduos Sólidos	254.106	33%	123.121	
		Totais	**764.130,49**	**100%**	**161.321,22**	

20.3 — A informação acerca de transações entre partes relacionadas que deve ser divulgada para satisfazer os objetivos de relato financeiro de finalidade geral normalmente inclui:

(a) Uma descrição da natureza do relacionamento com as partes relacionadas envolvidas nestas transações, como, por exemplo, se o relacionamento foi o de uma entidade que controla, de uma entidade controlada, de uma entidade sob controlo comum ou de pessoas chave da gestão;

Ver quadro 20.2

(b) Uma descrição das transações entre partes relacionadas por grandes classes de transações e uma indicação do volume das classes, quer como uma quantia monetária específica, quer como uma proporção dessa classe de transações e ou saldos;

Ver quadro 20.2

(c) Um resumo dos termos e condições gerais das transações com partes relacionadas, incluindo divulgação de como estes termos e condições diferem dos normalmente associados a transações semelhantes com partes não relacionadas; e

Ver quadro 20.2

(d) Quantias ou proporções de itens em saldo.

Ver quadro 20.2

20.4 Itens de uma natureza semelhante podem ser divulgados de forma agregada, exceto quando seja necessária divulgação separada para proporcionar informação

relevante e fiável para efeitos de tomada de decisões e responsabilização pela prestação de contas.

Não aplicável

Pessoas chave da gestão

20.6 — Uma entidade deve divulgar:

(a) A remuneração agregada de pessoas chave da gestão e o número de indivíduos, determinados numa base de equivalência a tempo inteiro, que recebam remuneração dentro desta categoria, mostrando separadamente as classes principais das pessoas chave da gestão e incluindo uma descrição de cada classe;

Município de Murça

Número de Vereadores a tempo Inteiro: 3

Remunerações dos órgãos sociais - 219.080,10 €;

Outros encargos sobre remunerações dos órgãos sociais - 50.092,35 €

Escola Profissional de Murça

Constituem os órgãos sociais da EPM dois representantes legais dos sócios da entidade, não remunerados a titulo de vencimento.

Remunerações dos órgãos sociais – 0.00 €;

Outros encargos sobre remunerações dos órgãos sociais -0,00€

(b) A quantia total de todas as outras remunerações e compensações dadas a pessoas chave da gestão e membros próximos da sua família, pela entidade que relata durante o período de relato, mostrando separadamente as quantias agregadas relativas a:

(i) Pessoas chave da gestão;

(ii) Membros próximos da família das mesmas; e

Não aplicável

(c) Com respeito a empréstimos que não estejam disponíveis a pessoas que não sejam pessoas chave da gestão e empréstimos cuja disponibilidade não seja conhecida pelo público, e por cada uma das pessoas chave da gestão e cada membro próximo da sua família:

(i) A quantia de empréstimos adiantados durante o período e respetivos termos e condições;

(ii) A quantia de empréstimos reembolsados durante o período;

(iii) A quantia dos saldos de fecho de todos os empréstimos e contas a receber; e

(iv) Quando o indivíduo não for um dirigente ou membro do órgão de gestão ou grupo de gestores de topo, o relacionamento do indivíduo com esse órgão ou grupo.

Não aplicável.

20.7 A remuneração de pessoas chave da gestão pode incluir uma variedade de benefícios diretos e indiretos. Quando o custo destes benefícios é determinável, esse custo será incluído na remuneração agregada divulgada. Quando o custo destes benefícios não é determinável, deve ser feita a melhor estimativa do custo para a entidade ou entidades que relatam e incluída na remuneração agregada divulgada.

Não aplicável.

20.8 Esta Norma exige a divulgação de alguma informação acerca dos termos e condições de empréstimos feitos a pessoas chave da gestão e a membros próximos da sua família, quando estes empréstimos:

(a) Não estejam disponíveis a pessoas fora do grupo de pessoas chave de gestão; e

(b) Possam estar disponíveis fora do grupo de pessoas chave da gestão, mas a sua disponibilidade não é amplamente conhecida do público.

Não aplicável

21 — Relato por segmentos

Nos termos do estipulado pela NCP 25, "um segmento é uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis de uma entidade relativamente às quais é apropriado relatar informação financeira separada com a finalidade de avaliar o desempenho passado da entidade para atingir os seus objetivos, e tomar decisões acerca da futura alocação de recursos".

As entidades públicas controlam recursos públicos significativos e operam para proporcionar uma grande variedade de bens e serviços aos cidadãos em diferentes regiões geográficas e em regiões com características socioeconómicas diferentes. Exige -se a estas entidades que usem esses recursos de forma eficiente e eficaz para atingirem os objetivos.

Considerando o parágrafo 8 da NCP 25, "Uma entidade deve identificar os seus segmentos separados de acordo com os requisitos do parágrafo 6" da Norma e deve apresentar informação acerca desses segmentos conforme previsto nas divulgações através de notas explicativas.

O Município de Murça tem a sua área de atuação devidamente delimitada ao concelho de Murça, pelo que não cumprindo na íntegra as disposições do parágrafo 6 da NCP 25, entende-

se esta nota como não aplicável à realidade deste Município, antes aplicável a outras estruturas da Administração Pública que possuam, por exemplo, delegações regionais.

Acresce que, o sistema de informação em utilização pelo Município, não permite a obtenção de informação fiável acerca das várias atividades desenvolvidas, situação que será ultrapassada com a implementação de um sistema ainda em desenvolvimento pela entidade produtora do respetivo software. Essa informação será duplicada pela informação a inserir no relatório de gestão relativa à contabilidade de gestão.

Considerando ainda o custo de produzir informação por segmentos bem como as necessidades de informação dos eventuais utilizadores, não se vislumbra a assunção desse custo com o acréscimo de informação que possa ser reportado. Qualquer organismo a que se reporte informação, ou utilizador da informação financeira, caso necessite de dados adicionais que requeiram um segmento de atividade, a mesma será preparada e remetida nos moldes solicitados por essas entidades ou utilizadores.

O sistema de informação em utilização bem como o custo de produzir informação por segmentos são um constrangimento à sua preparação e divulgação. Por outro lado, e mais importante que o constrangimento referido, é o facto de que qualquer utilizador da informação financeira, solicitando aos serviços financeiros, será munido da informação que necessita para a sua tomada de decisões, sendo esta situação tratada pontualmente caso a caso, na eventualidade de se verificar.

21.1 Uma entidade deve divulgar os rendimentos e os gastos para cada um dos segmentos. Os rendimentos do segmento relativos a cativações orçamentais ou alocações similares, os rendimentos do segmento de outras fontes externas e os rendimentos do segmento de transações com outros segmentos devem ser relatados separadamente.

Não aplicável.

21.2 Uma entidade deve divulgar a quantia escriturada total dos ativos e dos passivos do segmento para cada um dos segmentos.

Não aplicável.

21.3 Uma entidade deve divulgar o custo total suportado durante o período para adquirir ativos do segmento que se espera que sejam usados durante mais do que um período por cada um dos segmentos.

Não aplicável.

21.4 Uma entidade deve divulgar a natureza e quantia de quaisquer itens de rendimento e de gasto do segmento que sejam de tal dimensão, natureza, ou incidência que a sua divulgação é relevante para explicar o desempenho de cada segmento no período.

Não aplicável.

21.5 Uma entidade deve divulgar para cada segmento o agregado da quota-parte da entidade no lucro (prejuízo) líquido de associadas, empreendimentos conjuntos ou outros investimentos contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial se todas as suas operações estiverem substancialmente dentro desse único segmento.

Não aplicável.

21.6 Embora uma quantia única agregada seja divulgada no seguimento dos requisitos da nota anterior, cada associada, empreendimento conjunto ou outro investimento contabilizado pelo método da equivalência patrimonial é individualmente avaliado para determinar se as suas operações estão todas substancialmente dentro de um segmento.

Não aplicável.

21.7 Se a participação agregada de uma entidade no lucro (prejuízo) líquido de associadas, empreendimentos conjuntos ou outros investimentos contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial for divulgada por segmentos, os investimentos agregados nessas associadas e empreendimentos conjuntos devem também ser divulgados por segmentos.

Não aplicável.

21.8 Uma entidade deve apresentar uma reconciliação entre a informação divulgada por segmentos e a informação agregada nas demonstrações financeiras separadas ou consolidadas. Ao apresentar esta reconciliação, os rendimentos do segmento devem ser reconciliados com os rendimentos da entidade derivados de fontes externas (incluindo a quantia dos rendimentos da entidade derivados de fontes externas não incluídos em qualquer segmento), os gastos do segmento devem ser reconciliados com uma mensuração comparável dos gastos da entidade, os ativos do segmento devem ser reconciliados com os ativos da entidade e os passivos do segmento devem ser reconciliados com os passivos da entidade.

Não aplicável.

21.9 Ao mensurar e relatar rendimentos do segmento relativos a transações com outros segmentos, as transferências intersegmentos devem ser mensuradas na base em que

ocorreram. A base de apreçamento de transferências intersegmentos e quaisquer alterações ao mesmo devem ser divulgadas.

Não aplicável.

21.10 Alterações em políticas contabilísticas adotadas no relato por segmentos que tenham um efeito material na informação de segmentos devem ser divulgadas, e a informação de segmentos de períodos anteriores apresentada para efeitos comparativas deve ser reexpressa a menos que seja impraticável fazê-lo. Tal divulgação deve incluir uma descrição da natureza da alteração, as razões da alteração, o facto de que a informação comparativa foi reexpressa ou que foi impraticável fazê-lo e o efeito financeiro da alteração se isso for razoavelmente determinável. Se uma entidade alterar a identificação dos seus segmentos e não reexpressar a informação dos segmentos de períodos anteriores na nova base porque foi impraticável fazê-lo, então para efeitos de comparação, deve relatar dados do segmento tanto na base antiga como na base nova de segmentação no ano em que altera a identificação dos seus segmentos.

Não aplicável.

21.11 Algumas alterações em políticas contabilísticas relacionam-se especificamente com o relato por segmentos. São exemplos, as alterações na identificação de segmentos e as alterações na base de alocação de rendimentos e gastos aos segmentos. Tais alterações podem ter um impacto significativo na informação relatada do segmento, mas não alterarão a informação financeira agregada relatada pela entidade. Para fazer com que os utilizadores compreendam as alterações e determinem tendências, a informação por segmentos de períodos anteriores incluída nas demonstrações financeiras para efeitos comparativos é reexpressa, se praticável, para refletir a nova política contabilística.

Não aplicável.

21.12 A nota 21.10 exige que, para efeitos de relato por segmentos, as transferências intersegmentos devem ser mensuradas na base que a entidade usou realmente para apreçar essas transferências. Se uma entidade alterar o método que usa correntemente para apreçar transferências intersegmentos, isso não é uma alteração de política contabilística relativamente à qual os dados do segmento do período anterior devam ser reexpressos. Contudo, a nota 21.10 exige divulgação da alteração.

Não aplicável.

21.13 Se não for divulgado de outra forma nas demonstrações financeiras ou algum sítio do relatório anual, uma entidade deve indicar:

(a) Os tipos de bens e serviços incluídos em cada segmento de serviço relatado;

(b) A composição de cada segmento geográfico relatado; e

(c) Se não for adotada uma segmentação por serviço ou geográfica, a natureza do segmento e as atividades englobadas pelo mesmo.

Não aplicável.

22 — Interesses em outras entidades

22.1 — Para cumprir o seu objetivo de relato transparente, uma entidade deve divulgar:

(a) Os julgamentos e pressupostos mais significativos que se fizeram para determinar:

(i) A natureza dos interesses ou acordos noutra entidade;

O Interesse do Município de Murça na Sociedade Escola Profissional Marques de Valle Flôr, nasceu em 1993, ao abrigo de um contrato Programa entre o Ministério da educação e os promotores Santa casa da Misericórdia de Murça e a Camara Municipal de Murça, visando objetivamente o interesse publico para a comunidade e região na formação intermédios com formação profissional.

(ii) O tipo de acordo conjunto no qual tem interesse; e

O interesse é a prossecução do interesse público na educação e ensino profissional.

(iii) Que satisfaz a definição de entidade investidora.

O interesse é a prossecução do interesse público na educação e ensino profissional.

(b) Informação sobre os seus interesses em:

(i) Entidades controladas;

(ii) Empreendimentos conjuntos e associadas;

(iii) Interesses de propriedade não quantificáveis; e

(iv) Interesses que controlam adquiridos com a intenção de vender.

Quadro 22.1 – Participações da Entidade

PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE	Sim	Não
Serviços Municipalizados		x
(Se a entidade assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade)	Influência dominante	
Entidades Intermunicipais		
Águas do Interior Norte E.M,S.A		x
Entidades Associativas Municipais		
Associação de Municipios do Vale do Douro Norte		x
Associação nacional de Municipios Portugueses		x
Associação de Muicicipios Portugueses do Vinho		x
Agencia de Desenvoovimento do Vale do Tua		x
Associação do Douro Histórico		x
Empresas Locais		
Escola Profissional Marques de Valle Flor, EM. LDA	x	
Empresas Participadas		
Águas do Norte, SA		x
Fundações		
Fundação Museu do Douro		x

Julgamentos e pressupostos significativos

22.2 — Uma entidade deve divulgar informação sobre os julgamentos e pressupostos significativos nos quais se baseou (e sobre as alterações a esses juízos e pressupostos) para determinar:

(a) Que exerce controlo sobre a outra entidade, isto é que a outra entidade é uma participada, como descrito na NCP 22 — Demonstrações Financeiras Consolidadas;

O Município de Murça possui 51% do capital social da Escola profissional Marques de Valle Flor, EM, LDA. Além disso, tem consagrado nos estatutos da escola Profissional um direito especial nos termos do previsto no artigo 204 do Código das Sociedades Comerciais, conferindo-lhe uma situação privilegiada perante a Escola Profissional, que consiste na indicação por parte do Município de Murça na indicação do gerente único e qualidade de voto no caso de empate.

(b) Que exerce o controlo conjunto sobre um acordo ou que tem uma influência significativa sobre outra entidade; e

Não aplicável.

(c) O tipo de acordo conjunto (isto é, operação conjunta ou empreendimento conjunto), quando o acordo estiver estruturado através de um veículo separado.

Não aplicável.

22.3 — Para dar cumprimento à nota anterior, uma entidade deve divulgar, por exemplo, os fatores em que se baseou para determinar que:

(a) Controla uma entidade específica nos casos em que o interesse nessa outra entidade não está evidenciado pela detenção de instrumento de dívida e de capital próprio;

O Município de Murça possui 51% do capital social da Escola profissional Marques de Valle Flor, EM, LDA.

Além da participação maioritária existe ainda evidência do controlo no artigo décimo (Gerência) dos Estatutos da Escola profissional Marques de Valle Flor, EM, LDA, conferindo ao Município de Murça o voto de qualidade quando em caso de empate na nomeação do gerente único, o qual é também por si indicado.

(b) Não controla outra entidade ainda que detenha mais de metade dos direitos de voto nessa outra entidade;

Não aplicável.

(c) Controla outra entidade ainda que detenha menos de metade dos direitos de voto nessa outra entidade;

Não aplicável.

(d) É um agente ou um principal;

Não aplicável.

(e) Não tem influência significativa ainda que detenha 20 % ou mais dos direitos de voto noutra entidade;

Não aplicável.

(f) Tem influência significativa ainda que detenha menos de 20 % dos direitos de voto noutra entidade.

Não aplicável.

Qualificação como entidade de investimento

22.4 — Quando uma entidade que controla determina que é uma entidade de investimento de acordo com a NCP 23, deve divulgar informações sobre os julgamentos e pressupostos mais relevantes em que se baseou para determinar que é uma entidade de investimento.

Não aplicável.

22.5 — Quando uma entidade se tornar ou deixar de ser uma entidade de investimento, deve divulgar a alteração dessa situação e as razões para essa alteração. Além disso, uma entidade que se torne uma entidade de investimento deve divulgar o efeito dessa alteração de situação nas demonstrações financeiras para o período apresentado, incluindo:

Não aplicável.

(a) O justo valor total, a partir da data da alteração de situação, das entidades controladas que deixam de ser consolidadas;

(b) O ganho ou perda total, se existir; e

(c) As rubricas da demonstração dos resultados nas quais esses ganhos ou perdas foram reconhecidos (se não forem apresentados separadamente).

Interesses em entidades controladas

22.6 — Uma entidade deve divulgar informação que permita aos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas

(a) Compreenderem:

(i) A composição do grupo público; e

O grupo público é constituído pelo Município de Murça e a Escola profissional Marques de Valle Flor, EM, LDA.

(ii) O interesse que as entidades que não controlam detêm nas atividades e nos fluxos de caixa do grupo; e

Os interesses que não controlam detêm 49% do capital da controlada.

(b) Avaliarem:

(i) A natureza e a extensão das restrições significativas à sua capacidade de aceder a ou de usar ativos e liquidar passivos do grupo público;

(ii) As consequências das alterações nos seus interesses de propriedade numa entidade controlada que não resultam numa perda do controlo; e

(iii) As consequências da perda de controlo de uma entidade controlada durante o período de relato.

Não aplicável.

22.7 — Quando as demonstrações financeiras de uma entidade controlada usadas para preparar demonstrações financeiras consolidadas correspondam a uma data ou a um período diferente do das demonstrações financeiras consolidadas, uma entidade deve divulgar:

(a) A data de fim do período de relato das demonstrações financeiras dessa entidade controlada; e

Não aplicável.

(b) A razão pela qual usa uma data ou período diferente.

Não aplicável.

Interesse detido por entidades que não controlam nas atividades e nos fluxos de caixa de um grupo

22.8 — Uma entidade deve divulgar, para cada uma das entidades controladas em que detenha interesses que não controlam significativos para a entidade que relata:

(a) O nome da entidade controlada;

Escola profissional Marques de Valle Flor, EM, LDA.

(b) O domicílio e a forma legal da entidade controlada e o país em que opera;

Rua Marques de Valle Flôr, 5050-138, Murça, Portugal, operando sob a forma legal de uma Sociedade por Quotas.

(c) A proporção dos interesses de propriedade detidos por interesses que não controlam;

A proporção dos interesses de propriedade detidos por interesses que não controlam é de 49%.

(d) A proporção dos direitos de voto detidos por interesses que não controlam, se diferente da proporção de interesses de propriedade detidos;

A proporção dos direitos de voto detidos por interesses que não controlam são igualmente de 49%.

(e) Os resultados imputados aos interesses que não controlam, da entidade controlada durante o período de relato;

Os interesses que não controlam correspondem a 49%.

(f) Os interesses que não controlam acumulados da entidade controlada no final do período de relato;

Os interesses que não controlam acumulados correspondem a 49%.

(g) Um resumo da informação financeira sobre a entidade controlada.

Rúbricas do Balanço da Escola Profissional Marquês do Valle Flôr	Valores
Ativo não Corrente	229.397,73
Ativo corrente	1.363.090,71
Disponibilidades	*313.155,93*
Toral do Ativo	1.849.180,91
Capital próprio	1.176.023,52
Resultado Liquido do Exercício	13.451,80
Passivo não corrente	0,00
Financiamento obtidos	0,00
Passivo Corrente	416.464,92
Fornecedores	*60.553,78*

Natureza e âmbito das restrições significativas

22.9 — Uma entidade deve divulgar:

(a) As restrições significativas em acordos vinculativos (por exemplo, restrições legais, contratuais ou regulamentares) à sua capacidade para aceder a (ou usar) ativos e liquidar passivos do grupo público, como por exemplo:

(i) Restrições à capacidade da entidade que controla ou das suas entidades controladas para transferirem dinheiro ou outros ativos de (ou para) outras entidades do mesmo grupo;

Não aplicável.

(ii) Garantias ou outros requisitos que possam restringir o pagamento de dividendos e outras distribuições de capital ou de empréstimos ou de adiantamentos a (ou por) outras entidades do mesmo grupo;

Não aplicável.

(b) A natureza e o âmbito em que os direitos de proteção dos interesses que não controlam podem restringir significativamente a capacidade da entidade para aceder a (ou usar) ativos e liquidar passivos do grupo público (como, por exemplo, quando uma entidade que controla liquidar passivos de uma entidade controlada antes de liquidar os seus próprios passivos ou quando é exigida a aprovação dos interesses que não controlam para aceder aos ativos ou para liquidar passivos de uma entidade controlada);

Não aplicável.

(c) As quantias escrituradas nas demonstrações financeiras consolidadas dos ativos e passivos abrangidos por essas restrições.

Não aplicável.

Consequências de alterações no interesse de propriedade de uma entidade que controla numa entidade controlada que não resultem numa perda de controlo

22.10 — Uma entidade deve apresentar um calendário que mostre os efeitos na participação atribuível aos proprietários da entidade que controla de quaisquer alterações do seu interesse de propriedade numa entidade controlada que não resultem numa perda de controlo.

Não aplicável.

Consequências da perda de controlo sobre uma entidade controlada durante o período de relato

22.11 — Uma entidade deve divulgar os ganhos ou perdas, caso existam, calculados em conformidade com o parágrafo 25 da NCP 22 e:

(a) A parte desses ganhos ou perdas atribuível à mensuração de qualquer investimento retido na antiga entidade controlada pelo seu justo valor à data em que ocorreu a perda de controlo; e

Não aplicável.

(b) A rubrica de ganhos ou perdas na qual os mesmos foram reconhecidos (se não forem apresentados separadamente).

Não aplicável.

Interesses em entidades controladas não consolidadas (entidades de investimento)

22.12 — Uma entidade de investimento que, de acordo com a NCP 23, seja obrigada a aplicar a exceção à consolidação e em vez de isso contabilizar o seu investimento numa entidade controlada pelo justo valor através dos resultados deve divulgar esse facto.

Não aplicável.

22.13 — Para cada entidade controlada não consolidada, uma entidade de investimento deve divulgar:

(a) O nome da entidade controlada;

(b) O domicílio e a forma jurídica da entidade controlada e o país em que opera; e

(c) A proporção dos interesses de propriedade detidos pela entidade investimento e, se for diferente, a proporção dos direitos de voto detidos.

Não aplicável.

22.14 — Se uma entidade de investimento for a entidade que controla outra entidade de investimento deverá igualmente apresentar as divulgações previstas no parágrafo anterior relativamente aos investimentos controlados pela entidade de investimento sua entidade controlada. A divulgação pode ser apresentada pela inclusão, nas demonstrações financeiras da entidade que controla, das demonstrações financeiras da entidade controlada (ou entidade controladas) que contenham as informações acima.

Não aplicável.

22.15 — Uma entidade de investimento deve divulgar:

(a) A natureza e a extensão de quaisquer acordos vinculativos significativas (por exemplo, resultantes de acordos de empréstimo, requisitos regulamentares ou acordos contratuais) sobre a capacidade de uma entidade controlada não consolidada para transferir fundos para a entidade de investimento sob a forma de dividendos ou distribuições similares em dinheiro ou de reembolsar empréstimos ou adiantamentos feitos à entidade controlada não consolidada pela entidade de investimento; e

Não aplicável.

(b) Quaisquer compromissos ou intenções correntes para prestar apoio financeiro ou outro a uma entidade controlada não consolidada, incluindo os compromissos ou intenções de ajudar a entidade controlada na obtenção de apoio financeiro.

Não aplicável.

22.16 — Se, durante o período de relato, uma entidade de investimento ou qualquer das suas entidades controladas tiver, sem ter obrigação contratual de o fazer, prestado apoio financeiro ou outro a uma entidade controlada não consolidada (por exemplo, comprando ativos ou instrumentos financeiros emitidos pela entidade controlada ou ajudando a entidade controlada na obtenção de apoio financeiro), a entidade deverá divulgar:

(a) O tipo e a quantia do apoio prestado a cada entidade controlada não consolidada; e

Não aplicável.

(b) As razões para prestar esse apoio.

Não aplicável.

Interesses em acordos conjuntos e associadas

22.17 — Uma entidade deve divulgar informação que permita aos utentes das suas demonstrações financeiras avaliar:

(a) A natureza, extensão e efeitos financeiros dos seus interesses em acordos conjuntos e associadas, incluindo a natureza e os efeitos do seu relacionamento contratual com outros investidores com controlo conjunto ou com influência significativa sobre os acordos conjuntos e associadas; e

A natureza e extensão dos acordos visam no essencial acautelar o interesse público da Escola profissional Marquês de Valle Flor, se necessário no âmbito logístico e financeiro nos termos da Lei n.º 50/2012 de 18/08.

(b) A natureza e as alterações nos riscos associados a interesses em empreendimentos conjuntos e associadas.

Não aplicável.

Natureza, extensão e efeitos financeiros dos interesses de uma entidade em acordos conjuntos e associadas

22.18 — Uma entidade deve divulgar:

(a) Para cada acordo conjunto e associada que seja material para a entidade que relata:

(i) O nome do acordo conjunto ou associada;

Não aplicável.

(ii) A natureza do relacionamento da entidade com o acordo conjunto ou associada (através, por exemplo, da descrição da natureza das atividades do acordo conjunto ou associada e uma indicação sobre se os mesmos são estratégicos para as atividades da entidade);

Não aplicável.

(iii) O domicílio e a forma jurídica do acordo conjunto ou associada e o país em que opera;

Não aplicável.

(iv) A proporção de interesses de propriedade ou a quota acionista detida pela entidade e, se diferente, a proporção de direitos de voto detidos (se aplicável);

Não aplicável.

(b) Para cada empreendimento conjunto e associada que seja material para a entidade que relata:

(i) Se o investimento no empreendimento conjunto ou associada é mensurado utilizando o método da equivalência patrimonial ou pelo justo valor;

Não aplicável.

(ii) Se faz um resumo da informação financeira sobre o empreendimento conjunto ou associada;

Não aplicável.

(iii) Se o empreendimento conjunto ou associado for contabilizado através do método da equivalência patrimonial, o justo valor do seu investimento no empreendimento conjunto ou associada, caso exista uma cotação de mercado para o mesmo.

Não aplicável.

(c) A informação financeira sobre os investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas que não sejam individualmente materiais:

(i) Na forma agregada para todos os empreendimentos conjuntos individualmente imateriais;

Não aplicável.

(ii) Na forma agregada para todas as associadas individualmente imateriais.

Não aplicável.

22.19 — Uma entidade deve também divulgar:

(a) A natureza e a extensão de quaisquer restrições significativas (por exemplo resultantes de acordos de empréstimo, requisitos regulamentares ou disposições contratuais entre investidores com controlo conjunto ou influência significativa sobre um empreendimento conjunto ou uma associada) à capacidade dos empreendimentos conjuntos ou associadas para transferirem fundos para a entidade sob a forma de dividendos em dinheiro ou distribuições similares ou para reembolsarem empréstimos ou adiantamentos feitos pela entidade;

Não aplicável.

(b) Quando as demonstrações financeiras de um empreendimento conjunto ou associada usadas para a aplicação do método da equivalência patrimonial correspondam a uma data ou a um período que seja diferente do da entidade:

(i) **A data de fim do período de relato das demonstrações financeiras desse empreendimento conjunto ou associada; e**

Não aplicável.

(ii) **A razão pela qual usa uma data ou período diferente.**

Não aplicável.

(c) A parte não reconhecida nas perdas de um empreendimento conjunto ou associada, tanto para o período de relato como cumulativa, se a entidade tiver deixado de reconhecer a sua parte nas perdas do empreendimento conjunto ou associada quando aplicou o método da equivalência patrimonial.

Não aplicável.

Riscos associados aos interesses de uma entidade em empreendimentos conjuntos e associadas

22.20 — Uma entidade deve divulgar:

(a) Os compromissos que tenha relativamente aos seus empreendimentos conjuntos, em separado da quantia de outros compromissos.

Não aplicável.

(b) Em conformidade com a NCP 15 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a menos que a probabilidade de perdas seja remota, os passivos contingentes assumidos relativamente aos seus interesses em empreendimentos conjuntos ou associadas (incluindo a sua parte nos passivos contingentes assumidos em conjunto com outros investidores com controlo conjunto ou com influência significativa sobre os empreendimentos conjuntos ou associadas), em separado da quantia correspondente a outros passivos contingentes.

Não aplicável.

Interesses de propriedade não-quantificáveis

22.21 — Uma entidade deve divulgar informação financeira que permita aos utilizadores das demonstrações financeiras compreenderem a natureza e a extensão de quaisquer interesses de propriedade não quantificáveis.

Não aplicável.

22.22 — Na medida em que esta informação não tenha sido já divulgada de acordo com outra Norma, uma entidade deve divulgar relativamente a cada interesse de propriedade não quantificável que seja material:

(a) **O nome da entidade na qual tem o interesse de propriedade; e**

(b) **A natureza dos seus interesses de propriedade na entidade.**

Não aplicável.

Interesses que controlam adquiridos com a intenção de venda

22.23 — Uma entidade que não seja uma entidade de investimento deve divulgar informação acerca dos seus interesses numa entidade controlada quando no momento em que o controle surge a entidade tinha a intenção de vender esse interesse e na data de relato tem uma intenção ativa de o vender.

Não aplicável.

22.24 — Uma entidade deve divulgar a seguinte informação com respeito a cada entidade controlada referida na nota anterior:

(a) O nome da entidade controlada e descrição das suas atividades principais;

Não aplicável.

(b) A razão para a aquisição do interesse que controla e os fatores considerados na determinação de que o controlo existe;

Não aplicável.

(c) O impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da consolidação das entidades controladas, incluindo o efeito sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos e património líquido; e

Não aplicável.

(d) O estado corrente do processo de venda, incluindo o método e o momento esperado da venda.

Não aplicável.

22.25 — As divulgações exigidas na nota anterior devem ser feitas em cada data de relato até que a entidade venda o interesse que controla ou deixe de ter a intenção de o vender. No período em que a entidade vender ou deixar de ter a intenção de o vender deve divulgar o facto de que houve uma venda ou uma alteração de intenção e o respetivo efeito nas demonstrações financeiras consolidadas.

Não aplicável.

Murça, 21 de Julho de 2026

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Município de Murça (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 49.035.164,04 euros e um total de fundos próprios de 42.903.328,42 euros, incluindo um resultado líquido de 237.383,77 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Município de Murça em 31 de dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

O património imobiliário e as infraestruturas do Município, encontram-se registados no Balanço, ao nível das rubricas de ativos fixos tangíveis, somando 27.122.336,23 € (27.634.862,33 € em 2024). O trabalho desenvolvido nesta área consubstanciou-se na análise dos investimentos em curso, na verificação das adições, na análise e teste sobre as depreciações praticadas e sobre os subsídios ao investimento imputados, no cruzamento da informação contabilística com a existente na aplicação de património e na análise dos ativos segurados. Com o intuito de promover o registo integral dos bens desta natureza, ao longo dos últimos períodos temos incentivado os serviços do Município à realização das diligências necessárias, relativas essencialmente ao levantamento e conciliação entre o património imobiliário patente nos registos da Administração Tributária, nas inscrições da Conservatória do Registo Predial e na aplicação do Património, sendo importante a realização de um inventário patrimonial suportado numa verificação integral, de modo que fosse possível assegurar que todos os bens desta natureza se encontram devidamente registados e valorizados, contudo, este trabalho ainda não se encontra finalizado. Adicionalmente, nos termos da Norma e Contabilidade Pública 4 (NCP 4), o Município não obteve informação da concessionaria "E-Redes" com a

Capital Social 8.400 € | FIPC 510 557 473 | Insc. OROC nº 282

identificação e valorização dos ativos afetos à concessão assim como sobre as intervenções de acréscimo na rede que tenham ocorrido em cada período económico. Em consequência do referido, não pudemos quantificar os ajustamentos necessários relativos ao ativo fixo tangível, registado ou por registar, nem o impacto de tais ajustamentos nos resultados, no património líquido e nas divulgações.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Capital Social 8.400 € NIPC 510 557 473 Insc. OROC nº 282

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas

ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Capital Social 8.400 € NIPC 510 557 473 Insc. OROC nº 282

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas da Entidade que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental (que evidencia um total de receita de 17.721.297,77 euros e um total de despesa de 14.600.114,96 euros) e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas da Entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Viseu, 7 de Agosto de 2026

O Revisor Oficial de Contas

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Ricardo Filipe Macias Carvalho, ROC n.º 1657, CMVM n.º 20161267

Capital Social 8.400 € NIPC 510 557 473 Insc. OROC nº 282

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmo. Órgão Deliberativo do

Município de Murça

Satisfazendo o estabelecido no artigo 77.º, n.º 2, alínea e) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, vimos submeter à apreciação de V. Exas., o Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Capital Social 8.400 € NIPC 510 557 473 Insc. OROC nº 282

1. RELATÓRIO

No desempenho das funções que por lei nos estão atribuídas:

1.1. Acompanhámos a atividade do Município, tendo recebido do Órgão Executivo e de outros responsáveis as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.

1.2. Verificámos que o perímetro de consolidação foi definido pelo Município de Murça, como entidade consolidante em harmonia com o estabelecido na lei, e que nos aspetos essenciais foram aplicadas apropriadamente as normas de consolidação de contas.

1.3. Verificámos que os critérios valorimétricos utilizados são os que constam do Anexo.

1.4. Confirmámos que o Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, e o respetivo Anexo, bem como a Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental e a Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza, foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, exceção feita à reserva constante na Certificação Legal das Contas.

1.5. Estamos convencidos que os referidos documentos de prestação de contas traduzem de forma verdadeira e apropriada a posição e o desempenho financeiro e orçamental consolidado em 31 de dezembro de 2025, exceto quanto aos possíveis efeitos da reserva apresentada na Certificação Legal das Contas.

2. PARECER

Face ao anteriormente exposto, somos de parecer que a Assembleia Municipal deve, em relação aos documentos apresentados pelo Exmo. Órgão Executivo, apreciar o Relatório Consolidado de Gestão e as Contas Consolidadas referentes ao exercício de 2025, com a reserva apresentada na Certificação Legal das Contas.

Viseu, 7 de agosto de 2026

O Revisor Oficial de Contas

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Ricardo Filipe Macias Carvalho, ROC n.º 1657, CMVM n.º 20161267

Capital Social 8.400 € NIPC 510 557 473 Insc. OROC nº 282

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

PRESENTE À REUNIÃO DE 14 / 8 / 2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade. À DJA. Executa-se

PROPOSTA

Ref.ª DJA / 04 – INF 44/2026

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo com a estratégia sugerida.
À próxima reunião de Câmara para deliberação.
10-08-2026-11:31:15 - Presidte

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Visto. Concordo com a presente informação. Tomo a liberdade de sugerir que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião de Câmara, para sancionamento.
À consideração do PC
07-08-2026-14:00:14 - marcelo

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO

Visto. Concordo com a informação, a qual cumpre todos os requisitos legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. O presente assunto, em face da natureza da matéria, deverá ser agendado para a próxima reunião de Câmara, em vista a tomada de deliberação por parte do órgão executivo municipal.
À consideração do Diretor de Departamento.
07-08-2026-10:51:50 - marcos

ASSUNTO

- ZONA INDUSTRIAL DE MURÇA;
- REGULARIZAÇÃO JURÍDICA, PATRIMONIAL E FUNCIONAL DOS LOTES;
- REVOGAÇÃO, POR MÚTUO ACORDO, DE NEGÓCIOS JURÍDICOS RELATIVOS A LOTES DO PARQUE INDUSTRIAL.

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA E DATA

DATA: 06.08.2026

I – Antecedentes

1. Na sequência do levantamento jurídico, patrimonial, urbanístico e funcional realizado relativamente aos lotes que integram a Zona Industrial de Murça, foi submetida à Câmara Municipal proposta destinada à regularização das situações de incumprimento verificadas.

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

2. A referida proposta assentou, designadamente, na necessidade de recuperar os lotes que não cumpriram a finalidade económica que justificou a sua alienação ou promessa de alienação, privilegiando-se, sempre que possível, a celebração de acordos de revogação por mútuo consentimento, com restituição recíproca do lote e do preço efetivamente pago.

3. Neste contexto, foi deliberado manifestar a intenção de proceder à revogação, por mútuo acordo, dos negócios jurídicos relativos aos lotes em situação de incumprimento, bem como promover a audiência prévia dos respetivos interessados.

4. Em execução daquela deliberação, foram expedidas as correspondentes notificações, concedendo-se aos interessados a possibilidade de se pronunciarem sobre a intenção municipal e de manifestarem se pretendiam:

a) proceder à revogação consensual do respetivo negócio jurídico; ou

b) manter os lotes e executar, de forma efetiva, as obrigações contratuais de licenciamento, construção e instalação da atividade económica.

5. Concluído o período de audiência dos interessados, importa apreciar as respostas apresentadas e adotar uma decisão definitiva quanto às situações em que existe acordo para a revogação, bem como estabelecer as condições aplicáveis aos interessados que manifestaram uma intenção séria de conservar os lotes.

II – Resultados da audiência dos interessados

1. Os **lotes n.ºs 8, 9 e 10** encontram-se registados em nome de
tendo sido adquiridos por escritura celebrada em 11 de agosto de 2022.

2. A notificação foi entregue em 12 de maio de 2026, não tendo o interessado apresentado qualquer resposta no prazo concedido.

3. A ausência de resposta não pode ser considerada aceitação de uma revogação por mútuo acordo, pelo que não se encontram reunidos os pressupostos necessários à formalização consensual da extinção dos contratos.

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

4. Não obstante, subsistindo a situação de incumprimento das obrigações associadas à aquisição dos lotes, deverá ser preparado procedimento autónomo destinado à resolução dos contratos e consequente recuperação dos lotes pelo Município, observando-se as formalidades legais e contratualmente aplicáveis.

5. O **lote n.º 12** permanece na titularidade do Município de Murça, tendo sido celebrado, em 7 de setembro de 2020, contrato-promessa de compra e venda com , que procedeu ao pagamento de 50% do preço acordado.

6. A notificação foi entregue em 12 de maio de 2026, não tendo sido apresentada qualquer resposta.

7. Não existindo acordo para a revogação, deverá ser preparado procedimento autónomo destinado à resolução do contrato-promessa, por incumprimento do contrato por parte do promitente-comprador.

8. Relativamente ao **lote n.º 13**, permanece igualmente a titularidade a favor do Município de Murça, existindo contrato-promessa de compra e venda celebrado, em 22 de setembro de 2020, com

9. A notificação remetida ao interessado não foi reclamada, tendo sido devolvida em 26 de maio de 2026.

10. Atendendo ao facto de a notificação não ter sido reclamada, deverá ser enviada nova notificação, por forma a assegurar ao interessado a possibilidade de se pronunciar, nos termos do 121.º do Código do Procedimento Administrativo.

11. O **lote n.º 15** encontra-se registado em nome de
por escritura celebrada em 11 de agosto de 2022.

12. A interessada manifestou concordância com a revogação do negócio jurídico.

13. Encontrando-se demonstrada a concordância quanto à extinção consensual do negócio, poderá ser aprovada definitivamente a revogação por mútuo acordo, ficando a respetiva eficácia dependente da assinatura do acordo, da formalização da retransmissão do imóvel e da atualização dos correspondentes registos.

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

14. A restituição a efetuar pelo Município deverá limitar-se ao preço efetivamente pago pela aquisição do lote, sem juros, correção monetária, atualização ou qualquer compensação adicional.

15. O **lote n.º 17** encontra-se registado em nome de
., por escritura celebrada em 11 de agosto de 2022.

16. O interessado manifestou disponibilidade para proceder à revogação do negócio.

17. Mais referiu, ter suportado a quantia de € 4.772,40 com a elaboração de projeto de arquitetura e a quantia de € 3.714,00 com trabalhos de terraplanagem, perfazendo um total de € 8.486,40.

18. Atenda-se, contudo, que tais valores não devem ser imputados ao Município, dado que o pressuposto da revogação, ainda que por mútuo acordo, teve na sua génese incumprimento contratual da responsabilidade do particular.

19. Nestes termos, deve ser aprovada definitivamente a revogação por mútuo acordo, mediante restituição do lote ao Município e devolução do preço efetivamente pago, sem juros, correção monetária ou compensação adicional.

20. O **lote n.º 18** encontra-se registado em nome de por escritura celebrada em 11 de agosto de 2022.

21. O interessado manifestou concordância com a revogação do negócio jurídico.

22. Deve, assim, ser aprovada definitivamente a revogação por mútuo acordo, mediante restituição do lote ao Município e devolução do preço efetivamente pago, sem juros, correção monetária ou compensação adicional.

23. A eficácia da revogação ficará dependente da assinatura do respetivo acordo, da entrega do lote livre de pessoas, bens, ónus e encargos e da regularização registral e matricial.

24. O **lote n.º 19** permanece na titularidade do Município de Murça, tendo sido celebrado, em 19 de janeiro de 2022, contrato-promessa de compra e venda com

25. O interessado manifestou concordância com a revogação.

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

26. Deve ser aprovada definitivamente a revogação do contrato-promessa, mediante restituição do montante efetivamente pago, sem juros, correção monetária ou qualquer compensação adicional.

27. Para efeitos de formalização, deverá o interessado apresentar o acordo em original devidamente assinado ou através de documento eletrónico subscrito com assinatura eletrónica qualificada.

28. Os **lotes nºs 20, 21 e 22** encontram-se registados em nome de , por escrituras celebradas em 11 de agosto de 2022.

29. Relativamente aos lotes n.ºs 20 e 21, o interessado referiu que não pretende executar edificações autónomas, invocando a reduzida capacidade de suporte do solo existente.

30. Apesar dessa circunstância, manifestou interesse na manutenção dos lotes.

31. Sucede, porém, que a situação, a aceitar-se como proposta pelo particular, irá implicar que se mantenha o incumprimento em relação aos lotes 20 e 21.

32. Neste contexto, afigura-se como solução proporcional, a eventual alteração da operação de loteamento, de modo a permitir a unificação dos lotes n.ºs 20, 21 e 22 e a instalação de uma única unidade económica.

33. Sendo certo que, relativamente ao lote n.º 22, o interessado informou que se encontra a preparar projeto de licenciamento para construção de um armazém.

34. Atendendo a que os três lotes pertencem ao mesmo titular e que uma eventual agregação poderá permitir uma solução urbanística e economicamente mais adequada, não se considera oportuno proceder, nesta fase, à revogação definitiva dos negócios relativos aos lotes n.ºs 20 e 21.

35. Deverá, contudo, ser concedida ao interessado uma última oportunidade para regularizar a situação, mediante a adoção de uma das seguintes soluções:

a) apresentação de pedido completo de alteração à operação de loteamento, destinado à unificação dos lotes n.ºs 20, 21 e 22, acompanhado dos elementos técnicos e urbanísticos necessários e do correspondente projeto de instalação da atividade económica; ou

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

b) celebração de acordo de revogação relativamente aos lotes n.os 20 e 21, mantendo-se o lote n.º 22 sujeito à apresentação e execução do respetivo projeto de construção.

36. A ausência de apresentação dos elementos ou a falta de concretização de qualquer das soluções dentro do prazo estabelecido determinará o desencadeamento do procedimento de resolução dos contratos por incumprimento contratual e consequente recuperação dos lotes 20 e 21, pelo Município.

37. Os **lotes n.os 29, 30 e 31** encontram-se registados em nome de , por escrituras celebradas em 11 de agosto de 2022.

38. O interessado manifestou vontade de conservar os lotes, tendo informado, em 2 de junho de 2026, que procederia à entrega, na Secção de Obras do Município, durante os 30 dias seguintes, do projeto de especialidades necessário à futura construção.

39. Atendendo à manifestação expressa de interesse e à indicação de diligências concretas destinadas à realização do investimento, deverá ser concedido um prazo final de 90 dias para cumprimento das obrigações contratuais vencidas.

40. Caso o projeto de especialidades já tenha sido entregue, o prazo destinar-se-á à prática dos atos subsequentes necessários ao licenciamento, início da construção e concretização do investimento.

41. Caso ainda não tenha sido entregue, a respetiva apresentação deverá ocorrer dentro do referido prazo, juntamente com os demais elementos necessários à regularização dos processos urbanísticos.

42. O decurso do prazo de 90 dias sem demonstração de execução séria, efetiva e material das obrigações assumidas determinará o desencadeamento do procedimento de resolução dos contratos e consequente recuperação dos lotes pelo Município.

43. Relativamente aos **Lotes 27** e **28**, registados em nome de , encontram-se a ser realizadas diligências adicionais, requeridas pela empresa, pelo que a decisão final deverá ficar sustida até ao esclarecimento cabal dos quesitos suscitados no processo.

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

44. Atenda-se, contudo, que em face do princípio da celeridade, e enquanto decorrem tais diligências procedimentais, dever-se-á avançar com as decisões parcelares.

III – Da concretização da revogação por mútuo acordo

1. A revogação por mútuo acordo pressupõe uma manifestação de vontade convergente entre o Município e o respetivo interessado, não podendo considerar-se concluída apenas com a adoção da deliberação municipal.

2. A deliberação definitiva da Câmara Municipal deverá, por isso, ser executada através da assinatura dos correspondentes acordos, da entrega dos lotes, da restituição dos valores efetivamente pagos e da prática dos atos registrais, matriciais e patrimoniais necessários.

3. Nos casos em que os interessados aceitaram a revogação, a restituição deverá limitar-se ao preço efetivamente recebido pelo Município, não abrangendo juros, atualização monetária, projetos, estudos, impostos, escrituras, licenças, benfeitorias, despesas financeiras ou quaisquer outras quantias, salvo decisão municipal expressa e especificamente fundamentada em sentido diferente.

IV – Proposta

Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

a) Aprovar definitivamente a revogação, por mútuo acordo, dos contratos de compra e venda relativos aos lotes n.^{os} 15, 17, e 18, bem como do contrato-promessa de compra e venda relativo ao lote n.º 19;

b) As revogações referidas nas alíneas anteriores apenas deverão produzir efeitos após a assinatura dos respetivos acordos, a entrega ou liberação dos lotes e a prática dos atos necessários à regularização registral, matricial e patrimonial, incluindo a celebração das respetivas escrituras;

c) Atendendo ao facto de a notificação remetida para não ter sido reclamada, deve ser enviada nova notificação, por forma a assegurar ao interessado a possibilidade de se pronunciar, nos termos do 121.º do Código do Procedimento Administrativo;

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

d) A restituição a efetuar pelo Município deve corresponder exclusivamente ao preço efetivamente pago e sem juros, correção monetária, atualização ou compensação adicional, devendo os respetivos valores ser confirmados pela DGF, e assegurada a existência de disponibilidade orçamental para as correspondentes restituições;

e) Simultaneamente, aprovar a rescisão unilateral por incumprimento contratual, dos lotes 8, 9, 10, 12, em face da falta de resposta dos titulares em relação à pretensão de revogação por mútuo acordo;

f) Conceder ao titular dos lotes n.^{os} 29, 30 e 31 o prazo final de 90 dias, contado da notificação da deliberação, para cumprir as obrigações contratuais de licenciamento, construção e instalação da atividade económica;

g) O incumprimento do prazo de 90 dias ou a ausência de execução efetiva das obrigações determine a abertura de procedimento de resolução contratual e consequente recuperação dos respetivos lotes pelo Município;

h) Relativamente aos lotes n.^{os} 20, 21 e 22, dever-se-á conceder ao proprietário um prazo, adicional, de 10 dias úteis para se pronunciar sobre a adoção de uma das seguintes soluções:

i. apresentar pedido de alteração à operação de loteamento destinado à unificação dos três lotes, acompanhado dos elementos técnicos e projetos necessários, no prazo de 90 dias, ou, em alternativa,

ii. formalizar a revogação dos contratos relativos aos lotes n.^{os} 20 e 21, mantendo o lote n.º 22, aplicando-se, neste caso, o prazo de 90 dias previsto na alínea e), para cumprimento das obrigações contratuais de licenciamento, construção e instalação da atividade económica;

i) Notificar todos os interessados do teor da deliberação, com indicação expressa dos prazos, obrigações, consequências do incumprimento e meios de reação legalmente aplicáveis.[1]

[1] Relativamente aos **Lotes 27** e **28**, registados em nome de , encontram-se a ser realizadas diligências adicionais, requeridas pela empresa, pelo que a decisão final deverá ficar sustida até ao esclarecimento cabal dos quesitos suscitados no processo. Atenda-se, contudo, que em face do princípio da celeridade, e enquanto decorrem tais diligências procedimentais, dever-se-á avançar com as decisões parcelares.

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

j) Por último, legitimar o Presidente da Câmara Municipal para, em representação do Município de Murça, outorgar os acordos de revogação, bem como as respetivas escrituras, documento particular autenticado ou qualquer outro título necessário à retransmissão dos lotes para o Município;

k) De imediato, envio do presente assunto, para o gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes.

À consideração do Diretor de Departamento.

A Técnica Superior, Jurista,
em regime de mobilidade,

(Paula Marcolino)

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

PRESENTE À REUNIÃO DE 14 / 8 / 2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade. JD DJA E DGF

PROPOSTA

Ref.º DJA / 04 – INF 45/2026

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo com a estratégia sugerida.
À próxima reunião de Câmara para deliberação.
03-08-2026-15:55:09 - Presidte

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Visto. Concordo com a presente informação, bem como a estratégia nela sugerida. Para agendamento na próxima reunião de Câmara.
À consideração do PC.
03-08-2026-14:21:09 - marcelo

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO

Visto. Concordo com a presente informação, a qual aponta para o pagamento do valor devido na sequência de sentença judicial. O presente assunto deverá ser agendando para a próxima reunião de Câmara, atendendo ao prazo limite determinado para o respetivo pagamento.
À consideração superior.
03-08-2026-14:18:10 - marcos

ASSUNTO

- PAGAMENTO DE ENCARGOS REFERENTE À SENTENÇA - PROCESSO - TAF DE MIRANDELA À SUMA DOURO - SERVIÇOS URBANO E MEIO AMBIENTE, LDA - TRANSFERÊNCIA PARA A AMVD NORTE - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DE DOURO NORTE.

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA E DATA

DATA: 30.07.2026

I – Fundamentação

1. A Associação de Municípios do Vale do Douro Norte (AMVDN), é uma associação de municípios de fins específicos e integra os municípios de Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real;

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

2. A referida associação tem como objeto social e escopo principal:

   i. Gerir projetos e iniciativas intermunicipais, com destaque para a área dos Resíduos Sólidos Urbanos;

   ii. Atua como interlocutor dos interesses dos municípios associados junto da Administração Central e União Europeia, promovendo o desenvolvimento económico sustentável;

   iii. Ações de gestão do Centro de Recolha Oficial Intermunicipal do Vale do Douro-Norte;

   iv. Planeamento: Atua no planeamento, ordenamento do território e desenvolvimento de soluções geográficas (SIG).

3. Mostra-se exigível dar cumprimento à sentença judicial do TAF de Mirandela de 24-02-2026, relativa ao processo e da qual não existiu recurso de nenhuma das partes, condenando a AMVDN a pagar, desde já, à SUMA Douro - Serviços Urbano e Meio Ambiente, LDA, os montantes ali referidos, muito concretamente, nas alíneas a) e b) do referido processo;

4. No dia 02 de julho de 2026, o Conselho Diretivo da associação, em sede de reunião, aprovou a imputação do valor em dívida, a cada um dos 7 Municípios da AMVDN, bem como o ficheiro com o respetivo cálculo;

5. De acordo com a nota de transferência n.º NT26-021, com os valores imputados ao Município de Murça, cabe, a esta autarquia, o montante de 7.107,00€;

6. Nos termos da referida sentença, o prazo para a AMVDN pagar a referida dívida é até 25/08/2026, tratando-se, no caso, de cumprimento de prazo de judicial.

II - Enquadramento legal

1. Nos termos dos n.^{os} 2 e 3, da Constituição da República Portuguesa, as decisões dos tribunais são obrigatórias para todas as entidades públicas e privadas e prevalecem sobre as de quaisquer outras autoridades, regulando a lei os termos da execução das decisões dos tribunais relativamente a qualquer autoridade e determina as sanções a aplicar aos responsáveis pela sua inexecução;

2. O Município de Murça, na qualidade de membro associado da AMVD Norte – Associação de Municípios do Vale de Douro Norte, tem o dever e a obrigação legal e estatutária de efetuar, nos

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

prazos fixados, as transferências financeiras deliberadas e vinculativas, nos termos do artigo n.º 110.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro e ulteriores alterações;

3. Esta obrigação, diga-se determinada por sentença judicial, de pagamento/transferência financeira à AMVD Norte, insere-se na contratação excluída, não se aplicando na sua formação a parte II do CCP - Código dos Contratos Públicos, aprovado DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e posteriores alterações, por força do nº 4, do artigo 5.º e 5.º- B do retro citado código;

4. Os encargos mencionados são suportados pelo orçamento municipal em vigor, nas correspondentes classificações orgânica e económica, registados nos documentos de suporte, correspondendo, o cabimento n.º 2026/681 e o CFD – Compromisso de Fundo disponível n.º 2026/664, emitidos pela Divisão de Gestão Financeira ao abrigo da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), e ulteriores alterações.

III – Proposta

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:

a) Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião de Câmara, em vista à aprovação do pagamento e autorização da transferência financeira, imputada ao Município de Murça[1], no montante de 7.107,00€, à AMVD Norte – Associação de Municípios do Vale de Douro Norte, para cumprimento da sentença judicial do TAF de Mirandela de 24-02-2026, relativa ao processo .[2], no prazo judicialmente estipulado;

b) Previamente à transferência, é necessário, que à AMVD Norte – Associação de Municípios do Vale de Douro Norte, apresente declarações da situação regularizada perante a segurança social e as finanças;

[1] Atendendo à sua qualidade de membro da Associação e à obrigação legal e estatutária, de efetuar, nos prazos fixados, as transferências financeiras deliberadas vinculativas, ao abrigo do artigo n.º 110.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro e ulteriores alterações, conjugado com os n.os 2 e 3, do artigo 205.º, da CRP – Constituição da República Portuguesa e dos artigos 170.º e 172.º do CPTA – Código de Processo dos Tribunais Administrativos.

[2] Relativamente a esta sentença, importa referir que não existiu recurso de nenhuma das partes.

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

c) Considerando que o prazo limite para pagamento do valor em causa foi determinado, pelo Tribunal competente, para o dia 25/08/2026, submeter o presente assunto à aprovação do órgão executivo municipal;

d) Remeter o presente assunto para a DGF, para operacionalização do pagamento nos termos acima determinados e dentro do prazo judicialmente fixado;

e) A deliberação praticada sobre o presente assunto, deverá ser objeto de publicitação nos termos e para os efeitos do art. 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro e ulteriores alterações.

f) De imediato, envio do presente assunto, para o gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes.

À consideração do Diretor de Departamento.

A Técnica Superior, Jurista,
em regime de mobilidade,

Paula Marcolino

(Paula Marcolino)

Anexos:

- Ata da reunião de 02-07-2026, a qual aprovou a imputação desses valores, a cada um, dos 7 Municípios da AMVDN, bem como o ficheiro com o respetivo cálculo.
- Nota de Transferência NT26-021, emitida pela AMVDN em 10-07-2026, no valor de 7.107,00€, imputado ao Município de Murça;
- Proposta de Cabimento n.º 2026/681 e Informação de Compromisso n.º 2026/664.
- Declarações da situação regularizadas perante a segurança social e finanças da AMVD Norte.

MUNICÍPIO DE MURÇA
CONTRIBUINTE N.°506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

DOC: 2026,Geral,E,G,4128 Nº Pendente 98469

IMPRESSO	PAGINA
2026/07/29	1

P R O P O S T A D E C A B I M E N T O

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	anamaria	2026/07/29	681	2026

DESCRIÇÃO DA DESPESA

PROCESSO JUDICIAL INTENTADO PELA SUMA CONTA A AMVDN

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

TIPO DESP: TCAM-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS
ORGÂNICA : 02 CÂMARA MUNICIPAL
ECONÓMICA: 04050104 ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS
PLANO : 2019 A 16
ASSOCIAÇOES DE MUNICÍPIOS
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

DOTAÇÃO DISPONÍVEL
34.431,16
A CABIMENTAR
7.107,00
SALDO APÓS CABIMENTO
27.324,16

EXTENSO

SETE MIL CENTO E SETE EUROS

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2026/07/29

AUTORIZAÇÃO __ / __ / __

PROCESSADO POR COMPUTADOR

ANEXO II

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

(a que se refere o n.° 1 do artigo 4.°)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de cabimento : 2026 / 681 Data do registo (1) : 2026/07/29

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	120.000,00 (€)	100.00 (%)		Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026

Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL

Classificação Funcional : 4.2.1.1. 0101 ASSOCIAÇOES DE MUNICÍPIOS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Classificação Económica : 04050104 CONTINENTE ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS

N.° Rubrica do Plano : 2019 A 16

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	50.000,00				
3 = 1+2	Dotação corrigida	120.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Cabimentos registados	85.568,84				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	34.431,16	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
7	Cabimento relativo à despesa em análise	7.107,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	27.324,16	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00

(1) Data do registo do cabimento relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/07/29 Número de lançamento no diário do orçamento: 10089

Outras Observações :
Proposta de Cabimento n.° 2026/681
PROCESSO JUDICIAL INTENTADO PELA SUMA CONTA A AMVDN

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

MUNICÍPIO DE MURÇA
CONTRIBUINTE N.°506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

DOC: 2026,Geral,E,G,4128 Nº Pendente 98469

IMPRESSO	PAGINA
2026/07/29	1

REQUISIÇÃO EXTERNA DE DESPESA

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	anamaria	2026/07/29	734	2026

CONTRIBUINTE	TERCEIRO CLASSE	N.° COMP.	
502459417	279	TRFA	2026 / 664

ASSOCIAÇÃO MUNICÍPIOS DO VALE DO DOURO NORTE
AV. CARVALHO ARAÚJO

5000 VILA REAL

AUTORIZAÇÃO	DESTINATÁRIO	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO
2026/07/29			

CONTRACÇÃO DE DÍVIDA	NÚMERO DO CONTRATO	GESTOR DO CONTRATO	DESCRIÇÃO

DESCRIÇÃO DA DESPESA
PROCESSO JUDICIAL INTENTADO PELA SUMA CONTA A AMVDN

TIPO DE DESPESA		TAXA		IMPORTÂNCIAS			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	IVA	DESCRIÇÃO	BASE	DESCONTOS	INCIDÊNCIA	IVA
TCAM	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS		ISENTO	7.107,000		7.107,000	

EXTENSO
SETE MIL CENTO E SETE EUROS

TOTAIS

TOTAL ILÍQUIDO.....	7.107,00
TOTAL DE DESCONTOS ..	
TOTAL DE IVA	
TOTAL LÍQUIDO.....	7.107,00

Documento n.° 2026/734, Compromisso n.° 2026/664, efetuado com base no(s) cabimento(s): 2026/681

Fundo Disponível anterior ao compromisso no valor de 1.799.100,08 €
Montante do compromisso A8MI para FD no valor total de 7.107,00 €
Fundo Disponível após compromisso LCPA no valor de 1.791.993,08 €

PROPOSTA CABIMENTO			CLASSIFICAÇÃO DESPESA			PLANO			CLASSIFICAÇÃO ANALÍTICA	IMPORTÂNCIAS		
ANO	NÚMERO	LINHA	TIPO	ORGÂNICA	ECONÓMICA	ANO	T	NÚMERO		DOT. DISPONÍVEL	A COMPROMETER	SALDO APÓS
2026	681	1	TCAM	02	04050104	2019	A	16	93.4.1.2.01.01	34.431,16	7.107,00	27.324,16

SERVIÇO REQUISITANTE	COMPROMISSO EFETUADO EM 2026/07/29	

(anamaria)

PROCESSADO POR COMPUTADOR

ANEXO III

INFORMAÇÃO DE COMPROMISSO

(a que se refere o n.° 1 do artigo 4.°)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de compromisso : 2026 / 664 Data do registo (1) : 2026/07/29

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	120.000,00 (€)	100.00 (%)		Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026
Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL
Classificação Funcional : 4.2.1.1. 0101 ASSOCIAÇOES DE MUNICÍPIOS
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
Classificação Económica : 04050104 CONTINENTE
ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS
N.° Rubrica do Plano : 2019 A 16

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	50.000,00				
3 = 1+2	Dotação corrigida	120.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Compromissos registados	85.568,84				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	34.431,16	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	7.107,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	27.324,16	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00

(1) Data do registo do compromisso relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/07/29 Número de lançamento no diário do orçamento: 10090

Outras Observações :

Documento n.° 2026/734, Compromisso n.° 2026/664 PROCESSO JUDICIAL INTENTADO PELA SUMA CONTA A AMVDN
Foi atribuído o Fundo Disponivel n.° 1469 do diário dos fundos disponíveis.

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

AT autoridade tributária e aduaneira

Serviço de Finanças de VILA REAL - [2496]

CERTIDÃO

Maria de Lurdes Guedes Fernandes da Silva, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de VILA REAL.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 3, 6 e 13 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).
A presente certidão é válida por quatro meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.
Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 29 de Abril de 2026.

IDENTIFICAÇÃO
NOME: ASSOC MUNICIPIOS VALE DOURO NORTE
NIF: 502459417

Elementos para validação
Nº Contribuinte: 502459417
Cód. Validação:

O Chefe de Finanças,

Maria de Lurdes Guedes Fernandes da Silva

(Maria de Lurdes Guedes Fernandes da Silva)

Para validar esta certidão aceda ao site www.portaldasfinancas.gov.pt, seleccione a opção "Validação Doc." e introduza o nº de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a esta certidão.

SEFMP041_W 105

SEGURANÇA SOCIAL | INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL I.P.
CENTRO DISTRITAL DE VILA REAL
RUA D. PEDRO DE CASTRO, N.º 110 -
APARTADO 208
5000-669 VILA REAL

DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte ASS MUNICIPIOS VALE DOURO NORTE

Firma/Denon
NORTE

N.º de Identif

N.º de Identif

N.º da Declar

Data de emis

ASS MUNICIPIOS VALE DOURO NORTE
AV CARVALHO ARAUJO 7
VILA REAL
5000-657 VILA REAL

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

Artigo 208.º do Código dos Regimes Contributivos, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro na sua versão atualizada

Esta declaração não constitui comprovativo de pagamento de contribuições, nem de outros valores e diz respeito à situação contributiva apurada até à data de emissão, não prejudicando o posterior apuramento de dívidas.

N.ºs 1 e 3 do artigo 82.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

A declaração é válida pelo prazo de **4 meses**, contado a partir da data de emissão.

Artigo 84.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

O Diretor de Segurança Social

António Eduardo Sousa

Elementos para verificação da autenticidade da declaração:

Número de Identificação

Código de Verificação - C

Para verificar a autenticidade c

Segurança Social Direta em w a o

Número de Identificação e o Código de Verificação acima indicados.

Verifique se o documento obtido corresponde a esta declaração.

CENTRO DISTRITAL DE VILA REAL • RUA D. PEDRO DE CASTRO, N.º 110 - APARTADO 208 • 5000-669 VILA REAL
Fax: 300 522 675 • www.seg-social.pt

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

PRESENTE À REUNIÃO DE 14 / 8 / 2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade. DJA e GDP.

PROPOSTA

Ref.ª DJA/ 04 – INFO 46/2026

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo com a estratégia sugerida.
À próxima reunião de Câmara para deliberação.
12-08-2026-09:34:29 - Presidte

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Visto. Concordo. Numa primeira fase, à DGF para emissão de cabimento e compromisso.
Sequencialmente, deverá o presente assunto ser agendado para a próxima reunião de Câmara para sancionamento.
No âmbito da celebração da escritura de aquisição pelo via do direito privado, deverão ser acauteladas as regras urbanísticas previstas no RJUE, em matéria de realização de negócios jurídicos que envolvam a transmissão de edificações já construídas.
À consideração do PC.
07-08-2026-13:46:54 - marcelo

- AQUISIÇÃO, POR VIA DO DIREITO PRIVADO, DA PARCELA N.º 1, SITUADA NA PRAÇA 5 DE OUTUBRO (PROPOSTA N.º 18/GAP/2026);
- CONTRAPROPOSTA APRESENTADA PELO PROPRIETÁRIO

PROPOSTA E DATA

DATA: 06.08.2026

I — Enquadramento

1. A Câmara Municipal de Murça, por deliberação tomada na sua reunião de 19 de junho de 2026, sob a Proposta n.º 18/GAP/2026, aprovou a resolução de expropriação da parcela de terreno com a área total de 102,00 m², sita na Praça 5 de Outubro, freguesia e concelho de Murça, inscrita na respetiva matriz predial sob

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

o artigo 439.º e omissa na Conservatória do Registo Predial de Murça, identificada, no respetivo mapa de expropriações, como parcela n.º 1.

2. A aquisição da referida parcela destina-se à instalação de serviços públicos municipais, encontrando-se o imóvel numa localização de particular interesse para o Município, designadamente pela sua contiguidade ao edifício dos Paços do Concelho.

3. Para efeitos de determinação da previsão dos encargos a suportar com a eventual expropriação, foi promovida a avaliação do imóvel por perito independente, nos termos do n.º 4, do artigo 10.º, do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, na sua redação atual.

4. De acordo com o relatório de avaliação, foi atribuído à parcela o valor de **€63.658,00** (sessenta e três mil, seiscentos e cinquenta e oito euros).

5. Na sequência da resolução de expropriar, e em cumprimento do disposto no artigo 11.º, do Código das Expropriações, o Município de Murça diligenciou pela aquisição do imóvel por via do direito privado, tendo notificado o respetivo proprietário da proposta de aquisição pelo valor constante do relatório pericial.

6. Em resposta à referida notificação, o proprietário veio, ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 11.º do Código das Expropriações, apresentar uma contraproposta para a aquisição da parcela pelo valor de **€70.000,00** (setenta mil euros).

7. Considerando a diferença entre o valor inicialmente proposto pelo Município e o valor constante da contraproposta, foi solicitado ao perito avaliador que se pronunciasse sobre a razoabilidade, proporcionalidade e adequação do novo valor proposto.

8. Em resposta à solicitação do Município, o perito avaliador pronunciou-se favoravelmente quanto à razoabilidade da contraproposta apresentada, salientando, designadamente, os seguintes aspetos:

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

a) O relatório de avaliação foi elaborado em 24 de março de 2025, tendo decorrido mais de um ano desde a determinação do valor inicial;

b) Durante esse período, o mercado imobiliário e os custos associados ao setor da construção registaram uma tendência ascendente, circunstância suscetível de produzir uma valorização do imóvel, mesmo considerando a respetiva depreciação por vetustez;

c) O eventual prosseguimento do procedimento expropriativo implicaria a realização de despesas adicionais, designadamente com custas processuais, apoio jurídico, vistoria *ad perpetuam rei memoriam*, arbitragem, peritagens e eventual intervenção judicial;

d) Os encargos inerentes ao prosseguimento do procedimento expropriativo são incertos e suscetíveis de superar a diferença existente entre o valor inicialmente fixado no relatório de avaliação e o valor da contraproposta;

e) A localização do imóvel, contígua ao edifício dos Paços do Concelho, e a sua afetação à instalação de serviços públicos municipais evidenciam um interesse específico e particularmente relevante do Município na respetiva aquisição.

9. Conjugando os referidos fatores, o perito concluiu que, num contexto normal de transação imobiliária, a contraproposta apresentada pelo proprietário pode ser considerada vantajosa e aceitável para o Município, ressalvando que a decisão final compete exclusivamente aos órgãos municipais, no respeito pelo interesse público e pelas formalidades legais aplicáveis.

III — Ponderação do interesse municipal

1. A aquisição por via do direito privado constitui uma solução que permite ao Município obter a propriedade do imóvel de forma mais célere, consensual e financeiramente

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

previsível, evitando os encargos, a incerteza e a demora associados ao prosseguimento do procedimento expropriativo.

2. A diferença entre o valor inicialmente proposto, de €63.658,00, e a contraproposta apresentada, de €70.000,00, ascende a **€6.342,00** (seis mil, trezentos e quarenta e dois euros).

3. Atendendo à pronúncia favorável do perito avaliador, à evolução do mercado imobiliário e dos custos de construção, à especial localização da parcela, à finalidade pública a que se destina e aos potenciais encargos decorrentes do prosseguimento do procedimento expropriativo, considera-se que o valor de €70.000,00 se apresenta económica e financeiramente justificado.

4. A aceitação da contraproposta permite ainda assegurar a concretização do interesse público municipal que esteve subjacente à resolução de expropriar, através de uma solução consensual e menos onerosa do ponto de vista procedimental.

5. Nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Câmara Municipal adquirir bens imóveis de valor até 1000 vezes a remuneração mínima mensal garantida.

IV — Proposta

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciados, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:

a) Numa primeira fase, solicitar à DGF a emissão do respetivo cabimento e compromisso de fundos disponíveis (CFD), em vista a acautelar, financeiramente, e nos termos do quadro legal em vigor, o valor, agora, de 70.000,00€, conforme contraproposta apresentada pelo particular;

b) Sequencialmente, agendamento do presente assunto para a próxima reunião da Câmara Municipal, em vista a que o órgão executivo municipal adote deliberação

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

80 ANOS
Município de Murça 1224-2024

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

traduzida na aceitação da contraproposta apresentada pela proprietária, fixando em €70.000,00 (setenta mil euros) o valor da aquisição, por via do direito privado, da parcela n.º 1, com a área de 102,00 m², situada na Praça 5 de Outubro, freguesia e concelho de Murça, inscrita na matriz predial sob o artigo 439.º e omissa na Conservatória do Registo Predial de Murça, tudo isto conforme parecer emitido pelo perito avaliador, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente informação;

c) Simultaneamente, autorizar a aquisição, por via do direito privado, e pelo valor acima referido, a parcela identificada na alínea anterior, legitimando, desde já, o Presidente da Câmara Municipal, ou quem legalmente o substitua, a outorgar a respetiva escritura pública de compra e venda, bem como a praticar e assinar todos os atos, requerimentos, declarações e demais documentos necessários à formalização da aquisição e ao registo da parcela a favor do Município de Murça;

d) A aquisição deverá ficar condicionada à inexistência de ónus, encargos ou responsabilidades que impeçam ou condicionem a transmissão do imóvel;

e) Notificar o proprietário da parcela da deliberação que venha a ser praticada sobre a matéria, nos termos anteriormente sugeridos;

f) De imediato, envio do presente assunto, para o gabinete do Presidente da Câmara Municipal.

À consideração do Diretor de Departamento.

O Chefe de Divisão Municipal

Marcos José da Silva Barroco



VILA DE MURÇA

800 ANOS
Município de Murça 1224-2024

Imóvel
Padaria

LEGENDA

padaria

0 35 70 m

DPGU - Maio2026
Município de Murça

DOC: 2026,Geral,E,G,4302

ANEXO III

INFORMAÇÃO DE COMPROMISSO

(a que se refere o n.° 1 do artigo 4.°)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de compromisso : 2026 / 722 Data do registo (1) : 2026/08/12

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	125.000,00 (€)	100.00 (%)		Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026

Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL

Classificação Funcional : 2.4.2. 0102 ORDENAMENTO DE TERRITÓRIO PROJETO/EXECUÇÃO

Classificação Económica : 070101 INVESTIMENTOS TERRENOS

N.° Rubrica do Plano : 2017 I 2

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	100.000,00				
3 = 1+2	Dotação corrigida	125.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Compromissos registados	49.175,00				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	75.825,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	70.000,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	5.825,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00

(1) Data do registo do compromisso relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/08/12 Número de lançamento no diário do orçamento: 10485

Outras Observações :

Documento n.° 2026/797, Compromisso n.° 2026/722 EXPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA - AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS
Foi atribuído o Fundo Disponivel n.° 1535 do diário dos fundos disponíveis.

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

DOC: 2026,Geral,E,G,4302 Nº Pendente 98794

ANEXO II

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

(a que se refere o n.° 1 do artigo 4.°)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de cabimento : 2026 / 739 Data do registo (1) : 2026/08/12

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	125.000,00 (€)	100.00 (%)		Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026

Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL

Classificação Funcional : 2.4.2. 0102 ORDENAMENTO DE TERRITÓRIO
PROJETO/EXECUÇÃO

Classificação Económica : 070101 INVESTIMENTOS
TERRENOS

N.° Rubrica do Plano : 2017 I 2

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	100.000,00				
3 = 1+2	Dotação corrigida	125.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Cabimentos registados	49.175,00				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	75.825,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
7	Cabimento relativo à despesa em análise	70.000,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	5.825,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00

(1) Data do registo do cabimento relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/08/12 Número de lançamento no diário do orçamento: 10484

Outras Observações :
Proposta de Cabimento n.° 2026/739
EXPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA - AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

PRESENTE A REUNIÃO DE 14 / 8 / 2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade.
À DJA e SGP.

PROPOSTA

Ref.ª DJA/ 04 – INFO 47/2026

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo com a estratégia sugerida.
À próxima reunião de Câmara para deliberação.
12-08-2026-09:33:00 - Presidte

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Visto. Concordo, sugere-se o agendamento deste assunto para a próxima reunião de Câmara para deliberação.
À consideração do PC.
12-08-2026-09:04:16 - marcelo

ASSUNTO

- AQUISIÇÃO, POR VIA DO DIREITO PRIVADO, DAS PARCELAS N.ºS 1 E 2, SITAS NA LOCALDADE DE PALHEIROS, UNIÃO DE FREGUESIAS DE NOURA E PALHEIROS, CONCELHO DE MURÇA (PROPOSTA N.º 19/GAP/2026);
- PARQUE ARQUEOLÓGICO CASTRO DE PALHEIROS.

PROPOSTA E DATA

DATA: 10.08.2026

I — Enquadramento

1. A Câmara Municipal de Murça, por deliberação tomada na sua reunião de 19 de junho de 2026, sob a Proposta n.º 19/GAP/2026, aprovou a resolução de

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

expropriação das parcelas de terreno, identificadas no respetivo mapa de expropriações, como parcelas n.os 1 e 2, necessárias à regularização do Parque Arqueológico do Castro de Palheiros.

2. A aquisição das referidas parcelas mostra-se necessária à prossecução do interesse público municipal subjacente à regularização da situação fundiária do referido Parque Arqueológico, permitindo integrar na esfera jurídica do Município os terrenos indispensáveis à adequada consolidação, salvaguarda e gestão daquele espaço.

3. As parcelas objeto da resolução de expropriar encontram-se identificadas nos seguintes termos:

    a) **Parcela n.º 1** — parcela de terreno com a área total de 4.300,00 m², sita na localidade de Palheiros, União das Freguesias de Noura e Palheiros, concelho de Murça, inscrita na respetiva matriz predial sob o artigo 1882.º e descrita na Conservatória do Registo Predial de Murça sob o n.º 1359;

    b) **Parcela n.º 2** — parcela de terreno com a área total de 12.800,00 m², sita na localidade de Palheiros, União das Freguesias de Noura e Palheiros, concelho de Murça, inscrita na respetiva matriz predial sob o artigo 1886.º e descrita na Conservatória do Registo Predial de Murça sob o n.º 1356.

4. Para efeitos de determinação da previsão dos encargos a suportar com a eventual expropriação, foi promovida a avaliação das referidas parcelas por perito independente, nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, na sua redação atual.

5. De acordo com os respetivos relatórios de avaliação, foram atribuídos às parcelas os seguintes valores:

    a) À parcela n.º 1, o valor de €6.915,00 (seis mil, novecentos e quinze euros);

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

b) À parcela n.º 2, o valor de €20.585,00 (vinte mil, quinhentos e oitenta e cinco euros).

6. O valor global resultante das avaliações efetuadas ascende, assim, a €27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos euros).

II — Da aquisição por via do direito privado

1. Nos termos do disposto no artigo 11.º do Código das Expropriações, previamente ao prosseguimento do procedimento tendente à declaração de utilidade pública, deve a entidade interessada diligenciar no sentido de adquirir os bens por via do direito privado, devendo a proposta de aquisição ter como referência o valor constante do relatório elaborado pelo perito avaliador.

2. Em cumprimento do referido quadro legal e na sequência da resolução de expropriar adotada pela Câmara Municipal, foram os respetivos proprietários notificados das propostas de aquisição das parcelas por via do direito privado, pelos valores resultantes das avaliações periciais efetuadas.

3. Relativamente à parcela n.º 1, avaliada no montante de €6.915,00, o respetivo proprietário comunicou a sua aceitação da proposta de aquisição formulada pelo Município, conforme documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente informação.

4. De igual modo, relativamente à parcela n.º 2, avaliada no montante de €20.585,00, a respetiva proprietária comunicou a aceitação do valor proposto pelo Município, conforme documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente informação.

5. Verifica-se, deste modo, a existência de acordo quanto à aquisição de ambas as parcelas e aos respetivos valores, encontrando-se reunidas as condições para que

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

a transmissão da propriedade seja concretizada por via do direito privado, sem necessidade de prosseguimento do procedimento expropriativo.

6. De facto, a concretização da aquisição por acordo permite, simultaneamente, evitar o prosseguimento do procedimento expropriativo e os inerentes encargos administrativos e procedimentais, assegurando a imediata estabilização da situação jurídica dos terrenos necessários à regularização do Parque Arqueológico do Castro de Palheiros.

7. Nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Câmara Municipal adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a remuneração mínima mensal garantida, encontrando-se, por conseguinte, a aquisição em apreço compreendida na esfera de competência do órgão executivo municipal.

IV — Proposta

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:

a) Numa primeira fase, remeter o processo à DGF, para efeitos de verificação da existência de dotação orçamental adequada e emissão do respetivo cabimento e compromisso de fundos disponíveis, tendo em vista acautelar o encargo global de €27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos euros), correspondente à aquisição das duas parcelas;

b) Sequencialmente, proceder ao agendamento do presente assunto para a próxima reunião da Câmara Municipal, em vista a que o órgão executivo municipal adote deliberação traduzida na aquisição, por via do direito privado, dos imóveis a seguir identificados, conforme relatórios emitidos pelo perito avaliador e declarações de aceitação apresentadas pelos respetivos proprietários, documentos cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais:

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

i) **Parcela n.º 1** — terreno com a área total de 4.300,00 m², inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 1882.º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Murça sob o n.º 1359, pelo valor de €6.915,00 (seis mil, novecentos e quinze euros);

ii) **Parcela n.º 2** — terreno com a área total de 12.800,00 m², sito na localidade de Palheiros, União das Freguesias de Noura e Palheiros, concelho de Murça, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 1886.º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Murça sob o n.º 1356, pelo valor de €20.585,00 (vinte mil, quinhentos e oitenta e cinco euros);

c) Legitimar, desde já, o Presidente da Câmara Municipal, ou quem legalmente o substitua, a outorgar as respetivas escrituras públicas, bem como a praticar e assinar todos os atos, requerimentos, declarações e demais documentos necessários à formalização das aquisições e ao respetivo registo a favor do Município de Murça;

d) Determinar que a concretização das aquisições fique condicionada à verificação da inexistência de ónus, encargos, direitos de terceiros ou quaisquer outras situações jurídicas que impeçam ou condicionem a sua transmissão livre e plena para o Município de Murça;

e) Após a adoção da competente deliberação notificar os respetivos proprietários, dando-lhes conhecimento da decisão municipal e promovendo, em articulação com os mesmos, a obtenção dos documentos necessários à formalização das transmissões;

f) Concluída a aquisição, promover a inscrição das parcelas no inventário e cadastro patrimonial do Município, bem como os atos necessários ao respetivo registo predial a favor do Município de Murça;

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

g) De imediato, proceder ao envio do presente assunto ao Gabinete do Presidente da Câmara Municipal.

À consideração do Diretor de Departamento.

O Chefe de Divisão Municipal

Marcos José da Silva Barroco

Em anexo: Ofícios enviados pelos proprietários das parcelas, aceitando o valor proposto.



VILA DE MURÇA

800 ANOS
Município de Murça 1224-2024

TERRENO
Palheiros

LEGENDA

Castro de Palheiros

0 35 70 m

DPGU - Maio2026
Município de Murça

DOC: 2026,Geral,E,G,4649

ANEXO II

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

(a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de cabimento : 2026 / 738 Data do registo (1) : 2026/08/12

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	125.000,00 (€)	100.00 (%)		Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026

Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL

Classificação Funcional : 2.4.2. 0102 ORDENAMENTO DE TERRITÓRIO PROJETO/EXECUÇÃO

Classificação Económica : 070101 INVESTIMENTOS TERRENOS

N.º Rubrica do Plano : 2017 I 2

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	100.000,00				
3 = 1+2	Dotação corrigida	125.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Cabimentos registados	28.590,00				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	96.410,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
7	Cabimento relativo à despesa em análise	20.585,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	75.825,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00

(1) Data do registo do cabimento relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/08/12 Número de lançamento no diário do orçamento: 10481

Outras Observações :
Proposta de Cabimento n.º 2026/738
EXPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA - AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO, NECESSÁRIA À REGULARIZAÇÃO DO PARQUE ARQUEOLÓGICO CRASTO DE PALHEIROS

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

ANEXO III

INFORMAÇÃO DE COMPROMISSO

(a que se refere o n.° 1 do artigo 4.°)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de compromisso : 2026 / 721 Data do registo (1) : 2026/08/12

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	125.000,00 (€)	100.00 (%)		Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026

Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL

Classificação Funcional : 2.4.2. 0102 ORDENAMENTO DE TERRITÓRIO PROJETO/EXECUÇÃO

Classificação Económica : 070101 INVESTIMENTOS TERRENOS

N.° Rubrica do Plano : 2017 I 2

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	100.000,00				
3 = 1+2	Dotação corrigida	125.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Compromissos registados	28.590,00				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	96.410,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	20.585,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	75.825,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00

(1) Data do registo do compromisso relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/08/12 Número de lançamento no diário do orçamento: 10483

Outras Observações :

Documento n.° 2026/796, Compromisso n.° 2026/721 EXPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA - AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO, NECESSÁRIA À REGULARIZAÇÃO DO PARQUE ARQUEOLÓGICO CRASTO DE PALHEIROS
Foi atribuído o Fundo Disponivel n.° 1534 do diário dos fundos disponíveis.

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

ANEXO II

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

(a que se refere o n.° 1 do artigo 4.°)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de cabimento : 2026 / 737 Data do registo (1) : 2026/08/12

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	125.000,00 (€)	100.00 (%)		Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026

Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL

Classificação Funcional : 2.4.2. 0102 ORDENAMENTO DE TERRITÓRIO
PROJETO/EXECUÇÃO

Classificação Económica : 070101 INVESTIMENTOS
TERRENOS

N.° Rubrica do Plano : 2017 I 2

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	100.000,00				
3 = 1+2	Dotação corrigida	125.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Cabimentos registados	21.675,00				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	103.325,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
7	Cabimento relativo à despesa em análise	6.915,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	96.410,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00

(1) Data do registo do cabimento relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/08/12 Número de lançamento no diário do orçamento: 10480

Outras Observações :
Proposta de Cabimento n.° 2026/737
EXPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA - AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO, NECESSÁRIA À REGULARIZAÇÃO DO PARQUE ARQUEOLÓGICO CRASTO DE PALHEIROS

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

DOC: 2026,Geral,E,G,4649 Nº Pendente 99545

ANEXO III

INFORMAÇÃO DE COMPROMISSO

(a que se refere o n.° 1 do artigo 4 °)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de compromisso : 2026 / 720 Data do registo (1) : 2026/08/12

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	125.000,00 (€)	100.00 (%)		Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026
Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL
Classificação Funcional : 2.4.2. 0102 ORDENAMENTO DE TERRITÓRIO
PROJETO/EXECUÇÃO
Classificação Económica : 070101 INVESTIMENTOS
TERRENOS
N.° Rubrica do Plano : 2017 I 2

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	100.000,00				
3 = 1+2	Dotação corrigida	125.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Compromissos registados	21.675,00				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	103.325,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	6.915,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	96.410,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00

(1) Data do registo do compromisso relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/08/12 Número de lançamento no diário do orçamento: 10482

Outras Observações :

Documento n.° 2026/795, Compromisso n.° 2026/720 EXPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA - AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO, NECESSÁRIA À REGULARIZAÇÃO DO PARQUE ARQUEOLÓGICO CRASTO DE PALHEIROS
Foi atribuído o Fundo Disponivel n.° 1533 do diário dos fundos disponíveis.

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

PRESENTE A REUNIÃO DE 14 / 8 /2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade. A DGF.

Município de Murça
Departamento de Coordenação Geral
Divisão Gestão Financeira Contração ~~Publica~~
Unidade Objetivos Desenvolvimento ~~Sustentável~~

INFORMAÇÃO | **Ref.ª DGFCP|UODS / INFORMAÇÃO 6ª edição OP (2026)**

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo com a estratégia sugerida.
À próxima reunião de Câmara para deliberação.
05-08-2026-15:51:41 - Presidte

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Visto. Concordo com a informação, bem como a estratégia nela sugerida, a qual contempla duas fases: validação da proposta pela comissão de análise constituída; Sequencialmente, agendamento do presente assunto para reunião do órgão executivo, nos termos das normas do OP em vigor.
À consideração do PC.
03-08-2026-12:06:52 - marcelo

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO

ASSUNTO

6.ª Edição Orçamento Participativo (ano 2026 para orçamentar ano 2027)

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA E DATA

DATA: 27.07.2026

Informação

O Orçamento Participativo (OP) é um instrumento da autarquia de Murça que visa potenciar a participação dos cidadãos através de fatores positivos e construtivos baseados em princípios de proximidade, transparência e oportunidade.

Com a implementação do OP dá-se mais um passo em frente no apelo à cidadania permitindo aos cidadãos participar de forma mais consciente no processo comum de construção de um concelho melhor.

Importa realçar que a participação na presente edição ficou bastante aquém do expectável, com **apenas uma participação**, sendo que, também nas anteriores edições poucas propostas foram apresentadas - somente duas. Esta situação requer uma análise e reflexão por parte da autarquia.

Como já mencionado, apenas, foi rececionada uma proposta na presente edição, intitulada "***Espaços que incluem, cuidam e inspiram, na escola básica e secundaria de Murça***" submetida por Cláudia Granja, trabalhadora do mencionado estabelecimento de ensino, cumprindo com o ponto 1 do artigo 13.º das normas de funcionamento.

O projeto apresentado tem um valor orçamental de 24961.55€, o que cumpre com o limite estabelecido no artigo 5.

"Os Espaços que incluem, cuidam e inspiram, na Escola Básica e Secundária de Murça" comtemplam:

i. Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA);
ii. Espaço de trabalho da equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva (EMAEI);
iii. Gabinete de Psicologia (GP);
iv. Espaços Exteriores (EE) – pátios interiores dos pavilhões das salas de aula, através da aquisição de equipamentos, mobiliário e materiais que respondam às necessidades atuais da escola e seus alunos.

Pela análise do artigo 16.º (Áreas temáticas Elegíveis) podemos aferir que a proposta insere-se sobre áreas de competência municipal e incidem sobre investimentos de âmbito coletivo, como sejam *a melhoria ou reparação de equipamentos culturais, sociais, etc. e espaços públicos,* mas, o mesmo artigo, não alude especificamente a intervenções na área escolar e/ou de ensino, como também não menciona proteção civil, e relembra-se que as últimas duas proposta vencedoras (2024 e 2025) foram temáticas nessas matérias.

Por motivo de congruência e de coerência deve ser aplicada o mesmo critério em 2026, ou seja a presente proposta deve ser considerada válida e elegível para a fase subsequente.

Observando a possibilidade de "revisão das normas de funcionamento", prevista no artigo 20.°, com o articulado do 22.° "casos omissos", e considerando:

a) A circunstância de existir **apenas uma** proposta;
b) A necessidade de clarificar as normas, com a criação de regulamento municipal;
c) A necessidade de potenciar as ferramentas e os meios de promoção e de publicitação do OP.

Somos de opinião que na presente edição do Orçamento Participativo, deve ser validada a proposta apresentada e deve ser colocada à consideração da Equipa Técnica a possibilidade de a considerar vencedora sem a fase de votação, no pressuposto e compromisso de iniciar-se uma revisão a esta ferramenta com a criação do Regulamento Municipal do Orçamento Participativo, e com a criação de novas dinâmicas que possam incentivar e potenciar a participação da sociedade civil e dos munícipes, para que o Orçamento Participativo tenha uma grande abrangência municipal, quer em número de propostas, quer na participação em fase de votação - que nos anos anteriores tem sido muitíssimo baixa.

Relembramos que, a proposta apresentada tratando-se essencialmente na aquisição de equipamentos para a Escola Básica e Secundária de Murça a concretização deve ser efetuada pelo município, através de uma das seguintes opções:

a) Procedimento de contratação pública, nomeadamente a consulta prévia e posteriormente transferir os equipamentos para a mesma (transferência em espécie);
b) Transferência financeira, cujo pagamento deve processar-se contra fatura, a apresentar pelo Agrupamento de Escolas de Murça;
c) Transferência prévia, com obrigação da apresentação de evidências comprovativa da aquisição do material bem como documentação financeira, pelo Agrupamento de Escolas até ao limite de 100 dias após a concretização da transferência.

(A Equipa Técnica deve apreciar e deliberar sobre as opções supramencionados)

Município de Murça
Departamento de Coordenação Geral
Divisão Gestão Financeira Contração Publica
Unidade Objetivos Desenvolvimento Sustentável

Neste sentido, coloca-se a consideração do Sr. Presidente da Câmara, Vice-Presidente e Vereadores, constituintes da comissão técnica de análise, conforme dispõe o n.º 3 do artigo 10.º da Normas de funcionamento a presente proposta.

Se considerada viável pode a mesma ser aprovada pela comissão técnica de análise para subsequente homologação em reunião de Câmara.

À consideração superior,

Os técnicos que fazem parte da comissão técnica de avaliação.

Mário Sampaio
Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública

Arménio Carvalho Ribeiro
Unidade Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Portal do Município de Murça / Orçamento Participativo de Murça (op.cm-murca.pt), sendo obrigatório o seu registo. Presencialmente na CMM, ou em sessões públicas designadas por Assembleias de Participação que venham a ser dinamizadas. Por carta dirigida à equipa técnica do OP de Murça.

Não serão consideradas as propostas entregues por outras vias. As propostas devem ser referentes a uma intervenção de base territorial, da responsabilidade e competência da autarquia e não poderão coincidir ou colidir com atividades, planos, projetos e programas nacionais ou municipais já existentes.

Nota: Para participar deverá registar-se na plataforma, e aceder ao detalhe do Orçamento Participativo em curso.

Propostas apresentadas

Na presente edição, foi apresentada uma proposta, que passamos a designar de proposta 1.

Proposta 1

Título: Espaços que incluem, cuidam e inspiram, na Escola Básica e Secundária de Murça

Submetida por: Cláudia Granja

Origem: Plataforma OP Internet

Submetida em: 29-06-2026 às 18:22

Estado: Submetida

Tipo de proposta: Geral

Freguesia: Murça

Descrição: O presente projeto no valor de 24961,55€, pretende melhorar as condições físicas e funcionais de vários espaços pedagógicos e de apoio da nossa escola, criando ambientes mais inclusivos, acolhedores, acessíveis e promotores do sucesso educativo e do bem-estar de toda a comunidade escolar. A intervenção incidirá sobre quatro áreas fundamentais: o Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), o espaço de trabalho da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), o Gabinete de Psicologia e, ainda, os pátios interiores dos pavilhões das salas de aula, através da aquisição de equipamentos, mobiliário e materiais que respondam às necessidades atuais da escola e dos seus alunos. No CAA, pretende-se criar um espaço mais funcional e estimulante,

equipado com mobiliário, recursos pedagógicos diversificados, materiais didáticos específicos, equipamentos e instrumentos de estimulação cognitiva e sensorial. Relativamente ao espaço da EMAEI, o projeto prevê a sua reorganização e apetrechamento com mobiliário adequado, equipamentos e recursos de apoio ao trabalho colaborativo. No Gabinete de Psicologia, será criado um ambiente mais confortável, reservado e acolhedor, através da aquisição de mobiliário específico, recursos para intervenção individual e em grupo, bem como materiais que permitam o desenvolvimento de atividades de promoção da saúde mental, competências sócio emocionais, orientação escolar e vocacional e acompanhamento psicológico dos alunos. O projeto contempla, igualmente, a requalificação e apetrechamento dos pátios interiores dos pavilhões das salas de aula, transformando estes espaços em locais de convivência, descanso e aprendizagem informal. Prevê-se a instalação de bancos, mesas, floreiras, jogos, elementos verdes, zonas de sombra e outros equipamentos que incentivem o convívio saudável, a inclusão, a leitura e a ocupação positiva dos tempos livres.

Valor Estimado: 24941,55€

A Proposta em detalhe:

Espaços que incluem, cuidam e inspiram

Descrição do projeto - O presente projeto pretende melhorar as condições físicas e funcionais de vários espaços pedagógicos e de apoio da nossa escola, criando ambientes mais inclusivos, acolhedores, acessíveis e promotores do sucesso educativo e do bem-estar de toda a comunidade escolar.

A intervenção incidirá sobre quatro áreas fundamentais: o Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), o espaço de trabalho da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), o Gabinete de Psicologia e, ainda, os pátios interiores dos pavilhões das salas de aula, através da aquisição de equipamentos, mobiliário e materiais que respondam às necessidades atuais da escola e dos seus alunos.

No Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), pretende-se criar um espaço mais funcional e estimulante, equipado com mobiliário, recursos pedagógicos diversificados, materiais didáticos específicos, equipamentos e instrumentos de estimulação cognitiva e sensorial. Relativamente ao espaço da EMAEI, o projeto prevê a sua reorganização e apetrechamento com mobiliário adequado, equipamentos e recursos de apoio ao trabalho colaborativo.
No Gabinete de Psicologia, será criado um ambiente mais confortável, reservado e acolhedor, através da aquisição de mobiliário específico, recursos para intervenção individual e em grupo, bem como materiais que permitam o desenvolvimento de atividades de promoção da saúde mental, competências sócio emocionais, orientação escolar e vocacional e acompanhamento psicológico dos alunos.
O projeto contempla, igualmente, a requalificação e apetrechamento dos pátios interiores dos pavilhões das salas de aula, transformando estes espaços em locais de convivência, descanso e aprendizagem informal. Prevê-se a instalação de bancos, mesas, floreiras, jogos, elementos verdes, zonas de sombra e outros equipamentos que incentivem o convívio saudável, a inclusão, a leitura e a ocupação positiva dos tempos livres.

Fundamentação – A escola é um espaço privilegiado de aprendizagem, crescimento pessoal, inclusão e cidadania. Diariamente, acolhe centenas de alunos com diferentes características, necessidades, interesses e potencialidades, sendo, por isso, essencial que disponha de recursos e ambientes adequados para responder de forma eficaz às exigências de uma educação de qualidade e verdadeiramente inclusiva.
O financiamento obtido através deste projeto permitirá dotar de melhores condições quatro espaços fundamentais para o desenvolvimento integral dos alunos:

- **Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)** –promovendo o sucesso educativo, a autonomia e a participação dos alunos que beneficiam de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão;
- **Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)** – criando um espaço mais funcional e devidamente equipado para a realização de reuniões, avaliações, planeamento de estratégias educativas e acompanhamento individualizado dos alunos; fortalecendo a articulação entre docentes, técnicos especializados, famílias e restantes intervenientes educativos;
- **Gabinete de Psicologia** – proporcionando um ambiente acolhedor, confortável e tecnicamente adequado para o atendimento psicológico, orientação vocacional,

promoção das competências sócio emocionais e intervenção junto de alunos, famílias e comunidade educativa.

- **Pátios interiores dos pavilhões das salas de** aula – transformando-os em ambientes promotores da socialização, do bem-estar emocional, da aprendizagem informal e da convivência saudável entre alunos.

Este investimento terá um impacto significativo não apenas nos alunos que necessitam de apoios específicos, mas em toda a comunidade escolar. A melhoria destes espaços contribuirá para reforçar a inclusão, promover o sucesso educativo, prevenir situações de exclusão, fomentar a saúde mental e criar ambientes mais humanizados, seguros e estimulantes.

A atribuição deste apoio representa também um forte compromisso do Município com uma educação inclusiva, promotora da igualdade de oportunidades e alinhada com os princípios de uma escola para todos. Ao melhorar as condições de funcionamento dos referidos espaços, estará a reforçar-se a capacidade da escola para responder às necessidades educativas, emocionais e sociais dos seus alunos.

A escolha desta candidatura traduz-se, assim, num investimento com elevado retorno social. Cada euro aplicado refletir-se-á na melhoria das aprendizagens, na promoção do bem-estar, na prevenção do abandono e do insucesso escolar, no desenvolvimento de competências pessoais e sociais e na construção de uma comunidade educativa mais forte, participativa e inclusiva.

A escola distingue-se, também, por ser um espaço aberto à comunidade, onde se realizam atividades educativas, culturais, desportivas e de participação cívica. Os recursos agora propostos beneficiarão não apenas a população escolar atual, mas também futuros alunos e todas as entidades que colaboram regularmente com a instituição.

Por todas estas razões, esta candidatura reúne as condições para constituir um investimento público de elevado impacto, com benefícios amplos, sustentáveis e duradouros, respondendo às necessidades reais da comunidade educativa e reforçando o papel da escola como um dos principais motores de desenvolvimento social, educativo e humano do município.

Objetivos gerais e específicos - CAA - Este investimento permitirá reforçar o apoio prestado aos alunos que beneficiam de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, promovendo o sucesso educativo, reforçando a sua autonomia, participação ativa e desenvolvimento académico, pessoal e social;

EMAEI - Estas melhorias facilitarão a realização de reuniões, avaliações, planeamento de estratégias educativas e acompanhamento dos alunos, fortalecendo a articulação entre docentes, técnicos especializados, famílias e restantes parceiros educativos;
Gabinete de psicologia - Um espaço mais qualificado favorece relações de confiança, privacidade e bem-estar, potenciando intervenções mais eficazes;
Pátios - Estes espaços contribuirão para melhorar o ambiente escolar, reduzir situações de conflito, promover o bem-estar emocional e reforçar o sentimento de pertença à escola.

População beneficiária - A concretização deste projeto beneficiará diretamente toda a comunidade educativa, abrangendo alunos de todos os níveis de ensino, incluindo aqueles com necessidades específicas, docentes, técnicos especializados, assistentes operacionais e famílias. Os espaços criados ou requalificados serão utilizados diariamente e constituirão recursos permanentes ao serviço da educação, da inclusão e da promoção do sucesso escolar.

Impacto esperado no concelho - A presente candidatura ao Orçamento Participativo assenta na convicção de que investir na escola é investir diretamente na qualidade de vida da comunidade, no desenvolvimento das crianças e dos jovens, assim como, na construção de uma sociedade mais inclusiva, equitativa e preparada para os desafios do futuro.
Importa, ainda, salientar que a escola é uma das instituições públicas com maior capacidade de gerar impacto social. Todos os investimentos nela realizados beneficiam, de forma direta ou indireta, um elevado número de pessoas: alunos, professores, assistentes operacionais, técnicos especializados, famílias e parceiros locais. Trata-se, pois, de um investimento duradouro, cujos efeitos positivos se prolongam ao longo dos anos e alcançam sucessivas gerações de estudantes.

Orçamento discriminado – folha de excel: 24961,55€

Conclusão - Mais do que uma intervenção material, este projeto representa um investimento nas pessoas. Pretende criar condições para que todos os alunos encontrem na escola um ambiente seguro, motivador e inclusivo, onde possam aprender, desenvolver competências, estabelecer relações positivas e construir o seu percurso educativo em igualdade de oportunidades.

Ao investir na melhoria destes espaços, o Município estará a contribuir para uma escola mais preparada para responder aos desafios da educação atual, promovendo uma comunidade mais inclusiva, coesa e participativa. Trata-se de um investimento com impacto duradouro, cujos benefícios se refletirão diariamente na qualidade das aprendizagens, no bem-estar dos alunos e na valorização da escola enquanto espaço de referência para toda a comunidade.

Votar neste projeto é escolher investir nas pessoas, na inclusão, na saúde mental, na inovação educativa e no futuro do concelho. É reconhecer que uma escola melhor equipada significa melhores oportunidades para todas as crianças e jovens, contribuindo para formar cidadãos mais autónomos, responsáveis, solidários e preparados para participar ativamente na vida da comunidade.

Espaços que incluem, cuidam e inspiram

https://www.wesco-eshop.pt/

https://www.leroymerlin.pt

https://www.arealeditores.pt/content/material-didatico/catalogos/nathan-2026/index.html

https://www.arealeditores.pt/content/material-didatico/catalogos/geral_2026/index.html

24 961,55 €

Página	Código	Designação	Quant.	Preço Unitário com IVA	Preço total Com IVA	Fonte
41	74528	Bloco de atividades Kids cool	1	733,39 €	733,39 €	Catálogo Geral Wesco 2026
87	47778	Mesa oval, altura 76 cm, pés cinza (213)	2	450,35 €	900,70 €	
51	74357	Cadeira basic, pés cinza (213)	14	61,77 €	864,78 €	
97	58352	Armário com cortinas 104 cm	3	513,24 €	1 539,72 €	
97	58353	Armário com cortinas 204 cm	3	827,73 €	2 483,19 €	
99	74338	Espreguiçadeira adulto, cor musgo (227)	4	150,96 €	603,84 €	
132	69208	6 Caixas de papel, 4,2 cm altura	2	10,69 €	21,38 €	
133	71924	36 clips de identificação	2	54,85 €	109,70 €	
121	45754	Móvel sala 2, cor natural	2	478,03 €	956,06 €	
121	59035	Pés móveis	3	57,74 €	173,22 €	
121	45746	Móvel sala 1, cor natural	1	410,09 €	410,09 €	
	95898305	Deck composite 240*14,5*2,1 chocolate	40	12,89 €	515,60 €	Site Leroy Merlin
	95184792	Relva artificial Imperial, fibras 50 mm	3	990,00 €	2 970,00 €	
	91053288	Areia de sílica	30	22,72 €	681,60 €	
	86407623	Fita de junção autocolante	15	44,99 €	674,85 €	
	77274132	Cadeirão suspenso, tipo ovo	2	197,06 €	394,12 €	
	94941838	Capa para cadeirões suspensos	2	15,43 €	30,86 €	
	86309994	Baloiço de jardim	1	355,99 €	355,99 €	
	84478322	Bancos de jardim, cinza	2	139,00 €	278,00 €	
	78881109	Almofadas para banco de jardim	4	119,00 €	476,00 €	
	95640702	Almofada impermeavel	12	39,99 €	479,88 €	
	94102728	Floreiras 200*40*80	4	227,95 €	911,80 €	
	94219984	Floreira 120*40*80	4	122,75 €	491,00 €	
	90849142	Arvore bambu artificial 150 cm	2	172,95 €	345,90 €	
	72815354	Planta natural Ficus Microcarpa Ginseng	2	138,99 €	277,98 €	
	74457410	Bambu Fargesia Rufa, conjunto de 6	2	109,89 €	219,78 €	
	99343544	Bambu Fargesia Black Dragon, conj. de 4	2	95,99 €	191,98 €	
	94936724	Almofada de chão hidrorepelente	8	29,98 €	239,84 €	
197	913583	Fixação em chão duro	1	14,00 €	14,00 €	Catálogo Nathan 2026
197	910281	Oasis jardineira altura 1	1	343,70 €	343,70 €	
197	910279	Plataforma altura 1	1	332,60 €	332,60 €	
197	910280	Plataforma Altura 2	1	432,40 €	432,40 €	
197	910282	Jardineira altura 2	1	454,50 €	454,50 €	
197	915272	Conector, lote 2	1	21,20 €	21,20 €	

198	915461	Móvel de exploração	1	720,60 €	720,60 €	
57	786510	Assento modular rosa coral	1	80,10 €	80,10 €	
57	786514	Tampo de madeira	1	39,20 €	39,20 €	
126	774789	Armário para produtos de limpeza	1	423,00 €	423,00 €	
127	79423	Banco corrido grande	1	164,20 €	164,20 €	
343	786116	Movel de cartolinas	1	1 165,40 €	1 165,40 €	
343	781154	Cesta para rolos	1	181,90 €	181,90 €	
412	783213	Assento de grupo	1	340,10 €	340,10 €	
421	15266	Skip-n-hop	2	4,20 €	8,40 €	
421	781375	Limbo gigante	1	43,60 €	43,60 €	
421	782807	Jogo do Galo	1	68,40 €	68,40 €	
423	786005	Jogo do Burro	1	125,50 €	125,50 €	
423	778117	Mesa de matrecos	2	772,50 €	1 545,00 €	
141	781736	Mikado gigante	1	18,00 €	18,00 €	
141	778028	Mikado	1	7,10 €	7,10 €	
142	777130	4 em linha	1	19,60 €	19,60 €	
142	777173	loto automático	1	21,70 €	21,70 €	
138	782637	Domino	1	6,20 €	6,20 €	
138	15390	Baralho de cartas	3	1,90 €	5,70 €	
138	782385	Batalha naval	1	8,00 €	8,00 €	
138	784620	Alvo velcro	1	32,60 €	32,60 €	
139	774536	Jogo do ganso magnetico	1	7,60 €	7,60 €	

Catálogo Geral Areal 2026

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão de Planeamento e Gestão Urbana

PRESENTE A REUNIÃO DE 14 / 8 2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade / À DPGU E DGF

800 ANOS
Município de Murça 1224-2024

INFORMAÇÃO

Ref.º DPGU / 06.3 – INF0 12/2026

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Visto, concordo com a estratégia sugerida pelo que deve proceder-se nos termos propostos, com posterior agendamento na próxima reunião de câmara para ratificação.
Notifique-se.

07-08-2026-14:41:05 - Presidte

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Visto. Concordo com a presente informação. O presente assunto, após despacho do Presidente da Câmara, deverá ser agendado para a próxima reunião de Câmara, em vista à ratificação do ato, nos termos do n.º 3, do artigo 35º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações.
À consideração do PC.

07-08-2026-14:35:47 - marcelo

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO

Visto. Concordo com a proposta de levantamento da suspensão da empreitada em causa, pelos motivos expostos, bem como do despacho pelo Sr. Presidente da Câmara ao abrigo das competências legalmente conferidas, submetendo-se posteriormente esse despacho a retificação em próxima Reunião de Câmara, nos termos do n 3 do artigo 35, do Anexo I da Lei 75/2023 de 12 de setembro eu e ulteriores alterações, face à urgência e à impossibilidade de convocar Reunião de Câmara extraordinária.
Á consideração do Sr. Diretor de Departamento
O chefe de Divisão em regime de substituição.

07-08-2026-14:32:43 - jgonc

ASSUNTO

LEVANTAMENTO DA SUSPENSÃO DA EMPREITADA "QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL DA PAISAGEM RIBEIRINHA DA SOBREIRA" E DETERMINAÇÃO DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA E DATA

DATA: 07.08.2026

1. ENQUADRAMENTO

A empreitada denominada "Qualificação Ambiental da Paisagem Ribeirinha da Sobreira", adjudicada pelo Município de Murça à empresa Carlos Augusto Pinto dos Santos e Filhos, S.A., pelo valor de 914.168,13 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e com um prazo contratual de execução de 365 dias, foi consignada em 07 de janeiro de 2026.

Na sequência da consignação, e antes do início efetivo dos trabalhos, a Entidade Executante apresentou pedido de suspensão do prazo da empreitada, com efeitos a 04 de fevereiro de 2026, fundamentado na impossibilidade temporária de execução dos trabalhos devido às condições hidrológicas e meteorológicas existentes, designadamente o nível elevado da albufeira do Aproveitamento Hidroelétrico da Foz do Tua e o elevado caudal da ribeira da Sobreirinha.

O referido pedido foi aprovado pela Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada no dia 06 de março de 2026, tendo sido autorizada a suspensão do prazo de execução da empreitada até que se encontrassem reunidas as condições necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos.

A suspensão teve por fundamento o facto de a execução dos trabalhos se encontrar condicionada por fatores de natureza hidrológica e meteorológica, inerentes à época do ano em que foi apresentado o pedido de suspensão. A criação do espelho de água permanente na foz da ribeira da Sobreirinha depende da execução de um açude, intervenção que apenas é viável quando o nível da albufeira do Aproveitamento Hidroelétrico da Foz do Tua se encontra abaixo da cota de fundo prevista para os trabalhos. Naquele período, correspondente à época de inverno, a albufeira encontrava-se à sua cota máxima, impossibilitando a realização dos trabalhos no local.

Acresce que as condições meteorológicas então verificadas, caracterizadas por precipitação intensa e persistente, originaram um aumento significativo do caudal da ribeira, agravando as condições hidrológicas existentes e inviabilizando a execução de trabalhos no leito e nas margens, por não se encontrarem reunidas as condições mínimas de segurança para pessoas, equipamentos e estruturas provisórias.

2. PROPOSTA

Na presente data, após verificação das condições existentes no local, constata-se que já não se verificam os constrangimentos que determinaram a suspensão, encontrando-se atualmente reunidas as condições hidrológicas, técnicas e operacionais necessárias ao início da execução da empreitada.

A Entidade Executante manifestou disponibilidade para dar início aos trabalhos no próximo dia 10 de agosto de 2026.

Considerando que:

- o nível da albufeira permite a execução dos trabalhos previstos para a construção do açude;
- o caudal da ribeira é compatível com a realização das intervenções previstas em projeto;
- encontram-se reunidas as condições de segurança e operacionalidade necessárias à mobilização de meios humanos e equipamentos.

Nestas circunstâncias, considera-se que deixaram de subsistir os fundamentos que justificaram a suspensão da empreitada, encontrando-se reunidas as condições para dar início à execução dos trabalhos.

3. ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 298.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, a execução das prestações objeto do contrato recomeça logo que cessem as causas que determinaram a suspensão, devendo o contraente público notificar, por escrito, o cocontratante para esse efeito.

Embora a suspensão tenha ocorrido antes do início efetivo da execução da empreitada, a cessação dos fundamentos que permite determinar o início da execução da empreitada, em conformidade com o disposto no referido preceito legal.

Nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, a suspensão total da execução determina a prorrogação do prazo contratual por período correspondente ao tempo de suspensão, acrescido, quando aplicável, do prazo estritamente necessário à reorganização dos meios e à realização dos trabalhos preparatórios indispensáveis ao início da execução.

4. CONCLUSÃO

Face ao exposto, propõe-se:

- ✓ Declarar cessada a suspensão do prazo da empreitada "Qualificação Ambiental da Paisagem Ribeirinha da Sobreira";
- ✓ Determinar que a execução da empreitada tenha inicio em 10 de agosto de 2026, notificando a Entidade Executante para o efeito, nos termos do artigo 298.º do Código dos Contratos Públicos;
- ✓ Fixar a nova data de conclusão da empreitada em 13 de julho de 2027, correspondente aos 337 dias de prazo contratual ainda por executar, contados a partir de 10 de agosto de 2026, data prevista para o início da execução dos trabalhos.

Atendendo a que o órgão competente para a decisão é a Câmara Municipal e considerando que a próxima reunião ordinária do Executivo apenas terá lugar no dia 14 de agosto de 2026, propõe-se que a presente informação seja objeto de despacho pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo das competências legalmente conferidas, submetendo-se posteriormente esse despacho a ratificação na referida reunião do Executivo, em face da urgência, não sendo possível o agendamento de reunião extraordinária, para o efeito, nos termos do disposto no nº.3 do artigo 35º do Anexo I, da Lei nº. 75/2023, de 12 de setembro e ulteriores alterações.

Em caso de deliberação favorável, deverá ser dado conhecimento formal à Entidade Executante, para os devidos efeitos e cumprimento do novo prazo contratual.

À Consideração Superior,

Maria Manuel Gomes Meireles
Técnica em Regime de Avença
Ordem dos Engenheiros n.º 50608

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade de Saúde e Ação Social

Município de Murça 1224-2024

APRESENTE À REUNIAO DE 14 / 8 / 2026
DELIBERADO Aprovado por Unanimidade. À USAS E DGF.

PROPOSTA

Ref.º USAS/ 07 – INF 13.1/2026

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo.
À próxima Reunião Ordinária da Câmara Municipal para deliberação.
11-08-2026-12:01:21 - vice

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

À DGF para cabimento e compromisso.
03-08-2026-12:22:31 - marcelo

DESPACHO DO DIRIGENTE UNIDADE DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Visto. Concordo com a presente informação.
Considerando que se trata de um apoio a conceder a munícipes, o presente assunto carece de sancionamento do Órgão Executivo Municipal, pelo que tomo a liberdade de propor o agendamento do presente assunto para a próxima reunião de camara.
À consideração superior.
11-08-2026-09:52:21 - soniap

PROGRAMA KIT-BEBÉ MURÇA

(PROCESSOS: KB95, KB96; KB97)

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA E DATA

DATA: 30/07/2026

I. ENQUADRAMENTO

O Município de Murça tem vindo a desenvolver e a adotar medidas de apoio que procuram, a cada momento, contribuir para garantir a segurança e a qualidade de vida dos seus Munícipes. Considerando que no atual contexto socioeconómico, as famílias se confrontam, diariamente, com limitações, no que se refere à disponibilidade de recursos, principalmente financeiros, o Município de

Murça tenta promover a melhoria das condições de vida, bem como, a estimulação do comércio local, através de programas facilitadores do aumento da taxa de natalidade, numa visível tentativa de inversão da pirâmide etária.

Neste sentido, e no âmbito das suas competências sociais, o Município de Murça, desenvolveu o Programa Kit Bebé Murça, com o desafio de incentivar a natalidade e apoiar a infância, de forma a criar estruturas e mecanismos de condições para a fixação de pessoas e de famílias no Concelho.

Este Programa foi deliberado e aprovado em Reunião do Executivo Municipal, a 21 de dezembro de 2023.

Para o desenvolvimento desta medida social, o Município de Murça, estabeleceu parcerias específicas e fundamentais, para desenhar, estruturar e implementar, a presente medida, com o primordial objetivo de atingir uma intervenção concertada, eficaz e transparente, na sua forma de atuação, como agente de políticas sociais.

Assim, e para o efeito, o Município estabeleceu uma relação de parceria com:

- ✓ A Associação de Farmácias, doravante designada por ANF, associação representativa das farmácias portuguesas;
- ✓ Associação Dignitude, Instituição Particular de Solidariedade Social, que tem por missão o desenvolvimento de programas solidários de grande impacto social que promovam a qualidade de vida e o bem-estar dos portugueses, sendo que, para tal, disponibiliza a sua plataforma eletrónica de gestão do beneficiários, assim, e comparticipações efetuadas, ao abrigo do Programa Kit Bebé.

O aumento de encargos, assumidos pelo Município, serão facilmente justificados pelo benefício espectável, traduzindo-se no aumento de natalidade que a medida certamente trará, não deixando de ser um apoio extremamente importante, quer para os beneficiários diretos do programa, quer para as farmácias.

São considerados beneficiários do Kit Bebé, todas as crianças residentes no Concelho de Murça, cujos responsáveis parentais também residam no Concelho, até completarem 3 anos de idade.

O apoio concretiza-se através do cartão "Kit Bebé Murça", a utilizar em qualquer uma das farmácias aderentes, do Concelho de Murça. Os beneficiários deste programa serão identificados nas farmácias, através da apresentação física, obrigatória, do cartão, sempre que realizarem uma transação.

As famílias beneficiárias podem escolher livremente as farmácias aderentes do Concelho de Murça, onde pretendam usufruir do benefício.

O valor da comparticipação é efetuado aquando da apresentação do cartão "Kit Bebé Murça", a emitir pelo Município de Murça, desde que válido, e até atingir o plafom máximo de 1000€ (mil euros), em cada ano de vida da criança, perfazendo o montante total máximo de 3000€ (três mil euros), durante os primeiros três anos de vida da criança.

São consideradas despesas elegíveis as realizadas em farmácias aderentes ao cartão "Kit Bebé Murça", nomeadamente na aquisição de produtos de saúde, alimentação e bem-estar pediátricos, assim como, medicamentos de uso pediátrico e vacinas que não constem no Plano Nacional de Vacinação, de acordo com a listagem homologada.

Ficam excluídas do direito à comparticipação quaisquer produtos de natureza lúdica, didática ou recreativa, assim como fraldas de uso pediátrico.

A Associação Dignitude disponibilizará a plataforma eletrónica de gestão dos beneficiários e comparticipações efetuadas, cabendo ao Município de Murça, a responsabilidade pela validação.

Os cartões "Kit Bebé Murça" são produzidos e suportados pelo Município de Murça.

A gestão da medida é operacionalizada através de protocolos de cooperação, estabelecidos entre o Município, a Dignitude e a ANF, tendo em vista a transparência e idoneidade de atuação, assinado a 22 de Dezembro de 2023.

O montante global da medida em causa será objeto de deliberação da Câmara Municipal, e terá sempre como limite os montantes inscritos nos documentos previsionais, neste sentido:

- ✓ As farmácias enviarão à ANF, até ao dia 10 de cada mês, a fatura mensal no valor correspondente, para efeitos de reembolso das comparticipações efetuadas.
- ✓ A ANF disponibiliza ao Município, até dia 20 de cada mês, a faturação emitida por cada farmácia, acompanhada de uma relação/resumo das faturas;
- ✓ O Município efetua o pagamento ANF, dos valores constantes da relação das faturas, até ao dia 10 do mês subsequente ao da sua receção;
- ✓ No caso de incumprimento do prazo de pagamento previsto, serão debitados juro de mora à taxa legal em vigor;
- ✓ O Município assume o compromisso de apoiar financeiramente a Dignitude com a importância de um donativo único de 500€ (quinhentos euros), seguido de um donativo financeiro mensal corresponde a 3% do valor total das faturas emitidas por comparticipações asseguradas aos beneficiários do programa "Kit Bebé Murça".

II. PROPOSTA

Perante o referido, propomos:

a) A atribuição dos Cartões Kit Bebé Murça que obedecem aos requisitos, condições e regras estabelecidas no Formulário de Adesão e Consentimento ao Programa *Kit Bebé Murça*, nas deliberações de Reunião do OE, de 21 de dezembro de 2023 e sessão de Assembleia Municipal, de 29 de fevereiro de 2024, que aprovaram também o Protocolo de Colaboração

com a Associação Dignitude e o Protocolo Tripartido entre Município, a ANF e a Associação Dignitude que estabelecem as condições de acesso, beneficiários e forma de execução;

b) Que o apoio em referência, tem por base os fundamentos de interesse municipal retrocitados, bem como enquadramento legal, nos termos das alíneas g), h) e m) do n.º 2, do artigo 23.º e alíneas o) e u) do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e posteriores alterações;

c) Que estes apoios/subsídios se inserem na contratação excluída, não se aplicando na sua formação a parte II do CCP - Código dos Contratos Públicos, aprovado DL n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e posteriores alterações, por força da alínea c), do nº 4, do artigo 5º e 5º- B do retrocitado código, mas aplica-se na sua execução a parte I e III do CCP, ficando sujeitos aos princípios gerais da atividade administrativa;

d) Nos termos do artigo 290º-A, do CCP, o Município indica como gestor do contrato a Consultora

e) Que o presente assunto seja agendado para a próxima Reunião de Câmara Municipal, em vista à tomada de deliberação consubstanciada na aprovação do pedido de apoio constante na listagem em anexo[1], documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos e que se anexa ao presente, no valor de **3090.00€ (Três mil e noventa euros)**, com fundamento nas razões evocadas no capítulo anterior;

f) Que os encargos resultantes da presente proposta sejam suportados pelo orçamento municipal em vigor, nas correspondentes classificações orgânica e económica, após validação do Senhor Presidente da Câmara Municipal ou Vereador a quem tenha sido delegada a respetiva competência.

Perante a medida apresentada, dada a tipologia de apoios solicitados, foi cumprido o estabelecido no Art.º 69, Capítulo II, Secção III, do Código do Procedimento Administrativo (CPA), não se tendo verificado qualquer tipo de conflito de interesses. Para o efeito, cada processo encontra-se munido de declarações de Inexistência de Conflito de Interesses.

[1] Atendendo à sensibilidade da matéria, bem como o RGPD, não deverá a lista ser transposta para a ata da Reunião de Câmara, salvaguardando, nesta justa medida, os dados pessoais dos beneficiários.

III. ANEXOS

- ✓ Listagem de Benificiários;
- ✓ Declaração de Inexistência de Conflito de Interesses;

Consultora em Regime de Avença

(Aida Cristina Pires Nunes)

MUNICÍPIO DE MURÇA
CONTRIBUINTE N.º506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

DOC: 2026,Geral,E,G,4504 Nº Pendente 99233

IMPRESSO	PAGINA
2026/08/06	1

P R O P O S T A D E C A B I M E N T O

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	anamaria	2026/08/07	727	2026

DESCRIÇÃO DA DESPESA
KIT BEBÉ REFª. USAS/07-INFORMAÇÃO 13.1/2026

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA
TIPO DESP: NATA-APOIO Á NATALIDADE
ORGÂNICA : 02 CÂMARA MUNICIPAL
ECONÓMICA: 04080202 OUTRAS
PLANO : 2025 A 2
AÇÃO SOCIAL
PROGRAMA KIT BEBÉ

DOTAÇÃO DISPONÍVEL
3.201,91
A CABIMENTAR
3.090,00
SALDO APÓS CABIMENTO
111,91

EXTENSO
TRÊS MIL E NOVENTA EUROS

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2026/08/07

AUTORIZAÇÃO __ / __ / __

PROCESSADO POR COMPUTADOR

ANEXO II

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

(a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de cabimento : 2026 / 727 Data do registo (1) : 2026/08/07

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	70.000,00 (€)	100.00 (%)		Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026

Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL

Classificação Funcional : 2.3.2. 0102 AÇÃO SOCIAL
PROGRAMA KIT BEBÉ

Classificação Económica : 04080202 OUTRAS
OUTRAS

N.º Rubrica do Plano : 2025 A 2

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações					
3 = 1+2	Dotação corrigida	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Cabimentos registados	66.798,09				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	3.201,91	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
7	Cabimento relativo à despesa em análise	3.090,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	111,91	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00

(1) Data do registo do cabimento relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/08/07 Número de lançamento no diário do orçamento: 10384

Outras Observações :
Proposta de Cabimento n.º 2026/727
KIT BEBÉ REFª. USAS/07-INFORMAÇÃO 13.1/2026

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

MUNICÍPIO DE MURÇA
CONTRIBUINTE N.°506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

DOC: 2026,Geral,E,G,4504 Nº Pendente 99233

IMPRESSO	PAGINA
2026/08/06	1

REQUISIÇÃO EXTERNA DE DESPESA

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	anamaria	2026/08/07	**783**	**2026**

CONTRIBUINTE	TERCEIRO CLASSE	N.° COMP.	
513696628	7156	TRFA	**2026 / 708**

ASSOCIAÇÃO DIGNITUDE
Rua Venâncio Rodrigues, 12

3000-409 Coimbra

AUTORIZAÇÃO	DESTINATÁRIO	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO

CONTRACÇÃO DE DÍVIDA	NÚMERO DO CONTRATO	GESTOR DO CONTRATO	DESCRIÇÃO

DESCRIÇÃO DA DESPESA
KIT BEBÉ REFª. USAS/07-INFORMAÇÃO 13.1/2026

TIPO DE DESPESA		TAXA		IMPORTÂNCIAS			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	IVA	DESCRIÇÃO	BASE	DESCONTOS	INCIDÊNCIA	IVA
NATA	APOIO Á NATALIDADE		ISENTO	90,000		90,000	

EXTENSO
NOVENTA EUROS

Documento n.° 2026/783, Compromisso n.° 2026/708, efetuado com base no(s) cabimento(s): 2026/727

TOTAIS

TOTAL ILÍQUIDO.....	90,00
TOTAL DE DESCONTOS ..	
TOTAL DE IVA	
TOTAL LÍQUIDO.....	90,00

Fundo Disponível anterior ao compromisso no valor de 1.947.860,56 €
Montante do compromisso A8MI para FD no valor total de 90,00 €
Fundo Disponível após compromisso LCPA no valor de 1.947.770,56 €

PROPOSTA CABIMENTO			CLASSIFICAÇÃO DESPESA			PLANO			CLASSIFICAÇÃO ANALÍTICA	IMPORTÂNCIAS		
ANO	NÚMERO	LINHA	TIPO	ORGÂNICA	ECONÓMICA	ANO	T	NÚMERO		DOT. DISPONÍVEL	A COMPROMETER	SALDO APÓS
2026	727	1	NATA	02	04080202	2025	A	2	93.2.3.1.01.01.01	3.201,91	90,00	3.111,91

SERVIÇO REQUISITANTE	COMPROMISSO EFETUADO EM 2026/08/07	

PROCESSADO POR COMPUTADOR

ANEXO III

INFORMAÇÃO DE COMPROMISSO

(a que se refere o n.° 1 do artigo 4.°)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de compromisso : 2026 / 708 Data do registo (1) : 2026/08/07

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	70.000,00 (€)	100.00 (%)		Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026
Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL
Classificação Funcional : 2.3.2. 0102 AÇÃO SOCIAL
PROGRAMA KIT BEBÉ
Classificação Económica : 04080202 OUTRAS
OUTRAS
N.° Rubrica do Plano : 2025 A 2

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações					
3 = 1+2	Dotação corrigida	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Compromissos registados	66.798,09				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	3.201,91	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	90,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	3.111,91	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00

(1) Data do registo do compromisso relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/08/07 Número de lançamento no diário do orçamento: 10385

Outras Observações :

Documento n.° 2026/783, Compromisso n.° 2026/708 KIT BEBÉ REFª. USAS/07-INFORMAÇÃO 13.1/2026
Foi atribuído o Fundo Disponivel n.° 1518 do diário dos fundos disponíveis.

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

MUNICÍPIO DE MURÇA
CONTRIBUINTE N.°506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

DOC: 2026,Geral,E,G,4504 Nº Pendente 99233

IMPRESSO	PAGINA
2026/08/07	1

REQUISIÇÃO EXTERNA DE DESPESA

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	anamaria	2026/08/07	**784**	**2026**

CONTRIBUINTE	TERCEIRO CLASSE	N.° COMP.	
500885494	7984	TRFA	**2026 / 709**

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS FARMÁCIAS
Rua Marechal Saldanha, 1

1249-069 Lisboa

AUTORIZAÇÃO	DESTINATÁRIO	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO
2026/08/07			

CONTRACÇÃO DE DÍVIDA	NÚMERO DO CONTRATO	GESTOR DO CONTRATO	DESCRIÇÃO

DESCRIÇÃO DA DESPESA
KIT BEBÉ REFª. USAS/07-INFORMAÇÃO 13.1/2026

TIPO DE DESPESA		TAXA		IMPORTÂNCIAS			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	IVA	DESCRIÇÃO	BASE	DESCONTOS	INCIDÊNCIA	IVA
NATA	APOIO Á NATALIDADE		ISENTO	3.000,000		3.000,000	

EXTENSO
TRÊS MIL EUROS

TOTAIS

TOTAL ILÍQUIDO.....	3.000,00
TOTAL DE DESCONTOS ..	
TOTAL DE IVA	
TOTAL LÍQUIDO.....	3.000,00

Documento n.° 2026/784, Compromisso n.° 2026/709, efetuado com base no(s) cabimento(s): 2026/727

Fundo Disponível anterior ao compromisso no valor de 1.947.770,56 €
Montante do compromisso A8MI para FD no valor total de 3.000,00 €
Fundo Disponível após compromisso LCPA no valor de 1.944.770,56 €

PROPOSTA CABIMENTO			CLASSIFICAÇÃO DESPESA			PLANO			CLASSIFICAÇÃO ANALÍTICA	IMPORTÂNCIAS		
ANO	NÚMERO	LINHA	TIPO	ORGÂNICA	ECONÓMICA	ANO	T	NÚMERO		DOT. DISPONÍVEL	A COMPROMETER	SALDO APÓS
2026	727	1	NATA	02	04080202	2025	A	2	93.2.3.1.01.01.01	3.111,91	3.000,00	111,91

SERVIÇO REQUISITANTE	COMPROMISSO EFETUADO EM 2026/08/07	

(anamaria)

PROCESSADO POR COMPUTADOR

ANEXO III

INFORMAÇÃO DE COMPROMISSO

(a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de compromisso : 2026 / 709 Data do registo (1) : 2026/08/07

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	70.000,00 (€)	100.00 (%)		Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026

Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL

Classificação Funcional : 2.3.2. 0102 AÇÃO SOCIAL
PROGRAMA KIT BEBÉ

Classificação Económica : 04080202 OUTRAS
OUTRAS

N.º Rubrica do Plano : 2025 A 2

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações					
3 = 1+2	Dotação corrigida	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Compromissos registados	66.888,09				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	3.111,91	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	3.000,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	111,91	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00

(1) Data do registo do compromisso relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/08/07 Número de lançamento no diário do orçamento: 10386

Outras Observações :

Documento n.º 2026/784, Compromisso n.º 2026/709 KIT BEBÉ REFª. USAS/07-INFORMAÇÃO 13.1/2026
Foi atribuído o Fundo Disponivel n.º 1519 do diário dos fundos disponíveis.

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

Concordo.
Para os devidos efeitos, ao Vice-presidente da Câmara para decisoa final substantivada no agendamento, deste assunto, para a próxima reunião ordinária da CM para deliberação.
11-08-2026-11:49:57 - marcelo

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade de Saúde e Ação Social

PRESENTE A REUNIÃO DE 14 / 8 / 2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade. À USAS E DGF.

PROPOSTA

Ref.º USAS/ 07 – INF 14.1/2026

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo.
À próxima Reunião Ordinária da Câmara Municipal para deliberação.
11-08-2026-09:33:36 - vice

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

À DGF para cabimento e compromisso.
03-08-2026-12:23:01 - marcelo

Visto. Concordo com a presente informação. Tomo a liberdade de sugerir que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião de Câmara, para sancionamento. À consideração do Vice-Presidente.
07-08-2026-14:02:13 - marcelo

Visto. Concordo com a presente informação.
Considerando que se trata de um apoio a conceder a munícipes, o presente assunto carece de sancionamento do Órgão Executivo Municipal, pelo que tomo a liberdade de propor o agendamento do presente assunto para a próxima reunião de camara.
À consideração superior.
06-08-2026-21:17:37 - soniap

PROGRAMA ABEM

PROCESSOS: ABEM 111

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA E DATA

DATA: 30.07.2026

I. ENQUADRAMENTO

O Programa Abem, Rede Solidária do Medicamento, tem como primordial objetivo tentar garantir o acesso ao medicamento em ambulatório por parte de qualquer cidadão que, em Portugal, se encontre numa situação de carência económica impeditiva de adquirir os medicamentos comparticipados, que lhe sejam prescritos através de receita médica. A operacionalização do Programa encontra-se alicerçada, na capacidade e logística, da rede das Farmácias Portuguesas.

A Dignitude (Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos) é a entidade responsável pelo desenvolvimento, organização e gestão do Programa Abem.

Neste sentido, e com o intuito de prosseguir o seu âmbito de intervenção social, o Município de Murça estabeleceu um Protocolo de Colaboração com a Dignitude, celebrado em 20.06.2024, deliberado e aprovado em Reunião Ordinária de Câmara a 20.06.2024, para o desenvolvimento do Programa Abem, através da disponibilização da sua capacidade agregadora, de envolvimento e de dinamização da sociedade civil e do tecido empresarial, para a prossecução dos objetivos do Programa, assim como, da sua competência e experiência na referenciação de indivíduos, que se encontrem socialmente mais vulneráveis e cuja situação seja elegível, perante indicadores de referência da medida.

Segundo o estabelecido em protocolo e de uma forma resumida, a Dignitude tem como função a organização, gestão e divulgação do Programa, enquanto o Município de Murça colabora em toda a dinâmica de avaliação, na referenciação dos potenciais benificiários, assim como com um contributo financeiro para a implementação e execução operacional do programa.

No que respeita aos benefícios concedidos ao abrigo do Programa Abem, estes abrangem exclusivamente os medicamentos prescritos com receita médica e comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde. É portanto concedido ao benificiário o direito a um apoio adicional ao atribuído pelo SNS, no máximo de 100% do preço de venda ao público e o direito a escolher livremente a farmácia, onde pretendem adquirir tais medicamentos, desde que, a mesma faça parte da rede de farmácias aderentes ao Programa Abem.

No que concerne ao Município de Murça, em concreto, este encontra-se responsável pelo financiamento anual de 135€ da comparticipação solidária abem, por cada beneficiário identificado e registado na Plataforma Dignitude, até ao limite máximo de 150 benificiários. Os restantes montantes ficam a cargo do Fundo Solidário Abem.

Esta medida apresenta-se como sendo uma mais-valia, na complementaridade dos apoios sociais desenvolvidos pelo Município de Murça, no sentido de tentar mitigar as necessidades apresentadas pela população mais vulnerável do Concelho.

II. PROPOSTA

Tendo por base a eficaz utilização de fundos públicos, anualmente é efetuada uma reavaliação de cada processo, com objetivo de verificar a necessidade de continuidade, ou não, da presente medida, assim como, verificar a necessidade de integrar novos processos que possuem critérios de elegibilidade.

Perante o referido, propomos:

a) A aprovação do apoio previsto na presente proposta que tem por base, entre outros e designadamente, os artigos 12º a 21º do Código Regulamentar de Apoios Sociais do Concelho de Murça, o Protocolo celebrado entre o Município de Murça e a Associação Dignitude, no âmbito do Programa abem: Rede Solidária do Medicamento. O primeiro protocolo foi assinado a 28 de maio de 2019, na sequência de deliberação do OE em 2 de abril de 2019 e da aprovação pela Assembleia Municipal em 12 de abril de 2019. Posteriormente, foi apresentada uma proposta de atualização ao protocolo, que veio a ser deliberada pelo OE e assinada por ambas as partes no dia 20 de junho de 2024;

b) Que o apoio em referência, tem por base os fundamentos de interesse municipal, as normas regulamentares e itens retrocitados, bem como enquadramento legal, nos termos das alíneas g), h) e m) do n.º 2, do artigo 23.º e alíneas o), u) e v), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e posteriores alterações;

c) Que estes subsídios/subvenções se inserem na contratação excluída, não se aplicando na sua formação a parte II do CCP - Código dos Contratos Públicos, aprovado DL n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e posteriores alterações, por força da alínea c), do nº 4, do artigo 5º e 5º- B do retrocitado código, mas aplica-se na sua execução a parte I e III do CCP, ficando sujeitos aos princípios gerais da atividade administrativa;

d) Nos termos do artigo 290º-A, do CCP, o Município indica como gestor do contrato a Consultora

e) O presente assunto seja agendado para a próxima Reunião de Câmara Municipal, em vista à tomada de deliberação consubstanciada na aprovação do pedido de apoio constante na listagem em anexo[1], documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos e que se anexa ao presente, no valor de **270€ (duzentos e setenta euros)**, com fundamento nas razões evocadas no capítulo anterior;

f) Que os encargos resultantes da presente proposta sejam suportados pelo orçamento municipal em vigor, nas correspondentes classificações orgânica e económica, após validação do Senhor Presidente da Câmara Municipal ou Vereador a quem tenha sido delegada a respetiva competência.

Perante a medida apresentada, dada a tipologia de apoios solicitados, foi cumprido o estabelecido no Art.º 69, Capítulo II, Secção III, do Código do Procedimento Administrativo (CPA), não se tendo

[1] Atendendo à sensibilidade da matéria, bem como o RGPD, não deverá a lista ser transposta para a ata da Reunião de Câmara, salvaguardando, nesta justa medida, os dados pessoais dos beneficiários.

verificado qualquer tipo de conflito de interesses. Para o efeito, cada processo encontra-se munido de declarações de Inexistência de Conflito de Interesses.

III. ANEXOS

- ✓ Listagem de Processo;
- ✓ Relatório Social;
- ✓ Declaração de Inexistência de Conflito de Interesses;

Consultora em Regime de Avença

(Aida Cristina Pires Nunes)

DESPACHOS/INFORMAÇÕES

Analisar e emitir informação de cabimento e compromisso.
Obrigado.

05-08-2026-14:43:10 - msampaio

Anexo cabimento e compromisso

05-08-2026-15:26:46 - anamaria

MUNICIPIO DE MURÇA
CONTRIBUINTE N.º506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

DOC: 2026,Geral,E,G,4503 Nº Pendente 99231

IMPRESSO	PAGINA
2026/08/05	1

P R O P O S T A D E C A B I M E N T O

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	anamaria	2026/08/05	718	2026

DESCRIÇÃO DA DESPESA

PROGRAMA ABEM - REFª. USAS/07 INFORMAÇÃO 14.1/2026

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

TIPO DESP: AAGF-APOIOS AGREGADOS FAMILIARES - EM VALOR
ORGÂNICA : 02 CÂMARA MUNICIPAL
ECONÓMICA: 04080202 OUTRAS
PLANO : 2019 A 7
AÇÃO SOCIAL
APOIO AO AGREGADO FAMILIAR

DOTAÇÃO DISPONÍVEL
1.035,32
A CABIMENTAR
270,00
SALDO APÓS CABIMENTO
765,32

EXTENSO

DUZENTOS E SETENTA EUROS

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2026/08/05

AUTORIZAÇÃO __ / __ / __

PROCESSADO POR COMPUTADOR

ANEXO II
INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

(a que se refere o n.° 1 do artigo 4.°)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de cabimento : 2026 / 718 Data do registo (1) : 2026/08/05

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	70.000,00 (€)	100.00 (%)		Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026
Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL
Classificação Funcional : 2.3.2. 0101 AÇÃO SOCIAL
APOIO AO AGREGADO FAMILIAR
Classificação Económica : 04080202 OUTRAS
OUTRAS
N.° Rubrica do Plano : 2019 A 7

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações					
3 = 1+2	Dotação corrigida	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Cabimentos registados	68.964,68				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	1.035,32	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
7	Cabimento relativo à despesa em análise	270,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	765,32	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00

(1) Data do registo do cabimento relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/08/05 Número de lançamento no diário do orçamento: 10315

Outras Observações :
Proposta de Cabimento n.° 2026/718
PROGRAMA ABEM - REFª. USAS/07 INFORMAÇÃO 14.1/2026

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

MUNICÍPIO DE MURÇA
CONTRIBUINTE N.°506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

DOC: 2026,Geral,E,G,4503 Nº Pendente 99231

IMPRESSO	PAGINA
2026/08/05	1

REQUISIÇÃO EXTERNA DE DESPESA

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	anamaria	2026/08/05	**775**	**2026**

CONTRIBUINTE	TERCEIRO CLASSE	N.° COMP.
513696628	7156	TRFA **2026 / 700**

ASSOCIAÇÃO DIGNITUDE
Rua Venâncio Rodrigues, 12

3000-409 Coimbra

AUTORIZAÇÃO	DESTINATÁRIO	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO
2026/08/05			

CONTRACÇÃO DE DÍVIDA	NÚMERO DO CONTRATO	GESTOR DO CONTRATO	DESCRIÇÃO

DESCRIÇÃO DA DESPESA
PROGRAMA ABEM - REFª. USAS/07 INFORMAÇÃO 14.1/2026

TIPO DE DESPESA		TAXA		IMPORTÂNCIAS			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	IVA	DESCRIÇÃO	BASE	DESCONTOS	INCIDÊNCIA	IVA
AAGF	APOIOS AGREGADOS FAMILIARES - EM VALOR		ISENTO	270,000		270,000	

EXTENSO
DUZENTOS E SETENTA EUROS

TOTAIS

TOTAL ILÍQUIDO.....	270,00
TOTAL DE DESCONTOS ..	
TOTAL DE IVA	
TOTAL LÍQUIDO.....	270,00

Documento n.° 2026/775, Compromisso n.° 2026/700, efetuado com base no(s) cabimento(s): 2026/718

Fundo Disponível anterior ao compromisso no valor de 1.979.242,28 €
Montante do compromisso A8MI para FD no valor total de 270,00 €
Fundo Disponível após compromisso LCPA no valor de 1.978.972,28 €

PROPOSTA CABIMENTO			CLASSIFICAÇÃO DESPESA			PLANO			CLASSIFICAÇÃO ANALÍTICA	IMPORTÂNCIAS		
ANO	NÚMERO	LINHA	TIPO	ORGÂNICA	ECONÓMICA	ANO	T	NÚMERO		DOT. DISPONÍVEL	A COMPROMETER	SALDO APÓS
2026	718	1	AAGF	02	04080202	2019	A	7	93.2.3.1.04.04.01	1.035,32	270,00	765,32

SERVIÇO REQUISITANTE	COMPROMISSO EFETUADO EM 2026/08/05	

(anamaria)

PROCESSADO POR COMPUTADOR

ANEXO III
INFORMAÇÃO DE COMPROMISSO

(a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de compromisso : 2026 / 700 Data do registo (1) : 2026/08/05

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	70.000,00 (€)	100.00 (%)		Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026
Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL
Classificação Funcional : 2.3.2. 0101 AÇÃO SOCIAL
APOIO AO AGREGADO FAMILIAR
Classificação Económica : 04080202 OUTRAS
OUTRAS
N.º Rubrica do Plano : 2019 A 7

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações					
3 = 1+2	Dotação corrigida	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Compromissos registados	68.964,68				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	1.035,32	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	270,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	765,32	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00

(1) Data do registo do compromisso relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/08/05 Número de lançamento no diário do orçamento: 10316

Outras Observações :

Documento n.º 2026/775, Compromisso n.º 2026/700 PROGRAMA ABEM - REFª. USAS/07 INFORMAÇÃO 14.1/2026
Foi atribuído o Fundo Disponivel n.º 1510 do diário dos fundos disponíveis.

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade de Saúde e Ação Social

PRESENTE A REUNIAO DE 14 / 8 / 2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade. (A) USAS E DSF.

80 ANOS
Município de Murça 1224-2024

PROPOSTA

Ref.º USAS/ 07 – INF 15.1/2026

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo.
À próxima Reunião Ordinária da Câmara Municipal para deliberação.
11-08-2026-09:30:53 - vice

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Visto. Concordo com a presente informação, Nestes termos, proponho que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião de Câmara para sancionamento.
À consideração do PC.
07-08-2026-13:37:45 - marcelo

DESPACHO DO DIRIGENTE UNIDADE DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

ASSUNTO

PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO: RELATÓRIO FINAL

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA E DATA

DATA: 03.08.2026

I. ENQUADRAMENTO

A Constituição da República confere a todos os cidadãos o direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidade de acesso escolar. Contudo, as dificuldades sociais e económicas que caracterizam, cada vez mais, a nossa sociedade constituem um forte impedimento ao acesso, frequência e conclusão do ensino superior.

Atendendo a estes factos, o Município de Murça, enquanto autarquia local atenta, delineou estratégias que visam a prossecução de interesses próprios da população, através da dinamização

de processos de intervenção com o intuito de alcançar um desenvolvimento sustentado e a promoção de medidas capazes de melhorar o nível social e educacional da sua população.

Convictos do papel fundamental que a educação desempenha no desenvolvimento da sociedade, fortalecendo-a ao nível da justiça e da solidariedade, o Município considera seu dever apoiar, dentro das suas possibilidades, os seus munícipes na prossecução dos seus estudos.

Conscientes que as diferenças económicas e sociais não devem ser fatores de impedimento do acesso à educação e formação, o Município instituiu um sistema de bolsas de estudo, especialmente dedicado a estudantes do ensino superior que frequentam um curso técnico superior profissional ou pretendam a obtenção do grau académico de licenciatura, mestrado integrado ou mestrado (Artigo 97º do Código Regulamentar dos Apoios Sociais).

A Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, conferiu atribuições específicas no domínio da educação, ensino e formação profissional aos municípios, que lhes confere o direito e o dever de desenvolver estratégias de intervenção para o desenvolvimento sustentado das sociedades, políticas públicas educativas fundamentais, para a promoção efetiva da igualdade de oportunidades, capacitação e qualificação da população. Estas políticas surgem como instrumento primordial de promoção da coesão e desenvolvimento económico e social.

Nesta linha de atuação, as autarquias assumem uma especial responsabilidade na educação e no ensino de jovens, sem prejuízo dos contributos da família, da escola e da própria comunidade, não podendo as diferenças económicas e sociais, assumirem um facto impeditivo do acesso à educação, ao ensino e à formação.

Assim sendo, o Município de Murça assume como sua obrigação estimular os jovens para estudarem, contribuindo para a construção individual dos seus percursos formativos, apoiando aqueles que, não obstante das suas capacidades, são economicamente mais desfavorecidos.

A atribuição de bolsas de estudo a estudantes carenciados assume uma particular importância pois permite estimular a frequência de cursos superiores, e dotar o tecido económico do Concelho de quadros técnicos superiores, que são fundamentais e imprescindíveis para o desenvolvimento integral e integrado do território.

Efetuada uma ponderação real entre os custos e os benefícios da medida implementada, facilmente podemos verificar que os benefícios decorrentes da atribuição de Bolsas de Estudo a estudantes do ensino superior, se afiguram efetivamente superiores aos custos que lhe são imputados.

Assim e tendo por base o Código Regulamentar de Apoios Sociais do Concelho de Murça, anualmente o Município de Murça abre estas candidaturas, para atribuição de bolsas de estudo para estudantes do ensino superior que frequentem um curso técnico superior profissional ou que pretenda obtenção do grau académico de licenciatura, mestrado integrado ou mestrado. Esta medida tem como principal objetivo colaborar na formação de quadros técnicos superiores, contribuindo para um maior e mais equilibrado desenvolvimento social, económico e cultural.

O âmbito de intervenção da medida anteriormente referida visa todos os estudantes residentes do Concelho de Murça, que frequentem estabelecimentos de ensino superior devidamente homologados, com aproveitamento escolar, provenientes de agregados familiares economicamente carenciados (Artigo n.º 98 do Código Regulamentar dos Apoios Sociais do Concelho de Murça).

No que se refere ao valor de atribuição da bolsa de estudos e segundo o regulamentado, esta terá um valor fixo (1,5 IAS), podendo esta ser cumulativa com outras bolsas ou subsídios concedidos por outras instituições.

O Município de Murça atribui, anualmente, 50 (cinquenta) bolsas de estudo que dependem do valor da verba inscrita para o efeito, no orçamento Municipal.

II. PROPOSTA

O Município de Murça abre, anualmente, o processo de candidaturas para a atribuição de bolsas de estudo destinadas a estudantes do ensino superior que frequentem um curso técnico superior profissional ou que pretendam adquirir o grau académico de licenciatura, mestrado integrado ou mestrado.

Neste sentido, e depois de efetuados os procedimentos dispostos e aprovados em Reunião de Câmara a 20.02.2026, por forma a podermos desenvolver um procedimento transparente e idóneo, capaz de enaltecer o desempenho Municipal, propomos:

a) A aprovação do Relatório Final previsto na presente proposta que tem por base, entre outros e designadamente, os artigos 97º a 114º do Código Regulamentar de Apoios Sociais do Concelho de Murça, bem como o Regulamento da Organização dos Serviços do Município de Murça, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 54, de 16 de março de 2023, correspondente ao Despacho n.º 3466/2023, com especial destaque para o artigo 15.º, alínea o), no qual se estabelece a competência da Divisão de Ação Social para gerir este procedimento;

b) Que o apoio em referência tem por base os fundamentos de interesse municipal, as normas regulamentares e itens retrocitados, bem como enquadramento legal, nos termos das alíneas d), h) e m) do n.º 2, do artigo 23.º e alíneas o), u) e v), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e posteriores alterações;

c) Que estes subsídios/subvenções se inserem na contratação excluída, não se aplicando na sua formação a parte II do CCP - Código dos Contratos Públicos, aprovado DL n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e posteriores alterações, por força da alínea c), do nº 4, do artigo 5º e 5º- B do retrocitado código, mas aplica-se na sua execução a parte I e III do CCP, ficando sujeitos aos princípios gerais da atividade administrativa;

d) Nos termos do artigo 290º-A, do CCP, o Município indica como gestor do processo a

e) O presente assunto seja agendado para a próxima Reunião de Câmara Municipal, em vista à tomada de deliberação consubstanciada na aprovação do pedido de apoio constante no Relatório Final em anexo[1], documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos e que se anexa ao presente, no valor de **40285€ (quarenta mil duzentos e oitenta e cinco euros)**, com fundamento nas razões evocadas no capítulo anterior;

f) Que os encargos resultantes da presente proposta sejam suportados pelo orçamento municipal em vigor, nas correspondentes classificações orgânica e económica, após validação do Senhor Presidente da Câmara Municipal ou Vereador a quem tenha sido delegada a respetiva competência.

Perante a medida apresentada, dada a tipologia de apoios solicitados, foi cumprido o estabelecido no Art.º 69, Capítulo II, Secção III, do Código do Procedimento Administrativo (CPA), não se tendo verificado qualquer tipo de conflito de interesses. Para o efeito, cada processo encontra-se munido de declarações de Inexistência de Conflito de Interesses.

III. ANEXOS

- ✓ Relatório Final;
- ✓ Lista das 50 Candidaturas;
- ✓ Declaração de Inexistência de Conflito de Interesses;

Consultora em Regime de Avença

Aida Nunes

(Aida Cristina Pires Nunes)

[1] Atendendo à sensibilidade da matéria, bem como o RGPD, não deverá a lista ser transposta para a ata da Reunião de Câmara, salvaguardando, nesta justa medida, os dados pessoais dos beneficiários.

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade Orgânica: Divisão de Ação Social

DATA: 03.08.2026

RELATÓRIO FINAL (PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO BOLSAS DE ESTUDO 2025 /2026)

I.ENQUADRAMENTO

No seguimento da deliberação efetuada em Reunião de Câmara do Município de Murça, realizada no dia 20 de fevereiro de 2026, procedeu-se à receção das candidaturas à atribuição de bolsas de estudo destinadas a estudantes do ensino superior que frequentem um curso técnico superior profissional ou pretendam a obtenção do grau académico de licenciatura, mestrado integrado ou mestrado.

Nestes termos, dando cumprimento ao disposto no n.º1, do artigo 103º do Código Regulamentar dos Apoios Sociais do Município de Murça, foi publicitado o Aviso, **N.º 1/2026**, afixado nos locais do costume, bem como na página oficial do Município.

Todas as candidaturas rececionadas foram analisadas de acordo com o Regulamento Municipal, em vigor, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º10 de 15 de janeiro de 2020.

De acordo com o artigo 105º do supre referido Regulamento, e para efeitos de atribuição de bolsa, elaborou-se o relatório preliminar para efeitos de elaboração de lista provisória dos candidatos, devidamente ordenada com a classificação dos candidatos, presente em Reunião do Executivo Municipal, a 10 de julho de 2026, aprovado por unanimidade.

Na fase de apreciação liminar das candidaturas verificou-se que algumas careciam de aperfeiçoamento, o que se diligenciou, caso a caso, sendo tais diligências constantes nos respetivos processos individuais de candidatura.

II.DOS REQUERIMENTOS APRESENTADOS

Para efeitos do disposto no n.º 102 do Código Regulamentar, na redação vigente, no tempo de prazo estipulado foram apresentadas, na totalidade, 79 candidaturas (em anexo), das quais se considera:

1. Estarem 68 (sessenta e oito) candidaturas em condições de admissão sendo que, perante o estipulado no n.º 3 do artigo 99º, deverão ser apenas atribuídas anualmente 50 bolsas, que dependem do valor da verba inscrita para o efeito, no orçamento do Município de Murça:

    a) Para a priorização da atribuição das bolsas de estudo, referidas anteriormente, foram considerados como condição preferencial o menor rendimento *per capita* do agregado familiar, cumprindo o estipulado no artigo 104º.

2. Foram excluídas 11 (onze) candidaturas, das quais:

    a) 3 (três) destas candidaturas, não cumpre os requisitos constantes no n.º1, alínea e), do artigo 100º do Regulamento, que determina que a capacitação média do agregado familiar deve ser igual ou inferior a uma vez e meia o valor do IAS, o que é fundamentado de exclusão;

    b) As restantes 8 (oito) candidaturas rececionadas foram entregues incompletas, e os seus candidatos não procederam ao suprimento das deficiências, dentro dos prazos estipulados para o efeito, o que se revela causa de exclusão.

III.CONCLUSÕES E PROPOSTA

Findo o período de audiência dos interessados, nos termos do estatuído no Código de Procedimento Administrativo (CPA), dispondo os candidatos de um prazo de 10 dias úteis a contar da data de afixação do respetivo edital, para se pronunciarem, querendo, sobre a deliberação, não se registou qualquer pronúncia por parte dos interessados.

Atendendo a que, estabelece o artigo 106º do Código Regulamentar de Apoios Sociais, na redação vigente, a decisão sobre as candidaturas e atribuição de bolsas de estudos compete à Câmara Municipal sobre proposta dos Serviços de Ação Social, submete-se àquele órgão:

a) A aprovação de lista definitiva dos candidatos à atribuição das bolsas de estudo e respetivos valores;
b) A notificação dos candidatos excluídos, referenciados no ponto n.º II, quanto à deliberação e decisão de indeferimento final da sua candidatura, consubstanciada nos termos legais.

Submete-se à consideração superior a proposta.

Em Anexo:

- ✓ Anexo I - Listagem Definitiva de Candidaturas Bolsa de Estudo 2025/2026.

O JURI DA COMISSÃO DE ANÁLISE

(Marcelo Caetano Martins Delgado, Dr. - Diretor de Departamento de Coordenação Geral)

(Marcos José da Silva Barroco, Dr. – Chefe de Divisão Jurídica e Administrativa)

(Aida Cristina Pires Nunes, Dra. – Consultora em Regime de Avença)

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade de Saúde e Ação Social

PRESENTE A REUNIAO DE 14 / 8 / 2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade. À USAS E DEF.

PROPOSTA

Ref.º USAS/ 07 – INF 16.1/2026

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo.
À próxima Reunião Ordinária da Câmara Municipal para deliberação.
11-08-2026-09:32:12 - vice

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Visto. Concordo com a presente informação, Nestes termos, proponho que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião de Câmara para sancionamento. Caso a presente proposta mereça a concordância do órgão executivo, deverá a mesma ser agendada, sequencialmente, para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, a ter lugar no próximo mês de setembro, para sancionamento final.
07-08-2026-13:40:19 - marcelo
À consideração do PC

ASSUNTO

ATRIBUIÇÃO DE 18 BOLSAS DE ESTUDO (EXTRAORDINÁRIAS)

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA E DATA

DATA: 03.08.2026

I. ENQUADRAMENTO

O Município de Murça, no âmbito da sua intervenção social, possui um Código Regulamentar de Apoios Sociais, que visa adequar as respostas sociais à realidade da população de todo o Concelho. A promoção de uma sociedade mais equitativa, inclusiva, justa e coesa, através de estratégias de desenvolvimento integrado, tornou-se a prioridade do Município de Murça.

A intervenção Municipal passa, inequivocamente, pela tentativa constante de harmonizar os interesses públicos com os interesses de cada cidadão, na concessão de medidas que visem apoiar

as famílias em situações de maior vulnerabilidade social, económica e habitacional, tentando proporcionar-lhes uma melhoria da qualidade de vida.

Os Apoios Sociais Municipais tentam reger-se por critérios rigorosos e orientadores, que permitem promover uma gestão racional, eficaz e eficiente, dos recursos existentes, de uma forma clara e transparente.

A atividade de Ação Social Municipal, na sua linha de atuação, tenta reger-se por critérios orientadores de objetividade e justiça social, tentando promover a desburocratização e a celeridade no exercício das competências que lhe são atribuídas.

No caso especifico das Bolsas de Estudo, o Município, através do Código Regulamentar anteriormente referido, estabelece as normas de atribuição das mesmas, tendo como objetivo apoiar a formação de quadros técnicos superiores e, desta forma, contribuir para um maior e mais equilibrado desenvolvimento social, económico e cultural.

Encontram-se abrangidos pelo Regulamento, em vigor, os estudantes residentes no Concelho de Murça, que se encontrem a frequentar estabelecimentos de ensino superior, devidamente homologados, com aproveitamento escolar e provenientes de agregados familiares economicamente desfavorecidos.

No ano letivo 2025/2026, deram entrada nos Serviços Municipais, 79 candidaturas para atribuição de Bolsa de Estudos, das quais apena 68 possuiam critérios de elegibilidade, para atribuição do apoio.

Das restantes 11 candidaturas apresentadas, 3 foram excluída, por apresentarem rendimentos *Per Capita* superior a uma vez e meia do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), e 8 por não reunirem os critérios de condições de acesso (falta de documentação).

O valor, atribuído a cada bolsa de estudo, é fixo e corresponde a uma vez e meia do valor do IAS.

Segundo o estipulado no artigo 99.º, do Código Regulamentar de Apoios Sociais do Concelho de Murça, serão atribuídas anualmente 50 bolsas, que dependem do valor da verba inscrita para o efeito, no orçamento Municipal.

Assim sendo, e cumprindo o estipulado no artigo 99.º, do Código Regulamentar anteriormente referido, já foram atribuidas 50 bolsas de estudo, aos alunos que cumpriam os critérios de elegibilidade, para o efeito, tendo por base o definido e regulamentado nos artigos 104.º e 105.º.

No entanto, o Município de Murça pretende dar continuidade ao processo de apoio social e económico, aos alunos do ensino superior do Concelho, de modo a tentar minimizar os encargos financeiros às famílias Murcenses, assim como, continuar a apostar no processo de qualificação de recursos humanos, tão necessários ao desenvolvimento social e económico do Concelho.

De uma forma excecional, pretende contemplar os 18 alunos que, apesar de possuírem critérios de elegibilidade, para poderem beneficiar da Bolsa de Estudos, ficaram excluídos, perante o cumprimento da alínea 3), artigo 99.º, e do artigo 104.º, do Regulamento em questão.

II. PROPOSTA

Perante o referido e tendo em consideração as boas práticas sociais que o Município tem vindo a desenvolver, aliadas a políticas publicas locais, propomos:

a) Aprovação, com carácter excecional, do processo de atribuição de 18 bolsas de estudo complementares, para além das 50 definidas no Código Regulamentar de Apoios Sociais Municipais, tendo como objeto de análise as candidaturas, patenteadas no procedimento de adjudicação para atribuição de Bolsas de Estudo, que possuem, de igual forma critérios de elegibilidade;

b) O presente assunto seja agendado, numa primeira fase, para a próxima Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Murça, a ter lugar no dia 14.08.2026, em vista à tomada de deliberação consubstanciada na aprovação do pedido de apoio constante na listagem em anexo[1], documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos e que se anexa ao presente, no valor de **14502.60€ (catorze mil quinhentos e dois euros e sessenta cêntimos)**, com fundamento nas razões evocadas no capítulo anterior[2];

c) Que, dada a especificidade da matéria em questão, e perante a aprovação e deliberação, em Reunião de Ordinária da Câmara Municipal de Murça, a mesma seja sujeita a aprovação de Assembleia Municipal, em sede de sua próxima Sessão Ordinária;

d) Que o apoio em referência tem por base os fundamentos de interesse municipal, as normas regulamentares e itens retrocitados, bem como enquadramento legal, nos termos das alíneas d), h) e m) do n.º 2, do artigo 23.º e alíneas o), u) e v), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e posteriores alterações;

e) Que estes subsídios/subvenções se inserem na contratação excluída, não se aplicando na sua formação a parte II do CCP - Código dos Contratos Públicos, aprovado DL n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e posteriores alterações, por força da alínea c), do nº 4, do artigo 5º e 5º- B do retrocitado código, mas aplica-se na sua execução a parte I e III do CCP, ficando sujeitos aos princípios gerais da atividade administrativa;

[1] Atendendo á sensibilidade da matéria, bem como o RGPD, não deverá a lista ser transposta para a ata da Reunião de Câmara, salvaguardando, nesta justa medida, os dados pessoais dos beneficiários.

[2] Encontra-se em fase de ponderação a revisão do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios Sociais, visando a adequação dos critérios de atribuição de Bolsas de Estudo, de forma a reduzir a necessidade de recurso a situações excecionais e assegurar uma aplicação mais uniforme e previsível dos apoios.

f) Nos termos do artigo 290º-A, do CCP, o Município indica como gestor do processo a

g) Que os encargos resultantes da presente proposta sejam suportados pelo orçamento municipal em vigor, nas correspondentes classificações orgânica e económica, após validação do Senhor Presidente da Câmara Municipal ou Vereador a quem tenha sido delegada a respetiva competência.

Perante a medida apresentada, dada a tipologia de apoios solicitados, foi cumprido o estabelecido no Art.º 69, Capítulo II, Secção III, do Código do Procedimento Administrativo (CPA), não se tendo verificado qualquer tipo de conflito de interesses. Para o efeito, cada processo encontra-se munido de declarações de Inexistência de Conflito de Interesses.

III. ANEXOS

- ✓ Listagem de Candidaturas Bolsa de Estudos 2025/2026;
- ✓ Declaração de Inexistência de Conflito de Interesses;

A Consultora em Regime de Avença

(Aida Cristina Pires Nunes)